

STELLA MARIA BARBERÁ DA SILVA TELLES
DOUTORADO EM DEMOGRAFIA

Idoso : Família, Trabalho e Previdência

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Profa. Dra. Elza
Salvatori Berquó

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
23 / 04 / 2003

BANCA

00400800


Prof. Dra. Elza S. Berquó



Prof. Dra. Elizabete D. Bilac



Prof. Dra. Lilia T. Montali



Prof. Dra. Sônia N. de Carvalho



Prof. Dra. Suzana M. Cayenaghi

Campinas, Abril de 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T 238 i
V	EX
TOMBO BC/	56887
PROC.	26/07/04
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	20/01/2004
Nº CPD	

CM00192596-0

bib id 308431

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

T 238 i Telles, Stella Maria Barberá da Silva
Idoso: família, trabalho e previdência / Stella Maria Barberá da Silva Telles. - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Elza Salvatori Berquó.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Idosos. 2. Família. 3. Previdência social - Brasil.
4. Envelhecimento. 5. Negro - Brasil. 6. Aposentadoria - Brasil.
I. Berquó, Elza Salvatori. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedico esta tese ao meu irmão Jayme

Agradecimentos

Pensando sobre o processo de elaboração de uma tese, me peguei fazendo uma analogia em relação à confecção de uma malha de tricot.

A gente vai fazendo os pontos, ora mais apertados, ora mais soltos, às vezes não sabe exatamente como vai ficar, vai tecendo, fazendo a tese. Às vezes, tem que desmanchar um pedaço, voltar, refazer e ir trabalhando com a dúvida: será que vai ficar bom ? Será que vai sair exatamente como o modelo idealizado ?

No final, é sempre muito bom ver o “casaco” pronto, o trabalho concluído.

Agradeço especialmente ao Áureo, meu companheiro e meu amigo e ao nosso pequeno Júlio.

A minha mãe e meus irmãos, Ana e João e aos meus tios Jô e Poleti, pessoas especiais que sempre me apoiaram. Agradeço também à minha família “mariliense” sempre torcendo por mim.

Aos amigos sempre presentes, Simone, Carlão, Suzana, Beto e tantos outros que me acompanharam nesta jornada.

Aos coordenadores do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas: Geraldo Giovanni, Pedro Luis Barros Silva e Sônia Draibe, meu reconhecimento pelo apoio recebido.

Aos amigos do Nepp: Sérgio, Lilia Montali, Zé Roberto, Cibele, Nádia, Camila, Leonor, Beth, Ortência, Maria do Carmo, Patrícia, Karina e Celso.

Às minhas amigas “estatísticas”: Tirza, Márcia e Fátima pela solidariedade durante esta trajetória.

Agradeço especialmente à minha orientadora Dra. Elza Berquó, que durante todos os meus “vôos” não desistiu deste projeto.

À professora Bete Bilac pelas valiosas sugestões e aos professores do programa de Doutorado em Demografia.

Resumo

Com o aumento da longevidade e com o envelhecimento populacional intensificou-se o debate sobre o bem estar dos idosos, sobretudo em países de grandes desigualdades sociais como é o caso do Brasil.

Esta tese investiga as principais associações entre variáveis sócio-demográficas e econômicas e a condição do idoso na família. Foram utilizados os dados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) referente aos anos de 1990, 1995 e 1999.

O envelhecimento é uma experiência bastante distinta para homens e mulheres. Nesse sentido, as análises contemplaram a dimensão de gênero. Foram tratadas de que maneira, variáveis como a idade, o nível de instrução e o nível de renda podem afetar as probabilidades do idoso fazer parte de um determinado tipo de família.

Da mesma forma, foram analisados os efeitos do papel da previdência social na vida dos idosos e conseqüentemente na renda familiar.

A pesquisa também analisou as taxas de atividades das pessoas idosas considerando-se os contextos urbano e rural.

A tese mostrou que os idosos negros, assim como acontece com a população total, encontram-se em situação sócio-econômica de desvantagem em relação aos idosos não negros.

A tese aponta para a idéia de que os arranjos familiares mais autônomos, nem sempre estão associados a melhores condições de vida. De fato, melhores condições de renda e do nível de instrução parecem indicar maior probabilidade de se viver apenas com o cônjuge. Entretanto, o mesmo não ocorre com o viver sozinho, que muitas vezes está associado a condições de vida mais desvantajosas, sugerindo que possa estar ocorrendo na realidade uma intensificação da pobreza.

Abstract

With the gains in longevity and the aging population process, the debate about elderly's well being has increased, especially in countries with widening social inequalities like Brazil.

This dissertation investigates the associations between social demographic and economic variables and the elderly's living arrangements. We made use of data from the 1990, 1995 and 1999 PNAD survey (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Aging is a very different experience for men and women. Because of this fact, the analysis took into account the gender dimension. Variables like age, education and income level were studied with the aim to know how them affect the probabilities to belong to different living arrangements.

Similarly, the effects of the social security in the elderly life and consequently in the family income were studied too.

We have analyzed the elderly participation in the labor market looking at the urban and rural context.

The investigation gave signs that black elderly, like in the whole population, are in a disadvantageous socioeconomic situation comparing to the non-black elderly.

The thesis points out to the idea that more autonomous living arrangements not always are associated to better conditions of life. In fact, better income and better education seem to indicate higher probabilities of living in couple. However, the same event does not happen with the probability of living alone, which may be associated to disadvantageous conditions of life, and possibly to an exacerbation of poverty.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Capítulo 1: População Idosa: Antecedentes e Tendências Recentes	9
1.1 O Envelhecimento Populacional no Mundo e no Brasil	9
1.1.1 A Política Nacional do Idoso	18
1.1.2 O idoso, a família e o Estado	19
1.2 O idoso e a família	21
1.2.1 Papel social	21
1.2.2 Papéis familiares	23
1.2.3 Considerações sobre as pessoas que vivem sozinhas	25
1.2.4 A co-residência com os filhos	26
1.2.5 Raça e Etnia	30
1.3 Idoso, Trabalho e Previdência	31
1.3.1 Trabalho e Previdência	31
1.3.2 Relações Econômicas Intergeracionais	34
1.3.3 Formação de Patrimônio ao longo da vida	36
Capítulo 2: Metodologia e Fonte de Dados	39
2.1 A pesquisa por Amostra de Domicílio	39
2.2 Definição de Idoso	41
2.3 Informações referentes à situação de domicílio Urbano-Rural	41
2.4 Informações referentes aos rendimentos	43
2.5 Informações referentes à família	45
2.6 Construção da variável: Condição do Idoso na família	48
2.7 Modelo Estatístico - Análise de Correspondências Múltiplas	56
2.7.1 Resultados	59
2.7.2 Interpretação do Mapa de Correspondências Múltiplas - Idosos	60
2.7.3 Interpretação do Mapa de Correspondências Múltiplas - Idosas	61
2.7.4 Idosos e Idosas não unidos	64

Capítulo 3: Tendências e Características sócio-demográficas da população idosa	67
3.1 Estrutura etária da população	67
3.2 Razão de Sexo das pessoas idosas	69
3.3 Estado Conjugal	70
3.4 Escolaridade dos Idosos	71
3.4.1 Analfabetismo por faixa etária	71
3.4.2 Anos de Estudo	74
3.5 Idosos segundo a Cor	76
3.6 Escolaridade Média dos Idosos segundo faixa etária e cor	77
3.7 O Idoso e as Condições de habitação	79
3.8 Distribuição dos Idosos nas Grandes Regiões	81
3.9 Chefias Idosas nas Grandes Regiões	83
3.10 Distribuição das chefias por grupos etários	85
3.11 Proporção de chefes por faixa etária	86
 Capítulo 4: O idoso na família e a família do idoso	 91
4.1 Número de famílias por domicílio	91
4.2 Condição da pessoa idosa na família em relação à pessoa de referência	93
4.3 Tamanho médio das famílias dos Idosos	95
4.4 O idoso que vive sozinho	97
4.5 Idosos vivendo como parentes	99
4.6 Idosos por condição na família segundo a faixa etária	100
4.7 Idosos por estado conjugal segundo a condição na família	102
4.8 Distribuição dos idosos negros e não negros por tipo de família	105
4.9 Distribuição dos arranjos familiares das pessoas idosas por situação de domicílio considerando-se a proporção de negros em cada arranjo familiar	107
4.10 Condição do Idoso na família segundo a alfabetização	109
4.11 Condição do Idoso na família segundo a escolaridade	111
4.12 Condição do Idoso na família por condições de habitação	113

Capítulo 5: Trabalho e Rendimentos dos Idosos	119
5.1 Taxas de Atividade por faixa etária por sexo e a situação de domicílio	120
5.2 Idosos que trabalham e idosos beneficiários da Previdência	123
5.3 Arranjos familiares dos idosos que trabalham	124
5.4 Idosos que trabalham. Aposentados e não aposentados	127
5.5 Idosos não beneficiários da Previdência	128
5.6 Idosos que trabalham por grupos de ocupação	130
5.7 Idosos que trabalham por posição na ocupação	131
5.8 Distribuição dos Idosos segundo a renda pessoal em salários mínimos	132
5.9 Distribuição dos Idosos segundo a renda familiar per capita em salários mínimos	136
5.10 Nível de rendimentos familiares per capita e pessoais medianos segundo faixa etária	138
5.10.1 Nível de Rendimentos Pessoais por tipo de família	139
5.11 Nível dos rendimentos familiares per capita dos idosos por tipo de arranjo familiar	141
5.12 Renda Familiar per capita segundo sexo e situação de domicílio	142
5.13 Nível de rendimentos pessoais e familiares per capita medianos e a cor	144
5.14 A contribuição dos rendimentos dos idosos na renda familiar total	147
5.15 A participação dos rendimentos da população idosa na renda familiar por situação de domicílio e sexo	149

Capítulo 6: Previdência	155
6.1 Idosos Aposentados e Pensionistas	155
6.2 A Previdência Rural no Brasil	157
6.3 Crescimento da população rural X Crescimento das Aposentadorias e Pensões Rurais	160
6.4 Nível de cobertura previdenciária dos idosos por tipo de família	162
6.5 Distribuição dos idosos pela origem dos rendimentos segundo sexo e situação de domicílio urbano-rural	163
6.6 Distribuição dos Idosos por origem dos rendimentos e faixa etária	167
6.7 Distribuição dos Idosos por origem dos rendimentos e cor	169
6.8 Distribuição dos Idosos por origem dos rendimentos e arranjo familiar segundo faixa etária	172
6.9 O impacto dos rendimentos das aposentadorias e pensões na renda familiar dos idosos beneficiários da Previdência	174
6.10 Evolução do percentual de contribuintes e beneficiários da previdência segundo o perfil etário	177
Conclusão	185
Referências Bibliográficas	193

ÍNDICE

Gráficos

Capítulo 1

1	Proporção de Pessoas de 65 anos ou mais sobre o total da população por sexo	13
---	---	----

Capítulo 2

	Mapa 1 – Idosos	63
	Mapa 2 – Idosas	63
	Mapa 3 - Idosos não unidos	65
	Mapa 4 - Idosas não unidas	65

Capítulo 3

3.1	Pirâmide Populacional – Brasil 1990	68
3.2	Pirâmide Populacional – Brasil 1995	68
3.3	Pirâmide Populacional – Brasil 1999	68
3.4	Razão de sexo da população idosa	69
3.5	Razão de sexo da população idosa por situação de domicílio	70
3.6	Percentual de Analfabetismo por faixa etária e sexo. Brasil Urbano	72
3.7	Percentual de Analfabetismo por faixa etária e sexo. Brasil Rural	73
3.8	Percentual de Idosos que sabem ler e escrever	74
3.9	Homens de 15 a 64 anos – Urbano	75
3.10	Homens de 65 anos e mais – Urbano	75
3.11	Mulheres de 15-64 anos Urbano	75
3.12	Mulheres de 65 anos e mais – Urbano	75
3.13	Homens de 15 a 64 anos – Rural	76
3.14	Homens de 65 anos e mais – Rural	76
3.15	Mulheres de 15-64 anos – Rural	76
3.16	Mulheres de 65 anos e mais – Rural	76
3.17	População Total – Proporção de negros	77
3.18	População Idosa – Proporção de negros	77
3.19	Proporção de domicílios com e sem idosos com acesso a alguns bens duráveis e à casa própria	80
3.20	Proporção de domicílios com e sem idosos com condições de habitação adequadas	80
3.21	Proporção de famílias chefiadas por idosos – Brasil e Grandes Regiões	83
3.22	Percentual de chefes de família por faixa etária, sexo e situação de domicílio 1990	88
3.23	Percentual de chefes de família por faixa etária, sexo e situação de domicílio 1995	88
3.24	Percentual de chefes de família por faixa etária, sexo e situação de domicílio 1999	88

Capítulo 4

4.1	Proporção de domicílios com 2 ou mais famílias residentes	93
4.2	Proporção de domicílios com idosos com 2 ou mais famílias residentes	93
4.3	Número Médio de pessoas nos arranjos familiares dos Idosos	96
4.4	Número Médio de pessoas nos arranjos familiares das Idosas	96
4.5	Proporção de homens que vivem sozinhos	98
4.6	Proporção de mulheres que vivem sozinhos	98
4.7	Proporção de homens urbanos que vivem sozinhos	98
4.8	Proporção de mulheres urbanas que vivem sozinhos	98
4.9	Proporção de homens rurais que vivem sozinhos	98
4.10	Proporção de mulheres rurais que vivem sozinhos	98
4.11	Idosos por arranjo familiar e faixa etária – 1990	101
4.12	Idosas por arranjo familiar e faixa etária – 1990	101
4.13	Idosos por arranjo familiar e faixa etária – 1995	101
4.14	Idosas por arranjo familiar e faixa etária – 1995	101
4.15	Idosos por arranjo familiar e faixa etária – 1999	101
4.16	Idosas por arranjo familiar e faixa etária – 1999	101
4.17	Estado conjugal dos idosos por arranjos familiares – 1995	104
4.18	Estado conjugal das idosas por arranjos familiares – 1995	104
4.19	Distribuição percentual dos idosos negros por tipo de família (%) – 1999	106
4.20	Distribuição percentual das idosas negras por tipo de família (%) – 1999	106
4.21	Distribuição percentual dos idosos não negros por tipo de família (%) – 1999	106
4.22	Distribuição percentual das idosas não negras por tipo de família (%) – 1999	106
4.23	Distribuição dos idosos por cor segundo tipo de família 1999	108
4.24	Distribuição das idosas por cor segundo tipo de família 1999	108
4.25	Distribuição dos idosos urbanos por cor segundo tipo de família 1999	108
4.26	Distribuição das idosas urbanas por cor segundo tipo de família 1999	108
4.27	Distribuição dos idosos rurais por cor segundo tipo de família 1999	108
4.28	Distribuição das idosas rurais por cor segundo tipo de família 1999	108
4.29	Idosos por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1990	112
4.30	Idosas por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1990	112
4.31	Idosos por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1995	112
4.32	Idosas por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1995	112
4.33	Idosos por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1999	112
4.34	Idosas por tipo de família e escolaridade em anos de estudo 1999	112
4.35	Proporção de pessoas idosas vivendo em domicílios com 4 bens ou mais por tipo de família	113
4.36	Proporção de pessoas idosas vivendo em domicílios próprios por tipo de Família	114

Capítulo 5

5.1	Participação da população urbana que trabalha por faixa etária e sexo	122
5.2	Participação da população rural que trabalha por faixa etária e sexo	122
5.3	Proporção de idosos que trabalham	123
5.4	Proporção de idosos urbanos que trabalham por tipo de família	126
5.5	Proporção de idosas urbanas que trabalham por tipo de família	126
5.6	Proporção de idosos rurais que trabalham por tipo de família	126
5.7	Proporção de idosas rurais que trabalham por tipo de família	126
5.8	Proporção de idosos urbanos não aposentados por tipo de família	130
5.9	Proporção de idosas urbanas não aposentadas por tipo de família	130
5.10	Proporção de idosos rurais não aposentados por tipo de família	130
5.11	Proporção de idosas rurais não aposentadas por tipo de família	130
5.12	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.13	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.14	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.15	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.16	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.17	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda pessoal em salários mínimos – 1990	135
5.18	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1990	137
5.19	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1990	137
5.20	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1995	137
5.21	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1995	137
5.22	Distribuição dos idosos segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1999	137
5.23	Distribuição dos idosas segundo tipo de família e a faixa de renda familiar per capita em salários mínimos – 1999	137
5.24	Renda Pessoal e Renda Familiar per capita em salários mínimos por faixa etária. Brasil 1995	139
5.25	Renda Pessoal dos idosos em salários mínimos por tipo de família. Brasil 1995	140
5.26	Renda Pessoal das idosas em salários mínimos por tipo de família. Brasil 1995	140
5.27	Renda Familiar dos idosos em salários mínimos por tipo de família. Brasil 1995	141
5.28	Renda Familiar das idosas em salários mínimos por tipo de família. Brasil 1995	141
5.29	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos dos idosos	142

5.30	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos das idosas	142
5.31	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos dos idosos Urbanos	143
5.32	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos das idosas Urbanas	143
5.33	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos idosos rurais	143
5.34	Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos idosas rurais	143
5.35	Contribuição dos rendimentos dos idosos na renda familiar total	148
5.36	Participação dos rendimentos dos homens idosos na renda familiar	149
5.37	Participação dos rendimentos das mulheres idosas na renda familiar	149
5.38	Participação dos rendimentos dos homens idosos urbanos na renda familiar	150
5.39	Participação dos rendimentos das mulheres idosas urbanas na renda familiar	150
5.40	Participação dos rendimentos dos homens idosos rurais na renda familiar	151
5.41	Participação dos rendimentos das mulheres idosas rurais na renda familiar	151

Capítulo 6

6.1	Proporção de Idosos aposentados ou pensionistas	156
6.2	Idosos segundo a origem dos rendimentos	166
6.3	Idosas segundo a origem dos rendimentos	166
6.4	Idosos urbanos segundo a origem dos rendimentos	166
6.5	Idosas urbanas segundo a origem dos rendimentos	166
6.6	Idosos rurais segundo a origem dos rendimentos	167
6.7	Idosas rurais segundo a origem dos rendimentos	167
6.8	Distribuição Percentual dos Idosos por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.9	Distribuição Percentual das Idosas por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.10	Distribuição Percentual dos Idosos Urbanos por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.11	Distribuição Percentual das Idosas Urbanas por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.12	Distribuição Percentual dos Idosos Rurais por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.13	Distribuição Percentual dos Idosas Rurais por faixa etária e natureza dos rendimentos 1999	168
6.14	Distribuição dos Idosos por cor segundo origem do rendimento 1999	171
6.15	Distribuição das Idosas por cor segundo origem do rendimento 1999	171
6.16	Distribuição dos Idosos urbanos por cor segundo origem do rendimento 1999	171
6.17	Distribuição das Idosas urbanas por cor segundo origem do rendimento 1999	171
6.18	Distribuição dos Idosos rurais por cor e origem do rendimento 1999	171
6.19	Distribuição das Idosas rurais por cor e origem do rendimento 1999	171
6.20	Distribuição dos idosos de 65 a 69 anos segundo tipo de família 1999	173

6.21	Distribuição das idosas de 65 a 69 anos segundo tipo de família 1999	173
6.22	Distribuição dos idosos de 70 a 74 anos segundo tipo de família 1999	173
6.23	Distribuição das idosas de 70 a 74 anos segundo tipo de família 1999	173
6.24	Distribuição dos idosos de 75 ou mais anos por tipo de família 1999	173
6.25	Distribuição das idosas de 75 ou mais anos por tipo de família 1999	173
6.26	Distribuição do percentual de contribuintes e beneficiários urbanos da Previdência Social segundo faixa etária	180
6.27	Distribuição do percentual de contribuintes e beneficiários rurais da Previdência Social segundo faixa etária	180

Tabelas

Capítulo 3

Tabela 3.1	Distribuição dos Idosos por sexo e situação de domicílio	71
Tabela 3.2	Escolaridade Média dos Idosos por faixa etária e cor	78
Tabela 3.3	Distribuição da população total e idosa por Grandes Regiões	82
Tabela 3.4	Distribuição das chefias familiares idosas por Grandes Regiões	84
Tabela 3.5	Distribuição das chefias de família por grupos etários, segundo sexo e situação de domicílio	85
Tabela 3.6	Chefias familiares idosas e não idosas segundo o sexo	87

Capítulo 4

Tabela 4.1	Proporção de famílias com idosos por situação de domicílio	91
Tabela 4.2	Idosos segundo a relação com a pessoa de referência da família	94
Tabela 4.3	Distribuição dos Idosos por situação de domicílio e tipo de família	96
Tabela 4.4	Idosos por estado conjugal e tipo de família	104
Tabela 4.5	Proporção de idosos alfabetizados por situação de domicílio	110

Capítulo 5

Tabela 5.1	Proporção de idosos que trabalham	123
Tabela 5.2	Distribuição dos Idosos que trabalham segundo condição de aposentadoria	127
Tabela 5.3	Distribuição dos idosos ativos por grupo de ocupação	131
Tabela 5.4	Distribuição dos idosos ativos por posição na ocupação	132
Tabela 5.5	Renda Pessoal e Familiar per Capita dos Idosos em salários mínimos por cor 1995	147

Capítulo 6

Tabela 6.1	Proporção de idosos beneficiários da previdência	157
Tabela 6.2	Proporção de Idosos não aposentados	161
Tabela 6.3	Crescimento da população idosa e da população idosa não aposentada	161
Tabela 6.4	Proporção de aposentados e ou pensionistas por tipo de família	162
Tabela 6.5	Proporção de negros entre os idosos	169
Tabela 6.6	Renda Familiar decomposta em renda da previdência e de outras fontes segundo arranjo familiar e situação de domicílio	176

Apresentação

É uma coisa extraordinária sobreviver a si próprio. Não se dá valor a mais nada, e se fica mais sensível a tudo.

Jonhandeau

O crescimento da participação da população idosa, tanto em números absolutos quanto em relativos é um dos fenômenos mais notáveis nos últimos tempos e vem ocorrendo tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento em função da transição demográfica. Entretanto, nem sempre os avanços conquistados com o aumento da longevidade se traduzem em um acréscimo de anos saudáveis na vida das pessoas.

As pesquisas recentes na área da demografia do envelhecimento têm procurado descrever e explicar as tendências de crescimento no tamanho e na constituição dos arranjos domiciliares e familiares onde os idosos estão inseridos.

Pode-se dizer que o envelhecimento da população é um evento complexo que se reflete pelas mudanças na estrutura etária da população em consequência da diminuição relativa das crianças por um lado, e por outro, pelo aumento da participação relativa dos grupos pertencentes às faixas etárias mais avançadas.

Há que se ter em conta, todavia, que uma população envelhecida ou em processo de envelhecimento não implica necessariamente em uma população com uma longevidade maior. Apesar dos avanços conquistados no último século, é possível que uma população esteja em um processo de envelhecimento, mas não tenha uma grande longevidade. Esse caso seria característico de uma população que envelheceu pela redução relativa da população jovem no total da população, mas que não avançou muito em relação à queda nas taxas de mortalidade nas idades mais avançadas.

Analogamente, podemos pensar em uma população que tenha altas taxas de fecundidade ou ainda, que tenha uma taxa de fecundidade relativamente baixa e estável, mas onde haja uma grande participação das coortes femininas em idade reprodutiva conjuntamente com uma situação em que muitas conquistas foram obtidas nas condições gerais de vida, fazendo com que a duração da vida das

pessoas seja maior. Neste caso, teríamos uma população que embora tenha uma longevidade maior não é necessariamente envelhecida.

O envelhecimento populacional por ser considerado um evento determinado por vários fatores deve ser tratado abordando-se o seu caráter multidimensional.

O Brasil vem passando por essa transformação na estrutura etária de forma muito rápida. Em poucas décadas nosso país se vê enfrentando o processo de envelhecimento que comparado a outros países ocorreu no período de um século.

Apesar do estigma de “país jovem”, ainda prevalecente em grande parte do país, apenas recentemente a sociedade começa a despertar para a amplitude do novo quadro social e para as suas implicações tanto no nível individual como no nacional.

O aumento da longevidade que efetivamente foi uma conquista no último século, muitas vezes acaba sendo encarado como uma ameaça aos recursos da sociedade.

Tendo em vista os desafios que a nova realidade social representa, torna-se muito oportuno o debate sobre o papel do idoso na sociedade e quais serão as alternativas que a sociedade, o estado e a família têm a oferecer para este segmento populacional que se torna cada vez mais representativo.

Questões-chaves como quais medidas devem ser adotadas para o planejamento do sistema de seguridade social, para a redução das desigualdades e a assistência social entre outras, devem ser discutidas pela sociedade conjuntamente com o Estado com o objetivo de se apontar para um consenso sobre o que realmente deseja a população idosa e também a sociedade como um todo, uma vez que a grande maioria dos jovens envelhecerá.

É interessante também, conhecer as implicações que um sistema de previdência social ou os sistemas de fundos de pensão podem ter sobre os indivíduos idosos, pois em muitos países e em várias regiões brasileiras há uma nova maneira de ver o idoso. Os idosos passaram, em algumas localidades, a serem vistos como pessoas mais valorizadas e prestigiadas pelos outros membros da família.

Com as rápidas mudanças ocorridas nas famílias, refletidas através da redução de seu tamanho médio e do surgimento de novos tipos de família, o estudo do idoso levando em conta o contexto familiar não deve ser menosprezado.

De que maneira a família representa um amparo seguro na velhice, ou inversamente, como o idoso constitui uma garantia de subsistência familiar considerando-se a renda da aposentadoria e ou do patrimônio que ele tenha construído no decorrer da vida, são questões fundamentais nas pesquisas sobre a dependência ou independência dos idosos principalmente diante das crises macro-econômicas.

Nesse sentido, são bem vindos estudos que contemplem as mudanças de valores e atitudes com relação às responsabilidades filiais. Sob esta ótica, muitos estudos existentes sobre o idoso e as relações familiares, partem do pressuposto de que o bem estar na velhice depende muito das trocas intergeracionais dentro da família e, portanto a família constitui uma peça fundamental estando implícito a ajuda potencial que filhos e outros parentes possam oferecer nas idades avançadas, Goldani (1999).

Eventos relacionados à trajetória e ao ciclo de vida dos indivíduos, como por exemplo: ter tido ou não filhos, o número de filhos e como o estar unido ou não em determinada fase da vida, são fatores que podem influenciar o bem estar de uma pessoa na idade avançada, portanto são informações importantes que os novos estudos devem contemplar.

Na medida em que fatores sócio-econômicos têm efeitos distintos sobre o processo de envelhecimento, é interessante que sejam coletadas informações para investigar como ficam hoje em dia os tradicionais "contratos inter-geracionais" e os "contratos de gênero" ¹ que ainda prevalecem em algumas regiões, Goldani (1999).

Nas generalizações sobre a velhice, alguns pontos merecem cautela. A experiência de envelhecimento para homens e mulheres é bastante distinta. Além das mulheres serem maioria entre os idosos, principalmente entre os mais idosos, na maior parte das vezes a mulher idosa se depara com as desvantagens acumuladas pela vida toda consequência das desigualdades estruturais em que viveram.

¹ No primeiro tipo de contrato, a literatura faz menção ao contrato social que existiria entre pais e filhos no qual os pais seriam assistidos pelos filhos na velhice, uma vez que os pais já haviam investido nos filhos quando pequenos, ver Caldwell (1976). O segundo contrato refere-se ao contrato: "homens provedores" e "mulheres donas-de casa".

Uma grande parte delas não teve, devido à ausência de recursos e oportunidades, um trabalho remunerado, estando mais ligada ao espaço familiar, cuidando dos filhos e parentes e dos afazeres domésticos ou trabalhando em empregos informais, e acabam por não serem beneficiadas pelas políticas previdenciárias ou contam apenas com benefícios mínimos.

Pensar na problemática dos idosos é, sobretudo refletir sobre os problemas femininos nessa etapa da vida. As idosas brasileiras, muito mais que os idosos, encontram-se sós e em boa parte “dependente” economicamente de suas famílias, se pensarmos que boa parte delas vai viver com os filhos na condição de parentes.

Mas até que ponto a mulher idosa pode ser considerada como “dependente”, se cada vez mais ela assume novos papéis relacionados com o cuidar dos outros membros da família ?

De certa forma, se as trocas de recursos pudessem ser contabilizadas, talvez o papel se inverteria, no sentido de que os outros membros da família é que dependeriam dela.

Beauvoir (1990), em ensaio sobre as condições de vida dos idosos, retrata este fato:

As relações com os filhos e netos ocupam, em geral, um lugar maior na vida das mulheres do que na dos homens. A idade as fez cair de menor altura que os homens, e conservam mais possibilidades de ação: menos amarguradas, menos reivindicativas, elas se “descomprometem” menos. Estão também mais habituadas a viver para os outros e através deles. Idosas, continuam atentas aos outros, para o melhor e para o pior.

Ainda que se lamente que se por um lado as mudanças estruturais na família e na vida das pessoas apontam para menos chances de haver trocas de recursos intergeracionais, por outro lado também não se deve esquecer que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho proporcionará mais e maiores aportes de recursos e poderá, portanto, garantir maior estabilidade nas idades avançadas.

As pesquisas que focalizam a história de vida dos indivíduos analisando o curso de vida através dos estudos longitudinais e retrospectivos são fundamentais para o levantamento dos fatores determinantes de uma velhice bem sucedida. Infelizmente, a maioria das pesquisas deste tipo existentes no país, refere-se a estudos de caso e não permitem generalizações.

Um outro enfoque importante seria a inclusão nas pesquisas domiciliares ou a criação de uma pesquisa específica de grande abrangência que investigasse o processo de formação de patrimônio e o aporte de recursos das pessoas idosas confrontados com a estrutura de consumo e gastos nesta fase da vida.

Afirmar que os idosos podem estar em situação sócio-econômica melhor do que os outros segmentos populacionais, baseado na superioridade de seus rendimentos como uma proxy de sua situação sócio-econômica, sem conhecer seu perfil de consumo é no mínimo discutível, na medida em que muitas vezes a situação sócio-econômica é tomada como critério de elegibilidade para a inclusão dos mais vulneráveis nos desenhos dos programas sociais e das políticas públicas.

Então qual seria o tipo de arranjo familiar que mais beneficia o idoso ? Que tipos de famílias deveriam ser incentivados por parte das políticas públicas no sentido de proporcionar o maior nível de bem-estar para os idosos ?

Não esquecendo o caráter multidimensional do envelhecimento, duas variáveis são fundamentais na abordagem da independência do idoso: a renda e a idade, pois a falta de renda e a falta de saúde, que se agrava com o avanço da idade, são condicionantes de boas condições de vida.

A importância da renda deve-se à sua forte associação com a co-residência com os filhos, pois em geral economias de escala são obtidas quando a co-residência acontece como estratégia de sobrevivência. Estudos prévios mostram, por exemplo, que em localidades com alta incidência de pobreza, como no caso das favelas, aumentam-se as chances de co-residência com os filhos.

Por outro lado, o crescimento relativo das famílias chefiadas por idosos ao mesmo tempo em que pode estar indicando um aumento na sua capacidade de escolha no sentido dos indivíduos idosos poderem estar optando por um arranjo familiar mais autônomo e, portanto "comprar" a sua privacidade, também pode indicar uma

deterioração das condições econômicas, na medida em que os filhos adiam a saída da casa dos pais ou até mesmo passam a formar suas novas famílias junto com os pais.

Então de que autonomia ou independência estamos falando por trás do incremento nas taxas de chefias familiares idosas ? Quem está sendo beneficiado, o idoso ou a família convivente ? De que forma, uma vez isoladas as variáveis sócio-econômicas, os indivíduos idosos preferem fazer parte de uma família maior a estar só ou apenas na companhia do cônjuge ? Como acontecem o desejo de escolha e os valores culturais ?

Ainda que se considere a tendência crescente de maior longevidade, a idade também é uma variável importante, pois pode constituir um indicador próximo do nível de dependência ou de autonomia do idoso. Em uma situação onde a renda já não seja determinante, a idade pode ser um fator condicionante em determinados arranjos familiares por estar positivamente correlacionada com a chegada das incapacidades, apontando assim para maiores chances do idoso ter seu estado de saúde e sua capacidade funcional comprometidos e ter que co-residir com um filho.

Em última análise, pode-se pensar que a idade é uma variável chave por ser indicativa de relações sócio-econômicas e intergeracionais da população.

Infelizmente não dispomos de uma pesquisa de grande abrangência que possibilite responder às indagações anteriores, baseada em informações sócio-demográficas e em informações sobre a opinião e a atitude do idoso sobre sua preferência por determinado arranjo familiar. Isto significa a impraticabilidade da abordagem preferências X necessidades sobre determinados arranjos familiares.

Nesse sentido, na medida em que os dados permitirem, o objetivo central desta tese é explorar as associações existentes entre as variáveis sócio-demográficas e econômicas e as variáveis que designam a condição na família que ocupam as pessoas idosas.

Pensando-se em termos de tendências, é objetivo deste trabalho tentar inferir como o aumento da longevidade, traduzido no incremento do número de idosos nas faixas etárias mais velhas e tendo em conta as mudanças nas estruturas familiares, tanto de tamanho quanto de composição, representa uma pressão adicional para as

famílias que contarão com menos adultos para cuidar de seus idosos assim como também para as instituições e para o Estado.

O primeiro capítulo faz um levantamento bibliográfico de alguns trabalhos que tratam dos aspectos de caráter mais gerais relativos a multidimensionalidade da problemática do envelhecimento, como os papéis sociais e familiares do idoso no Brasil e no mundo.

O capítulo 2 faz uma discussão sobre o uso das pesquisas por amostra de domicílio, suas principais limitações e suas vantagens. Neste capítulo encontra-se a definição de idoso adotada e são discutidos os problemas e as consequências do uso de variáveis como rendimentos, situação de domicílio urbano-rural e informações sobre a composição da família. Nesta seção, são apresentadas as possibilidades de inserção familiar da pessoa idosa empregadas nesta pesquisa.

Ainda no capítulo 2, são apresentados os resultados de uma primeira análise exploratória dos dados através de técnica de análise estatística multivariada.

No capítulo 3 são tratadas as tendências e características sócio-demográficas dos idosos comparativamente à população total.

A inserção do idoso na família é o tema do quarto capítulo. Nesta seção são apresentados os arranjos familiares dos idosos segundo a cor, a escolaridade e as condições de habitação.

O capítulo 5 traz uma abordagem sobre o trabalho e os rendimentos dos idosos, ou seja, o objetivo é analisar a distribuição das pessoas idosas segundo sua condição de atividade e ou aposentadoria e os níveis de rendimentos.

O sexto e último capítulo tem como tema a Previdência. Neste, são tratados, entre outros aspectos, o impacto que os benefícios previdenciários tiveram na renda familiar dos idosos aposentados e pensionistas entre 1990 e 1999.

O avanço da cobertura da previdência rural e a evolução da participação de contribuintes e beneficiários da previdência também são analisados neste capítulo.

Por fim uma conclusão é feita a partir das principais constatações observadas ao longo do trabalho.

Capítulo 1: População Idosa: Antecedentes e Tendências Recentes

1.1 O Envelhecimento Populacional no Mundo e no Brasil

O envelhecimento populacional é determinado em primeiro lugar pelas tendências declinantes nas taxas de fecundidade e em segundo lugar pela queda nas taxas de mortalidade da população.

Com o declínio das taxas de fecundidade a idade média da população tende a se elevar.

Os efeitos na tendência de envelhecimento de uma população podem ser diferentes se o declínio das taxas de mortalidade acontece nas faixas etárias mais jovens ou se ocorre nas idades mais velhas.

Segundo Moreira (1999), quando a queda da mortalidade atinge principalmente os grupos mais jovens, o que acaba acontecendo é um rejuvenescimento da população, pois irá beneficiar os grupos em idade pré-reprodutiva. O nível de renovação de uma população irá depender, portanto da conjugação dessas duas forças demográficas como transformadoras da estrutura etária, mas em maior medida do nível de fecundidade.

Ainda de acordo com Moreira (1999), nos países em desenvolvimento os estratos mais jovens da população são os que obtiveram os maiores ganhos advindos da queda da mortalidade proporcionando um rejuvenescimento de sua população total.

Já nos países desenvolvidos as maiores quedas nas taxas de mortalidade aconteceram nos segmentos mais velhos da população intensificando ainda mais o processo de envelhecimento da população.

Estudos demográficos revelam que o efeito da queda da fecundidade sobre a estrutura etária será maior nas situações onde já se tem um nível de mortalidade menor. A intensidade da mudança na estrutura etária depende, portanto dos níveis iniciais de fecundidade e mortalidade.

Nas circunstâncias em que as taxas de mortalidade são constantes e as taxas de fecundidade são declinantes consequentemente haverá uma redução relativa da

participação da população jovem e um aumento relativo da população idosa configurando, portanto um quadro de envelhecimento populacional, também chamado de envelhecimento pela “base”.

Por outro lado, o envelhecimento pelo “topo” é a designação que se dá quando o processo de envelhecimento acontece em função do crescimento da participação de idosos decorrente da queda nas taxas de mortalidade sem haver redução da população jovem.

Considerando-se as evidências anteriores, pode-se concluir que o processo de envelhecimento populacional depende quase que exclusivamente do declínio das taxas de fecundidade.

No período entre 1995 e 2000, 61 países no mundo representando 44% da população mundial contaram com taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, Mirkin (2000).

Segundo este mesmo autor, em 2015 a projeção é de que a população mundial alcançará 7,2 bilhões de pessoas sendo que 2/3 destas se encontrarão em países com taxas de fecundidade menores ou iguais às taxas de reposição.

Entre 1995 e 2000 a taxa de crescimento populacional média nos países desenvolvidos foi de 0,3% ao ano, o que significa termos 19 milhões de pessoas a mais a cada 5 anos.

Nos países em desenvolvimento há uma previsão da taxa média de crescimento alcançar 1,7% ao ano, implicando em um acréscimo de mais de 420 milhões de pessoas.

Analisando de uma outra forma, em 1995 nos países desenvolvidos 3 a cada 22 habitantes eram maiores de 65 anos. Nos países em desenvolvimento essa relação era de 1 para 22.

Calcula-se que em 2050, 5 pessoas a cada 22 serão idosas nas nações desenvolvidas, enquanto que nas nações subdesenvolvidas serão 3 idosos a cada 22 pessoas. Portanto, os países mais pobres estarão envelhecendo mais, mas em contrapartida continuarão a ter mais crianças.

O cenário para as próximas gerações evidencia um quadro onde no mundo em desenvolvimento, apesar do número relativo de idosos ser modesto existe um total absoluto de idosos elevado.

A questão do envelhecimento populacional só começa a se tornar uma preocupação social no momento em que é vista através dos grandes números.

Nos países em desenvolvimento o desafio é ainda maior, pois enquanto nesses países são necessárias ações que visem incentivar o crescimento econômico, proporcionar educação e saúde, eles ainda tem que se preparar para o envelhecimento de suas populações e fazer os ajustes institucionais, sociais e econômicos necessários em um espaço de tempo muito menor comparativamente às nações desenvolvidas.

Só para se ter uma idéia da velocidade do envelhecimento em países em desenvolvimento, o relatório "Building a society for all ages" da Segunda Assembléia Mundial sobre Envelhecimento ocorrida em abril de 2002, mostra que a França levou 115 anos, de 1865 a 1980 para que a sua população de idosos dobrasse de tamanho, passando de 7% para 17%. Na China é esperado apenas 27 anos para que a população idosa se duplique passando de 10% para 20% da população em 2027.

Ainda segundo este documento, nos países em desenvolvimento, espera-se um incremento de 200% a 300% ao longo de 35 anos.

De uma forma geral o envelhecimento da população no mundo está acontecendo sem precedentes na história da humanidade. De acordo com o relatório supra citado, espera-se que por volta de 2050 o total de idosos no mundo excederá o número de jovens. Em 1950 a participação da população idosa no mundo era de 8%. Em 2000 atingiu 10% da população total e acredita-se que 21% das pessoas serão idosas em 2050.

Em números absolutos, em 2002 a população idosa mundial era estimada em 629 milhões de pessoas. A projeção para 2050 é de que os idosos totalizem 2 bilhões de pessoas. As estimativas são de que 54% dos idosos em 2050 vivam no continente asiático e 24% no europeu.

Pelo lado do ganho em anos de vida, a expectativa de vida ao nascer que em 1950 era de 46 anos, hoje atinge 66 anos.

O ritmo do envelhecimento populacional é muito mais rápido nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Isto significa que os países em desenvolvimento, além de terem níveis de desenvolvimento sócio-econômico mais baixos, ainda terão muito menos tempo para se adaptar às consequências do envelhecimento.

Gro Harlem Brundtkand, diretora geral da OMS, até o início de 2003, afirma:

Nós devemos estar conscientes de que enquanto os países desenvolvidos se tornaram ricos antes de se tornarem envelhecidos, os países em desenvolvimento envelhecerão antes de se tornarem ricos.

Ainda de acordo com o relatório da Segunda Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, haverá um período em que teremos menos jovens antes de termos mais idosos. Este período foi segundo o relatório, designado de “window of opportunity” o que em último caso poderia ser visto como afirma Moreira 2002, como um “bônus demográfico” no sentido de que o peso dos dependentes jovens e idosos, sobre o total de pessoas em idade ativa seria reduzido.

Neste breve período, os recursos usados para o gasto social decresceriam sobre o total de recursos obtidos com a produção. É neste período que os países deveriam aproveitar para fazer um redirecionamento dos recursos.

O envelhecimento no Brasil

Da mesma maneira que em outros lugares do mundo, não foram somente as condições de saúde da população brasileira que melhoraram, as pessoas passaram a ter menos filhos também. Isto implicou em uma mudança no perfil da família brasileira que em 1970 tinha em média 5,76 filhos e atualmente tem 2,24 filhos.

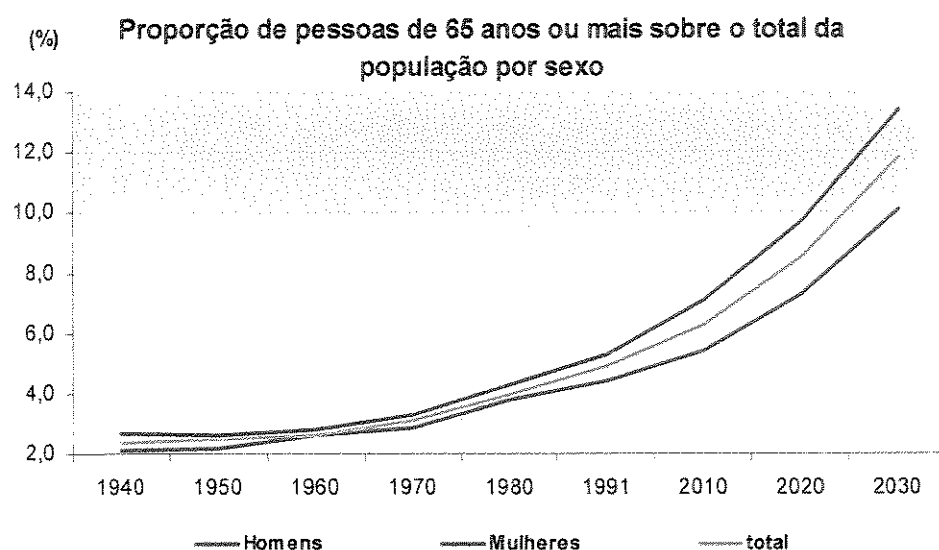
A mudança do formato da pirâmide etária brasileira nos últimos 50 anos é decorrente de transições nos níveis de mortalidade e fecundidade essencialmente porque as imigrações internacionais deixaram de ter importância relativa desde 1940, Berquó (1999).

A experiência brasileira do envelhecimento populacional, quando comparada a outros países, chama a atenção pela rapidez com que vem ocorrendo.

Através do aumento da participação percentual das pessoas maiores de 65 anos no total da população em pouco tempo é que se pode perceber o ritmo mais intenso deste processo. Em 1940 2,4% da população tinha 65 ou mais anos.

Em 1991, 4,8% da população eram idosos e espera-se que em 2020 7,6% da população pertença a esse grupo etário contabilizando mais de 16 milhões de pessoas (Gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 até 1991 e Projeções das Nações Unidas para 2010, 2020 e 2030

Na opinião de Moreira (1999), a estrutura etária no Brasil poderia ser considerada como quase estável no período anterior à década de 70. Nos anos 40 houve queda da taxa de mortalidade proporcionando um pequeno rejuvenescimento da população. A este efeito posteriormente somou-se um discreto aumento da fecundidade nos anos 50. Mas é nos anos 70 que se observam mudanças demográficas mais nítidas afetando a estrutura etária brasileira.

Estima-se que entre 1990 e 2050 irá ocorrer uma diminuição absoluta e relativa dos grupos mais jovens, aqueles com menos de 15 anos e que, portanto por volta de 2050 representariam 20% da população enquanto que em 1990 já representaram

quase 35% da população segundo os dados das Nações Unidas divulgados em 1999.

Por outro lado, o contingente idoso que em 1990 representava 4,3% da população, em 2050 constituirá quase 18% da população.

Esse período denominado de “bônus demográfico” em que as pressões advindas da dependência jovem concomitante ao não crescimento das pressões pelo lado da dependência idosa, não deve ser desperdiçado, pois pode comprometer seriamente o futuro do país.

O ponto crítico refere-se ao eminente colapso do sistema de Previdência Social tendo em vista a dificuldade existente para manter os inativos. Em relatório elaborado pelo Banco Mundial (Bird), diagnosticou-se que em 1999 as despesas governamentais com os 21 milhões de aposentados do Regime Geral de Previdência Social e da Previdência do setor público (regime especial) superaram as despesas com educação, que atingem 48 milhões de estudantes. Haja vista que no país existem 5 vezes mais pessoas com até 20 anos do que com mais de 60.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as taxas de dependência demográfica deverão ter trajetórias declinantes até 2025 ou 2030 e nas regiões Sul e Sudeste isto deverá ocorrer mais cedo até 2015 ou 2020.

A demanda social gerada pelo grupo idoso crescerá a taxas relativamente altas em todas as regiões do Brasil até 2025 ou 2030 e após esse período deverá crescer a taxas mais baixas ou constantes. A situação poderá ser especialmente delicada devido às duras condições de sobrevivência agravadas pelo crescimento da pobreza.

Faria (1990), afirma que o setor público terá de enfrentar sérios problemas, pois:

Na medida em que o processo de modernização deteriora os mecanismos tradicionais de cuidados com a velhice ainda tem o desafio de conseguir novas formas de proteção social.

Comparando-se o Brasil com outros países desenvolvidos o declínio nas taxas de crescimento populacional vem ocorrendo em ritmo mais acelerado e isto é bastante importante porque afeta a estrutura do gasto governamental.

Exceto a Venezuela, a experiência de envelhecimento populacional no Brasil é diferente de qualquer país hoje já envelhecido².

O que tudo indica é que passaremos de uma situação caracterizada por taxas de fecundidade elevadas para uma situação onde as taxas de fecundidade estarão abaixo do nível de reposição.

A Fundação IBGE trabalha com taxas de crescimento populacional de 1,93% ao ano para o período 1980-1991 e 0,74% ao ano para 2010-2020. Segundo as projeções da FIBGE a taxa de dependência demográfica se reduzirá de 65,3% em 1991 para 43,4% em 2020. Após esse período, passa a crescer novamente até atingir os altos níveis de 1970. Calcula-se que até 2050 a taxa de dependência total será em sua maioria determinada pela dependência idosa.

Atualmente a bibliografia sobre o tema no Brasil refere-se aos aspectos da experiência do envelhecimento populacional quanto à transição demográfica usando dados do censo e das pesquisas domiciliares anuais (pnads), além de projeções para se inferir sobre as implicações sociais de uma população envelhecida.

Muitos desses estudos referem-se, por exemplo, às implicações do crescimento da participação da população idosa na previdência social, no setor de saúde, e na evolução das taxas de mortalidade e morbidade. Há também estudos que exploram o perfil sócio demográfico e a composição familiar da população idosa, Berquó (1996), (1999), (2000), Goldani (1999), Bercovich, (1993).

Estudos sobre transferências inter-geracionais são mais escassos no país. Em geral são de cobertura geográfica limitada. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma certa carência por pesquisas com enfoque no relacionamento das pessoas idosas com outros membros da família, sobretudo no Brasil.

O trabalho de Saad (1998), sobre as transferências intergeracionais no Brasil comparando duas regiões de realidades bem distintas, como a região Nordeste e a região Sudeste, é de grande contribuição, pois analisa as características sócio-

² Segundo as projeções das Nações Unidas de 1998, são 7 os países com taxas de envelhecimento mais velozes: Coréia do Sul, Coréia do Norte, Brasil, Venezuela, Tailândia, Japão e Marrocos. Moreira (1999).

demográficas como fatores determinantes no intercâmbio de apoio entre pais idosos e filhos adultos.

De acordo com este autor, as trocas de apoio intergeracionais podem ser analisadas sob o enfoque micro e macro econômico. As trocas inter-geracionais podem ocorrer no setor público onde se observam as trajetórias das pessoas pertencentes às várias coortes sem considerar suas ligações interpessoais e também no âmbito privado da família onde as gerações são vistas sob os laços de parentesco. Neste último caso emergem as questões sobre obrigações filiais e parentais e as expectativas dos pais idosos e dos filhos adultos quanto às trocas de apoio.

Na opinião de Lee (1994), há evidências de que a hipótese de que os filhos representam uma importante fonte de segurança na velhice funciona na lógica de um “reembolso” aos pais pelos investimentos feitos na educação dos filhos.

A hipótese de “segurança na velhice” citada por Lee em seus estudos sobre transferências intergeracionais de recursos na Malásia é uma das mais antigas encontradas na literatura sobre o tema. O argumento central é de que os pais depositam nos filhos a esperança de ter uma velhice assegurada. Segundo o autor, este fato seria evidente nos países em desenvolvimento, pois em geral em muitos desses países as instituições financeiras são frágeis, os direitos de propriedades muitas vezes vulneráveis, além dos sistemas de seguridade social e de saúde serem inexistentes ou ineficazes.

Diante dessa realidade, muitos pais passam a “contar”, ou dito de outra maneira, a confiar e investir nos filhos como uma maneira alternativa à acumulação de recursos necessários para um futuro minimamente tranquilo.

Ainda que se possa pensar que exista um risco de investimento nos filhos, uma vez que eles podem morrer ou não serem bem sucedidos economicamente, ainda assim os filhos são encarados como a única chance que as pessoas menos abastadas dos países pobres tem para garantir amparo na velhice.

De acordo com este autor, quando o país se desenvolve economicamente e conseqüentemente as instituições financeiras se tornam mais sólidas e confiáveis, a hipótese supra citada perde sua força, ou seja, os benefícios econômicos de se ter filhos diminui.

Sob esta ótica, não seria absurdo levantar a hipótese de que a fecundidade irá diminuir em lugares onde o setor público e os mercados estão mais consolidados.

Nos estudos sobre as trocas de recursos, encontram-se também evidências de que pais e filhos se empenham na troca de ajuda, como, por exemplo, fornecendo parte de seu tempo, por recursos financeiros.

Visto por um outro ângulo, as transferências intergeracionais ajudam a assegurar a produtividade dos membros futuramente. Na maioria das vezes são os pais que investem no capital humano dos jovens.

Lee (1994), considera que as transferências de recursos intergeracionais das pessoas da família em idade produtiva para os mais jovens e para os mais velhos ajudam a suavizar o consumo de todos os membros ao longo do ciclo de vida.

1.1.1 A Política Nacional do Idoso

A questão do idoso em relação ao Direito Brasileiro começou a ser discutida na década de 70. A primeira vez que o assunto foi tratado aconteceu por ocasião do I Seminário Nacional de Estratégias de Políticas para o Idoso através do Ministério da Previdência e Ação Social.

Em 1982 a Assembléia Geral da ONU, na resolução de 3 de dezembro propõem sob a forma de recomendações que os governos ponham em prática os princípios das Nações Unidas em favor das pessoas de idade.

Em 1988 a Constituição Federal Brasileira reconhece o direito de proteção ao idoso. Somente em 1994 é implantada a Política Nacional do Idoso sob a forma da lei no. 8.842/94.

A elaboração desta lei seguiu os princípios estabelecidos pela Assembléia Geral da ONU em 1982. A lei dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, além de outras providências.

Pela lei instituída, considera-se idoso o indivíduo maior de 60 anos. A lei preconiza a criação de um programa governamental direcionado para o bem-estar do idoso através da colaboração da União, Estados e Municípios.

Após a criação da lei 8.842 no governo de Itamar Franco, houve a promulgação do decreto 1.948 em julho de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso regulamentando a Lei nº 8.842 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Fernandes (1997).

Com relação à Assistência Social, em 1993 a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) institui de acordo com a Constituição, a garantia do benefício no valor de 1 salário mínimo à toda pessoa portadora de deficiência física e aos idosos maiores de 70 anos, desde que comprovada a sua incapacidade ou da sua família de prover a sua manutenção, ou seja, o critério baseava-se em idosos com renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Em 1998 houve modificação no critério da idade mínima para elegibilidade passando para 67 anos de idade, não sendo feita nenhuma menção à diferenciação por gênero.

Este benefício assistencial teve sua origem no antigo Amparo Previdenciário existente desde 1974 e que foi modificado para Renda Mensal Vitalícia na época em que houve a aprovação do plano de benefícios da Previdência e posteriormente substituído pela Loas.

1.1.2 O idoso, a família e o Estado

Pode-se pensar que quando a atuação do mercado não supre as necessidades de produção e consumo das pessoas, duas instituições acabam por assumir este papel: a família e o Estado.

O Estado responderia pelas políticas públicas que atuam no sentido de auxiliar aqueles que não tem condições de suprir suas necessidades através dos mercados. Apesar de não haver nenhum estudo conclusivo, na opinião de Souza (2000), as medidas de assistência realizadas através das instituições públicas enfraqueceriam o papel da família.

O Estado, seja como provedor de serviços públicos, ou como normatizador do mercado, estaria atuando de forma mais ampla em várias esferas sociais e também na família na medida em que questões privadas tornam-se públicas.

Nesse sentido, o papel do Estado aliado às transformações sociais e do mundo do trabalho no último século, podem ter tido influência na estrutura organizacional das famílias. Um exemplo seria o caso de se pensar como a menor ou maior cobertura da previdência social poderia influenciar na probabilidade do idoso fazer parte de arranjos familiares estendidos ou de arranjos nucleares.

Assim poderíamos pensar que a maior variedade dos arranjos familiares gera novas necessidades e expectativas e, portanto novos desafios para o Estado. Os novos arranjos familiares teriam menos chances de atuar nas lacunas deixadas pelo Estado e estariam mais propensos à pobreza. As famílias monoparentais de chefia feminina são exemplos de arranjos familiares para os quais não existem muitas políticas expressivas direcionadas, o que as tornam mais vulneráveis.

Concluindo, podemos pensar que há uma reciprocidade entre o Estado e a família. Se por um lado, a oferta de políticas públicas pode afetar a composição dos arranjos, por outro lado, o bem-estar das pessoas pode vincular-se também à existência de determinados arranjos familiares.

Na América Latina, as famílias têm-se constituído cada vez mais em objeto de debate sobre as políticas sociais.

Segundo Souza (2000), nos países desenvolvidos há uma ampla rede de políticas sociais forte enquanto que nos países em desenvolvimento as políticas são fracionadas e com baixo poder de redução das desigualdades.

Merrién (2002), em artigo no qual discute o papel do Estado questiona uma nova concepção de Estado que exerceria o papel de orientador e coordenador de uma rede mista de governo através de uma comunidade de ação poderia estar atuando com mais recursos, mais experiência e maior flexibilidade.

Segundo este autor, a importância das redes mistas ou das redes público-privadas de governo se dá face à crescente pluralidade de demandas e à incapacidade do Estado em atendê-las.

De acordo com ele:

El Estado ya no tiene más que la apariencia de poder, los verdaderos árbitros de las políticas posibles son los mercados internacionales. La crisis exige nuevas formas de regulación.

O Estado poderia abrir mão de sua posição hierárquica e realizar o papel de mediador, papel fundamental na concretização de uma rede de ação que atuaria como uma coalizão dividindo responsabilidades.

Isto não significa que quando se traçam os objetivos se solucionam os problemas. A grande dificuldade está, portanto na fixação do nível a partir do qual deva-se estabelecer a solidariedade. (Merrién, 2002).

1.2 O idoso e a família

1.2.1 Papel social

Em geral nos estudos que encontramos não há um consenso sobre a partir de que idade cronológica a pessoa ingressaria na velhice. Beauvoir (1990), aponta para esta constatação ao afirmar:

A atitude da sociedade para com os velhos é, por outro lado, profundamente ambígua. Em geral, ela não encara a velhice como uma fase da idade nitidamente marcada. A crise da puberdade permite traçar entre o adolescente e o adulto uma linha de demarcação que é arbitrária apenas dentro de limites estreitos: com 18 anos, com 21 anos, os jovens são admitidos na sociedade dos homens. Quase sempre os “ritos de passagem” envolvem esta promoção. O momento em que começa a velhice é mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares. Não se encontram em parte alguma “ritos de passagem” que estabeleçam um novo estatuto.

Com relação ao campo da gerontologia, estudos americanos e europeus apontam para duas teorias explicativas do enfrentamento da velhice levando em conta a idéia de “perda ou ausência de papéis sociais”. Uma delas é a teoria da atividade e a outra a teoria do desengajamento, Debert (1999).

A teoria da atividade pressupõe que os idosos que se encontram em atividade gozam de maior felicidade e a teoria do desengajamento acredita que o desligamento voluntário de suas atividades é fator preponderante para uma velhice bem sucedida. Nos anos 60 vigorava a idéia de que nas sociedades pré-industriais os velhos eram pessoas ativas e valorizadas de famílias extensas com diferentes gerações conviventes dentro da mesma família.

A tendência contemporânea, entretanto, está baseada numa mudança no enfoque do idoso antes encarado como um indivíduo que passa por um processo de perdas, para a visão atual que o vê como indivíduo capaz de obter novas conquistas sociais, Debert (1999).

Na última década, pode-se dizer que houve um aumento considerável dos movimentos pró terceira idade que lutam pela melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Ainda que se considere o atraso em relação à conscientização do processo de mudança da estrutura etária, pode-se dizer que tanto o governo, quanto a sociedade, tem hoje uma idéia mais clara de que o país está envelhecendo e que surge um segmento com novas demandas.

Nas definições dos programas sociais e das políticas públicas o idoso é visto como um novo ator. Segundo uma pesquisa usando dados do projeto Epidoso desenvolvido pelo Centro de Estudos do Envelhecimento da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Paulista³, o perfil do idoso brasileiro constitui-se de um segmento populacional formado por viúvos, possuidores de casa própria e morando com a família. Entretanto, quanto à questão da moradia, a pesquisa mostra que é a família que vai morar na casa do idoso e não o contrário.

Do ponto de vista econômico, este segmento constituirá um novo grupo de consumo legitimando a criação de novos mercados. Esta é uma das conclusões a que chegou a pesquisa do Instituto Sodexho para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida no Cotidiano patrocinada por uma empresa multinacional francesa líder no setor de alimentação e de serviços para a coletividade realizada em 11 países, entre eles o Brasil⁴.

O estudo concluiu que em um futuro próximo os idosos passarão, pelo menos nos países desenvolvidos, a serem os principais consumidores. A previsão da pesquisa é de que haverá uma transformação da “terceira idade” para “idade do poder”, onde a vida profissional do indivíduo se encerrará aos 80 anos de idade, configurando um quadro onde os idosos ocuparão postos de decisões e formarão uma grande força no mercado consumidor. (O IDOSO NO SÉCULO XXI, 2002).

³ O projeto Epidoso começou em 1991. É um estudo longitudinal sobre as condições de vida do idoso brasileiro. O objetivo maior é conhecer os fatores determinantes de um envelhecimento saudável. Segundo o pesquisador Luiz Roberto Ramos, integrante da pesquisa, o projeto é o único no país a realizar estudo longitudinal com os idosos.

⁴ Países da pesquisa: Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Suécia. O Brasil é o único país latino-americano que entrou no estudo.

1.2.2 Papéis familiares

Pensar no fluxo de apoios que envolvem o indivíduo idoso não pode deixar de levar em consideração o contexto familiar no qual ele está inserido, pois é a família o locus dos intercâmbios inter-geracionais, Goldani (1999).

Uma reflexão, sugerida por Guzmán (2000), é se as mudanças sociais e demográficas irão reforçar ou enfraquecer os laços intergeracionais que segundo este autor constituem peças chaves na integração do indivíduo idoso na sociedade em que vive.

Segundo Guzmán (2000), *“... A passagem das responsabilidades para as famílias pelos cuidados com os idosos ainda encontra-se permeada por uma visão tradicional das funções da família baseadas nos papéis domésticos tradicionais do homem e da mulher”*.

Nesse sentido, estudos que abordem quais seriam os novos tipos de arranjos domésticos ou familiares que afetam a intensidade das relações e a convivência entre gerações são necessários. Outro ponto importante é saber em que medida se pode contar com a solidariedade familiar para suportar as consequências das crises econômicas.

A maior parte da responsabilidade com o cuidado do idoso é atribuída à família e mais precisamente à mulher que ocupa predominantemente os papéis de mãe e esposa no curso de vida familiar.

Apesar de muito se falar da família como fonte de apoio aos jovens e aos idosos o que ocorre na prática é que as responsabilidades familiares dependem da disponibilidade de tempo das mulheres.

Se por um lado, as mulheres têm enfrentado novos desafios entrando no mercado do trabalho e ampliando assim seus horizontes em termos de novos papéis, por outro lado também enfrentam a dura carga de responsabilidade no cuidado com idosos e crianças.

A participação crescente das mulheres na força de trabalho certamente acabará exigindo maior participação masculina nas responsabilidades domésticas e por consequência na garantia da qualidade de vida das famílias.

Goldani (1999), afirma que a maior parte das mulheres chega aos 50 anos casada e com filhos. Houve um aumento na expectativa de vida das mulheres em função da queda das taxas de mortalidade possibilitando dessa forma, não só uma sobrevivência maior, mas provavelmente uma maior parte do tempo exercendo os papéis de mãe ou esposa.

Além das mudanças citadas anteriormente, também há o aumento do número de separações. Este fato concomitante com o aumento do tempo em que as mulheres passam no papel de mãe, pode nos fazer pensar que nem todo esse tempo seja gasto no mesmo casamento.

A experiência de vários países tem mostrado que em um contexto de carência econômica das famílias e da real dificuldade no cuidado de seus dependentes, como, por exemplo, no caso de famílias não brancas chefiadas por mulheres, tende a crescer a pressão para que o Estado assuma uma responsabilidade maior.

Todos esses eventos contribuem para uma redefinição dos papéis familiares e consequentemente uma reavaliação das responsabilidades e obrigações.

A inserção do idoso na família precisa ser vista como um processo onde se dão as relações de poder entre os indivíduos no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero, Goldani (1999).

Em termos gerais no mundo, enquanto as mulheres têm a vantagem de ter uma vida mais longa, são elas as mais prováveis de sofrerem discriminações como terem mais dificuldades no acesso à educação, ao trabalho, às políticas de seguridade social e ao poder político.

Na verdade, o que ocorre é que as mulheres, com o avanço da idade sofrem com as desvantagens cumulativas. Segundo o relatório da OMS sobre os determinantes do envelhecimento ativo:

O avanço da idade frequentemente exacerba outras desigualdades pré-existentes, baseadas na raça, etnia ou no gênero.

1.2.3 Considerações sobre as pessoas que vivem sozinhas

Quando se pensa na decisão pelo arranjo familiar, questões sobre os fatores que interferem na decisão individual são afetadas por diferentes variáveis individuais como, por exemplo, o nível de renda e o momento do ciclo de vida em que a pessoa se encontra.

Existem vários estudos que lançam mão da tese de que a maior parte das pessoas deseja privacidade no sentido de ter independência pessoal.

Apesar de muitos compartilharem da idéia da preferência por privacidade, não se pode deixar de mencionar que uma vez isolado o fator nível de renda, ainda vai existir uma proporção de indivíduos cujo desejo de companhia é preferível e mais importante do que a privacidade.

Entretanto, na inexistência de recursos suficientes, as pessoas terão pouca autonomia para decidir segundo suas preferências.

A renda se constitui, portanto em uma variável muito importante para a explicação das opções pelos arranjos familiares. Ao mesmo tempo em que por um lado economias de escala relacionadas à moradia são conseguidas quando se toma o custo per capita, por outro lado, o morar sozinho e, portanto a conquista da própria privacidade, na maioria das vezes é vista como um bem passível de compra, Ferreira, 2001.

Os aspectos relacionados ao ciclo de vida das pessoas também têm efeitos diferenciados na opção por um domicílio unipessoal. Os motivos que levam uma pessoa jovem a fazer esta escolha podem ser muito distintos dos motivos que levam um idoso a esta decisão.

Em termos de localização dos domicílios unipessoais, há hipóteses de que as áreas centrais urbanas estariam abrigando maior proporção de domicílios unipessoais pelo fato de proporcionar um acesso e uma infra-estrutura melhor em relação aos serviços do que nas áreas mais afastadas. Entretanto, esta relação pode não ser tão direta, e distintos contextos podem estar sobrepostos.

No estudo de Ferreira, 2001, sobre a formação e localização dos domicílios unipessoais em Belo Horizonte utilizando os dados do censo demográfico de 1991, há evidências de que as altas taxas de idosos vivendo sozinhos em áreas centrais urbanas, muitas delas incluindo favelas indicam que mais do que uma melhor posição sócio-econômica, o que acontece é uma intensificação da pobreza, obrigando-os a viver nestas áreas mais carentes.

1.2.4 A co-residência com os filhos

Um desdobramento do aumento da expectativa de vida das pessoas é que de uma maneira geral, este evento provavelmente influenciará na amplitude de tempo que pais e filhos, em princípio, co-residiriam.

Ruggles (2000), faz uma discussão sobre como o tamanho da família interfere na probabilidade de co-residência dos pais idosos com filhos adultos em algumas sociedades européias do século passado.

Este autor aborda a influência do aumento da renda das pessoas e do sistema de seguridade social nos arranjos familiares e levanta questões como:

- Caso não houvesse o benefício da aposentadoria, a pobreza entre os idosos aumentaria consideravelmente ?
- Como a ajuda massiva da seguridade social afeta a composição da família ? Se ela não existisse, os idosos teriam poupado mais ? Quantos teriam ido viver com seus filhos ?

O autor acaba concluindo que o sistema de seguridade social não causou as principais mudanças na composição da família dos idosos, ela foi sim uma consequência de tais mudanças. Os criadores dos sistemas de seguridade social viam os aposentados como uma consequência do declínio das atividades agrícolas e do aumento das atividades assalariadas urbanas, principalmente na Europa na época do pré-guerra em função da industrialização permitindo que pessoas sem qualificação ou com qualificação muito baixa pudessem ter um emprego na indústria.

Ruggles (2000), acredita que as mudanças que vêm ocorrendo nos arranjos familiares dos idosos durante a 2ª metade do século XX tem mais que ver com as mudanças e transformações ocorridas com a geração mais nova do que propriamente com os mais velhos.

Bongaarts, J. e Zimmer Z. (2001), concluíram um estudo comparativo em 43 países em desenvolvimento nos continentes Africano, Asiático e na América Latina, onde foram consideradas as dimensões de gênero e medidas de desenvolvimento sócio-econômico entre outras variáveis como categorias analíticas.

Entre os indicadores selecionados estão: o tamanho da unidade domiciliar, a questão da chefia e a co-residência com filhos além de várias outras informações.

De uma maneira geral, eles observaram que para esses países em desenvolvimento não há associação entre nível de urbanização, a riqueza ou o patrimônio acumulado e os tipos de arranjos familiares.

A escolaridade dos idosos revelou-se positivamente associada com a maior probabilidade das famílias serem nucleares.

No continente Africano, observou-se maior prevalência de chefia e co-residência com filhos jovens.

Nos países asiáticos estudados fica evidente a maior prevalência de co-residência com filhos adultos e em especial com filhos do sexo masculino. Este segundo fato também ocorre nos países africanos estudados.

Já nos países em desenvolvimento da América Latina ocorre o oposto, ou seja, há maior prevalência de co-residência dos idosos com filhos do sexo feminino.

Bongaarts, J. e Zimmer Z., 2001 argumentam que entre os sociólogos de família existe um certo consenso de que o tamanho e a complexidade dos arranjos familiares decresce à medida que uma sociedade se industrializa e se urbaniza.

Os autores também fazem citação à teoria da convergência da estrutura da família criada por Goode (1963), que tem como tese a convergência dos sistemas de famílias ao redor do mundo para sistemas familiares do tipo conjugal.

O termo família conjugal é bastante usado por muitos estudiosos de família, mas tecnicamente foi concebido como um tipo ideal. Segundo Goode (1963), o conceito

não foi desenvolvido a partir de estudos empíricos do comportamento familiar urbano e, portanto trata-se de uma construção teórica advinda da observação e da intuição.

Esta estrutura conceitual tem sido bastante usada como medida e como modelo para se detectar as tendências mais contemporâneas e é expressa na sua principal característica que é a exclusão de parentes e agregados da formação domiciliar.

Goode, 1963, acredita que o argumento de que variáveis econômicas e políticas geralmente determinam os eventos familiares parece teoricamente vazio. Inclusive a relação entre família conjugal e industrialização não está ainda totalmente esclarecida.

Esta teoria admite que nas sociedades tradicionais rurais os arranjos familiares do tipo famílias estendidas são mais frequentes.

O criador desta teoria de convergência para famílias “conjugais” acredita que uma das implicações dessa transição seja o enfraquecimento dos laços com a geração mais velha, acarretando uma redução na interação social e financeira para com os mais velhos e uma prevalência maior de arranjos familiares separados.

Bongaarts e Zimmer (2001), ressaltam que poucas pesquisas têm sido feitas para que se confirme esta hipótese.

Um dos achados mais consistentes deste estudo é que o sexo dos filhos co-residentes tem implicações para a natureza e o nível de apoio dado aos idosos e diferem sistematicamente entre os países estudados.

Os autores apontam para a necessidade de se ter dados consistentes e comparáveis que cubram a maior parte dos países em desenvolvimento no mundo.

Uma das conclusões dos autores é que há uma forte associação entre o nível de escolaridade e indicadores relativos a alguns tipos de arranjos familiares do idoso. Assim, a escolaridade está positivamente associada ao maior percentual de pessoas idosas vivendo sozinhas e ao maior percentual de idosos chefiando domicílios. O nível de escolaridade encontra-se negativamente associado ao tamanho do arranjo, e ao percentual de idosos vivendo com filho adulto.

A constatação destas associações, entre escolaridade e tamanho da família e entre escolaridade e chefia da família, tende a substantiar a hipótese de que os idosos que vivem em países em desenvolvimento e com nível de escolaridade mais elevado têm scores mais altos de indicadores sócio-econômicos, sendo menos prováveis de estarem vivendo em famílias estendidas.

De certa forma, este resultado vai de encontro à teoria da convergência de Goode, apontando para uma tendência de nuclearização da família e de enfraquecimento dos laços característicos de famílias extensas conjuntamente com o desenvolvimento sócio-econômico.

Também não podemos deixar de pensar que os níveis de escolaridade podem estar associados à outras variáveis que podem influenciar a constituição de determinados arranjos familiares.

Neste estudo constatou-se que os efeitos regionais e de gênero permanecem fortes mesmo após se controlar outros fatores, o que sugere que nem todas as associações vistas anteriormente são resultados das diferenças nas categorias sócio-econômicas.

Nos países africanos e asiáticos há uma predisposição maior dos idosos co-residirem com seus filhos homens casados do que com as filhas casadas. Isto não foi evidenciado nos países latino-americanos onde a razão de sexo dos filhos casados co-residentes é perto de 1.

Na maioria dos 43 países estudados a maior parte dos idosos tende a viver em domicílios grandes, provavelmente com algum filho casado e com maiores chances ser do sexo masculino.

O tamanho do domicílio dos idosos na América Latina, em geral é menor que o tamanho médio do domicílio nos países africanos e asiáticos. Entretanto, são os idosos da América Latina os menos prováveis de morarem sozinhos comparativamente aos idosos provenientes de países em desenvolvimento na África e na Ásia.

No estudo de Camarano, 2002, é discutida a idéia da co-residência como uma alternativa para os idosos nos lugares onde a cobertura da previdenciária é precária.

Nesse estudo também é considerada a hipótese de que variações na renda dos pais e dos filhos exercem influência na probabilidade de co-residência entre pais e filhos.

1.2.5 Raça e Etnia

Debert (1999), aponta para a suposta homogeneidade existente nos estudos sobre experiências do envelhecimento frente às diferenças de classe e de etnias. Segundo ela, a preocupação com a etnia e a classe social tem como limitações dificuldades teóricas e metodológicas. Ao mesmo tempo em que a questão da etnia tem um aspecto cultural, também tem um aspecto biológico.

Uma das dificuldades apontadas diz respeito a como distinguir os efeitos das condições econômicas ou os efeitos das minorias étnicas daqueles efeitos de naturezas próprias do envelhecimento ? Como definir instrumentos capazes de auferir o bem estar dos idosos além dos aspectos econômicos e da saúde, de satisfação, de insegurança e da qualidade do apoio recebido ?

De acordo com Debert (1999), quando se estuda a etnia entre os idosos nas pesquisas quantitativas, a tendência geral é mostrar que os idosos encontram-se em condição de dupla vulnerabilidade e acabam recebendo um tratamento de vítimas. Nesse sentido, estaria havendo uma sobreposição entre os efeitos próprios da pobreza e os efeitos da discriminação étnico-raciais gerando um componente de confundimento.

Por outro lado, quando se examina a questão cultural da etnia, nessas pesquisas, a relação entre idosos e a etnia ocorre de maneira oposta indicando que os idosos pertencentes às minorias estão em situação melhor, medida do ponto de vista do nível de satisfação e de sua interação social. Estes estudos apontam para o fato de que as minorias étnicas têm relações familiares e formas de apoio mais intensas e, portanto seriam mais privilegiadas.

Segundo Goldani (1999), *“a existência de diferenças na estrutura de suporte intergeracional entre grupos étnicos é um fato que estaria não só ligado aos variados*

modelos de estruturas familiares, mas também, aos recursos e condições de vida diferenciados entre os membros dos vários grupos raciais”.

Situação sócio-econômica, etnia e arranjos familiares dão dimensões específicas ao conjunto dos idosos. Portanto, não seria prudente pensar no envelhecimento sem distinguir de que grupo estamos falando.

1.3 Idoso, Trabalho e Previdência

1.3.1 Trabalho e Previdência

Há duas maneiras de abordar a temática dos idosos geralmente consideradas nos estudos gerontológicos: pensar o idoso da “perspectiva da miséria” e pensar o idoso como “fonte de recursos”.

No primeiro caso, os gerontólogos consideram a transição de uma fase onde os velhos eram valorizados como pessoas e pertencentes a grandes famílias para uma fase atual decorrente do processo de modernização, ou seja, com um papel social menor e também desvalorizados dentro da família, Debert (1999).

No segundo caso, onde o idoso é considerado sob a ótica de fonte de recursos, fazem parte uma linha de estudos sobre os idosos na Suécia citada em Tornstam (1992), que tratou de rever os resultados de pesquisa onde havia uma tendência por parte dos mais jovens em superestimar a realidade problemática dos velhos.

A percepção que os idosos tinham da sua realidade era mais positiva do que aquela tomada como pressuposta nas pesquisas. Isto significa que muitas vezes as hipóteses são pré-concebidas devido à falta de conhecimento do pesquisador ou ao próprio preconceito.

A análise dos dados pressupõe que se tenha cautela para não se perpetuar e legitimar mitos referentes a visões pessimistas da velhice e à visão tradicional de que os idosos representam um fardo para os membros mais jovens da família.

A aposentadoria, momento de retirada da força de trabalho, é muitas vezes vista através da “perspectiva da miséria” sendo evidenciados os aspectos negativos como a perda do papel social e da própria identidade. É como se ainda que de forma

inconsciente os idosos vissem a chegada da aposentadoria como um momento marcado pelo final do trabalho assalariado e pelo último estágio da vida.

Mudanças na regulamentação e na legislação da seguridade social tem ocorrido nas últimas décadas tanto nos países desenvolvidos quanto nos que estão em desenvolvimento, Saad (2000).

Enquanto nos países desenvolvidos encontram-se vários estudos voltados para os programas do governo e para as políticas públicas com o objetivo de suprir as necessidades dos idosos, nos países em desenvolvimento enfocam-se mais questões sobre as obrigações e expectativas entre pais e filhos adultos e como acontecem os fluxos de recursos intergeracionais.

A elevação das taxas de atividade entre os idosos pode estar associada tanto a um reflexo do aumento da esperança de vida e da melhoria nas condições de saúde, quanto por outro lado às dificuldades deste grupo em serem amparados pelo sistema de seguridade social.

De fato, em muitos países latino-americanos o que ocorre é que a desvantajosa situação sócio-econômica do idoso, muitas vezes o obriga a continuar economicamente ativo.

De acordo com Guzmán (2000), na maioria dos países latino-americanos a proporção desta população na força de trabalho chega a 30%, ao passo que nos países europeus apenas 15% dos idosos ainda se mantêm na força de trabalho.

Nesse sentido, provavelmente a elevada participação idosa na força de trabalho não necessariamente deve-se à uma opção voluntária, mas muito provavelmente justifica-se pela baixa cobertura dos sistemas de seguridade social e ou dos baixos valores dos benefícios.

O objetivo principal da instituição dos sistemas previdenciários é possibilitar às pessoas que perderam sua capacidade laboral, seja por deficiência ou pelo avanço da idade, viverem com dignidade e independência, mantendo sua capacidade de consumo.

Pensar em como a previdência social pode continuar cumprindo seus objetivos requer que se discuta o seu desenho e sua implementação levando em conta a

existência de várias dimensões: a família, outros tipos de arranjos não familiares, assistência social, seguros sociais privados, e poupança entre outras questões.

Algumas dessas dimensões constituem opções alternativas, podendo ser combinadas de forma a oferecer maior segurança às pessoas. A maneira como cada país vai reunir o conjunto de medidas na reestruturação de seu sistema de bem-estar social é um processo e uma questão política, Thompson (2000).

Os ataques mais contundentes aos sistemas tradicionais de previdência social vêm da área econômica e em geral os argumentos dizem respeito aos efeitos da dinâmica fiscal.

No campo dos estudos econômicos, há uma necessidade crescente de se entender melhor como determinados fatores tornam alguns modelos mais eficazes em alguns países do que em outros. Para isso, preocupações como a adequação do sistema, a sustentabilidade financeira, a viabilidade política e o apoio público devem ser tidos em conta ao se pensar na reforma de um sistema baseado na conciliação das políticas econômicas e sociais Thompson (2000).

Por vários anos os sistemas de previdência social baseados no regime de repartição, ou seja, aquele em que as atuais gerações de contribuintes financiam as gerações anteriores, foram tidos como grandes conquistas sociais e econômicas e hoje se atribuem a estes mesmos sistemas os impactos indesejáveis sobre a economia.

A idéia de seguridade social que historicamente tem sido considerada em um contexto ligado às relações trabalhistas e aos modelos assistenciais, hoje é discutida sob um enfoque de direito à cidadania contrapondo idéias de universalização X focalização.

Muitas vezes a discussão acerca dos sistemas previdenciários é acalentada pela esperança de que medidas previdenciárias alternativas irão melhorar o desempenho econômico do sistema e de certa forma se adequar à transição demográfica.

Os tipos de ajustamento mais comuns adotados pelos governos são o aumento da idade legal para elegibilidade da aposentadoria e ou a redução dos valores dos benefícios o que contribui para baixar ainda mais o padrão de vida do idoso.

1.3.2 Relações Econômicas Intergeracionais

Em muitos estudos os idosos são tratados como um grupo social vulnerável. No trabalho de Guzmán (2000), dos países latino-americanos estudados os idosos não são o grupo mais pobre, ou seja, há menor incidência da pobreza entre os mais velhos.

Os níveis de pobreza menos elevados entre os idosos observados em vários países, comparativamente aos da população, em geral devem-se a uma acumulação de recursos no decorrer de suas vidas produtivas ou pode também ser pensados como resultados de um efeito de seletividade, no sentido de que os indivíduos mais pobres estiveram sujeitos às taxas de mortalidade mais elevadas.

Há diversos fatores que poderiam ser pensados como influenciadores na decisão do indivíduo idoso co-residir com seus filhos. Uma questão principal a se considerar é a capacidade econômica do idoso. Nesse sentido várias situações podem acontecer:

- O idoso pode ser a provedora primária de renda na unidade familiar.
- O idoso percebe renda, mas faz somente uma contribuição secundária.
- O idoso pode ser um dependente econômico, mas a sua presença pode permitir que outros membros trabalhem e conseqüentemente tenham rendimentos.
- O idoso pode ser um dependente econômico com alguma incapacidade requerendo a atenção de outra pessoa da família e impedindo-a de trabalhar.

De acordo com Guzmán (2000), a situação em que os pais são dependentes dos filhos é mais comum nas áreas urbanas. A situação em que os filhos são dependentes dos pais é mais comum, em se tratando de América Latina, nas pequenas propriedades rurais, onde os filhos muitas vezes dependem da morte dos pais para herdarem a terra.

Ruggles (2000), já afirmava que esta era a verdadeira situação a responsável pela co-residência entre gerações nas áreas rurais da Europa e dos EUA até o início do século XX e não a solidariedade por parte dos filhos em relação aos pais.

Existem outros fatores que podem estar associados à incorporação do idoso à uma família nuclear jovem como, por exemplo: o nível de pobreza e o nível de instrução dos outros membros. Ainda de acordo com Guzmán (2000), na Colômbia, por exemplo, existe uma maior prevalência de arranjos multigeracionais entre os segmentos sociais com nível educacional mais elevado.

Uma possível explicação para a tendência de co-residência dos filhos com os idosos com maiores recursos é que em um contexto de recursos escassos a dependência dos filhos e de outros membros da família aumenta.

Por outro lado, ainda que sejam controlados os efeitos das variáveis que expressam as necessidades econômicas, ainda existem os fatores culturais que podem variar conforme a região ou mesmo a etnia.

Ainda que na América Latina, os laços familiares pareçam ser fortes, pairam dúvidas sobre a capacidade da família em absorver uma população idosa maior que a existente no passado e vivendo mais. Esta situação faz com que muitas vezes a família encare seus idosos como cargas muito pesadas, ainda mais quando eles têm a saúde comprometida ou quando não tem autonomia.

Sob um outro ponto de vista, há estudos que contemplam a hipótese de que muitos dos fatores relacionados ao desenvolvimento como a industrialização, a urbanização, o avanço da tecnologia médica, a melhoria na educação, tendem cada vez mais a isolar o idoso, separando-o de sua família e também diminuindo o seu status social frente aos jovens.

Uma questão que merece atenção é saber em que medida a co-residência com os filhos adultos constitui de fato o arranjo que melhor satisfaz as necessidades de ambas gerações.

Ainda que a nossa Constituição e também a legislação de vários países conte de maneira implícita com a família no sentido de assumir as responsabilidades para com o idoso, a questão é até que ponto é realístico fazer tal atribuição, tendo em vista a situação atual de grandes transformações demográficas que acabam por ameaçar a capacidade das famílias de amparar seus familiares idosos.

1.3.3 Formação de Patrimônio ao longo da vida

Segundo Holtz-Eakin, D., Smeeding, T.M. (1994), comparativamente às pesquisas relacionadas à renda, a literatura disponível sobre a riqueza acumulada ou o patrimônio formado ao longo da vida é escassa. Quase nada se sabe sobre o processo de “acumulação e desacumulação de riqueza” dos idosos e quais os motivos para a ocorrência deste evento.

Saber sobre a relação entre as condições de saúde, os gastos com saúde e o patrimônio disponível é de interesse particular. Pouco é conhecido sobre a acumulação de recursos e a estrutura de gastos do segmento mais velho ao longo do ciclo de vida e à medida em que mudam as condições de saúde e a idade.

Ainda segundo estes autores, mesmo em países desenvolvidos encontrar boas medidas para mensurar estes elementos é muito difícil no momento atual.

Por outro lado, tradicionalmente muitos pesquisadores como economistas, por exemplo, usam a variável renda pessoal como o indicador mais importante de bem estar.

A renda monetária acaba sendo uma medida útil de bem estar porque acaba se configurando como uma proxy da variável de interesse que é a capacidade de consumo final. Há uma disponibilidade regular de dados sobre renda em pesquisas do tipo cross-sectional e pouca oferta em pesquisas longitudinais.

As próximas gerações que estarão entrando na terceira idade provavelmente engrossarão o grupo das famílias que contam com mais de um “provedor” e conseqüentemente uma porção maior de pessoas estará recebendo quantias mais elevadas do que as quantias médias que a geração anterior recebia.

Tendo como dimensão maior o ciclo de vida, o status conjugal é uma variável que provavelmente tem seus efeitos nas condições de bem-estar das pessoas. Pesquisas americanas de caráter longitudinal acompanharam indivíduos e famílias por períodos superiores a 10 anos e descobriram que a condição de viuvez é a principal fonte de insegurança econômica entre as idosas americanas, Burkhauser e Duncan (1989). A transição para a condição de viuvez para as mulheres parece ser

muito mais complicada do que a mesma transição para os homens. A probabilidade da pessoa idosa estar na pobreza aumenta quando ela está só.

Investigações do tipo painéis como os surveys americanos HRS (Health and Retirement Survey) e AHEAD (Health Assets) são muito oportunas, pois ajudam a fazer estimativas do status econômico dos idosos. Estes levantamentos abordam informações sobre saúde, patrimônio, renda e outros assuntos relacionados.

Holtz-Eakin, D., Smeeding, T.M. (1994), enfatizam que uma das principais lacunas que os estudos em geral não preenchem são aquelas relacionadas ao consumo dos idosos.

Segundo estes autores, há uma ênfase dada às pesquisas sobre a renda do indivíduo e sobre as mudanças no rendimento em detrimento da importância devida que deveriam ter os estudos sobre a acumulação e a deterioração da riqueza ou do patrimônio, afetando assim a avaliação das reais necessidades de consumo e dos orçamentos domésticos.

Um ponto chave é estreitar o entendimento sobre a transferência de recursos econômicos através das gerações, considerando-se o ciclo de vida. Seria interessante conhecer como o fato de fazer uma transferência de recursos para os filhos afeta o consumo, os gastos com habitação e outras decisões financeiras dos idosos.

Fuchs, 2001, em seu estudo usando dados do “Current Population Survey” e do “the Medicare Current Beneficiary Survey”, além de outras fontes, afirma que os problemas financeiros dos idosos são o rebaixamento da renda e o aumento nas despesas com cuidados médicos. Segundo este autor as mudanças fisiológicas são a causa primária na redução da renda.

A maneira conhecida para elevar o nível de renda dos futuros idosos seria economizar ao longo da vida e ou aumentar os níveis de atividade remunerada dos idosos. Em relação à questão do incremento da poupança é evidente que quando economizar é voluntário, muitos não o farão. A partir daí, talvez fosse interessante a introdução de alguma forma de poupança compulsória Fuchs, 2001.

Já a questão do aumento da atividade remunerada dos idosos torna-se um grande desafio no contexto atual onde há uma enorme demanda por trabalho por parte dos segmentos mais jovens.

Almeida, 2002, em seu trabalho sobre os determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos usando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/96 verifica que à medida que os indivíduos envelhecem há um aumento na demanda por cuidados médicos.

Este autor não encontrou diferenças significativas de consumo entre os chefes idosos que trabalhavam e chefes não idosos que trabalhavam. Provavelmente devido ao fato de que o trabalho seja um elemento a mais atuando como protetor da renda para os idosos, que em sua maioria já contam com os rendimentos previdenciários.

Muito provavelmente, Almeida, 2002, pode não ter encontrado diferenças significativas, pois os idosos que trabalham em sua maioria são os mais jovens, ou seja, aqueles que acabaram de entrar para a terceira idade e que certamente tem uma predisposição menor do que os mais idosos de aumentar o consumo com gastos relacionados à saúde.

Uma explicação possível é que os chefes idosos que trabalham são mais parecidos com os chefes não idosos que trabalham, pelo menos em relação ao consumo, do que os idosos que não trabalham que são mais velhos que os idosos que trabalham.

Foi constatado neste estudo que à medida que a escolaridade dos chefes idosos e não idosos aumenta, não há diferenças significativas no aumento da probabilidade de consumir.

Capítulo 2: Metodologia e Fonte de Dados

2.1 A pesquisa por Amostra de Domicílio

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes de tabulações especiais a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio – PNADs dos anos de 1990, 1995 e 1999 realizadas pelo IBGE.

A PNAD é uma pesquisa que em geral tem periodicidade anual e investiga as informações básicas para estudos sobre o desenvolvimento sócio-econômico da população. Este levantamento vem sendo realizado desde 1967 e tem amplitude quase nacional⁵.

O fato mais precioso nos procedimentos estatísticos está na possibilidade de ajudar nas inferências sobre uma população usando um pequeno grupo, a amostra. Para que a amostra cumpra seu propósito é preciso que ela seja semelhante à população em vários aspectos que sejam relevantes à pesquisa. Neste sentido, a inferência estatística requer que a amostra em questão seja representativa da população para que as conclusões sejam válidas.

Isto significa que a amostra deve reproduzir a população ao menos nos quesitos chaves da investigação.

A PNAD é realizada através de amostra probabilística de domicílios em três etapas de seleção. Primeiro são selecionados os municípios, depois os setores censitários e por último as unidades domiciliares.

Há dois tipos de influências que podem afetar os resultados de uma pesquisa. Por um lado, pode se ter fontes de viés (*bias*), ou seja, influências externas que irão afetar os resultados da pesquisa e que podem ser inseridos em qualquer etapa da pesquisa. Estes erros são praticamente impossíveis de se isolar.

Por outro lado, existem os erros na metodologia que induzirão a resultados inválidos ou imprecisos. Os erros de amostragem são, portanto erros de flutuações aleatórias.

⁵ A Pnad não investiga as zonas rurais da região Norte do país.

No capítulo metodológico que descreve o plano de amostragem da PNAD encontrado junto à documentação da pesquisa, são fornecidos os cálculos dos erros de amostragem expressos pelos coeficientes de variação em função da dimensão da estimativa. Assim, por exemplo, no caso da população idosa em 1999, que representava menos de 10 milhões de pessoas, as estimativas para esta população estariam subjugadas por um erro amostral de 1%. Para as estimativas das pessoas urbanas, o coeficiente de variação atinge 1,1% e no caso rural 2%.

Como as mensurações nunca são perfeitas, é necessário que se esteja sempre observando os erros amostrais para não tirar conclusões equivocadas.

Neste sentido, dois pontos devem ser analisados cuidadosamente: as Grandes Amostras X o Poder do teste estatístico utilizado e as Amostras Pequenas X Eventos Raros.

Se por um lado, as grandes amostras são desejáveis na medida em que conferem legitimidade às estimativas, por outro lado, deve se estar atento ao poder do teste estatístico usado que determinará se o efeito que se quer medir é significativo ou não.

Agresti (1990), chama a atenção para a exagerada aceitação que os testes de hipóteses tem pelos pesquisadores e comenta que na verdade além de se atentar para os resultados dos testes de hipótese aceitando ou não as hipóteses, os pesquisadores deveriam olhar também para os intervalos de confiança em que se encontram as estimativas que determinam a aceitação ou não da hipótese.

Assim, qualquer efeito mínimo em uma situação em que se tenha uma grande amostra e um teste muito poderoso será captado e o pesquisador pode cair no erro de superestimar um efeito quando na realidade ele é muito pequeno ou insignificante.

Do outro lado temos uma das situações mais temidas por vários pesquisadores que é o caso da ocorrência de eventos raros quando se têm pequenas amostras. Muitas vezes são captadas associações quando na realidade a amostra, embora representativa para o todo do estudo, não permite conclusões significativas para eventos com probabilidades muito pequenas de ocorrências. Neste sentido, o

pesquisador mais desatento, poderá tirar conclusões precipitadas quando na realidade elas se devem a flutuações amostrais.

2.2 Definição de Idoso

Metodologicamente temos que definir claramente a população idosa que queremos investigar. Apesar da idade em que as pessoas se consideram idosas variar bastante de indivíduo para indivíduo, algum critério cronológico tem que ser tomado e não há como evitar algum grau de arbitrariedade.

As Nações Unidas e a OMS – Organização Mundial da Saúde - recomendam que para países em desenvolvimento deva-se considerar como idoso a pessoa com 60 anos ou mais de idade.

Neste estudo definimos como população idosa, as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. A escolha se deve a dois motivos. Em primeiro lugar, para efeito de comparação, uma vez que estudos sobre envelhecimento em outros países consideram este corte etário. Em segundo lugar, porque o fato de adicionar as pessoas com idade entre 60 e 64 anos aumentaria bastante o peso dos idosos “jovens” dentro do grupo de idosos, assim o conjunto de pessoas idosas ficaria com um perfil mais parecido ao das pessoas que ainda não são idosas ou são idosos jovens.

2.3 Informações referentes à situação de domicílio Urbano-Rural

Vários pesquisadores dos temas relacionados à ruralidade consideram a PNAD uma excelente fonte de informações sobre emprego, trabalho e rendimentos para as áreas rurais brasileiras. Del Grossi, 2002.

Uma vantagem desta pesquisa é que embora a distribuição dos setores censitários em função das áreas urbanas e rurais mude a cada censo, eles permanecem inalterados nas PNADs durante o período intercensitário.

Em última análise, poderíamos dizer que o conceito de rural é uma categoria residual visto que a cada ano as áreas urbanas estão sempre crescendo e o IBGE considera como população urbana aquela residente dentro da área urbana que é definida pela legislação municipal⁶. Consequentemente a população que não atende a este quesito é considerada rural.

Como o IBGE somente redefine as áreas dos setores censitários a cada novo censo, os setores considerados urbanos e rurais nas PNADs permanecem constantes no período intercensitário. Portanto, as projeções populacionais através das PNADs tomam por base as tendências de crescimento relativas às taxas de migração, fecundidade e mortalidade observadas nos censos demográficos.

Devido a esta questão metodológica, muitos pesquisadores acreditam que a população rural esteja superestimada quando levantada pelas informações da PNAD, na medida em que muitas áreas rurais se urbanizaram entre um censo e outro. Este fato é refletido quando se comparam os dados relativos à população rural entre os anos de 1999 e 2000 e se percebe uma queda abrupta, Silva (2002).

A maneira de sanar este problema, ou seja, estimar a real medida do erro cometido no levantamento da população rural seria termos acesso às bases cartográficas utilizadas em cada período e separarmos a população que a rigor emigrou para as áreas urbanas daquela que se tornou urbana por uma contingência legislativa de mudança de classificação municipal.

Uma outra questão, mas não menos importante, diz respeito à ocupação das pessoas na zona rural. Nas PNADs mais recentes, ao tomar-se apenas a semana como período de referência há uma indução à superestimação do número de famílias inseridas em atividades exclusivamente agrícolas que segundo Silva (2002), acaba por subestimar o nível de pluriatividade da agropecuária.

Apesar dos problemas apresentados, ainda assim este levantamento domiciliar realizado pelo IBGE a cada ano é considerado de grande importância e em especial pelo grande poder de captação de dados socioeconômicos oriundos das áreas

⁶ A definição de população urbana é atribuída à população residente nas cidades (sedes de municípios), vilas (sedes distritais) e áreas urbanas isoladas.

rurais porquê possibilita o levantamento das atividades individuais agrícolas e não agrícolas, esteja a pessoa residindo na zona rural ou urbana.

2.4 Informações referentes aos rendimentos

As informações sobre rendimentos na PNAD são as mais apropriadas no sentido desta informação constituir-se em uma variável próxima do nível de satisfação das pessoas e que em última análise dá uma idéia do potencial de consumo das pessoas e das famílias.

Provavelmente seja a renda, a variável que sofre o maior número de restrições em relação à qualidade dos dados. A renda captada pelas PNADs e pelos censos é uma estimativa de fluxo, mas não de estoque.

Por outro lado, para a grande maioria da massa de trabalhadores cuja capacidade de poupança é limitadíssima, a medida de riqueza acaba não sendo muito importante porquê praticamente tudo o que recebem é gasto para satisfazer suas necessidades básicas.

Rocha 2002, aponta para as vantagens do uso de informações sobre rendimentos ao afirmar:

O nível de bem estar das pessoas e das populações é determinado por um conjunto de fatores psicossociais complexos. No entanto, em função da urbanização e do desenvolvimento da sociedade de consumo, cada vez mais a renda vem se tornando uma variável de importância fundamental para as análises sócio-econômicas com que se pretende medir o progresso no que concerne aos indivíduos, às famílias e às unidades espaciais envolvidas. Apesar dos conhecidos problemas conceituais e metodológicos a serem necessariamente enfrentados, ela é reconhecidamente a melhor proxy de bem estar, pelo menos no que diz respeito àquele que deriva do consumo no âmbito privado.

A subestimação dos valores das rendas das pessoas mais ricas é uma das limitações das pesquisas de caráter declaratório não só no Brasil como em vários outros países. Também há problemas de subestimação intencional em função da

natureza do rendimento. Assim rendimentos provenientes de pessoas declaradas como, por exemplo, trabalhadores conta-própria e empregadores tendem a ser subdeclarados.

De fato, a subdeclaração dos rendimentos elevados representa um problema, pois acaba por subestimar o nível de desigualdade e distribuição da renda. Hoffman (1988).

Em relação às dificuldades a serem enfrentadas pelos pesquisadores que lançam mão das informações sobre renda da PNAD, poderíamos citar que além de não se contar com dados sobre a despesa dos residentes no domicílio, dado fundamental para se estudar o consumo, a declaração dos rendimentos está associada a um mês de referência e não à uma proxy mensal do que seria o rendimento anual e, portanto mais adequada para nossos propósitos.

Entretanto, para o levantamento do nível de rendimentos da população, não se pode deixar de reconhecer que a PNAD é uma das investigações cuja abrangência e representatividade são indiscutíveis nas comparações intertemporais desde 1967.

A pesquisa torna possível a análise dos rendimentos das pessoas de todos os estados brasileiros, com exceção apenas da população residente na área rural da Região Norte⁷, assim como também permite a análise dos rendimentos no nível de região metropolitana.

Mais uma vez, cabe ressaltar a importância da variável renda para os estudos de incidência da pobreza através da inferência dos valores de satisfação das necessidades básicas através dos rendimentos familiares per capita, obtidos através da soma de todos os tipos de rendimentos auferidos pelas pessoas que constituem cada família e que podem ser pensadas como uma unidade de consumo e rendimento.

A análise da renda familiar, por outro lado, parece ter uma importância maior comparativamente à análise da renda pessoal sob vários aspectos. A justificativa de Médici (1984), com relação a esta constatação é que:

⁷ No ano 2000 era equivalente a 2,1% da população brasileira.

A família no Brasil, antes de ser um espaço de natureza jurídica, ou ética ou um traço cultural de nossa formação social, é o "locus" onde perpassam as relações de reprodução social e sobrevivência. A análise da renda pessoal, embora importante na explicação dos fenômenos da concentração e distribuição da renda no Brasil, não remete ao problema de "como se vive", dado que é na família que estas relações ficam explícitas através de um sistema de compensações mútuas das contribuições das pessoas conviventes. A existência de uma caixa comum possibilita a sobrevivência de pessoas que dificilmente poderiam subsistir com o pouco que recebem.

Um outro problema levantado por alguns autores é que pode estar existindo uma sobrestimação da renda dos chefes, na medida em que rendas que não sejam oriundas do trabalho das outras pessoas da família acabam sendo atribuídas ao chefe⁸. Nesse caso, trabalhar com a renda familiar ou a renda familiar per capita pode ser preferível, por se tratar de dados agregados e não acarretar problemas como os que se tem quando se usa a renda do chefe da família ou do domicílio.

2.5 Informações referentes à família

De acordo com Bilac (2001), podemos dizer que da ótica das Ciências Sociais, a família é um modelo que responde à organização da reprodução humana quotidiana e geracional e envolve as dimensões de parentesco e aliança, casamento e filiação e as regras de residência. Assim, trabalhar com a unidade família requer a análise da reprodução biológica, ou seja, a questão da descendência e os aspectos culturais.

O conceito de família usualmente considerado em áreas de estudo como a sociologia e a antropologia, em que a família pode ser considerada como um grupo de pessoas com laços de parentesco sem necessariamente haver limitação territorial não é utilizado pelas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE, devido entre vários fatores à inviabilidade operacional.

⁸ Por exemplo, o caso de recebimento de aluguéis.

De uma forma geral, o arranjo domiciliar que a PNAD disponibiliza é definido como um agrupamento de pessoas com ou sem relação de parentesco, separado fisicamente de outros grupos de pessoas e em geral compartilhando parte ou a totalidade das despesas para satisfação das necessidades básicas, configurando uma unidade comum de consumo e de ingressos de rendimentos.

A PNAD possibilita conhecer o tipo de relação de parentesco existente entre duas famílias em um mesmo domicílio. Segundo Bilac (2001), as “famílias censitárias” ou as “famílias da PNAD” priorizam mais as relações nucleares e os grupos de reprodução. Nesse sentido a PNAD pode ser vista como uma grande vantagem no sentido de possibilitar a detecção de mais de um núcleo de reprodução.

Neste trabalho optou-se pelo “arranjo familiar” ou “família” dentro das possibilidades da PNAD. A justificativa deve-se ao fato de que no caso da população idosa, interessa conhecer a diversidade de tipos familiares que muitas vezes quando se estuda este segmento populacional considerando-se os arranjos domiciliares com mais de um núcleo de reprodução, não se consegue ao certo determinar a natureza do núcleo de reprodução ao qual o idoso faz parte.

Na definição usada para “domicílio” e “família” na metodologia da PNAD, tanto em uma quanto na outra existem perdas. Se por um lado, a consideração do objeto de análise é a família, pode se ter informações enviesadas quando através deste conceito acaba-se separando famílias conviventes sob um mesmo teto, mas que possuem uma dependência econômica. Por outro lado, o domicílio pode juntar famílias nucleares que sejam independentes economicamente, mas que não possuem delimitações físicas que caracterizem domicílios independentes como a entrada privativa para os seus cômodos⁹.

Entretanto, como argumenta Bilac (2001), é muito raro encontrar domicílios com mais de um núcleo de reprodução onde o orçamento doméstico seja compartilhado.

⁹ O IBGE considera para definir domicílio particular a moradia com um ou mais cômodos, que atende a critérios de **separação e independência** e onde há pessoas que vivem sós ou conjunto de pessoas que vivem ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica (no caso dos empregados domésticos e empregadores) ou normas de convivência (regras estabelecidas para o convívio das pessoas sem laço de parentesco ou dependência doméstica que vivem juntas) Medeiros (2002).

Uma das conseqüências citada por Silva (2000) ao se tomar o arranjo familiar na conceituação da PNAD ao invés do arranjo domiciliar seria a subestimação da pluriatividade, no caso das pessoas residentes no meio rural, porquê esta tende a aumentar à medida que o número de indivíduos na unidade considerada aumenta.

Valeria a pena a sugestão aos planejadores da pesquisa para que se incluísse algumas questões com o objetivo de se captar melhor se as pessoas que habitam o domicílio constituem uma ou mais famílias¹⁰.

Por fim, a relação estabelecida entre as diversas pessoas que co-habitam o domicílio é determinada pela sua ligação com uma única pessoa moradora do domicílio eleita pelo morador respondente como sendo a “pessoa de referência do domicílio”.

Nas PNADs da década de 70 e 80, esta pessoa de referência era denominada o “chefe do domicílio” sendo que a partir de 1992 a terminologia passou para “pessoa de referência do domicílio”. A identificação desta pessoa é definida pelo morador respondente em função da pergunta: Quem é o principal responsável pelo domicílio?

Em geral o principal responsável pelo domicílio é determinado pelas pessoas co-residentes como sendo aquele responsável pela maior parte ou a totalidade dos custos de manutenção do domicílio. Pode também ser determinado pelo critério da pessoa de referência ser o proprietário do domicílio, ou a pessoa mais velha, ou ainda por outros critérios que desconhecemos.

O que vale ressaltar é que embora as taxas de chefia estejam bastante associadas ao morador de maior renda, a determinação da “pessoa de referência” é uma informação baseada nas opiniões dos entrevistados residentes no domicílio e não uma imposição a partir do juízo do entrevistador.

Em geral, a discussão sobre o conceito de chefia do domicílio gira em torno de dois pontos:

- Se o chefe é aquele com maior autoridade e poder de decisão, ou,
- Se o chefe é aquele que ganha mais que os outros membros da família

Talvez, uma estratégia interessante seria creditar a chefia do domicílio à pessoa que de fato administra os recursos do domicílio, ou seja, aquele que controla os recursos e não exclusivamente àquele que possui uma superioridade nos rendimentos.

A determinação da chefia envolve contextos de relacionamentos de poder intrafamiliares como o poder de decisão e o poder econômico. Está também relacionada ao ciclo de vida, envolvendo diferentes etapas como a formação, evolução e dissolução das famílias. E por último está relacionada também à composição da unidade familiar.

2.6 Construção da variável: Condição do Idoso na família

A partir da informação “relação com a pessoa de referência na família” ¹¹ foi construída uma variável para indicar a condição do idoso na família¹² que contempla seis categorias de análise, a saber:

- Idoso vivendo sozinho – arranjos unipessoais
- Idoso chefe ou cônjuge de arranjo familiar do tipo casal sem filhos, sem a presença de parentes, agregados, pensionistas ou empregados.
- Idoso chefe ou cônjuge de arranjo familiar do tipo casal com filhos, com ou sem parentes, agregados, pensionistas ou empregados.
- Idoso chefe de família monoparental¹³. Situação caracterizada pela co-residência do idoso que foi declarado como chefe da família com filho(s), com ou sem netos ou outros parentes, agregados, pensionistas ou empregados.

¹⁰ Como sugestão poderíamos ter a inclusão de questões que abordassem a relação entre a capacidade da família de ter fonte de renda própria e o seu efetivo consumo possibilitando assim o levantamento de orçamentos distintos.

¹¹ A partir da PNAD de 1992 a variável: “relação com o chefe da família” foi modificada para “relação com a pessoa de referência” onde as posições das demais pessoas da família são categorizadas de acordo com sua relação (parentesco ou não) com o entrevistado.

¹² A condição do idoso na família considera os arranjos familiares dentro das possibilidades que a PNAD oferece. Ver capítulo 2.

¹³ Família constituída de chefe e filho(s) sem a presença de um cônjuge

- Idoso vivendo como parente ¹⁴. Nesta situação, embora a categoria parente não designe um arranjo familiar, os idosos aqui inseridos são aqueles que na sua grande maioria vivem sem esposo (a), co-residindo com filhos adultos unidos ou não, que foram declarados chefe da família e com a presença ou não de netos. Em geral, esta é a situação onde o idoso (a) é mãe/pai ou sogro(a) do chefe da família, podendo representar uma situação de dependência do idoso em relação ao chefe da família.

- Outros: quando o idoso é o chefe do arranjo familiar vivendo ou não com o cônjuge e quando reside necessariamente com um parente ou com um agregado ou com um empregado ou pensionista. É importante ressaltar, que nesta categoria, os idosos não co-residem com filhos.

Em 1999, do total de idosas na categoria outros, aproximadamente 57% faziam parte de um arranjo onde ela era a chefe da família morando com parentes e ou agregados ou empregados ou pensionistas. Idosas vivendo com o marido e com parentes e ou agregados e pensionistas representavam 30% da categoria "outros". No caso masculino, aproximadamente 70% dos idosos viviam com a esposa e com algum parente e ou agregado ou empregados ou pensionistas e pouco mais de 16% viviam em arranjos sem a esposa, com parentes e ou agregados / pensionistas / empregados.

Uma parcela pequena da categoria "outros", pouco mais de 5% em 1999, correspondia ao idoso que ocupa a condição de agregado, pensionista ou empregado em qualquer tipo de família.

A princípio, a categoria "outros" havia sido pensada como uma categoria residual. Tendo em conta que os dados mostraram, no caso dos homens, que a participação de idosos "outros" supera a participação de idosos chefes de famílias monoparentais e a proporção de idosos parentes e quase se iguala à participação dos que vivem sozinhos e no caso das idosas, a participação no arranjo "outros" é similar à proporção das idosas vivendo apenas com o marido, podemos dizer que os arranjos

¹⁴ Devido às limitações da PNAD quando o idoso é caracterizado como parente do chefe da família ou da pessoa de referência, não há como saber se ele é pai (mãe), sogro (a) ou outro tipo de parente (tio, etc).

outros denotariam arranjos onde estariam os casais “extensos” e os sozinhos “extensos”.¹⁵

A categoria outros havia sido pensada como residual do ponto de vista conceitual, pois nessa categoria podemos ter desde um idoso casado ou não vivendo com um parente que pode ser um neto ou um sobrinho ou outro e, portanto poderíamos supor a existência de uma relação de dependência deste parente em relação ao idoso, quanto poderia representar uma situação onde o idoso ou a idosa viveria com um parente ou agregado devido à perda de autonomia ou de saúde demandando a atenção de outras pessoas.

Uma outra possibilidade de classificação dos arranjos familiares seria incluir estes idosos da categoria outros, ou seja, juntar os “sozinhos extensos” e os “casais extensos” respectivamente nas categorias sozinho e casal. O motivo de não tomarmos esta decisão é que, embora do ponto de vista da organização familiar esta classificação pudesse fazer sentido, do ponto de vista dos rendimentos dos idosos a inclusão destes idosos poderia mostrar um quadro bastante diferente daquele em que se considera os “casais puros” e os “sozinhos puros”.

Neste sentido, várias dimensões estão envolvidas neste critério: presença ou não do cônjuge, presença ou não de outros parentes que não fazem parte do núcleo primário constituído pelo esposo(a) e filho(s), assim como também a questão do idoso exercer ou não a chefia da família. Assim, quando estivermos falando em arranjos familiares dos idosos estamos nos referindo à variável: condição do idoso na família.

A distribuição das pessoas idosas segundo sua inserção na família, considerando-se o sexo é bastante distinta. (Tabela 2.1).

Entre os homens idosos, predominam os arranjos onde ele é chefe ou cônjuge de família do tipo casal com filhos com ou sem parentes ou agregados, perfazendo uma participação de 35% em 1999, e também naqueles arranjos do tipo casal sem filhos onde em 1999, 33,2% dos homens idosos constituíam este tipo de família.

¹⁵ Enfatizando, novamente, que o termo “extenso” aqui empregado diz respeito à presença de outros membros da unidade familiar da Pnad que não são filhos da pessoa idosa que é o chefe ou o cônjuge da unidade familiar.

O terceiro tipo de arranjo mais comum entre os indivíduos idosos do sexo masculino é o unipessoal que representou cerca de 9% em 1999.

Os homens idosos que vivem em famílias na condição de parente correspondiam a 7,2% e aqueles na condição de chefes de famílias monoparentais somavam 6,2% em 1999.

A tendência observada foi de crescimento da participação dos idosos vivendo nas formas mais “independentes”, ou seja, vivendo sozinhos ou como chefes de casais sem filhos. Embora o termo independente possa ter uma amplitude muito grande de significados, ele aqui está empregado considerando-se como hipótese implícita que as pessoas idosas que vivem sozinhas ou apenas com o cônjuge seriam mais independentes de outras pessoas da família, tanto economicamente quanto em termos de autonomia no seu dia-a-dia, não necessitando co-residir com outros, o que nem sempre ser verdade.

Por outro lado, houve decréscimo dos idosos chefes ou cônjuges de famílias do tipo casal com filhos e ou parentes e agregados. A participação dos idosos em famílias na condição de parente ou chefes de famílias monoparentais praticamente se manteve a mesma entre o começo e o final dos anos 90.

No caso das mulheres, observa-se uma distribuição mais uniforme das formas de organização familiar.

Os arranjos familiares mais comuns onde se encontram as mulheres idosas são aqueles onde ela está na condição de parente, provavelmente sendo mãe ou sogra do chefe da família ou do cônjuge e nos arranjos onde ela é a chefe de uma família monoparental representados em 1999 por 21% e 20,3% de participação respectivamente.

O terceiro tipo mais comum de arranjo familiar feminino é aquele formado apenas pelo casal. Em geral as idosas são cônjuges neste tipo de família e representaram 18,4% do total de arranjos familiares das idosas em 1999.

15,9% das mulheres idosas viviam sozinhas em 1999 e 12,0% eram chefes ou cônjuges de famílias formadas pelo casal com filhos.

A tendência geral da década de 90 para as mulheres idosas, assim como no caso dos homens, foi de um pequeno crescimento das formas mais “independentes” de arranjos, ou seja, daquelas morando sozinhas ou somente com o marido.

Os dados também revelaram tendências crescentes da participação de idosas chefiando famílias monoparentais e declínio da participação daquelas vivendo em famílias como parentes. (Gráficos 2.1 e 2.2).

Gráfico 2.1

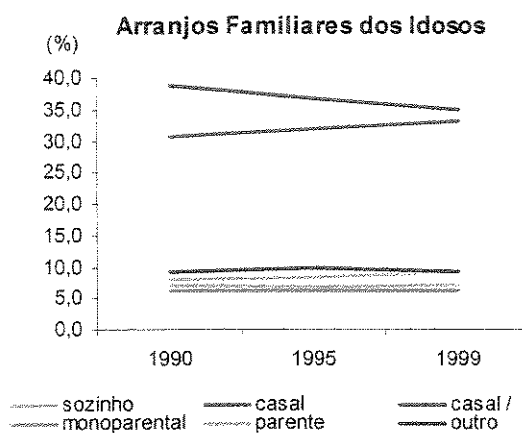


Gráfico 2.2

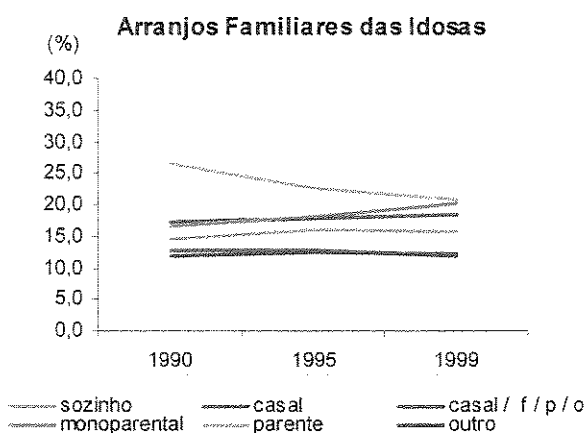


Tabela 2.1 – Distribuição dos Idosos por situação de domicílio e tipo de família

Distribuição percentual das pessoas idosas por sexo, situação de domicílio segundo o tipo de família							
Homens				Mulheres			
Situação de domicílio urbano				Situação de domicílio urbano			
arranjo familiar	1990	1995	1999	arranjo familiar	1990	1995	1999
sozinho	7,2	7,9	8,3	sozinho	15,5	16,6	16,2
casal	32,0	33,7	34,6	casal	15,9	17,4	18,0
casal / f / p / o	37,7	36,3	34,7	casal / f / p / o	11,7	11,8	11,4
monoparental / p / o	6,7	6,3	6,2	monoparental / p / o	17,6	18,7	20,7
parente	7,7	6,8	7,3	parente	27,3	23,3	21,6
outro	8,6	9,0	9,0	outro	12,0	12,2	12,0
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	2.233.781	2.874.098	3.320.696	Total absoluto	3.008.544	3.906.295	4.567.849
Situação de domicílio rural				Situação de domicílio rural			
arranjo familiar	1990	1995	1999	arranjo familiar	1990	1995	1999
sozinho	9,4	9,6	11,7	sozinho	11,3	13,9	14,4
casal	27,6	27,3	29,0	casal	22,2	20,1	20,5
casal / f / p / o	41,0	37,5	36,0	casal / f / p / o	16,1	16,5	15,3
monoparental / p / o	5,3	6,4	6,3	monoparental / p / o	14,4	16,2	18,5
parente	6,2	6,5	7,0	parente	23,6	19,6	17,9
outro	10,4	12,8	10,1	outro	12,5	13,7	13,4
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	996.222	948.296	1.057.240	Total absoluto	904.728	921.472	967.365
Situação de domicílio total				Situação de domicílio total			
arranjo familiar	1990	1995	1999	arranjo familiar	1990	1995	1999
sozinho	7,9	8,3	9,1	sozinho	14,5	16,0	15,9
casal	30,6	32,1	33,2	casal	17,4	17,9	18,4
casal / f / p / o	38,7	36,6	35,0	casal / f / p / o	12,7	12,7	12,0
monoparental / p / o	6,3	6,3	6,2	monoparental / p / o	16,9	18,3	20,3
parente	7,2	6,7	7,2	parente	26,4	22,6	21,0
outro	9,2	10,0	9,3	outro	12,1	12,5	12,3
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	3.230.003	3.822.394	4.377.936	Total absoluto	3.913.272	4.827.767	5.535.214

Tabela 2.2 – Distribuição dos Homens Idosos por de tipo de família

Total de pessoas maiores de 65 anos	3.230.003	3.822.394	4.377.936	100,0	100,0	100,0
sozinho	255.796	318.234	399.315	7,9	8,3	9,1
chefe ou conjuge de casal sem filhos	989.191	1.226.391	1.453.973	30,6	32,1	33,2
chefe ou conjuge de casal com filhos e ou outros :	1.251.359	1.398.291	1.533.112	38,7	36,6	35,0
				100,0	100,0	100,0
casal com filhos	1.010.485	1.111.192	1.253.754	80,8	79,5	81,8
casal com filhos e ou outros	240.874	287.099	279.358	19,2	20,5	18,2
chefe de familia monoparental e ou outros :	202.642	240.737	270.769	6,3	6,3	6,2
				100,0	100,0	100,0
chefe e filhos	154.704	181.127	203.732	76,3	75,2	75,2
chefe filho e outros	47.938	59.610	67.037	23,7	24,8	24,8
parente:	233.995	257.553	314.801	7,2	6,7	7,2
				100,0	100,0	100,0
casal + filho + parente	132.281	142.405	152.522	56,5	55,3	48,5
casal + filho + parente+ empregado	2.763	1.913	1.564	1,2	0,7	0,5
casal + filho + parente + agregado	1.784	1.927	1.169	0,8	0,7	0,4
casal + filho + parente + agregado + empregado		210		0,0	0,1	0,0
sub total : casal + filho + parente + outros	136.828	146.455	155.255	58,5	56,9	49,3
casal + parente	23.525	29.146	38.221	10,1	11,3	12,1
casal + parente + empregado	2.356	590		1,0	0,2	0,0
casal + parente + agregado	273	754	152	0,1	0,3	0,0
sub total : casal + parente e ou outros	26.154	30.490	38.373	11,2	11,8	12,2
chefe + parente	36.616	41.154	67.019	15,6	16,0	21,3
chefe + parente + empregado	773	209	1.509	0,3	0,1	0,5
chefe + parente + agregado	858	584	582	0,4	0,2	0,2
chefe + parente + agregado+ empregado				0,0	0,0	0,0
sub total : chefe + parente e ou outros	38.247	41.947	69.110	16,3	16,3	22,0
chefe + filho + parente	23.653	32.058	41.234	10,1	12,4	13,1
chefe + filho + parente + empregado	660			0,3	0,0	0,0
chefe + filho + parente + agregado	865	528	349	0,4	0,2	0,1
chefe + filho + parente + agregado + empregado				0,0	0,0	0,0
sub total : chefe + filho + parente e ou outros	25.178	32.586	41.583	10,8	12,7	13,2
sub total : filho idoso + pais mais idosos	7.588	6.075	10.480	3,2	2,4	3,3
outros:	297.020	381.188	405.966	9,2	10,0	9,3
				100,0	100,0	100,0
casal+parente	189.825	242.298	277.913	63,9	63,6	68,5
casal+empregado	17.248	21.750	17.484	5,8	5,7	4,3
casal+agregado	10.859	17.399	9.830	3,7	4,6	2,4
casal+parente+empregado	1.775	4.649	3.928	0,6	1,2	1,0
casal+parente+agregado	3.802	3.766	2.384	1,3	1,0	0,6
casal+agregado+empregado	1.643		153	0,6	0,0	0,0
sub total : casal e ou parente / agregado /outros	225.152	289.862	311.692	75,8	76,0	76,8
chefe+parente	44.493	53.116	60.579	15,0	13,9	14,9
chefe+empregado	2.126	6.711	5.675	0,7	1,8	1,4
chefe+agregado	6.859	7.026	4.881	2,3	1,8	1,2
chefe+agregado+empregado		867		0,0	0,2	0,0
chefe + parente + agregado		1.229	504	0,0	0,3	0,1
chefe + parente + empregado		1.400	1.840	0,0	0,4	0,5
chefe + parente + agregado+empregado				0,0	0,0	0,0
sub total : chefe e ou parente / agregado /outros	53.478	70.349	73.479	18,0	18,5	18,1
chefe e ou filho e ou parente + agregado e ou empregado				0,0	0,0	0,0
casal e ou filho e ou parente + agregado e ou empregado				0,0	0,0	0,0
subtotal : agregado	17.339	19.206	18.813	5,8	5,0	4,6
subtotal : empregado/pensionista	1.051	1.771	1.982	0,4	0,5	0,5

Tabela 2.3 – Distribuição das Mulheres Idosas por de tipo de família

	3.913.272	4.827.767	5.535.214	100,0	100,0	100,0
Total de pessoas maiores de 65 anos						
sozinho	568.206	774.811	881.435	14,5	16,0	15,9
chefe ou conjuge de casal sem filhos	679.972	865.620	1.019.452	17,4	17,9	18,4
chefe ou conjuge de casal com filhos e ou outros :	498.378	614.802	666.909	12,7	12,7	12,0
				100,0	100,0	100,0
casal com filhos	403.303	486.943	536.801	80,9	79,2	80,5
casal com filhos e ou outros	95.075	127.859	130.108	19,1	20,8	19,5
chefe de familia monoparental e ou outros :	659.836	881.120	1.126.111	16,9	18,3	20,3
				100,0	100,0	100,0
chefe e filhos	441.821	610.655	772.850	67,0	69,3	68,6
chefe filho e outros	218.015	270.465	353.261	33,0	30,7	31,4
parente:	1.033.882	1.089.122	1.161.045	26,4	22,6	21,0
				100,0	100,0	100,0
casal + filho + parente	484.445	496.972	498.881	46,9	45,6	43,0
casal + filho + parente+ empregado	15.683	10.909	4.879	1,5	1,0	0,4
casal + filho + parente + agregado	8.593	8.832	2.763	0,8	0,8	0,2
casal + filho + parente + agregado + empregado				0,0	0,0	0,0
sub total : casal + filho + parente + outros	508.721	516.713	506.523	49,2	47,4	43,6
casal + parente	102.991	103.379	120.731	10,0	9,5	10,4
casal + parente + empregado	2.032	2.983	2.505	0,2	0,3	0,2
casal + parente + agregado	1.701	2.213	1.435	0,2	0,2	0,1
sub total : casal + parente e ou outros	106.724	108.575	124.671	10,3	10,0	10,7
chefe + parente	239.453	285.924	312.138	23,2	26,3	26,9
chefe + parente + empregado	5.223	5.767	7.115	0,5	0,5	0,6
chefe + parente + agregado	2.211	9.530	4.293	0,2	0,9	0,4
chefe + parente + agregado+ empregado		345	407	0,0	0,0	0,0
sub total : chefe + parente e ou outros	246.887	301.566	323.953	23,9	27,7	27,9
chefe + filho + parente	154.006	147.510	180.114	14,9	13,5	15,5
chefe + filho + parente + empregado	1.832	2.259	3.499	0,2	0,2	0,3
chefe + filho + parente + agregado	2.782	2.991	2.926	0,3	0,3	0,3
chefe + filho + parente + agregado + empregado		547		0,0	0,1	0,0
sub total : chefe + filho + parente e ou outros	158.620	153.307	186.539	15,3	14,1	16,1
sub total : filho idoso + pais mais idosos	12.930	8.961	19.359	1,3	0,8	1,7
outros:	472.998	602.292	680.262	12,1	12,5	12,3
				100,0	100,0	100,0
casal+parente	125.805	159.915	181.288	26,6	26,6	26,6
casal+empregado	10.490	14.896	15.269	2,2	2,5	2,2
casal+agregado	4.618	12.735	3.965	1,0	2,1	0,6
casal+parente+empregado	1.139	1.398	2.848	0,2	0,2	0,4
casal+parente+agregado	2.178	809	707	0,5	0,1	0,1
casal+agregado+empregado	657		703	0,1	0,0	0,1
sub total : casal e ou parente / agregado /outros	144.887	189.753	204.780	30,6	31,5	30,1
chefe+parente	248.899	310.974	372.980	52,6	51,6	54,8
chefe+empregado	23.098	33.732	35.631	4,9	5,6	5,2
chefe+agregado	17.893	18.733	19.449	3,8	3,1	2,9
chefe + parente + agregado	2781	8.352	6.851	0,6	1,4	1,0
chefe + parente + empregado	6.046	5.725	5.457	1,3	1,0	0,8
chefe + parente + agregado+empregado	218		203	0,0	0,0	0,0
chefe + agregado+empregado	1.454	1.929	152	0,3	0,3	0,0
sub total : chefe e ou parente / agregado /outros	300.389	379.445	440.723	63,5	63,0	64,8
chefe e ou filho e ou parente + agregado e ou empregado	11.064	16.279	14.213	2,3	2,7	2,1
casal e ou filho e ou parente + agregado e ou empregado	9.439	11.554	9.777	2,0	1,9	1,4
subtotal : agregado	20.503	27.833	23.990	4,3	4,6	3,5
subtotal : empregado/pensionista	7.219	5.261	10.769	1,5	0,9	1,6

2.7 Modelo Estatístico - Análise de Correspondências Múltiplas

Para o estudo proposto, consideramos a análise de correspondências múltiplas, pois esta técnica é considerada adequada para exploração de um conjunto de informações contidas em variáveis qualitativas.

A análise de caráter exploratório nos dá a possibilidade de avaliar as associações existentes entre as linhas e as colunas, ou seja, geometricamente falando, cada uma das categorias das variáveis linhas e colunas tem sua representação em um plano.

A técnica proposta localiza todas as categorias em um espaço euclidiano. As primeiras duas dimensões desse espaço são plotadas para que se possa examinar as associações entre as categorias. Nesse sentido, a finalidade da análise do mapa composto pelos dois eixos e pelos pontos categorias de respostas das variáveis é permitir que se identifiquem as maiores e as menores similaridades através da distância entre os pontos.

Na forma mais simples, a análise de correspondência se aplica a uma tabela cruzada de 2 entradas. Esta tabela sintetiza a distribuição das categorias de uma variável em diferentes categorias de uma outra variável.

O objetivo final é produzir um mapa desta tabela onde cada linha e cada coluna seja representada por um ponto. A maneira como a AC trabalha é bastante similar à análise de componentes principais, onde a variância total da tabela é definida e decomposta otimamente ao longo dos eixos principais.

Com o propósito de melhor visualização gráfica é espera-se que grande parte da variância total, ou da inércia, seja explicada pelos dois eixos principais, permitindo assim que a tabela possa ser visualizada em duas dimensões.

Esta técnica exploratória trabalha com 3 pontos básicos: de um ponto no espaço multidimensional, um peso ou massa assinalado a cada ponto e, finalmente uma função distância entre os pontos, chamada de distância de Qui-quadrado.

Uma vez que estes três pontos sejam definidos, o método tenta reduzir a dimensionalidade dos pontos projetando-os no subespaço, geralmente um plano bidimensional como já citado antes. Este subespaço otimamente ajusta os pontos

por mínimos quadrados ponderados, onde cada ponto é ponderado pela sua respectiva massa, e onde a medida de distância entre pontos em subespaço, ocorre em termos da distância Qui-quadrado.

Desde que a Análise de Correspondências é definida equivalentemente para linhas e colunas, nós explicaremos em termos de linhas da tabela 1, com o entendimento de que a explicação total se aplica similarmente às colunas se nós simplesmente transpormos a matriz.

As linhas divididas pelos totais das linhas são chamadas de perfis. De forma que estas proporções somam 1. São estes vetores perfil que são os pontos multidimensionais na AC. Cada perfil linha será ponderado pela massa das linhas que é a frequência de uma categoria da linha dividida pelo total da linha. (distribuição marginal da linha na tabela. Finalmente, medimos a distância entre pontos linhas através da distância Qui-quadrado que é uma simples variante da distância física usual entre pontos em um espaço vetorial. Geralmente a distância física entre 2 vetores em um espaço vetorial é medida:

$$X=[x_1, x_2, \dots, x_n] \quad \text{e} \quad Y=[y_1, y_2, \dots, y_n]$$

$$\text{Distancia física} = \sqrt{(x_1-y_1)^2 + (x_2-y_2)^2 + \dots + (x_n-y_n)^2}$$

Mas a distância Qui-quadrado é a distância que pondera cada termo quadrado:

$$\text{Distancia ponderada} = \sqrt{(x_1-y_1)^2 / v_1 + (x_2-y_2)^2 / v_2 + \dots + (x_n-y_n)^2 / v_n}$$

Em análise de componentes principais este tipo de função distância já está subentendida quando cada v_j é igual à variância da j -ésima variável (como uma coluna) de uma matriz de dados de medidas numéricas. Especificamente à distância Qui-quadrado entre pontos linhas pondera cada termo inversamente pela correspondente proporção marginal coluna c_j .

$$\text{Distância Qui-quadrada} = \sqrt{(x_1-y_1)^2 / c_1 + (x_2-y_2)^2 / c_2 + \dots + (x_n-y_n)^2 / c_n}$$

A análise aqui é análoga à análise de componentes principais, em que esta divisão compensa para as diferentes variâncias nas colunas da matriz perfil – dizemos variância padronizada.

A variância total em análise de correspondência é chamada de inércia, que é simplesmente a estatística usual Qui-quadrado de Pearson calculada na tabulação cruzada, dividida pelo tamanho total da amostra n . É esta inércia que mede o grau de diferença entre as categorias das linhas que estamos tentando representar otimamente no eventual mapa.

Como dissemos, o mapa, geralmente bi-dimensional, é obtido por mínimos quadrados ponderados. Na prática, o que acontece, é que os pontos do perfil linha são projetados no plano melhor ajustado. As coordenadas destes pontos são chamadas de coordenadas principais, porquê elas são as coordenadas com respeito ao eixo principal do espaço. Cada eixo principal contribui com uma certa quantidade do total de inércia, chamada inércia principal, geralmente expressa como uma porcentagem do total.

Teremos então os pontos no mapa representando as colunas do mesmo jeito. Há duas maneiras de representar as colunas conjuntamente com as linhas. O mais fácil dos dois para entender, ainda que não seja o mais usualmente utilizado é o mapa assimétrico. Neste mapa, os perfis linha estão representados acima, nas coordenadas principais, mas os pontos colunas são representados por projeções dos vetores perfis unitários no mesmo espaço.

Um vetor perfil unitário é um vetor de zeros e um simples 1; por exemplo $[1\ 0\ 0\ 0\ 0]$ e representa a coluna *muito bem*¹⁶ no espaço dos perfis linhas. O problema prático com os mapas assimétricos é que os pontos colunas estão muito mais espalhados do que os pontos linha. O mapa mais convencional é o mapa simétrico, nos quais ambos pontos linha e pontos coluna estão representados em componentes principais.

De uma maneira geral a análise de correspondências múltiplas mostra-se de fácil entendimento, pois não está baseada na premissa de que as variáveis apresentam uma distribuição normal, não se apoiando, portanto, em testes de hipóteses.

¹⁶ Para o exemplo de uma variável referente à opinião, considerando-se as categorias: muito bom, bom, regulas, ruim, muito ruim.

2.7.1 Resultados

Para a análise das associações, utilizamos os dados da PNAD 95, tendo em conta que o propósito aqui não é verificar tendências, mas sim as associações ou as correspondências entre as categorias de variáveis explicativas e os tipos de arranjos familiares dos idosos que compõem a variável dependente.

As variáveis pesquisadas e as respectivas categorias são:

Cor: Negros e não negros (Branca)¹⁷

Idade: 65 a 69, 70 a 74, 75 a 79, 80 a 84 e 85 ou mais anos

Escolaridade: menos de 4 anos de estudo, 4 ou mais anos de estudo

Origem dos rendimentos: somente do trabalho, do trabalho e da aposentadoria, somente da aposentadoria, sem rendimentos do trabalho ou da aposentadoria¹⁸

Rendimentos pessoais, designado no mapa como rdp:

rdp1: até $\frac{1}{2}$ salário mínimo,

rdp2: mais do que $\frac{1}{2}$ salário mínimo até 1 salário mínimo,

rdp3: mais que 1 salário mínimo até 2 salários mínimos,

rdp4: mais do que 2 salários mínimos.

Rendimentos familiares per capita designado no mapa como rd:

rd: até $\frac{1}{2}$ salário mínimo,

rd: mais do que $\frac{1}{2}$ salário mínimo até 1 salário mínimo,

rd: mais que 1 salário mínimo até 2 salários mínimos,

rd: mais do que 2 salários mínimos.

¹⁷ Dentro da categoria branca da variável cor encontram-se também as pessoas da raça amarela, no entanto a participação dos idosos dessa etnia não chega a 1% do total de idosos.

¹⁸ A grande maioria dos idosos nesta categoria não tem rendimentos. Os idosos nesta categoria que tem rendimentos, em geral muito baixo, são provenientes de doações, aluguéis ou outros.

Número de bens no domicílio. Entre os itens: geladeira, fogão, rádio e televisão, foram categorizados os domicílios dos idosos que contavam com estes 4 ou mais bens duráveis, aqueles que dispunham de até 3, até 2, apenas 1 bem ou zero no caso do domicílio não dispor de nenhum destes bens.

O mapa resultante da análise de correspondências múltiplas sugere que as variáveis idade e renda estão associadas de maneira distinta aos diferentes arranjos familiares dos idosos e das idosas. Entretanto, a força desta associação não é grande o bastante no sentido de idades mais avançadas, ou incrementos nas unidades de rendimentos mudarem totalmente o sentido da distribuição dos arranjos familiares idosos.

2.7.2 Interpretação do Mapa de Correspondências Múltiplas - Idosos

O estar casado, vivendo com a esposa com ou sem filhos co-residentes é sem dúvida a situação em que a maioria dos homens idosos se encontra, sejam eles mais ricos ou mais pobres, mais idosos ou menos. No entanto à medida que a idade avança, decresce a probabilidade dos homens idosos chefiarem famílias com filhos e aumenta a probabilidade deles estarem inseridos em famílias na condição de parente, de viverem sozinhos ou de chefiarem famílias monoparentais.

A proporção de idosos que recebiam menos de 0,5 salário mínimo em 1995 era muito pequena, correspondendo a menos de 2,6%. Em função deste fato, o mapa 1 foi elaborado desconsiderando-se os idosos nesta categoria, ou seja, aqueles que tinham rendimentos pessoais abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

O mapa resultante da Análise de Correspondências Múltiplas referente aos homens idosos contrapõe dois grupos:

O primeiro é constituído dos homens idosos que estão casados, vivendo com suas esposas apenas ou com a esposa e filhos e que estão mais associados às idades mais jovens (de 65 a 69 anos), a serem mais escolarizados, a terem rendimentos familiares per capita e rendimentos pessoais mais elevados, a disporem de 4 ou mais bens duráveis na residência, a terem maiores chances de ser da cor branca e

de ter rendimentos provenientes do trabalho exclusivamente ou do trabalho e da aposentadoria.

O segundo, concentra os idosos dos arranjos familiares onde ele é parente, chefe de família monoparental, vive sozinho ou em outro arranjo familiar e está mais associado a piores condições de vida como menor escolaridade, menores rendimentos familiares per capita e pessoais e a maiores chances de ter até 3 bens duráveis em suas residências. Estão também mais associados à cor negra.

De uma forma geral neste grupo estão os idosos mais associados à origem dos rendimentos ser exclusivamente a aposentadoria e também aos idosos mais velhos.

Dentro deste grupo, os idosos que vivem sozinhos ou em outros arranjos¹⁹, apesar de apresentarem rendimentos inferiores aos dos idosos casados, em geral tem rendimentos mais elevados dos que aqueles vivendo como parente ou chefiando famílias monoparentais. (Mapa 1).

2.7.3 Interpretação do Mapa de Correspondências Múltiplas - Idosas

Da mesma maneira que no caso masculino, as idosas casadas com ou sem filhos estão mais associadas às idades mais jovens, à cor branca, a um melhor nível de escolaridade, à probabilidade de ter 4 ou mais bens duráveis na residência, à não terem rendimentos ou cujos rendimentos são provenientes exclusivamente do trabalho, aos menores rendimentos pessoais e familiares per capita, ou seja, aquelas com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mas também àquelas com maiores rendimentos pessoais, isto é, com 2 ou mais salários mínimos.

Este fato provavelmente reflete a situação dessas mulheres que como esposas não tem rendimentos do trabalho, não são aposentadas ou não reúnem condições para se aposentar, mas contam com uma renda familiar per capita alta que as mulheres em outros arranjos familiares.

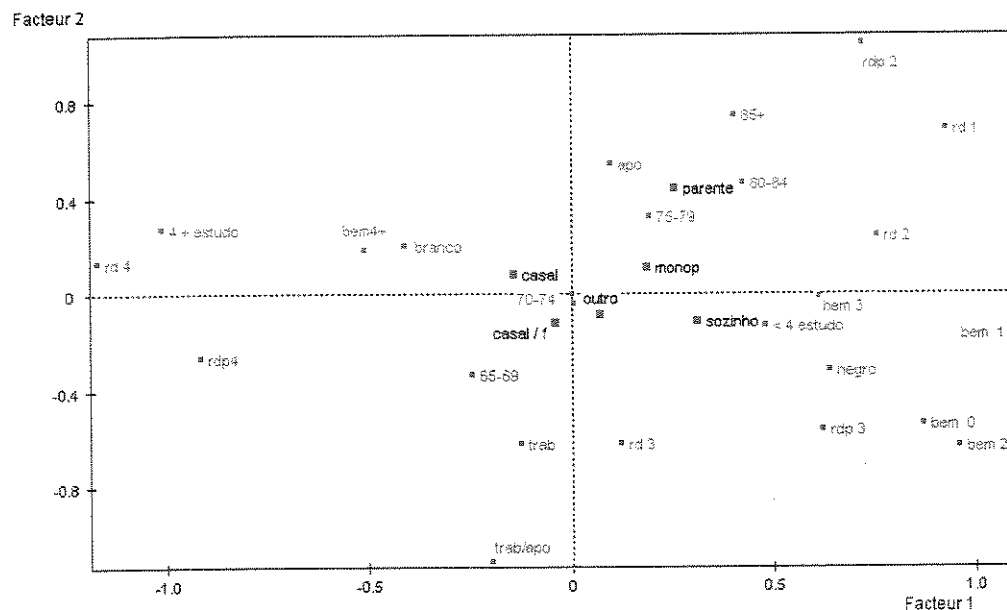
¹⁹ Como já foi visto, o arranjo "outro" diz respeito àquele em que o idoso em geral vive unido ou não com parentes ou agregados ou pensionistas ou empregados, mas sem a presença de filhos.

Por outro lado, também estão associados às idosas casadas, com ou sem filhos, os rendimentos pessoais altos, provavelmente em decorrência do fato de muitas idosas que ainda trabalham terem rendimentos superiores aos das exclusivamente aposentadas. (Mapa 2).

Outros modelos foram gerados considerando-se as variáveis sócio-demográficas que se supunha estarem associadas de maneira distinta aos arranjos familiares, ora controlando-se a renda, ora controlando-se a idade. O que parece é que a idade, como uma variável relacionada ao ciclo de vida da pessoa, exerce um papel maior do que a renda, no caso das idosas.

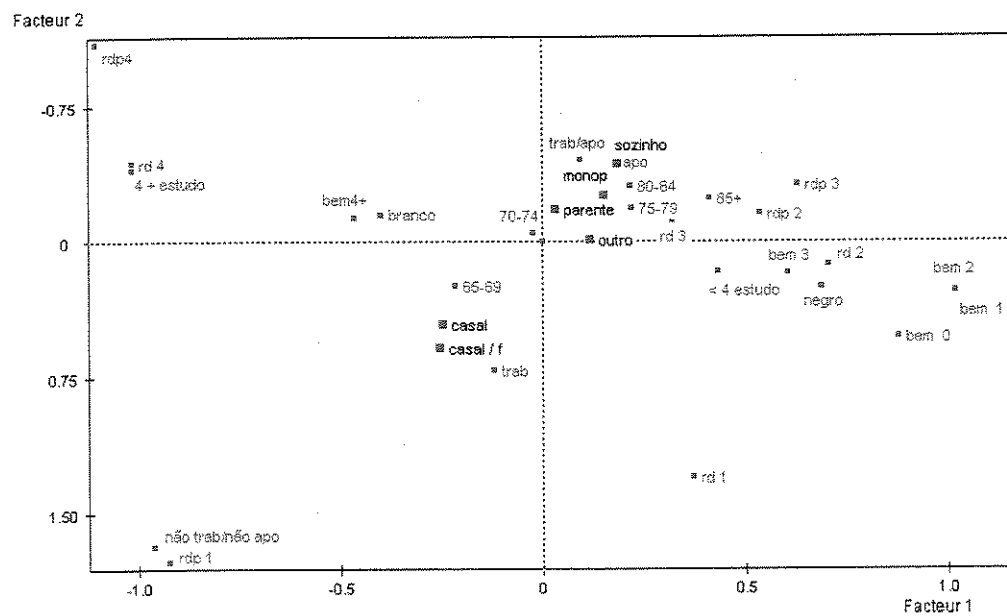
Não há muita variabilidade nos rendimentos pessoais das idosas. A maioria recebe aproximadamente um salário mínimo. Nesse sentido, devido à homogeneidade em relação à renda pessoal, fica difícil estabelecer uma relação entre nível de rendimentos e arranjos familiares das idosas.

Mapa 1 - Idosos



Total de idosos: 3.644.831 Inércia: Fator 1=15,97% Fator 2=9,23%

Mapa 2 - Idosas



Total de idosas: 4.798.743 Inércia: Fator 1=13,85% Fator 2=10,89%

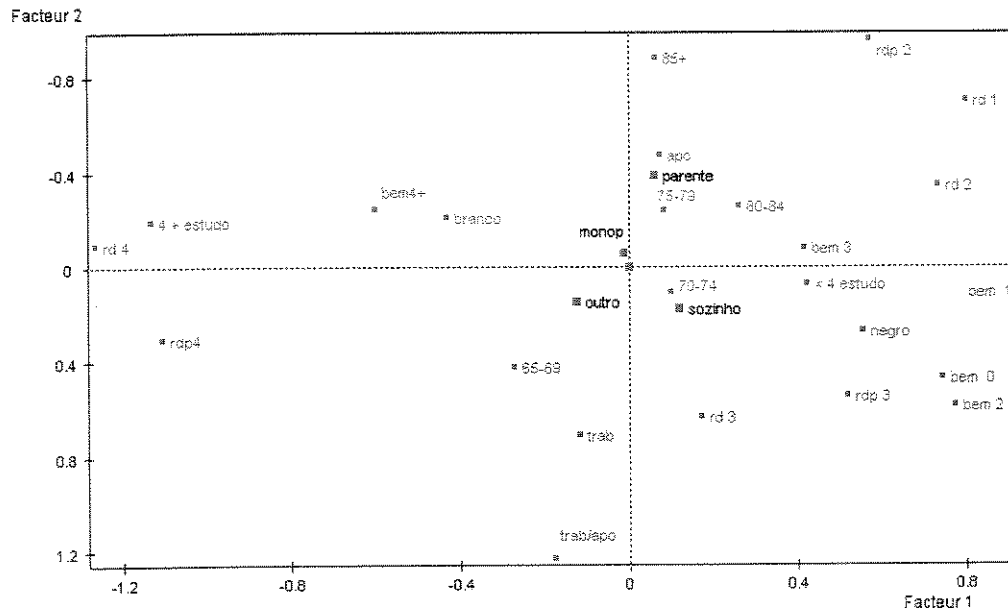
2.7.4 Idosos e Idosas não unidos

Para os idosos e idosas não unidos elaborou-se a análise de correspondências múltiplas com o objetivo de verificar como operam as variáveis explicativas, uma vez que os idosos já estão viúvos, separados ou nunca se uniram.

Os mapas revelam que, enquanto os homens idosos que chefiam famílias monoparentais ou que vivem nos "outros" arranjos associam-se mais às idades mais jovens, a melhores condições de rendimentos e escolaridade, a ter rendimentos provenientes apenas do trabalho ou do trabalho e da aposentadoria e à cor branca, os idosos que vivem sozinhos ou como parentes relacionam-se mais às piores condições de instrução e de renda e à cor negra. (Mapa 3)

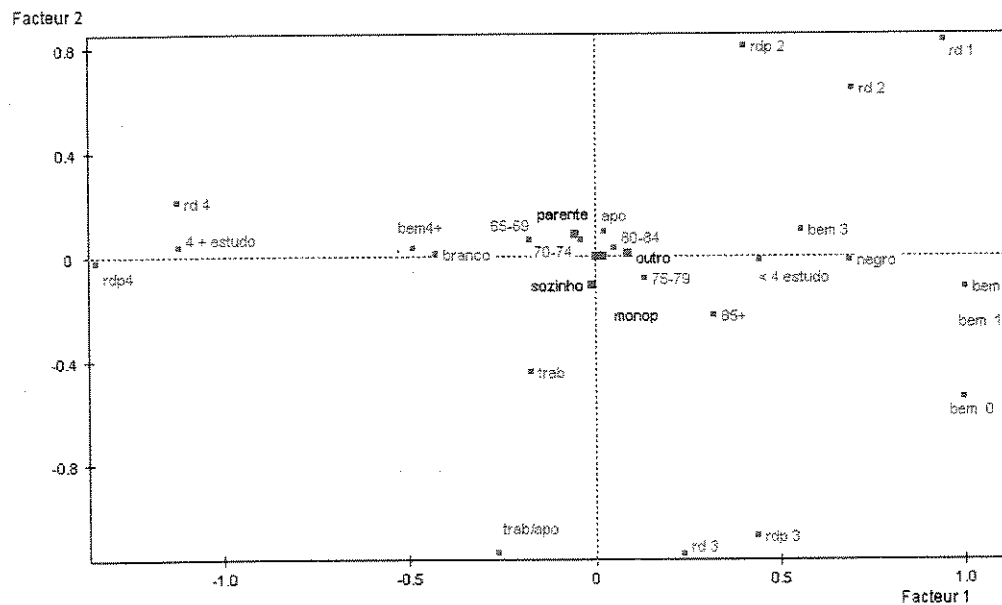
Entre as idosas, entretanto, ocorre o oposto: são as que vivem sozinhas ou como parentes, as que estão mais associadas a melhores condições sócio-econômicas, à cor branca, e às idades mais jovens comparativamente as idosas chefiando famílias monoparentais ou inseridas em "outras" famílias. (Mapa 4).

Mapa 3 - Idosos não unidos



Total de idosos: 1.127.236 Inércia: Fator 1=15,47% Fator 2=9,36%

Mapa 4 - Idosas não unidas



Total de idosas: 2.971.365 Inércia: Fator 1=16,49% Fator 2=9,07%

Capítulo 3: Tendências e Características sócio-demográficas da população idosa

O propósito deste capítulo é apresentar alguns aspectos sócio-demográficos da população idosa. Ao mesmo tempo, buscou-se traçar um paralelo entre as características dos idosos e as características da população como um todo.

3.1 Estrutura etária da população

A mudança de forma da pirâmide etária brasileira é basicamente consequência das transições nos níveis de mortalidade e fecundidade.

Comparando-se as pirâmides populacionais entre o começo e o final da década de 90 fica evidente a redução proporcional da população mais jovem e o aumento da participação relativa do grupo idoso (Gráficos 3.1, 3.2 e 3.3).

Vale lembrar que as mudanças mais notáveis na estrutura etária passaram a ocorrer a partir dos anos 70 em função da queda das taxas de fecundidade.

Gráfico 3.1 Pirâmide Populacional – Brasil 1990

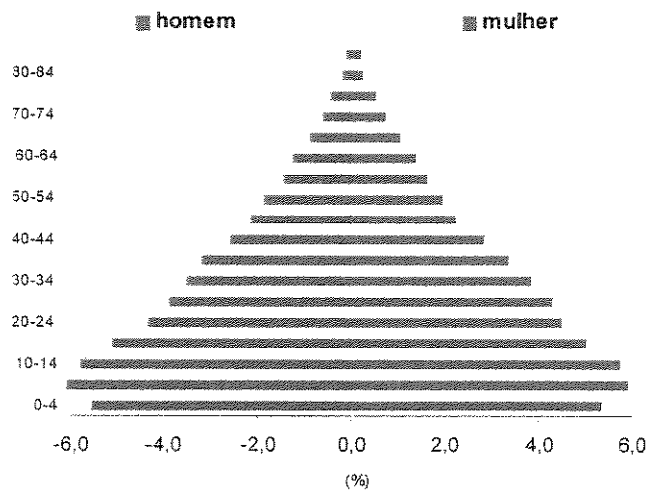


Gráfico 3.2 – Pirâmide Populacional – Brasil 1995

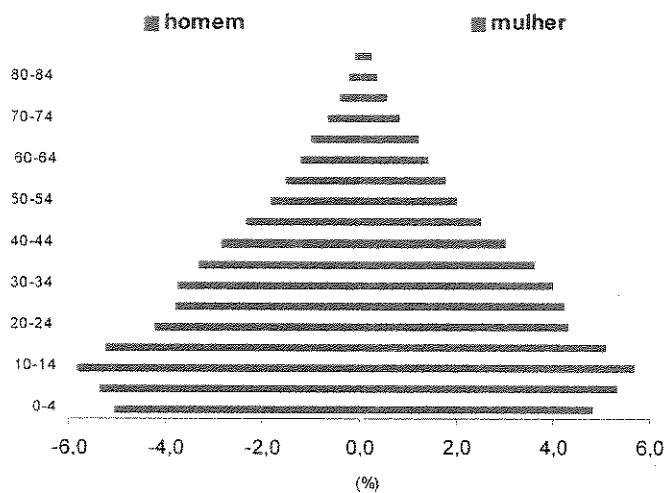
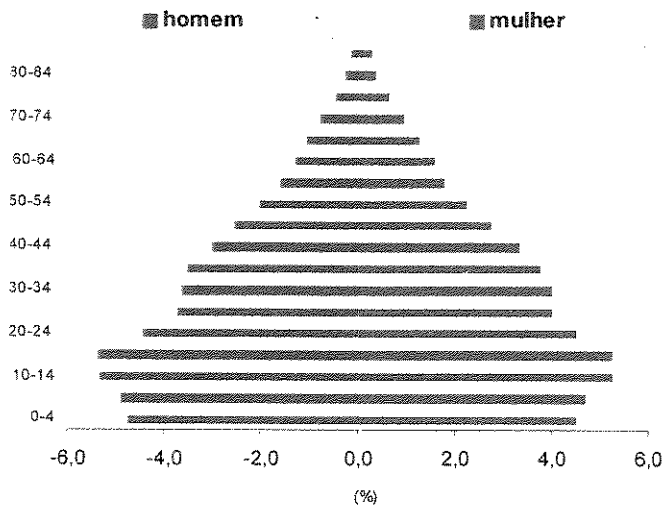


Gráfico 3.3 Pirâmide Populacional – Brasil 1999



3.2 Razão de Sexo das pessoas idosas

O gráfico 3.4 mostra a evolução das taxas de razão de sexo para os anos de 1990, 1995 e 1999, levando em conta quatro faixas etárias a partir dos 65 anos.

A população idosa rural, com exceção dos idosos com 80 anos ou mais, é majoritariamente masculina enquanto que a urbana é majoritariamente feminina.

O excedente de idosas tende a crescer mais nas idades avançadas tanto na zona rural quanto na urbana intensificando o processo de feminização do envelhecimento através da mortalidade diferenciada por sexo. Berquó E., Cavenaghi S. (1988).

Entre 1990 e 1999 quase não houve variações na razão de sexo na zona urbana para os grupos etários considerados. (Gráfico 3.4). Na zona rural a variabilidade das razões de sexo foi maior comparativamente à zona urbana. (Gráfico 3.5).

Gráfico 3.4

Razão de sexo da população idosa por

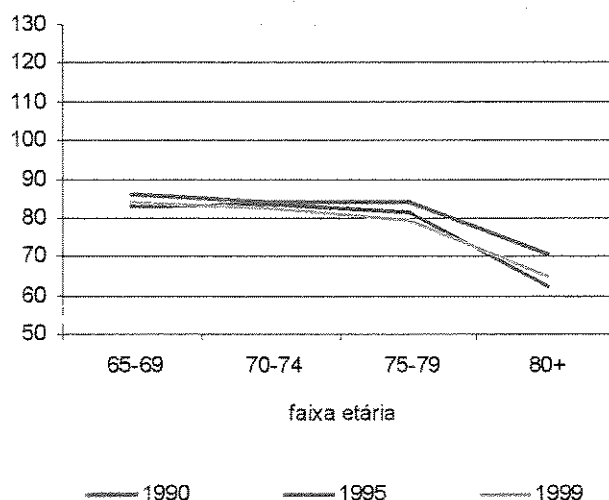
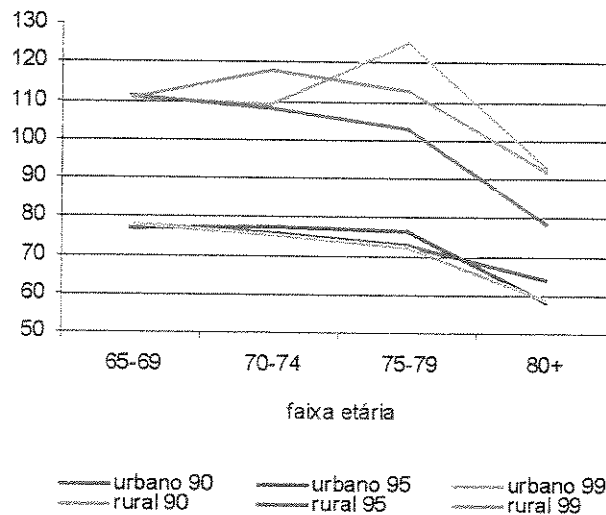


Gráfico 3.5

**Razão de sexo da população idosa por
situação de domicílio**



3.3 Estado Conjugal

Os estudos tem mostrado que a dinâmica da nupcialidade masculina é bem diferente da feminina. Em geral os homens casam-se, separam-se ou ficam viúvos e casam-se novamente, independente de sua idade.

Para o estudo da condição conjugal das pessoas idosas, tomamos o ano de 1995 por ser somente neste ano que foi pesquisada esta informação entre as PNADs da década de 90.

A maioria dos homens idosos estava casada e representava 76,4%, enquanto que 52,1% das idosas eram viúvas em 1995. Há no urbano mais casados, 77,1%, do que no rural, 74,4%.

Com as idosas urbanas ocorre o oposto, ou seja, a maior representatividade das casadas, 42,9% encontra-se na zona rural comparativamente ao percentual de casadas urbanas que equivale a 32,7%.

Os solteiros e os separados eram a minoria, representando 3,4% e 5,2% entre os homens idosos e 7,3% e 5,9% das mulheres idosas respectivamente.

Tabela 3.1 Distribuição dos Idosos por sexo e situação de domicílio

Estado Conjugal dos idosos por sexo e situação de domicílio - Brasil 1995						
distribuição percentual	homem			mulher		
	urbano	rural	Total	urbano	rural	Total
solteiro	3,0	4,8	3,4	7,6	6,0	7,3
casado	77,1	74,4	76,4	32,7	42,9	34,7
separado	4,9	5,9	5,2	6,1	4,9	5,9
viúvo	15,0	14,9	15,0	53,5	46,2	52,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total - absoluto	2.874.098	948.296	3.822.394	3.906.295	921.472	4.827.767

3.4 Escolaridade dos Idosos.

3.4.1 Analfabetismo por faixa etária

No Brasil na década de 90 o analfabetismo apresentou tendência declinante. De acordo com os dados dos censos demográficos, em 1991, 33,6% da população não era alfabetizada. No ano de 2000, a taxa de analfabetismo era de aproximadamente 24,8%. Embora as taxas de analfabetismo da população idosa sejam superiores às da população total, 46,2% em 1991 e 38% no ano de 2000, os impactos dos avanços do sistema educacional praticamente foram os mesmos tanto para a população em geral quanto para os idosos, refletidos através da redução de cerca de 8% de analfabetos entre os dois censos.

Este fenômeno ocorreu tanto na zona urbana quanto na zona rural onde as taxas costumam ser mais elevadas do que na zona urbana.

A população masculina em geral é mais alfabetizada¹ que a feminina, mas está havendo uma mudança neste quadro que pode ser notada quando se observam as taxas de analfabetismo por faixa etária entre o início e o final da década de 90.

As mulheres de menos de 30 anos de idade em 1990 eram mais alfabetizadas que os homens. Já em 1999, com a queda geral das taxas de analfabetismo, as mulheres foram mais beneficiadas, de forma que as que possuíam menos de 45 anos eram mais alfabetizadas do que os homens na mesma faixa etária.

¹ O analfabetismo considerado nesta pesquisa foi calculado com relação à resposta negativa à questão da PNAD que indagava se o indivíduo sabia ler e escrever.

Com relação à população jovem, a população idosa é menos alfabetizada qualquer que seja o sexo considerado, refletindo assim o efeito de coortes onde prevaleceram baixos níveis de instrução no passado.

Apesar das proporções de alfabetizados entre os idosos serem bastante baixas, os diferenciais com relação à população adulta tem se reduzido ao longo do tempo.

Os diferenciais nas taxas de alfabetização entre os idosos, favorecendo os homens, é resultado de um contexto assimétrico com relação às oportunidades de ensino no passado entre homens e mulheres. (Gráficos 3.6 e 3.7).

Gráfico 3.6

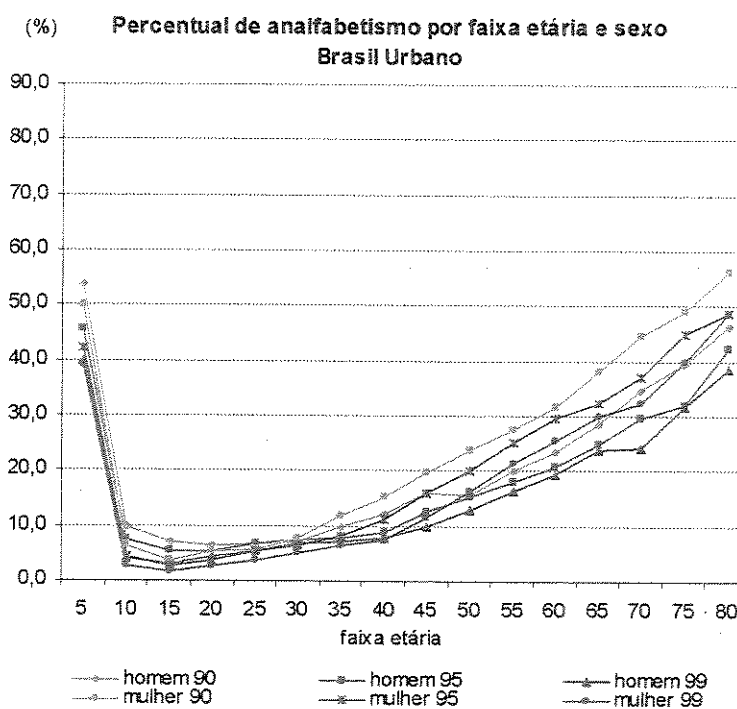
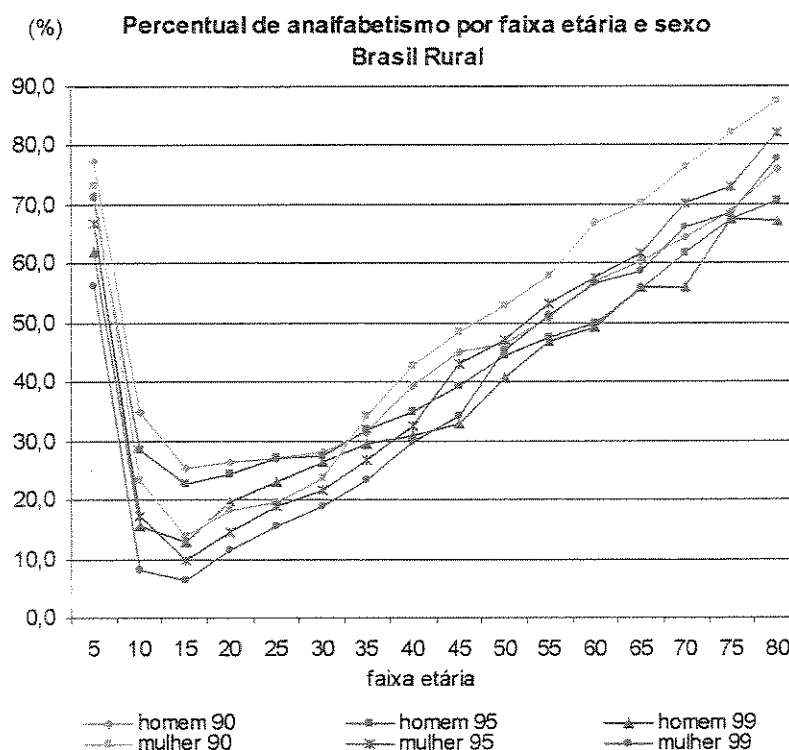


Gráfico 3.7



A proporção de idosos alfabetizados cresceu entre 1990 e 1999 refletindo assim a entrada de novas coortes que puderam se beneficiar dos avanços educacionais comparativamente às gerações anteriores.

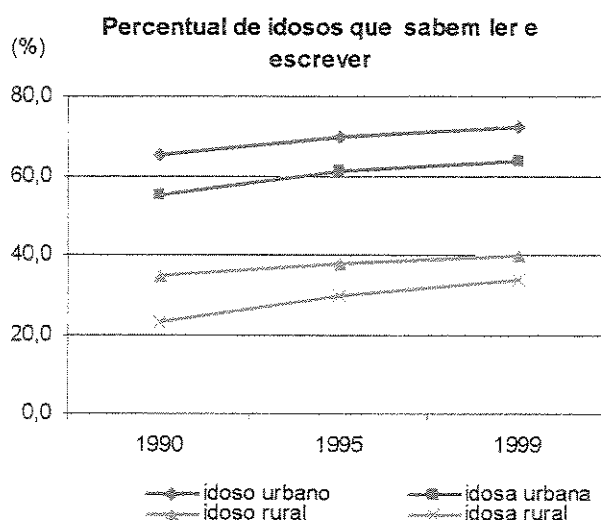
Em 1999, mais de 72% dos idosos urbanos eram alfabetizados, enquanto que entre os idosos rurais este percentual foi de apenas 40%.

As idosas urbanas alfabetizadas, no final da década, somavam 64% de participação contra menos de 34% das idosas rurais.

Apesar das idosas apresentarem taxas de alfabetização inferiores às taxas masculinas, foi neste contingente que se observaram os maiores incrementos.

O nível de alfabetização das idosas urbanas cresceu 9% no período contra um crescimento masculino de 7,3%. Entretanto, o maior crescimento das taxas de alfabetização ocorreu para o grupo das idosas rurais, contabilizando 11% de incremento. (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8



3.4.2 Anos de Estudo

Ainda que pese como ponto negativo o baixo número médio de anos de estudo no Brasil, durante a década de 90 o nível de escolaridade melhorou tanto para a população jovem quanto para a população idosa, apesar do ritmo da melhoria da situação educacional ser muito mais lento neste segmento populacional.

Entre a população idosa, embora progressos tenham ocorrido, as proporções de pessoas sem instrução ou apenas com o ensino básico ainda é muito alta, sobretudo entre as mulheres e na zona rural.

Enquanto se observa que os maiores progressos aconteceram na população mais jovem principalmente através da queda da proporção de pessoas com escolaridade média entre 1 a 4 anos de estudo e consequentemente pelo incremento daqueles com 5 a 8 anos de estudo ou com mais de 9 anos de estudo, as maiores conquistas dos idosos aconteceram através do aumento proporcional dos que tem entre 1 a 4 anos de instrução em detrimento daqueles idosos sem instrução alguma.

Chama a atenção entre os idosos, as altíssimas proporções de pessoas sem estudo, sobretudo na zona rural atingindo quase 70% dos homens maiores de 65 anos e quase 80% das mulheres em 1990.

No final da década, reduziu-se o diferencial por sexo das pessoas idosas sem instrução nas áreas rurais configurando um quadro onde 66% dos homens idosos e menos de 69% das mulheres idosas não tinham instrução, em 1999. (Gráficos: 3.14 e 3.16).

Entre os idosos urbanos o decréscimo dos sem instrução ficou em menos de 7% tanto para homens quanto para as mulheres. No início do período quase 41% dos idosos e quase 48% das idosas não tinham instrução. (Gráficos: 3.10 e 3.12).

O aumento do número médio de anos de estudo conquistados através dos avanços do sistema educacional e, sobretudo nas coortes mais jovens que obtiveram maiores níveis educacionais e maior cobertura, comparativamente às gerações mais velhas, sugere que realmente esteja ocorrendo mobilidade educacional entre gerações, questão especialmente importante para a diminuição das desigualdades e para a formação de capital humano.

Nível de instrução em anos de estudo da população adulta e da população idosa por sexo e situação de domicílio – Urbano

Gráfico 3.9

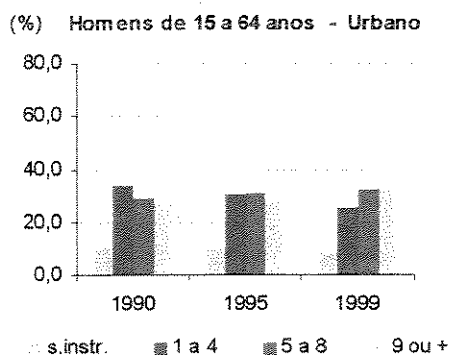


Gráfico 3.10

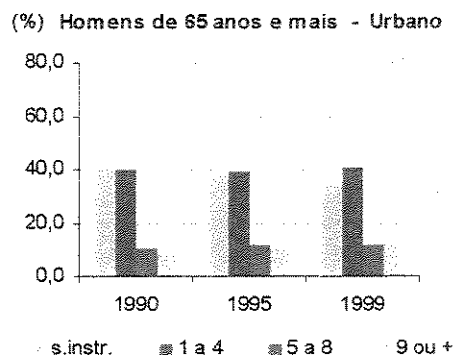


Gráfico 3.11

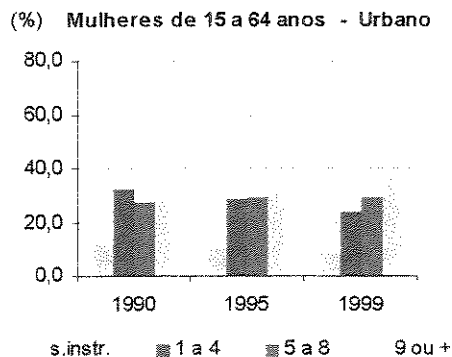
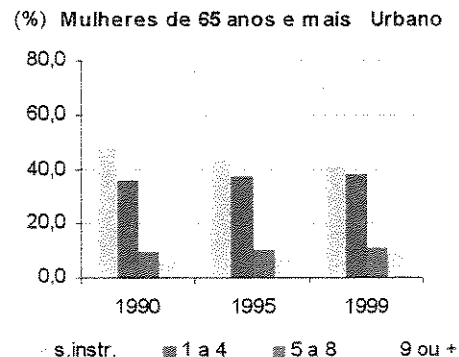


Gráfico 3.12



Nível de instrução em anos de estudo da população adulta e da população idosa por sexo e situação de domicílio – Rural

Gráfico 3.13

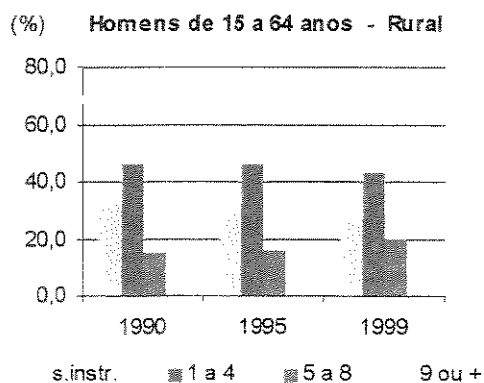


Gráfico 3.14

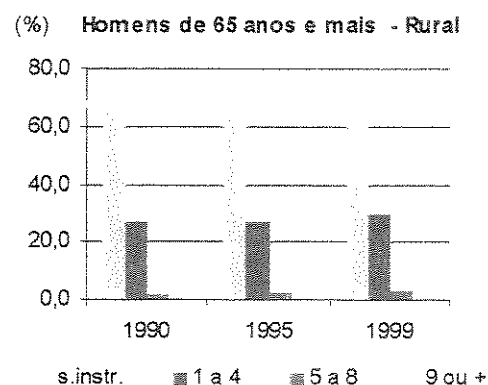


Gráfico 3.15

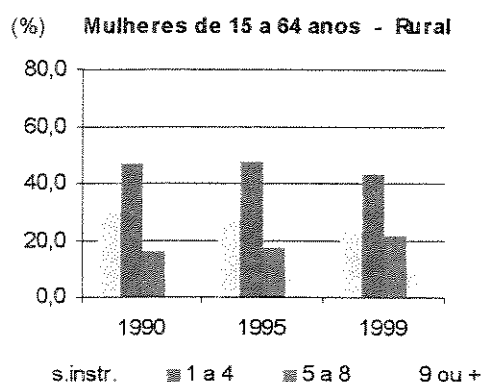
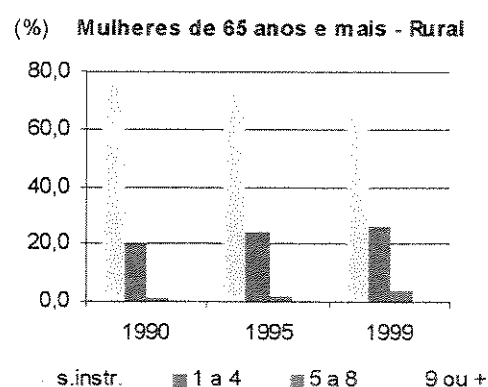


Gráfico 3.16



3.5 Idosos segundo a Cor

Entre 1990 e 1999 a proporção de negros na população atingiu cerca de 45% enquanto que a proporção de negros entre os idosos foi menor, alcançando cerca de 38% da população idosa. Este fato deve-se em grande parte às maiores taxas de mortalidade a que os negros estiveram sujeitos no passado.

Durante a década de 90, pode-se dizer que quase não houve variação da proporção de idosos negros no total da população idosa.

Aproximadamente 37% das mulheres idosas e 39% dos homens idosos eram negros em 1999.

Quando se analisa pela situação de domicílio é fácil perceber que há uma sobrerrepresentação dos idosos negros nas áreas rurais comparativamente às áreas urbanas. Enquanto 53% dos idosos e 51% das idosas, rurais, declararam-se negros em 1999, por volta de 35% dos idosos e 34% das idosas na zona urbana assim se auto declararam². (Gráfico 3.17 e 3.18).

Gráfico 3.17

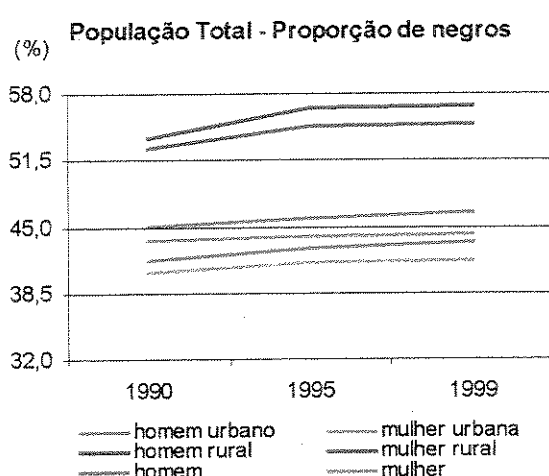
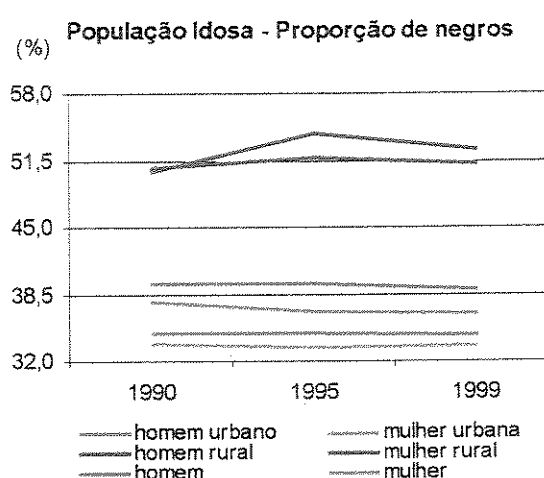


Gráfico 3.18



3.6 Escolaridade Média dos Idosos segundo faixa etária e cor

Quando se observa a escolaridade da população idosa como um todo, acabam-se perdendo características específicas importantes do que quando se analisa considerando a cor. Nesse sentido, a escolaridade dos idosos foi analisada tomando-se dois grupos: dos negros e dos não negros³ para o ano de 1995.

² Na cor negra encontram-se os idosos pretos e pardos.

³ Não negros somam os idosos de cor branca e amarela. A proporção de idosos de cor amarela é muito pequena. Os idosos de cor amarela representavam 0,92% dos idosos e as idosas de cor amarela somavam 0,85% do total de idosas.

Em virtude das melhorias no sistema educacional as coortes de idosos e idosas mais novos apresentaram valores médios⁴ mais elevados do número de anos de estudo.

Os homens idosos são mais escolarizados do que as mulheres idosas. Enquanto os homens, em média apresentaram 2,7 anos de estudo, as idosas estudaram em média 2,4 anos. A maior diferença na escolaridade entre homens e mulheres ocorre na faixa mais jovem, ou seja, entre aqueles que têm entre 65 e 69 anos.

A situação de desvantagem das idosas e idosos negros é patente quando se analisa a escolaridade. Em média os idosos negros tem 2,3 anos de estudo a menos do que os idosos brancos. As idosas negras têm cerca de 2 anos a menos de escolaridade do que as idosas brancas. A diferença de escolaridade entre idosas e idosos negros e não negros é ainda maior entre os idosos mais jovens, sugerindo a idéia de que apesar de melhorias no nível de escolaridade estarem acontecendo tanto para brancos quanto para negros, os incrementos na escolaridade foram ainda maiores para os não negros, acentuando-se ainda mais a desigualdade. (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 - Escolaridade Média dos Idosos por faixa etária e cor

Anos Médios de Estudo dos Idosos por faixa etária e cor - 1995						
Faixa Etária	Idosos			Idosas		
	Total	Negros	Não Negros	Total	Negras	Não Negras
65-69	3,1	1,6	4,1	2,7	1,3	3,5
70-74	2,7	1,4	3,5	2,4	1,2	3,1
75-79	2,4	1,1	3,4	2,1	0,9	2,8
80+	2,1	0,8	2,9	1,9	0,7	2,6
Total	2,7	1,3	3,6	2,4	1,1	3,1

⁴ Para o cálculo dos anos médios de estudo em 1995, foi utilizada a variável "anos de estudo" que contempla 17 categorias, a primeira categoria equivale aos sem instrução, onde se assumiu o valor zero, ou seja, nenhum ano de estudo.

A última categoria diz respeito às pessoas que não declararam a escolaridade e, portanto foram excluídas do cálculo. A penúltima categoria equivale aos que possuíam 15 anos ou mais de instrução. Para o cálculo dos anos médios de estudo, foi assumido que as pessoas nesta situação, possuíam 15 anos de estudo, sabendo-se que a proporção de idosos com alta escolaridade é muito pequena e que, portanto esta decisão não afeta de maneira significativa o cálculo do valor médio dos anos de estudo.

3.7 O Idoso e as Condições de habitação

Apesar do acesso aos bens duráveis entre 1990 e 1999 ter aumentado nos domicílios com e sem idosos, para todos os bens considerados com exceção da casa própria, a probabilidade de se possuir determinado bem foi ligeiramente superior naquelas residências onde não moram idosos. Entretanto, como a diferença é muito pequena, há que se ter cautela ao fazer esta afirmação pois esta pequena diferença a favor dos não idosos pode na realidade refletir variações amostrais.

O fogão é um bem quase universal nos domicílios. Em 1999, apenas 1% dos domicílios particulares permanentes não contavam com este bem. O acesso à rádio, televisão e geladeira, em 1999, ficou entre 80% a 90% dos domicílios, sempre com uma diferença em média 3% superior para os domicílios sem idosos.

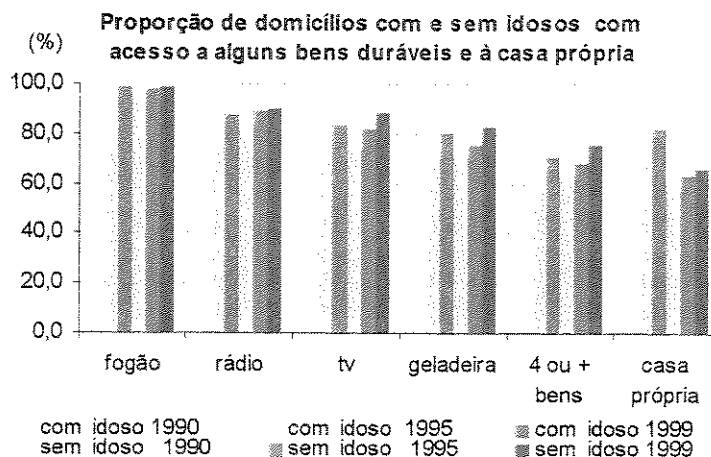
Quando se considera as possibilidades dos domicílios terem 4 ou mais bens duráveis, contabilizados pela presença de pelo menos 1 unidade de fogão, rádio, tv e geladeira, em 56% daqueles com idosos este evento aconteceu em 1990, valor inferior aos 63% dos domicílios sem idosos possuidores destes bens. Em 1999, foi possível constatar que houve um crescimento de 15% nas probabilidades de se ter estes 4 bens nos domicílios com idosos e de 13% naqueles sem idosos.

Em contrapartida, as chances de se residir em domicílio próprio são maiores para a população idosa. Em 1990, em ¾ dos domicílios com idosos a residência era própria. Em 1999 esta participação foi incrementada para 82%.

Já entre os domicílios onde não residiam pessoas idosas, em 1990, em 58% a unidade residencial era própria e no final da década observou-se um crescimento de 8,4% atingindo 66,5% dos domicílios.

As maiores chances de se residir em casa própria, no caso dos idosos, provavelmente pode estar associada às melhores condições econômicas do passado, onde era mais fácil a aquisição da casa própria, além de também poder estar relacionada ao ciclo de vida, ou seja, os indivíduos na fase mais avançada da idade já tiveram a oportunidade de constituir um patrimônio.(Gráfico 3.19).

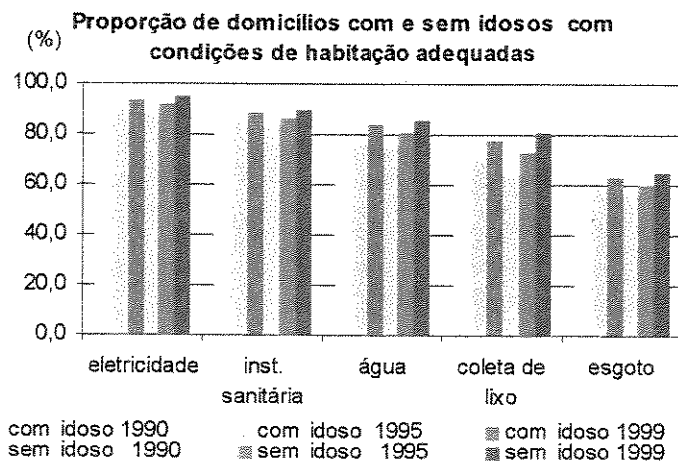
Gráfico 3.19



Em relação aos serviços básicos públicos também se observam melhorias no decorrer da década de 90 tanto nos domicílios sem idosos quanto naqueles com idosos, mas com uma sutil diferença mais favorável às famílias sem parentes idosos. O fornecimento de energia elétrica é o serviço público a que os domicílios tem maiores taxas de acesso.

A conquista de um esgotamento sanitário adequado nos domicílios, ainda representava um desafio para cerca de 35% dos domicílios, tanto para aqueles com idosos residentes como para aqueles com moradores não idosos. (Gráfico 3.20).

Gráfico 3.20



3.8 Distribuição dos Idosos nas Grandes Regiões

Entre 1990 e 1999 não foram observadas grandes mudanças em relação às participações percentuais da população por regiões. Este fato, em grande parte é resultado do declínio do volume de migrações no período estudado, que foi bastante significativo na década de 80. (Tabela 3.3).

Os estados da Região Sudeste são os que concentram a maior parte da população brasileira contabilizando quase 44% da população tanto em 1990 quanto em 1999. A região Nordeste é a segunda grande detentora de participação populacional concentrando quase 29% da população nesta região em 1999.

As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram participações populacionais praticamente constantes entre 1990 e 1999 em torno de 15% e 7% respectivamente.

Entretanto, foi na Região Norte, apesar da participação populacional ser muito pequena comparativamente às demais regiões, onde observou-se o maior incremento da proporção de população residente nesta região sobre o total da população entre 1990 e 1999. Em 1990, cerca de 3,7% da população brasileira residia na região Norte, ao passo que em 1999, esta participação sobe para 5%.

A distribuição percentual da população idosa pelas Grandes Regiões segue o mesmo padrão da distribuição percentual da população total. No entanto, a distribuição está um pouco sobre-representada na região Sudeste e sub-representada nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Em termos de proporção da população idosa sobre a população total é a região Sudeste que detém a maior proporção. Em 1999, quase 7% da população residente na região sudeste era formada por idosos, seguida das regiões Nordeste e Sul onde cerca de 6% da população nessas regiões era idosa.

As regiões Centro-Oeste e Norte são as menos habitadas por pessoas idosas. Em 1999, 4,4% da população da região Centro-Oeste e 4,1% da população da região Norte era formada por idosos.

Apesar de ser a região Norte a região com a menor participação de idosos na população, tanto em 1990 quanto em 1999, foi nesta região que se observou o maior crescimento desta proporção, contabilizando 75% de crescimento.

Em seguida, vem as regiões Sudeste e Sul que apresentaram as segundas maiores taxas de crescimento, resultando em 46% e 44% de crescimento da participação da população idosa sobre a população total respectivamente.

As menores taxas de crescimento da participação de idosos sobre a população total foram constatadas nas regiões Centro-Oeste e Nordeste com taxas de crescimento entre 1990 e 1999 de 32% e 24% respectivamente.

Tabela 3.3 – Distribuição da população total e idosa por Grandes Regiões

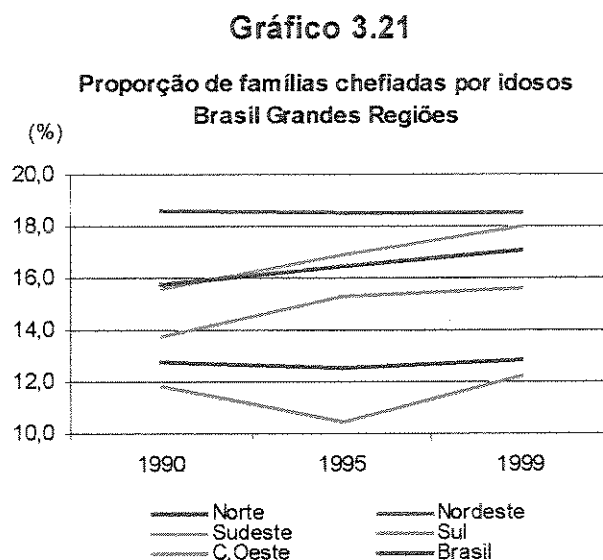
Distribuição da população total e da população idosa por Grandes Regiões						
Grandes Regiões	População Total			População Idosa		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Norte	5.196.512	7.227.368	8.056.074	186.885	262.126	327.602
Nordeste	42.045.582	44.939.780	46.359.399	2.290.601	2.645.982	2.843.660
Centro-Oeste	10.160.538	10.295.938	11.252.419	375.782	365.617	497.813
Sudeste	62.027.366	66.442.450	70.026.533	3.265.487	4.065.722	4.768.707
Sul	21.910.184	23.129.323	24.465.741	1.024.520	1.310.714	1.475.368
Total	141.340.182	152.034.859	160.160.166	7.143.275	8.650.161	9.913.150
Distribuição Percentual da população total e da população idosa por Grandes Regiões						
Grandes Regiões	Distribuição percentual da População (%)			Distribuição percentual da População Idosa (%)		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Norte	3,7	4,8	5,0	2,6	3,0	3,3
Nordeste	29,7	29,6	28,9	32,1	30,6	28,7
Centro-Oeste	7,2	6,8	7,0	5,3	4,2	5,0
Sudeste	43,9	43,7	43,7	45,7	47,0	48,1
Sul	15,5	15,2	15,3	14,3	15,2	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grandes Regiões	Proporção da população idosa sobre a população total			Taxas de Crescimento da população idosa (base=100)		
	1990	1995	1999	90/95	95/99	90/99
Norte	3,6	3,6	4,1	140,3	125,0	175,3
Nordeste	5,4	5,9	6,1	115,5	107,5	124,1
Centro-Oeste	3,7	3,6	4,4	97,3	136,2	132,5
Sudeste	5,3	6,1	6,8	124,5	117,3	146,0
Sul	4,7	5,7	6,0	127,9	112,6	144,0
Total	5,1	5,7	6,2	121,1	114,6	138,8

3.9 Chefias Idosas nas Grandes Regiões

No país, a proporção de famílias⁵ chefiadas por pessoas idosas cresceu de 15,8% em 1990 para 17,1% em 1999.

As maiores participações de chefias idosas aconteceram nas famílias nordestinas e da região Sudeste, atingindo em 1999 cerca de 18% das famílias de cada região.

Com relação à tendência no período 1990-99, as regiões que apresentaram crescimento são o Sudeste e o Sul. As demais regiões mantiveram suas participações relativas de chefias idosas praticamente constantes no período analisado. (Gráfico 3.21).



Com exceção das regiões Norte, onde a PNAD não cobre a população residente da zona rural, e Centro-Oeste, onde a maior parte das chefias idosas ocorre na zona urbana, em geral as maiores participações de idosos chefiando famílias aconteceram na zona rural, especialmente nas famílias rurais nordestinas que são as que detêm a maior representatividade de chefias idosas.

Em quase 21% das famílias nordestinas residentes na zona rural o chefe era uma pessoa idosa. (Tabela 3.4).

⁵ Famílias chefiadas por idosos, na concepção de famílias da PNAD já discutida no capítulo 2.

Tabela 3.4 – Distribuição das chefias familiares idosas por Grandes Regiões

Famílias chefiadas por idosos									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	155.376	-	155.376	207.916	13.135	221.051	254.708	10.968	265.676
Nordeste	1.024.665	793.110	1.817.775	1.299.713	809.510	2.109.223	1.437.781	858.615	2.296.396
Sudeste	2.294.072	343.685	2.637.757	2.904.787	343.746	3.248.533	3.378.634	397.088	3.775.722
Sul	535.906	283.725	819.631	786.219	251.759	1.037.978	891.300	269.853	1.161.153
C.Oeste	233.692	78.089	311.781	248.289	51.652	299.941	338.158	70.504	408.662
Brasil	4.243.711	1.498.609	5.742.320	5.446.924	1.469.802	6.916.726	6.300.581	1.607.028	7.907.609

Total de Famílias									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	1.213.530	-	1.213.530	1.678.028	85.639	1.763.667	1.965.030	106.243	2.071.273
Nordeste	5.856.385	3.896.787	9.753.172	7.506.675	3.872.268	11.378.943	8.252.808	4.155.170	12.407.978
Sudeste	14.648.249	2.214.422	16.862.671	17.186.693	1.995.115	19.181.808	18.867.634	2.137.064	21.004.698
Sul	4.140.083	1.821.750	5.961.833	5.381.587	1.415.052	6.796.639	5.946.634	1.499.337	7.445.971
C.Oeste	1.928.986	697.356	2.626.342	2.350.174	519.983	2.870.157	2.747.610	594.246	3.341.856
Brasil	27.787.233	8.630.315	36.417.548	34.103.157	7.888.057	41.991.214	37.779.716	8.492.060	46.271.776

Participação Percentual do famílias chefiadas por idosos (%)									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	12,8	-	12,8	12,4	15,3	12,5	13,0	10,3	12,8
Nordeste	17,5	20,4	18,6	17,3	20,9	18,5	17,4	20,7	18,5
Sudeste	15,7	15,5	15,6	16,9	17,2	16,9	17,9	18,6	18,0
Sul	12,9	15,6	13,7	14,6	17,8	15,3	15,0	18,0	15,6
C.Oeste	12,1	11,2	11,9	10,6	9,9	10,5	12,3	11,9	12,2
Brasil	15,3	17,4	15,8	16,0	18,6	16,5	16,7	18,9	17,1

Vale lembrar que regiões que apresentaram as mesmas taxas de chefias idosas, como no caso das regiões Sudeste e Nordeste, com taxas de chefias familiares idosas em torno de 18% em 1999, passaram por processos demográficos muito distintos.

Pensando-se nas taxas de mortalidade e natalidade mais elevadas dos estados nordestinos, seria de se esperar que estes apresentassem uma participação relativamente pequena de pessoas idosas. Inversamente, os estados do Sudeste deveriam ter proporções mais elevadas de idosos.

Devido às características dos movimentos migratórios, que foram seletivos em alguns aspectos como no caso da migração de pessoas mais jovens, é que se deram as alterações na estrutura etária dessas regiões, provocando um rejuvenescimento populacional no Sudeste e um envelhecimento da população no Nordeste.

3.10 Distribuição das chefias por grupos etários

Embora a taxas pequenas, vem crescendo a participação relativa das chefias masculinas idosas sobre o total de chefias masculinas, passando de 10,2% em 1990 para 11,5% em 1999. (Tabela 3.5). No meio rural, representaram 13,6% no final da década de 90, superior aos 11% verificados nas regiões urbanas.

As chefias femininas idosas não apresentaram variações no período, mantendo-se em um patamar médio de 21%. Foi no meio rural que apresentaram maior incremento passando de 25,2% a 29,1%, entre 1990 e 1999.

Tabela 3.5 Distribuição das chefias de família por grupos etários, segundo sexo e situação de domicílio.

Chefias de famílias por faixa etária											
homem urbano				homem rural				homem total			
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	6,9	6,8	6,7	até 24	7,5	7,4	7,1	até 24	7,1	6,9	6,8
25-39	41,0	40,0	37,6	25-39	37,6	36,4	35,2	25-39	40,1	39,3	37,1
40-64	42,7	42,9	44,7	40-64	42,5	43,1	44,1	40-64	42,6	42,9	44,6
65+	9,4	10,3	11,0	65+	12,3	13,1	13,6	65+	10,2	10,9	11,5
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Abs	21.584.734	25.664.009	27.075.307	Abs	7.466.078	6.698.359	7.147.061	Abs	29.050.812	32.362.368	34.222.368
mulher urbana				mulher rural				mulher total			
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	8,7	9,6	10,6	até 24	11,8	12,0	12,2	até 24	9,2	9,9	10,8
25-39	27,5	26,8	26,5	25-39	21,4	19,4	19,9	25-39	26,5	25,9	25,8
40-64	43,6	43,3	43,1	40-64	41,5	39,9	38,9	40-64	43,3	42,9	42,6
65+	20,2	20,3	19,8	65+	25,2	28,7	29,1	65+	21,0	21,3	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Abs	6.202.499	8.439.148	10.704.409	Abs	1.164.237	1.189.698	1.344.999	Abs	7.366.736	9.628.846	12.049.408
Total urbano				Total rural				Total total			
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	7,3	7,5	7,8	até 24	8,1	8,1	7,9	até 24	7,5	7,6	7,8
25-39	37,9	36,8	34,4	25-39	35,4	33,8	32,7	25-39	37,4	36,2	34,1
40-64	42,9	43,0	44,2	40-64	42,4	42,6	43,3	40-64	42,8	42,9	44,1
65+	11,8	12,8	13,5	65+	14,1	15,5	16,1	65+	12,4	13,3	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0
Abs	27.787.233	34.103.157	37.779.716	Abs	8.630.315	7.888.057	8.492.060	Abs	36.417.548	41.991.214	46.271.776

3.11 Proporção de chefes por faixa etária

Os dados revelaram que entre 1990 e 1999, houve descenso da proporção de chefes de família homens, principalmente entre as faixas etárias compreendidas entre as idades de 20 a 74 anos, tanto para residentes na zona urbana quanto na zona rural.

O maior declínio da proporção de homens chefes urbanos foi de quase 7% observados na faixa etária de 35 a 39 anos entre 1990 e 1999. No caso dos homens residentes na zona rural, a maior queda na proporção de chefes atingiu menos de 6% para aqueles com idade entre 40 e 44 anos.

Estes fatos, em grande parte, refletem o crescimento da proporção de mulheres que se declararam chefes de família durante o período estudado, tanto no caso das mulheres residentes na zona rural, quanto na zona urbana. (Tabela 3.6).

Entretanto, no caso das mulheres, os maiores incrementos nas taxas de chefias femininas ocorreram, no caso urbano para aquelas que se encontravam na faixa etária dos 75 aos 79 anos onde foi registrado um aumento de mais de 7 pontos percentuais e no caso rural, também para esta mesma faixa etária, contabilizou-se um incremento de quase 10%.

O aumento da proporção de mulheres que se declararam chefes de família e, sobretudo na zona urbana, provavelmente ocorreu em função da maior participação feminina no mercado de trabalho, de maneira que mais mulheres estariam assumindo a chefia em função do aumento de sua capacidade de gerar renda e ou, em função do aumento do número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em decorrência do incremento do número de separações.

No caso das mulheres idosas, o aumento da proporção de mulheres declaradas chefes certamente está associado ao avanço da cobertura previdenciária e, sobretudo na zona rural, durante o período, que permitiu que muitas idosas pudessem ter uma renda melhor.

Isto não significa, necessariamente, que a situação das idosas tenha melhorado. Se por um lado uma melhoria no nível de rendimentos, ou a possibilidade de ter uma

renda mensal quando antes não era possível, possa ter permitido que muitas idosas fossem viver sozinhas representando, portanto uma possibilidade de uma vida mais independente dos outros membros da família e com mais privacidade, por outro lado, muitas idosas se tornaram chefes de famílias monoparentais, na medida em que são elas que contribuem com a totalidade ou a maior parte da renda familiar representando assim, apesar dos baixos valores dos benefícios, uma fonte segura de recursos para seus filhos e netos. (Gráficos 3.22, 3.23 e 3.24).

Tabela 3.6 – Chefias familiares idosas e não idosas segundo o sexo

Proporção de chefias	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Chefias									
Femininas (%)	22,3	24,7	28,3	13,5	15,1	15,8	20,2	22,9	26,0
Masculinas (%)	77,7	75,3	71,7	86,5	84,9	84,2	79,8	77,1	74,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	27.787.233	34.103.157	37.779.716	8.630.315	7.888.057	8.492.060	36.417.548	41.991.214	46.271.776
Chefias Idosas									
Femininas (%)	38,1	39,3	41,6	24,1	28,0	28,7	34,3	36,8	38,9
Masculinas (%)	61,9	60,7	58,4	75,9	72,0	71,3	65,7	63,2	61,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	3.286.748	4.351.809	5.098.389	1.214.202	1.219.871	1.364.436	4.500.950	5.571.680	6.462.825

Gráfico 3.22

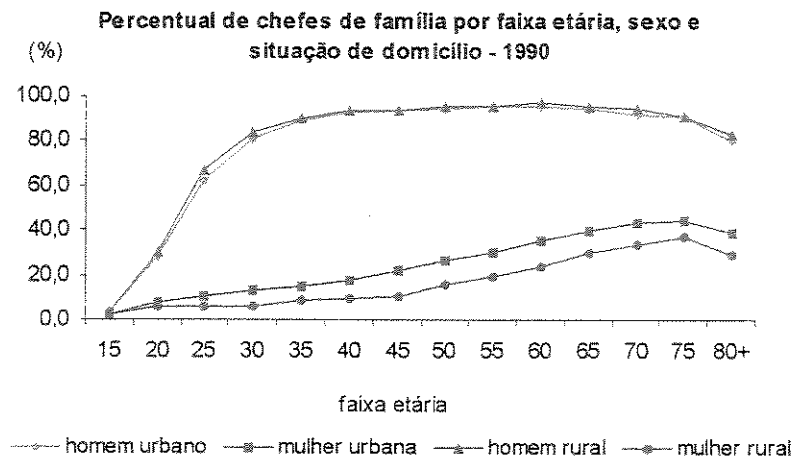


Gráfico 3.23

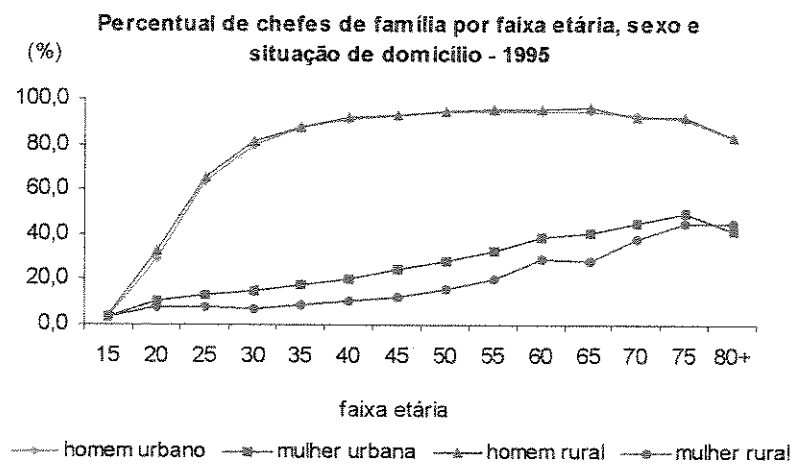
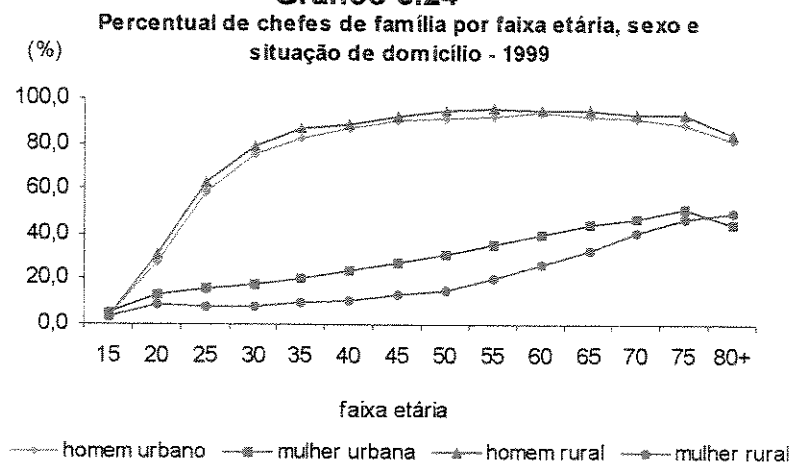


Gráfico 3.24



Foi visto neste capítulo que:

- A população idosa é majoritariamente formada por mulheres. É entre a faixa etária mais velha, ou seja, aqueles com 80 anos e mais, onde a sobrerrepresentação feminina é ainda maior. Contudo, entre os idosos rurais com até 80 anos há mais homens do que mulheres e na zona urbana a proporção de mulheres idosas é maior.
- Mais de $\frac{3}{4}$ dos homens idosos e pouco mais de $\frac{1}{3}$ das idosas estavam unidos em 1999. Mais da metade das idosas era viúva.
- A taxa de analfabetismo da população idosa, entre 1990 e 1999, foi reduzida. A diferença entre a taxa de analfabetismo da população idosa e da população geral também foi reduzida no mesmo período. O diferencial entre a taxa de analfabetismo idosa dos homens e das mulheres é resultado de uma situação historicamente mais vantajosa para os homens.
- Assim como para a população em geral, os idosos urbanos são mais alfabetizados que os rurais.
- De uma maneira geral, houve incremento do número médio de anos de estudo dos idosos no período estudado. Mas ainda assim, é elevada a proporção de homens idosos rurais sem instrução ou com menos de 1 ano que de 70% em 1990 passou a 66% em 1999. No caso das idosas rurais, em 1990, 80% delas não tinham instrução passando a representar 69% em 1999.
- Há pelo menos 2 anos de diferença no número de anos médios de estudo entre idosas e idosos negros e não negros, desfavorecendo os idosos negros.
- Comparativamente à população total, a população idosa tem uma proporção menor de pessoas negras e, sobretudo na zona urbana.
- O acesso a bens duráveis aumentou entre 1990 e 1999 tanto nos domicílios sem idosos como nos domicílios com idosos. Foi observada uma pequena diferença na probabilidade de se possuir os 4 bens duráveis, fogão, geladeira, tv e rádio, que favorece os domicílios sem idosos. Por outro lado, a probabilidade de se residir em domicílio próprio é maior para a população idosa.

- A distribuição da população idosa nas grandes regiões brasileiras segue o mesmo padrão da distribuição da população total, não se observando grandes mudanças entre o início e o final do período. É na região Sudeste, em primeiro lugar e na região Nordeste em segundo lugar que estão concentrados mais idosos. As regiões Centro-Oeste e Norte são as menos habitadas por pessoas idosas, entretanto foi a região Norte a que apresentou a maior taxa de crescimento da população idosa no período estudado.
- Constatou-se um pequeno incremento na proporção de famílias chefiadas por idosos. A maior participação de idosos chefiando famílias ocorre na região Nordeste.
- Com exceção das mulheres urbanas onde a proporção de chefias idosas praticamente se manteve no mesmo patamar tanto em 1990 quanto em 1999, a proporção de chefias idosas cresceu entre os homens urbanos e entre as mulheres e homens rurais.

Capítulo 4: O idoso na família e a família do idoso

Este capítulo procura investigar, naquelas famílias que contam com a presença de uma pessoa idosa, em que condições ela se encontra, ou seja, se é chefe ou cônjuge, ou se mora na condição de parente.

Dado que do total de famílias, quase 15,8% em 1990 e 17,1% em 1999 possuíam pelo menos 1 pessoa idosa, é no contexto deste universo que será conduzida a análise que se segue. (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Proporção de famílias com idosos por situação de domicílio

Proporção de famílias com pelo menos uma pessoa idosa por situação de domicílio			
	1990	1995	1999
Proporção de famílias residentes na zona urbana com pelo menos 1 pessoa idosa	15,3%	16,0%	16,7%
Total de famílias residentes na zona urbana	27.787.233	34.103.157	37.779.716
Proporção de famílias residentes na zona rural com pelo menos 1 pessoa idosa	17,4%	18,6%	18,9%
Total de famílias residentes na zona rural	8.630.315	7.888.057	8.492.060
Proporção de famílias com pelo menos 1 pessoa idosa	15,8%	16,5%	17,1%
Total de famílias	36.417.548	41.991.214	46.271.776

4.1 Número de famílias por domicílio

De acordo com os dados da PNAD, entre 1990 e 1999, observou-se uma tendência crescente na proporção de domicílios com mais de uma família residente. Este processo foi mais intenso nos domicílios urbanos comparativamente aos rurais.

Em 1990, 6,2% dos domicílios urbanos brasileiros abrigavam mais de uma família. Em 1999, ocorreu um incremento de apenas 1%, atingindo 7,2% dos domicílios.

Nos domicílios rurais, apesar da tendência ser também de crescimento, o ritmo foi ainda menor do que no caso urbano.

Em 5,5% dos domicílios rurais residiam mais de 1 família em 1990 enquanto que em 1999 este percentual passa para 6%.

Nos domicílios onde residem pessoas idosas, a probabilidade de se ter mais de uma família convivente aumenta comparativamente ao total de domicílios no Brasil.

Em 10% dos domicílios urbanos onde residia pelo menos uma pessoa idosa, viviam mais de uma família no ano de 1990. Em 1999 houve um sutil incremento e este indicador alcança menos de 11% dos domicílios urbanos.

Já nos domicílios rurais com idosos residentes, em 8% deles viviam mais de uma família em 1990 passando para 10% em 1999.

Em geral, entre o início e o final do período, em aproximadamente 97% das famílias secundárias, existia relação de parentesco com a família principal.

Diante das crises macro-econômicas, os fatores sócio-econômicos como arrocho salarial e a queda no nível de emprego podem afetar as probabilidades de ampliação do grupo familiar impedindo a manutenção para algumas famílias do domicílio próprio e conseqüentemente aumentar a proporção de grupos familiares complexos através da associação de dois ou mais núcleos familiares com relação de parentesco.

De acordo com Bilac (2001), dependendo da “idade da família” que está associada à fase do ciclo de vida em que ela se encontra, núcleos familiares estarão mais vulneráveis a serem incorporados ou a incorporarem outros núcleos.

Neste sentido, a argumentação de Bilac (2001) aponta para a capacidade de ampliação das famílias brasileiras:

“No Brasil ao que tudo indica, a modernização da família não significa a passagem de um núcleo “extenso” para um “modelo nuclear”, mas sim o predomínio de um padrão de residência nuclear com recorrência sistemática à ampliação”.

Na zona urbana, houve aumento da participação dos idosos residentes em domicílios com mais de uma família sendo que a grande maioria pertence à primeira família.

Entre 1990 e 1999, entre os idosos que viviam em domicílios multifamiliares na zona urbana, aqueles que viviam apenas com o cônjuge ou aqueles que são chefes de famílias monoparentais tiveram suas probabilidades de pertencer à família principal

incrementadas, enquanto que aqueles que viviam como parentes tiveram suas chances de pertencer à família principal reduzidas.

Os idosos rurais, no mesmo período, também tiveram suas chances de pertencer às primeiras famílias incrementadas para todos os tipos de arranjos familiares. (Gráficos 4.1 e 4.2).

Gráfico 4.1

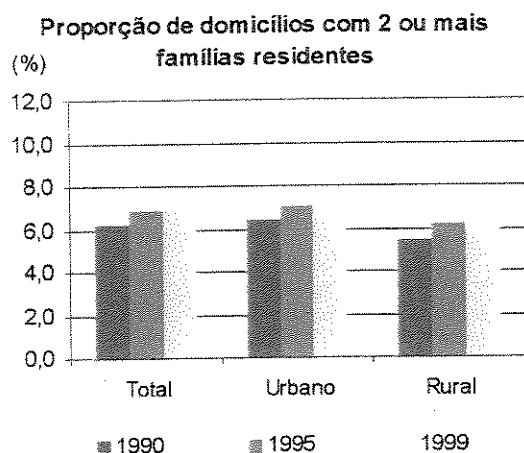
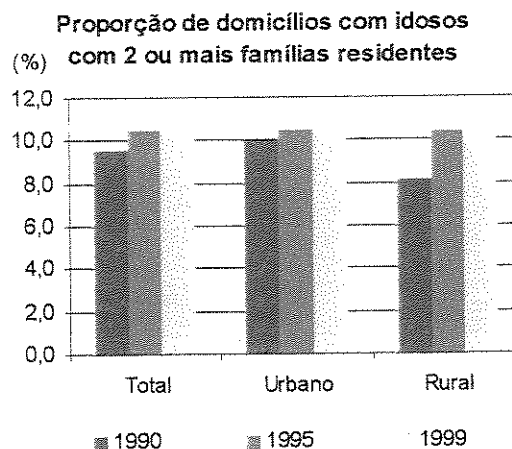


Gráfico 4.2



4.2 Condição da pessoa idosa na família em relação à pessoa de referência

A maior parte dos homens idosos ocupa a posição de chefe de sua família. Entre o início e o final da década aproximadamente 90% dos idosos foram declarados chefes de suas famílias e 7% foram declarados como parentes da pessoa de referência. (Tabela 4.2).

Durante este período, houve um incremento de 1,6% na participação de idosos declarados como cônjuges que em 1999 representavam 2,2% e em 1990 correspondiam a 0,6%.

Provavelmente em função da melhoria no nível de rendimentos das mulheres idosas, na medida em que muitas delas passaram a ganhar mais que os seus maridos e consequentemente passaram a se declarar como chefes de sua família, é

que se deu o incremento de 0,2% para 2,2% dos idosos homens declarados cônjuges para o período estudado.

Entre as mulheres idosas, houve incremento da proporção das que se declararam chefes passando de 39% em 1990 para 45% em 1999. A tendência de crescimento da participação das mulheres que se declararam chefes, aconteceu em detrimento da participação das idosas na condição de parente que caiu 5,5 pontos percentuais.

Enquanto na área urbana há uma maior participação das idosas declaradas chefes, 46,4% em 1999, na área rural a maioria declarou estar na condição de cônjuge somando quase 42% das idosas rurais.

Tabela 4.2 - Idosos segundo a relação com a pessoa de referência da família

Distribuição das pessoas idosas por condição na família									
Homens	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
chefe	91,1	91,8	89,5	92,5	92,5	92,1	91,5	92,0	90,1
conjuge	0,7	0,9	2,8	0,5	0,2	0,4	0,6	0,7	2,2
filho	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
parente	7,5	6,7	7,0	6,0	6,3	6,7	7,0	6,6	7,0
agregado	0,4	0,4	0,4	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,4
pen / empreg	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (abs)	2.233.781	2.874.098	3.320.696	996.222	948.296	1.057.240	3.230.003	3.822.394	4.377.936
Mulheres	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
chefe	41,6	43,7	46,4	32,4	37,0	40,4	39,4	42,5	45,3
conjuge	30,4	32,3	31,3	43,6	42,8	41,5	33,4	34,3	33,0
filho	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
parente	26,9	23,1	21,3	23,3	19,5	17,5	26,1	22,4	20,6
agregado	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,2	0,5	0,6	0,4
pen / empreg	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2
total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (abs)	3.008.544	3.906.295	4.567.849	904.728	921.472	967.365	3.913.272	4.827.767	5.535.214
Total	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
chefe	62,7	64,1	64,5	63,9	65,2	67,4	63,0	64,3	65,1
conjuge	17,7	19,0	19,3	21,0	21,2	20,0	18,6	19,5	19,4
filho	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
parente	18,6	16,1	15,3	14,2	12,8	11,9	17,5	15,4	14,6
agregado	0,5	0,5	0,4	0,6	0,6	0,4	0,5	0,5	0,4
pen / empreg	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (abs)	5.242.325	6.780.393	7.888.545	1.900.950	1.869.768	2.024.605	7.143.275	8.650.161	9.913.150

4.3 Tamanho médio das famílias dos idosos

Entre as principais mudanças na composição dos arranjos familiares entre o final da década de 70 e o final da década de 90 no país estão, em primeiro lugar o aumento da diversidade de tipos de núcleos nos arranjos familiares, ocorrido pelo aumento na proporção de núcleos constituído apenas pela mulher sem o cônjuge e com filhos em detrimento da redução relativa de núcleos familiares formados pelo casal.

Em segundo lugar, o tamanho médio dos arranjos familiares no Brasil vem decrescendo. Nesse sentido, o tamanho médio dos domicílios cai durante o período para todos os tipos de arranjos familiares e, sobretudo nas famílias constituídas pelo casal e filhos.

Para os arranjos familiares dos idosos com mais de duas pessoas, ou seja, para aqueles que não vivem sozinhos, nem somente com o cônjuge, foram calculados o número médio de pessoas na família.

A tabela 4.3 mostra que o número médio de pessoas nas famílias dos idosos chefes ou cônjuges de casal com filhos, nas famílias onde vive como parente e naquelas designadas por "outros" é superior ao número médio de pessoas nas respectivas famílias das idosas.

Os dados mostraram que nas famílias monoparentais onde os idosos e idosas exercem a chefia monoparental, o número médio de pessoas equivale à aproximadamente 3. Provavelmente é o caso do idoso(a) residindo com um dos filhos e neto ou o idoso(a) convivendo com 2 filhos.

As famílias maiores são aquelas onde o idoso encontra-se na condição de parente com a média de 4,5 pessoas nas famílias dos idosos e 4,1 pessoas nas famílias das idosas em 1999. Em 1990, as famílias dos idosos na condição de parente tinham em média 5,1 pessoas enquanto que as famílias das idosas na mesma situação contavam em média com 4,6 pessoas. São nestes arranjos familiares, tanto no caso dos idosos quanto no caso das idosas, onde se pode constatar uma tendência de declínio do número médio de pessoas na família mais marcante do que nos demais arranjos familiares.

A tendência de declínio do número médio de pessoas observada nas famílias onde o idoso é parente deve-se provavelmente a dois motivos que podem estar atuando separada ou conjuntamente: a tendência de se ter menos filhos, aumentando as chances do idoso ir viver com menos netos, e o aumento das separações e por consequência o aumento do número de famílias monoparentais incrementando, portanto as chances do idoso co-residir com um filho descasado.

Apenas 3% dos idosos parentes e 0,4% das idosas parentes eram unidos em 1995. Os idosos e idosas na condição de parente são majoritariamente viúvos, 60,4% dos idosos e 77,1% das idosas. (Gráficos 4.3 e 4.4)

Gráfico 4.3

Número médio de pessoas nos arranjos familiares dos idosos

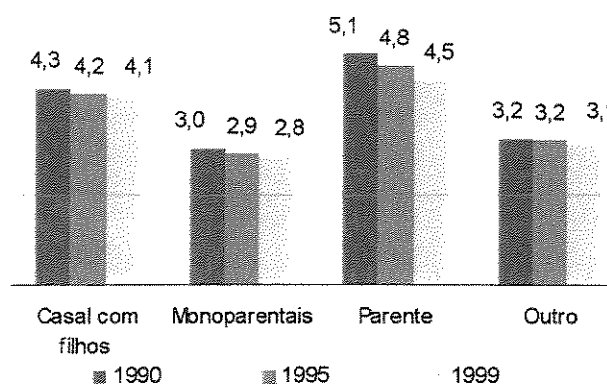
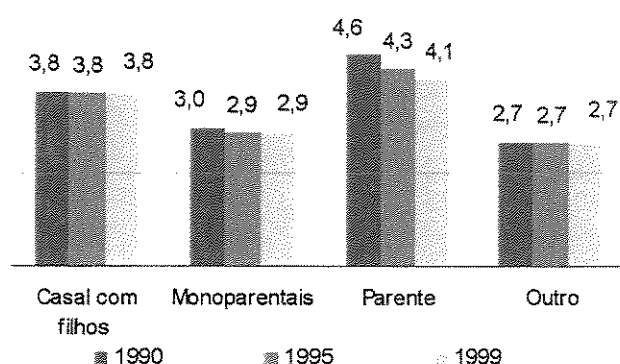


Gráfico 4.4

Número médio de pessoas nos arranjos familiares das idosas



O número médio de pessoas nos arranjos familiares dos idosos e idosas estudados nesta seção residentes na zona rural, em geral é superior aos respectivos arranjos familiares dos idosos residentes na zona urbana. (tabela 4.3).

Tabela 4.3 - Tamanho médio das famílias com idosos por tipo de família

Número médio de pessoas nas famílias com idosos por tipo de família e situação de domicílio									
Homens	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Casal com filhos	4,2	4,1	4,0	4,5	4,4	4,4	4,3	4,2	4,1
Monoparentais	3,0	2,9	2,8	3,1	2,9	3,0	3,0	2,9	2,8
Parente	4,8	4,6	4,4	5,8	5,1	4,8	5,1	4,8	4,5
Outro	3,2	3,1	3,1	3,3	3,3	3,3	3,2	3,2	3,1
Mulheres	Urbano			Rural			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Casal com filhos	3,7	3,8	3,8	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8
Monoparentais	3,0	2,9	2,9	3,1	2,9	2,9	3,0	2,9	2,9
Parente	4,4	4,2	4,0	5,2	4,8	4,5	4,6	4,3	4,1
Outro	2,7	2,7	2,6	3,0	2,9	2,9	2,7	2,7	2,7

4.4 O idoso que vive sozinho

Em várias sociedades à medida que a idade avança, aumentam-se as probabilidades de morar sozinho. Este evento está relacionado ao ciclo de vida e reflete não somente as opções pessoais, como também as fatalidades ocorridas durante a vida das pessoas, Berquó E., Cavenaghi S. (1988).

Os dados das PNADs mostraram que entre 1990 e 1999 houve uma tendência ligeiramente crescente nas chances de se viver só, tanto nos grupos mais jovens quanto nos mais velhos. (Gráfico 4.5 e 4.6).

Somente após os 55 anos de idade, as mulheres apresentaram chances maiores de viver só, comparativamente aos homens. Provavelmente isto acontece em função da sobremortalidade masculina, elevando as taxas de viuvez e também do não recasamento em casos de separação.

As mulheres com idade até 54 anos tem probabilidades maiores de morarem sozinhas quando comparadas às mulheres residentes nas áreas rurais. A partir dos 55 anos, aumentam no rural, as chances da mulher morar sozinha comparativamente às chances das mulheres urbanas.

Do total de idosos urbanos, entre 1990 e 1999, a proporção de pessoas vivendo em arranjos unipessoais permaneceu praticamente constante para homens e mulheres, ou seja, 19% dos idosos urbanos viviam sozinhos e 42% das idosas urbanas que viviam sozinhas. (Gráficos 4.7 e 4.8)

Houve um ligeiro descenso na participação dos homens idosos rurais vivendo sozinhos sobre o total de idosos rurais. Em 1990 quase 31% desses homens viviam sós. Em 1999 esta participação atinge 28%.

Ao contrário dos idosos rurais, as idosas rurais apresentaram um ligeiro incremento na probabilidade de viver só. Entre as mulheres residentes na zona rural, é no grupo das idosas onde se concentra a maior parte dos arranjos unipessoais. Em 1990, 57,9% das mulheres idosas rurais moravam sozinhas e em 1999 esta participação passa a 62,2%. (Gráficos 4.9 e 4.10).

Gráfico 4.5

Proporção de homens que vivem sozinhos

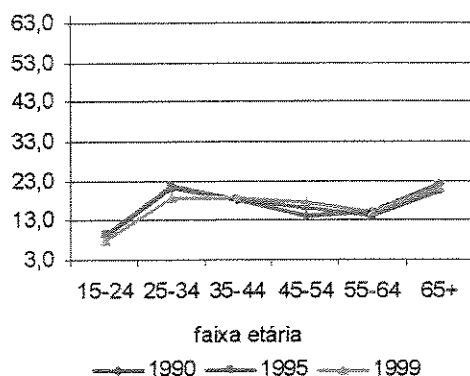


Gráfico 4.6

Proporção de mulheres que vivem sozinhas

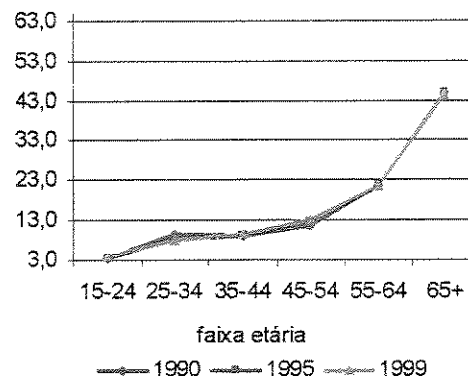


Gráfico 4.7

Proporção de homens urbanos que vivem sozinhos

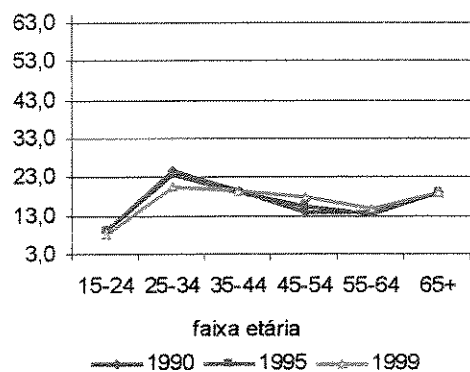


Gráfico 4.8

Proporção de mulheres urbanas que vivem sozinhas

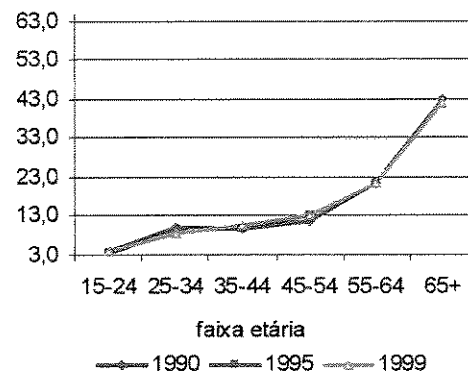


Gráfico 4.9

Proporção de homens rurais que vivem sozinhos

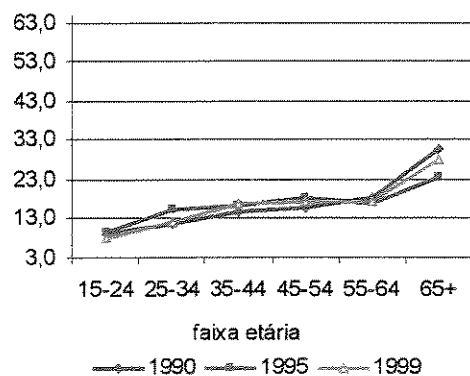
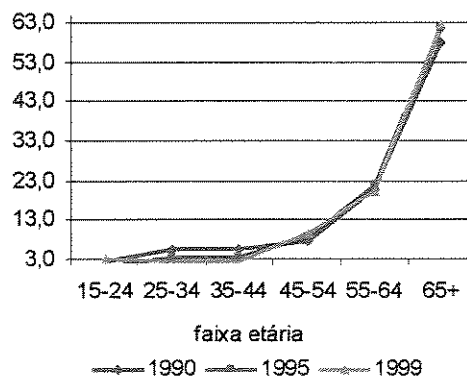


Gráfico 4.10

Proporção de mulheres rurais que vivem sozinhas



4.5 Idosos vivendo como parentes

A participação dos homens idosos vivendo como parentes é bem menor do que a participação feminina e durante o período praticamente permaneceu constante atingindo 7,2% dos homens.

A forma predominante de inserção familiar das idosas "parentes" ocorre nas famílias constituídas por casal com filhos onde o chefe dessas famílias na maior parte das vezes tem mais de 40 anos.

Provavelmente a idosa é mãe ou sogra do chefe da família. Do total de idosas parentes, 49,2% em 1990 e 43,6% em 1999 faziam parte de uma família formada pelo casal com filhos, onde provavelmente ela é a avó.

Durante o período estudado, houve declínio da participação percentual das idosas vivendo como parente de 26,4% para 21%. Esta tendência decrescente foi mais acentuada para as idosas residentes na zona rural em função do crescimento da participação das mulheres maiores de 65 anos chefiando famílias monoparentais ou vivendo sozinhas.

Isto pode estar indicando que o incremento nas taxas de chefia femininas da zona rural, em grande parte se deu em função do impacto do aumento da cobertura previdenciária rural já citado anteriormente.

Em 1990, 58,5% do total de homens idosos parentes, assim como no caso das mulheres, encontravam-se em famílias do tipo casal com filhos onde a concentração maior acontecia nas famílias onde o chefe tinha mais de 40 anos. Em 1999 a participação relativa de idosos parentes neste tipo de família cai para 49,3%. A tendência de descenso da participação dos idosos e idosas, na condição de avós em famílias constituídas pelo casal e filhos aconteceu em grande parte devido a fatores como:

- aumento relativo de idosos parentes vivendo em uma família monoparental, principalmente as chefiadas por mulheres com mais de 40 anos. Esta é a situação em que o idoso(a) vai morar com um filho ou filha separado(a).

- aumento relativo dos idosos parentes vivendo em famílias do tipo casal sem filhos, principalmente aquelas chefiadas por homens com mais de 40 anos.

O percentual de idosos homens parentes vivendo com seus pais, ou seja, vivendo com idosos ainda mais velhos do que eles permaneceu constante na década atingindo cerca de 3% do total de idosos homens classificados como parentes e no caso das idosas esta participação é ainda menor, ou seja, menos de 1% em 1990 e 1,4% em 1999.

4.6 Idosos por condição na família segundo a faixa etária

Como já foi visto, entre os homens idosos, a maioria faz parte de famílias onde ocupa a posição de chefe ou de cônjuge de casal com ou sem filhos. Entretanto, à medida que a idade avança as participações nestes tipos de família tendem a declinar, dando lugar ao crescimento da participação em famílias onde é parente, nas famílias onde exercem chefias monoparentais, nos arranjos unipessoais, ou nos “outros”. Este fato se intensifica principalmente após os 75 anos de idade, onde a maioria dos idosos já está viúva.

Ainda assim, mesmo nas idades mais avançadas, são os arranjos onde os idosos estão casados, os tipos mais predominantes. (Gráfico 4.15).

Já entre as idosas, o processo é diferente. Enquanto a distribuição das idosas por arranjos familiares é relativamente mais uniforme nas primeiras idades da velhice, à medida que a idade se prolonga há uma tendência crescente das idosas irem viver como parentes em outras famílias, e, sobretudo após os 75 anos de idade. (Gráfico 4.16).

Em síntese, enquanto no caso dos idosos que se encontram em faixas etárias mais novas há uma certa polarização de famílias onde os idosos estão casados X outras formas de arranjos com tendência à convergência nas idades mais avançadas, no caso das mulheres é diferente. Nas primeiras idades a tendência é de uma distribuição mais uniforme. Já entre as mais idosas a tendência é de polarização de idosas vivendo como parentes X outras formas de arranjos familiares.

A inserção familiar dos idosos segundo a faixa etária quase não sofreu alterações em suas proporções entre 1990 e 1999. (Gráficos 4.11, 4.12, 4.13 e 4.14).

Gráfico 4.11

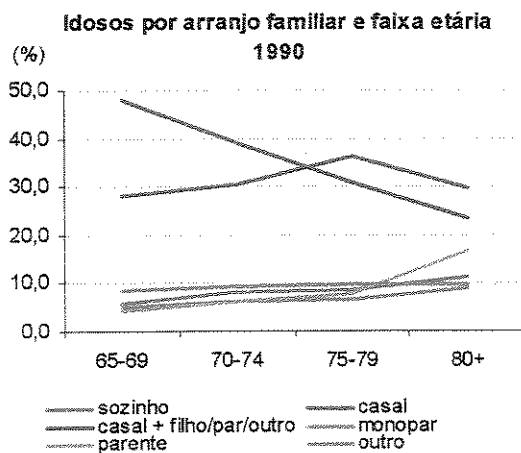


Gráfico 4.12

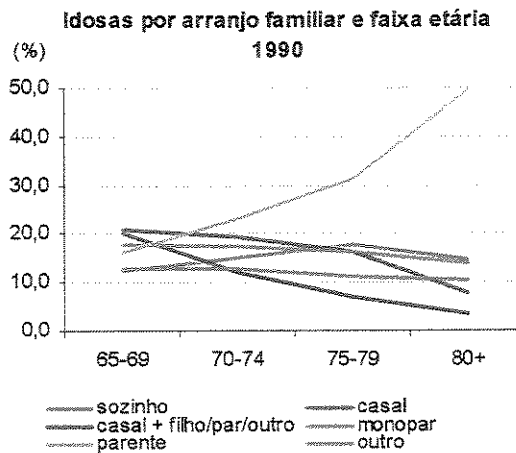


Gráfico 4.13

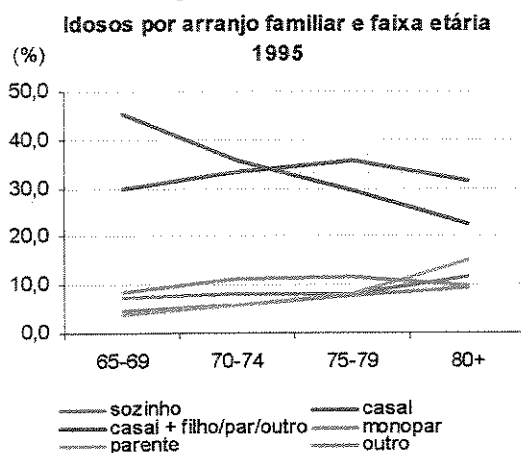


Gráfico 4.14

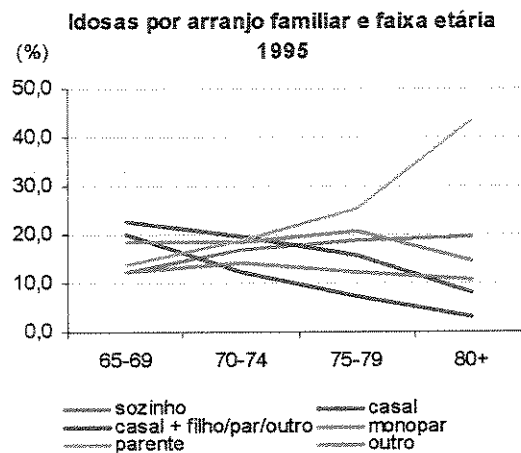


Gráfico 4.15

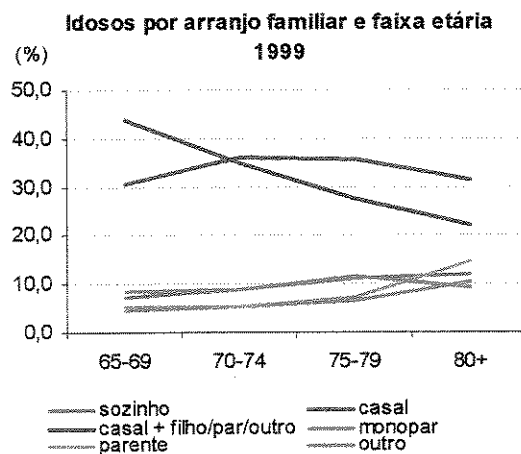
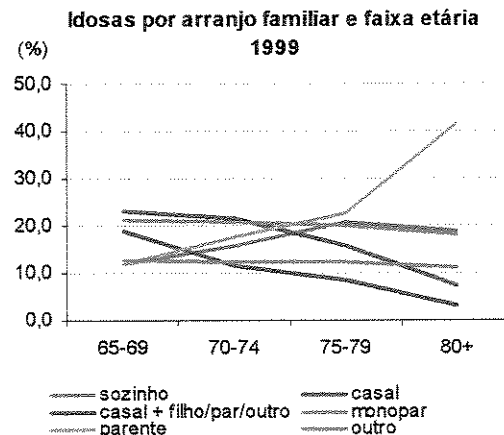


Gráfico 4.16



4.7 Idosos por estado conjugal segundo a condição na família

O padrão de arranjos familiares dos idosos, controlando-se o estado conjugal, difere bastante se o idoso é homem ou mulher.

Dos idosos viúvos que representaram 15% do total de idosos, 35% chefiavam famílias monoparentais, 30% viviam sozinhos e 27% viviam como parentes. Dentre as idosas viúvas que representaram mais da metade do total de idosas, 33% viviam como parente, 30% chefiavam famílias monoparentais e 24,5% viviam sozinhas em 1995.

Os idosos casados correspondiam a mais de 2/3 do total de idosos. Quase metade dos casados chefiava famílias com a esposa e os filhos e 42% viviam apenas com a esposa.

As idosas casadas, por sua vez, somavam pouco mais de 1/3 do total de idosas. Pouco mais da metade delas vivia apenas com o esposo e cerca de 37% viviam, além do esposo, com os filhos adultos.

5,2% dos idosos estavam separados e destes pouco mais da metade vivia só. Das idosas separadas que representavam quase 6% do total de mulheres idosas em 1995, 32% chefiavam famílias monoparentais, 29% viviam como parentes e quase 28% moravam sozinhas.

Entre os idosos solteiros, que correspondiam à apenas 3,4% do total de idosos, 37% estavam em arranjos onde é parente e 33% viviam sozinhos.

Das idosas solteiras, que somavam 7,3% das idosas em 1995, 45% viviam como parentes.

Os dados sugerem que os homens ao enviuvarem parecem ter uma tendência maior a se tornarem chefes de famílias monoparentais ou viverem sozinhos. Já as mulheres ao enviuvarem têm maiores chances de serem absorvidas em outras famílias como parentes.

Os homens, após uma separação, têm muito mais chances de ir viver sozinhos do que as mulheres que tem maior probabilidade de se tornarem chefes de famílias monoparentais.

Enquanto os idosos casados têm mais chances de viver com a esposa e com os filhos do que apenas com a esposa, no caso das idosas casadas ocorre o inverso.

A explicação para este fato é que os idosos casados, em boa parte, estão casados com mulheres que podem ainda não ter 65 anos, devido à tendência geral do homem se casar com mulheres mais novas. Em contrapartida, as idosas casadas estão provavelmente unidas a homens mais velhos e, portanto em uma fase do ciclo familiar onde os filhos já deixaram a casa dos pais. (Gráficos 4.17 e 4.18).

Tabela 4.4 – Idosos por estado conjugal e tipo de família

Idosos por estado conjugal segundo tipo de família - Brasil 1995					
Homens	viúvos	casados	separados	solteiros	Total
sozinho	30,6	0,0	50,3	33,2	8,3
casal	0,1	42,0	0,0	0,0	32,1
casal+filho/p/o	0,0	47,9	0,0	0,0	36,6
monoparental	35,2	0,0	18,2	3,1	6,3
parente	27,3	0,3	22,7	37,2	6,7
outro	6,8	9,9	8,8	26,4	10,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	570.741	2.921.446	197.326	131.517	3.822.394
Mulheres	viúvas	casadas	separadas	solteiras	Total
sozinho	24,5	0,0	27,7	22,9	16,0
casal	0,0	51,7	0,0	0,0	17,9
casal+filho/p/o	0,0	36,7	0,0	0,0	12,7
monoparental	30,3	0,0	32,1	7,7	18,3
parente	33,4	0,3	29,4	45,3	22,6
outro	11,8	11,3	10,8	24,1	12,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	2.513.981	1.674.676	284.260	352.811	4.827.767

Gráfico 4.17

**Estado conjugal dos idosos por arranjos familiares
1995**

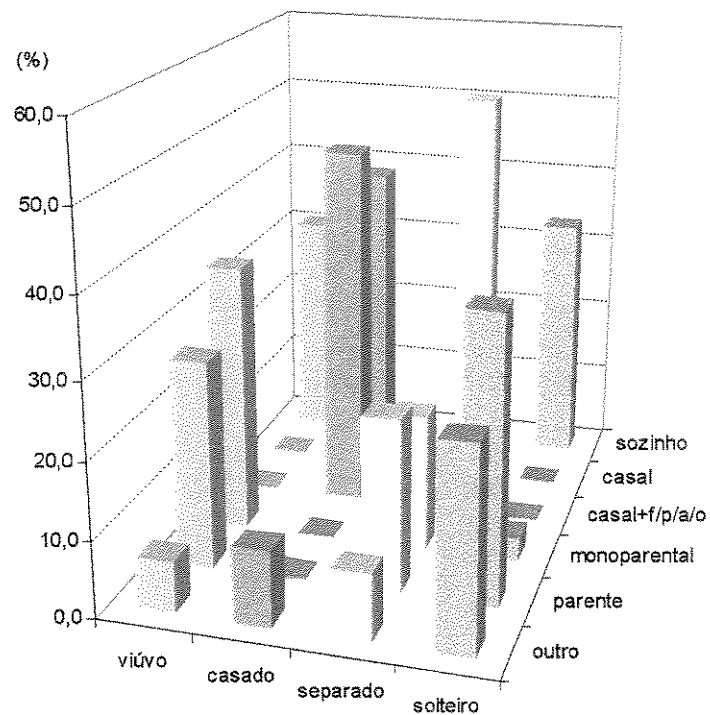
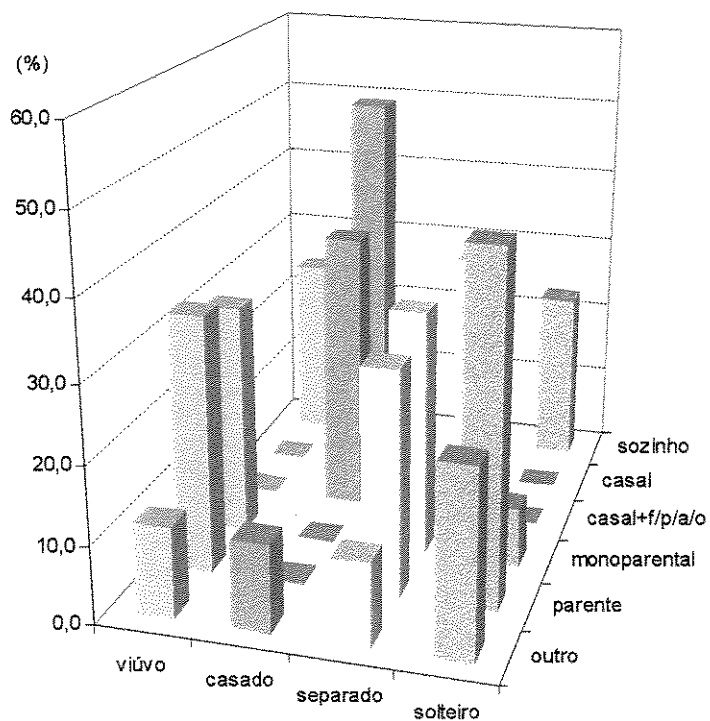


Gráfico 4.18

**Estado conjugal das idosas por arranjos familiares
1995**



4.8 Distribuição dos idosos negros e não negros por tipo de família

A seguir, serão apresentadas as distribuições por tipo de família dos idosos e das idosas por cor. Optou-se por comparar as pessoas idosas negras, aqui designadas pelo grupo das que se declararam de cor parda ou preta, e as pessoas idosas não negras. Os idosos não negros são constituídos essencialmente pelas pessoas de cor branca, pois os idosos de cor amarela e os da raça indígena representam 0,9% e 0,1% do total de idosos.

Não se observaram mudanças de padrão na distribuição dos arranjos familiares por cor entre 1990 e 1999. Nesse sentido, optou-se por trabalhar com o ano de 1999.

Entre os homens idosos, há uma concentração maior daqueles vivendo apenas com a esposa entre os idosos não negros. Consequentemente, entre os idosos negros as proporções de idosos chefiando famílias com a esposa e os filhos, vivendo sozinhos, chefiando famílias monoparentais, vivendo como parente ou nos “outros” arranjos são mais elevadas do que para os idosos não negros. (Gráficos 4.19 e 4.21).

No caso das idosas, destacam-se os arranjos onde a idosa chefia uma família monoparental ou vive no arranjo “outros” como sendo os mais prováveis de encontrarmos mais idosas negras comparativamente às não negras. (Gráficos 4.20 e 4.22).

Oliveira (2002), chama a atenção para a evidência de que as chefiadas negras já se destacavam desde o final do século XIX, ao afirmar:

O final do século XIX e início do século XX, entretanto, outro tipo de família começa a aparecer no Brasil. A abolição da escravatura possibilita a constituição de famílias negras chefiadas por mulheres. Ao que parece, o mercado de trabalho, naquele momento, foi muito mais racista em relação aos homens negros do que em relação às mulheres, impossibilitando a elas a função de provedor e chefe de família. O que não significa, evidentemente, que as mulheres tenham conseguido novos espaços. Elas continuaram no trabalho doméstico ou em outras atividades de baixa remuneração, decorrentes das habilidades que adquiriram no próprio trabalho

doméstico. As mulheres brancas, entretanto, salvo exceções, só foram assumir um lugar no mercado de trabalho bem mais tarde. E depois disto, já na Segunda metade do século passado, é que passam a assumir a condição de chefe de família.

Gráfico 4.19

Distribuição percentual dos idosos negros por tipo de família (%) - 1999

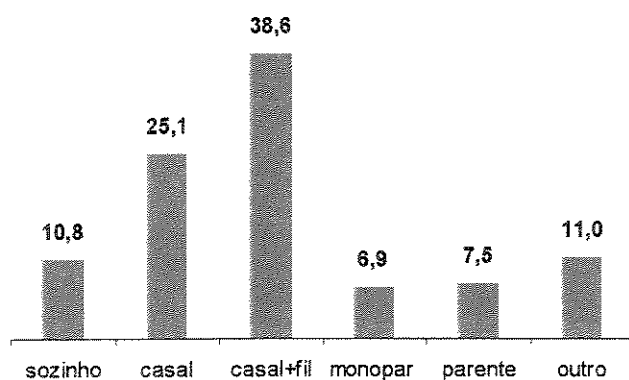


Gráfico 4.20

Distribuição percentual das idosas negras por tipo de família (%) - 1999

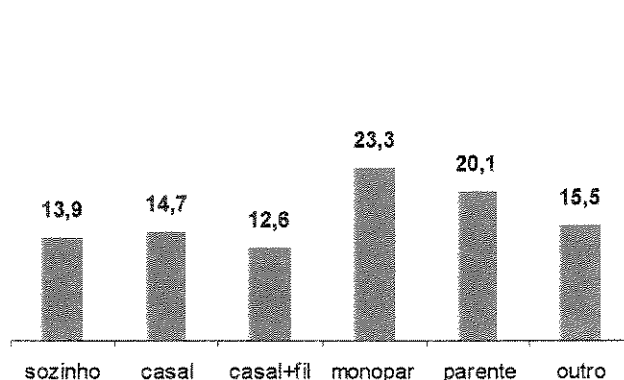


Gráfico 4.21

Distribuição percentual dos idosos não negros por tipo de família (%) - 1999

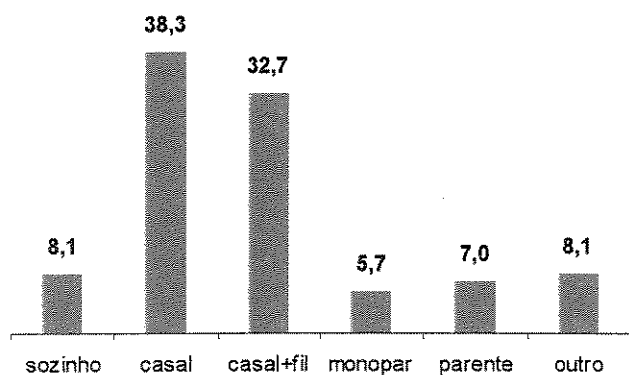
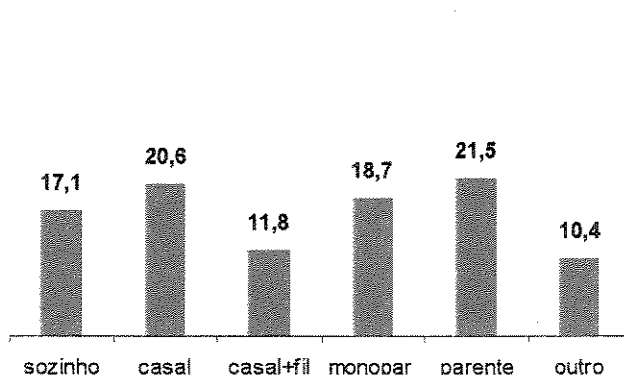


Gráfico 4.22

Distribuição percentual das idosas não negras por tipo de família (%) - 1999



4.9 Distribuição dos arranjos familiares das pessoas idosas por situação de domicílio considerando-se a proporção de negros em cada arranjo familiar.

Nesta seção, será avaliada a probabilidade que um idoso ou idosa têm de serem negros dado um determinado tipo de família, considerando-se a situação urbana e rural.

Ainda que a maior concentração de homens idosos ocorra nos arranjos do tipo casal sem filhos e casal com filhos, são nos arranjos unipessoais e nos “outros” onde podemos encontrar a maior participação proporcional de idosos negros e principalmente para os residentes na zona rural. (Gráficos 4.25 e 4.27)

São os homens idosos que vivem apenas com a esposa os que têm maiores chances de não serem negros. (Gráfico 4.23).

Entre as idosas urbanas, as maiores proporções de negras foram encontradas nos arranjos do tipo “outros” e nos arranjos onde a idosa exerce a chefia de uma família monoparental. (Gráfico 4.26).

Na zona rural, pode-se constatar maiores participações de negras nos arranjos onde ela vive sozinha ou em arranjos do tipo outros. (Gráfico 4.28).

Tanto no contexto urbano, mas principalmente no rural para os homens idosos, há maiores proporções de negros nos arranjos unipessoais e “outros”⁶ do que nos demais arranjos familiares.

De uma maneira geral, os dados revelaram que são os homens idosos rurais e urbanos, em arranjos familiares do tipo casal sem filhos ou vivendo como parente os que apresentaram as menores chances de serem negros.

No caso das idosas não negras urbanas, há maiores chances delas pertencerem a arranjos unipessoais ou viver apenas com o marido. Na zona rural, são os arranjos do tipo casal sem filhos e casal com filhos, os que contemplam a maior proporção de idosas não negras.

⁶ Como já foi mencionado anteriormente, nesta categoria encontram-se arranjos familiares do tipo: chefe idoso ou casal+ parente e ou agregado / empregado ou idoso agregado ou empregado ou pensionista.

Gráfico 4.23

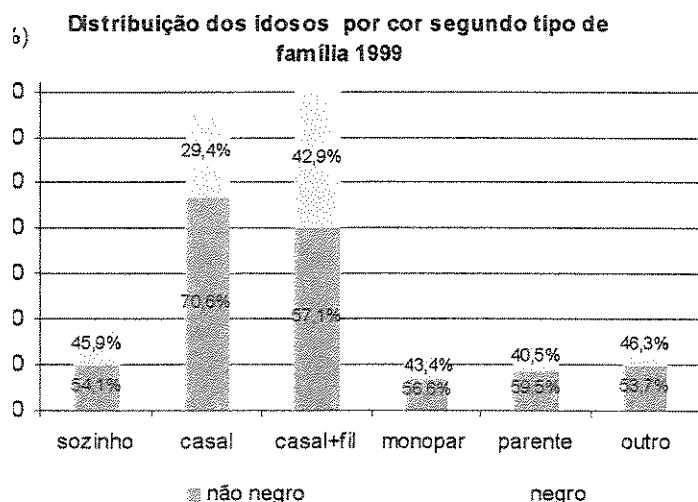


Gráfico 4.24

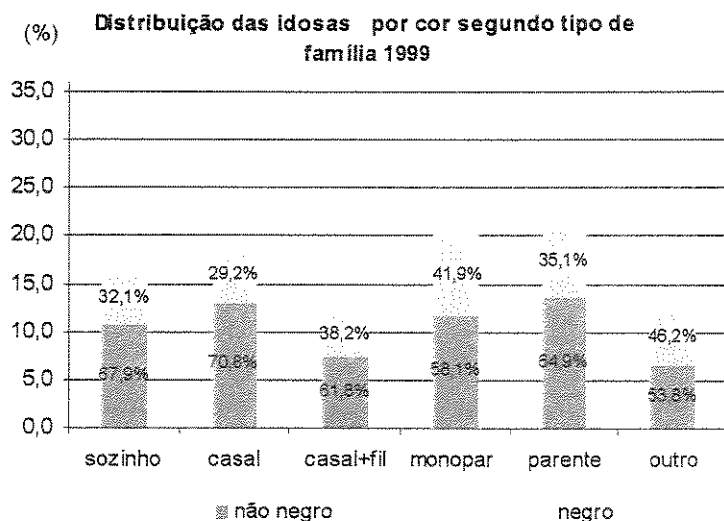


Gráfico 4.25

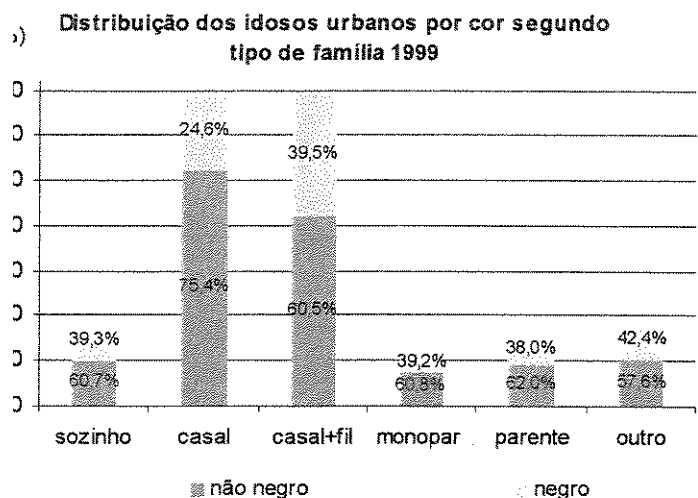


Gráfico 4.26

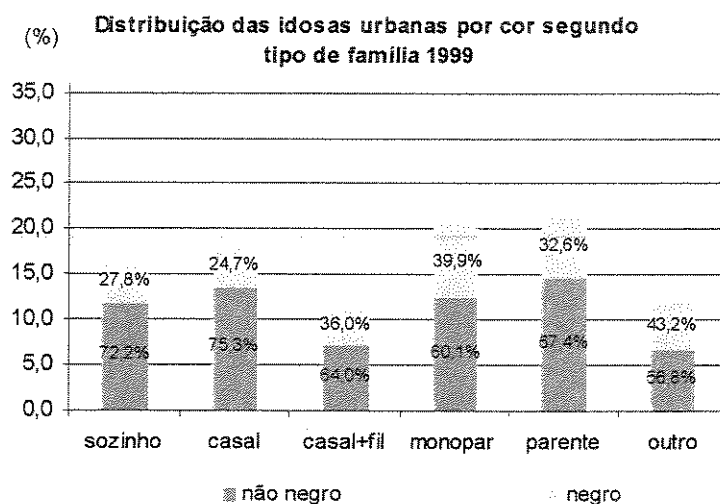


Gráfico 4.27

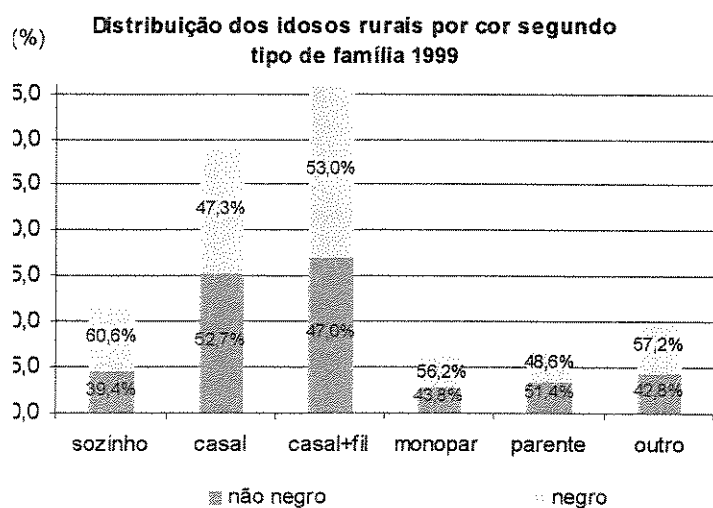
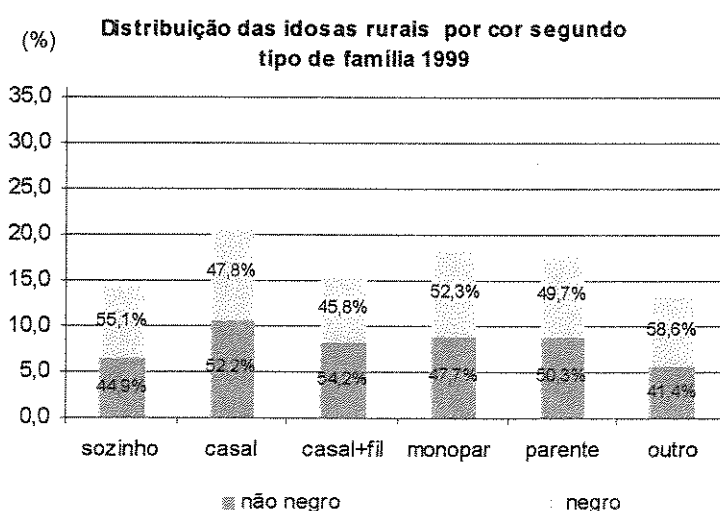


Gráfico 4.28



4.10 Condição do Idoso na família segundo a alfabetização

As maiores proporções de pessoas idosas alfabetizadas, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, e independente do sexo, concentram-se nos arranjos familiares em primeiro lugar, do tipo casal sem filhos e em segundo lugar nos arranjos do tipo casal com filhos.

Isto em grande parte pode ser consequência de um efeito de coorte, visto que entre os idosos são as coortes mais jovens as mais alfabetizadas e que estão em um momento do ciclo de vida no qual ainda não enviuvaram ou se separaram, muitas vezes ainda vivendo com seus filhos.

Por outro lado, as menores proporções de idosos alfabetizados nas áreas urbanas ocorreram no ano de 1990 com os homens idosos vivendo sozinhos e com as mulheres idosas chefes de famílias monoparentais. Já em 1999, são os idosos e idosas urbanas na condição de parente em suas famílias, que detêm as taxas mais baixas de alfabetização.

Nas áreas rurais, tanto no início como no final da década, observou-se que as mais baixas taxas de alfabetização dos idosos e idosas ocorreram nos arranjos unipessoais. (Tabela 4.5).

A análise dos arranjos familiares dos idosos segundo a escolaridade sugere que estudos mais aprofundados são necessários para elucidar alguns pontos. Por exemplo, partindo-se da hipótese de que os idosos que estão em arranjos familiares na posição de parentes e que, portanto poderiam ser considerados como “dependentes” partindo-se da hipótese de que quem vive como parente em grande parte tem uma dependência econômica, as menores proporções de alfabetizados nesses grupos estariam de acordo com o esperado, no sentido de que os menos alfabetizados teriam tido menos chances de progressão sócio-econômica ao longo da vida e seriam de fato dependentes de outros membros da família nas idades avançadas.

Mas, por outro lado também foram constatados entre idosos e idosas rurais que vivem sozinhos ou em “outros arranjos” as mais baixas proporções de alfabetizados.

O viver só, que por hipótese poderia estar mais associado a uma menor dependência econômica e de autonomia está, no caso de idosos e idosas rurais, mais associado a menores chances da pessoa ser alfabetizada.

Nesse sentido, a hipótese de que maior escolaridade estaria associada a arranjos mais autônomos, como o caso dos arranjos unipessoais não estaria funcionando.

O que parece estar ocorrendo, é que os arranjos unipessoais, em alguns casos devam estar mais associados à intensificação da pobreza do que o contrário.

Tabela 4.5 – Proporção de idosos alfabetizados por situação de domicílio

Proporção de idosos que sabem ler e escrever por tipo de família, situação de domicílio e sexo									
1990	Urbano			Rural			Total		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
sozinho	53,3	55,2	54,7	25,0	15,0	19,8	42,9	48,0	46,4
casal	69,4	60,5	65,8	38,7	26,9	33,7	60,9	50,5	56,7
casal+filho/par/outro	66,1	55,3	62,9	35,9	30,6	34,5	56,3	48,1	53,9
monop/par/outro	63,3	49,1	52,2	36,3	25,2	28,4	56,3	44,4	47,2
parente	58,4	54,3	55,0	29,7	17,5	20,2	50,8	46,7	47,5
outro	62,0	57,1	58,8	31,2	22,6	26,7	51,2	48,9	49,8
Total	65,1	55,0	59,3	34,8	23,1	29,2	55,8	47,6	51,3
1995	Urbano			Rural			Total		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
sozinho	62,7	63,4	63,2	34,4	18,4	25,0	54,6	55,9	55,5
casal	73,9	67,4	71,2	41,7	35,4	39,1	67,1	60,6	64,4
casal+filho/par/outro	71,4	66,3	69,8	38,4	40,5	39,0	63,0	59,9	62,1
monop/par/outro	67,6	58,6	60,4	35,7	25,7	28,6	59,6	53,0	54,5
parente	57,7	55,1	55,5	34,1	29,5	30,7	52,1	50,8	51,1
outro	68,2	59,4	62,5	36,4	27,4	31,9	58,1	52,7	54,8
Total	70,1	61,1	64,9	38,2	30,0	34,2	62,2	55,2	58,3
1999	Urbano			Rural			Total		
	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total	homem	mulher	Total
sozinho	63,0	63,9	63,6	33,7	24,2	28,7	53,9	57,6	56,5
casal	77,4	71,8	75,1	48,1	40,9	45,3	71,2	65,8	69,0
casal+filho/par/outro	74,1	69,5	72,7	40,3	39,6	40,1	65,7	62,8	64,8
monop/par/outro	67,8	61,4	62,6	36,6	31,7	33,1	60,1	56,7	57,4
parente	61,6	58,6	59,2	36,4	34,6	35,1	55,7	55,0	55,2
outro	67,4	61,3	63,4	27,8	28,8	28,3	57,0	55,1	55,8
Total	72,4	64,0	67,5	40,0	33,9	37,1	64,6	58,7	61,3

4.11 Condição do Idoso na família segundo a escolaridade

Com o objetivo de se analisar o comportamento da distribuição das famílias controlando-se o nível de escolaridade, ou seja, investigar que tipos de arranjos familiares predominam à medida que a escolaridade aumenta, foram traçados os gráficos 4.29, 4.30, 4.31, 4.32, 4.33 e 4.34.

Entre os idosos, apesar da grande maioria estar casada vivendo ou não com filhos, à medida que a escolaridade aumenta, aumentam-se também as chances do idoso viver apenas com a esposa em função da redução das chances do idoso viver como parente e também da redução, ainda que muito sutil, das chances de estar inserido nas famílias onde exerce a chefia monoparental, em “outras famílias” ou de viver sozinho.

No caso das idosas a escolaridade parece estar menos associado a determinados tipos de arranjos, dado que as proporções de determinados tipos de famílias não variam muito quando comparamos as menos escolarizadas com as mais escolarizadas.

Entretanto, os gráficos sugerem que no caso das idosas, em 1990 e em 1999, as mais escolarizadas têm mais chances de viverem apenas com o marido, sozinhas ou em outras famílias, ou seja, nos arranjos familiares onde não co-residem com os filhos. Já as menos escolarizadas têm mais chances de ir viver como parente ou de chefiar famílias monoparentais.

Gráfico 4.29

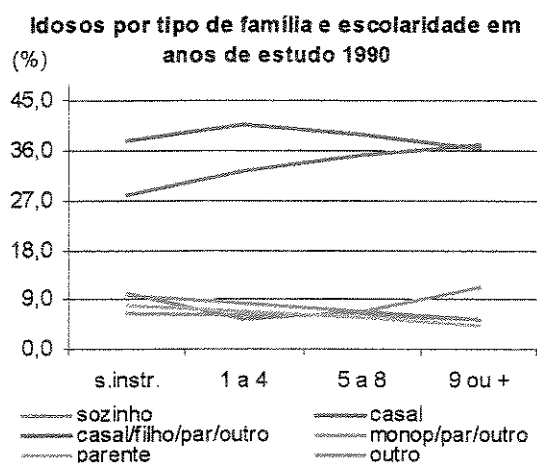


Gráfico 4.30

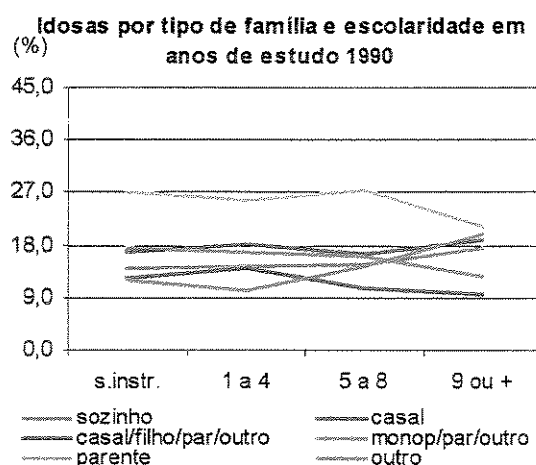


Gráfico 4.31

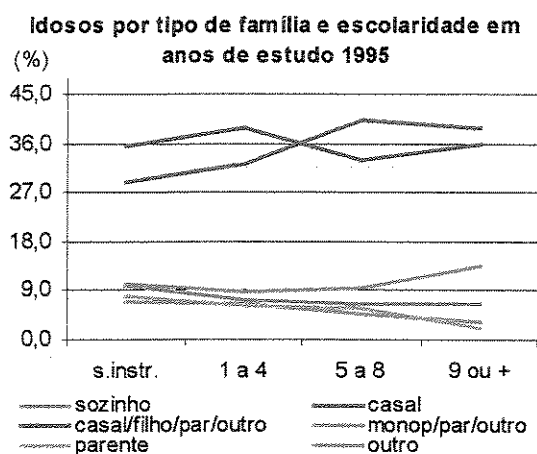


Gráfico 4.32

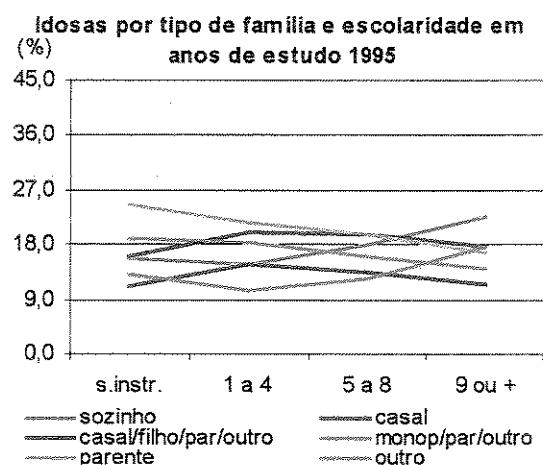


Gráfico 4.33

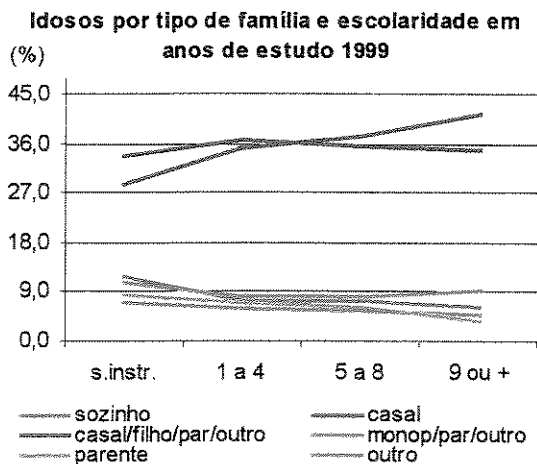
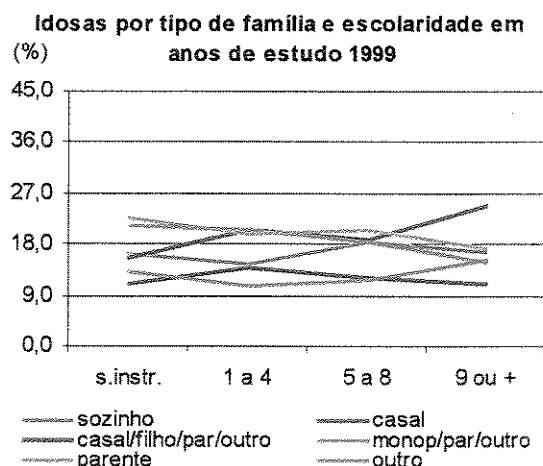


Gráfico 4.34



4.12 Condição do Idoso na família por condições de habitação

Da observação da distribuição das pessoas idosas segundo o tipo de arranjo familiar em relação ao acesso aos bens duráveis, pode-se concluir, apesar de não haver diferenciais muito grandes, tanto no início como no final do período, que eram os idosos parentes os que detinham os maiores percentuais de acesso aos bens duráveis enquanto que aqueles idosos que viviam sozinhos tinham as menores chances de acesso aos bens duráveis. (Gráfico 4.35).

No caso dos idosos vivendo como parente isto acontece porque na verdade ele usa a infra-estrutura da família com a qual vive. Como já foi visto, nos domicílios sem idosos, as chances do domicílio possuir bens duráveis é mais elevada do que para os domicílios com idosos.

Quanto à aquisição da casa própria, ao contrário, são os idosos que vivem sozinhos e os parentes, que tanto em 1990 quanto em 1999 tinham as menores chances de residir em casa própria, enquanto que os chefes ou cônjuges de famílias residindo com filhos tinham as maiores probabilidades de residir em casa própria.

No caso dos idosos parentes, esta situação pode ser explicada pelo fato do chefe da família na qual o idoso parente está inserido, provavelmente ser mais jovem e, portanto as suas chances de já ter adquirido um imóvel próprio são menores comparativamente à das pessoas mais velhas. (Gráfico 4.36).

Gráfico 4.35

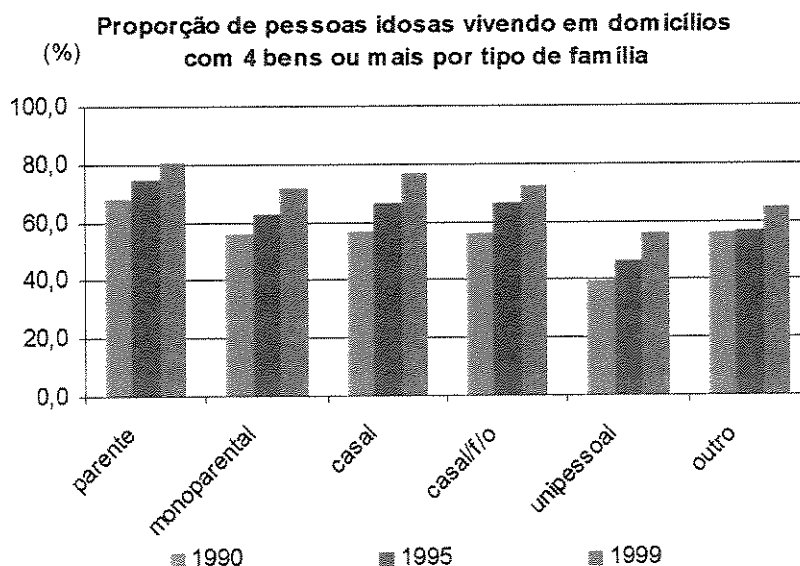
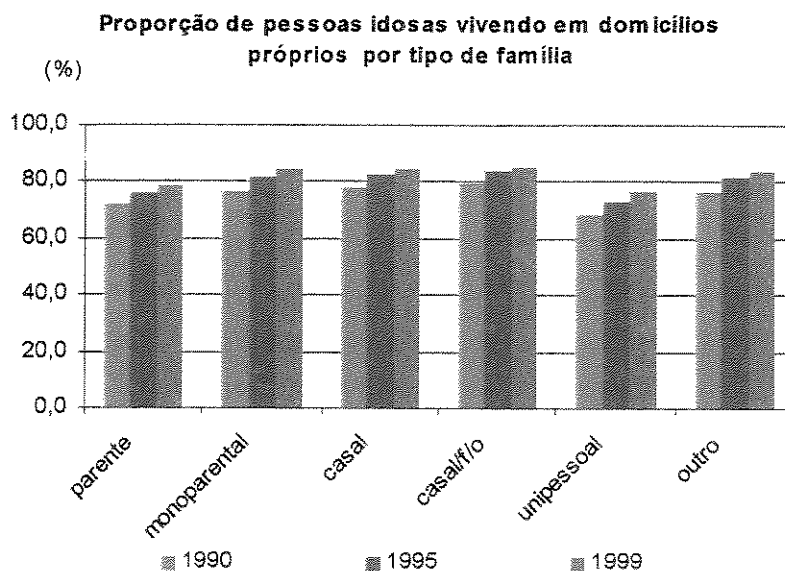


Gráfico 4.36



Neste capítulo, constatamos que:

- A proporção de domicílios com mais de uma família convivente apresentou tendência de crescimento no período, e, sobretudo na zona urbana.
- A proporção de famílias com pelo menos uma pessoa idosa é maior na zona rural do que na zona urbana. Entre 1990 e 1999 ocorreu um aumento sutil do percentual de famílias com pelo menos um idoso residente passando de 15,8% para 17,1% em 1999.
- Nos domicílios onde residem pessoas idosas, a probabilidade de se ter mais de uma família residindo aumenta comparativamente ao total de domicílios no Brasil.
- Nos domicílios urbanos e, sobretudo em 1990, as chances de se encontrar domicílios com mais de uma família residindo era superior aos domicílios rurais.
- Cresce a probabilidade de se ter mais de uma família convivente nos domicílios com pelo menos um idoso e principalmente na zona urbana.
- Em geral, na zona urbana, nos domicílios com idosos e onde há mais de uma família, são maiores as chances do idoso pertencer à primeira família cujos

arranjos familiares mais prováveis são aqueles em que o idoso é chefe ou cônjuge de um casal sem filhos ou então é chefe de uma família monoparental.

- A maior parte das idosas vive em arranjos familiares na condição de parente e na maior parte das vezes ela é viúva. Enquanto que os homens idosos em sua grande maioria estão unidos, morando com esposa com ou sem a presença de filhos.
- Entre 1990 e 1999 observou-se uma tendência de crescimento da proporção de idosos vivendo apenas com a esposa e uma tendência de declínio da proporção de idosos vivendo em famílias onde ele é o chefe e vive em companhia da mulher e dos filhos.
- Entre as idosas, constatou-se declínio da proporção das que vivem na condição de parente, no período estudado, e um incremento da proporção de idosas chefiando famílias monoparentais.
- As maiores famílias dos idosos são aquelas onde eles se encontram na posição de parente com uma média de 4,5 pessoas nas famílias dos idosos e de 4,1 pessoas nas famílias das idosas. Neste tipo de família, entre 1990 e 1999 um declínio do número médio de pessoas.
- Entre as pessoas idosas vivendo como parentes, o tipo de família mais comum é aquela constituída por um casal com filhos, onde em geral o idoso(a) é o avô ou a avó e não está casado, provavelmente já sendo viúvo. Este tipo de arranjo, entretanto, vem perdendo espaço para os arranjos onde ele também exerce o papel de avô ou avó, mas vive com um dos filhos, em geral descasado ou solteiro. Também se verificou tendência de crescimento na proporção de famílias em que o idoso(a) é parente vivendo com um casal sem filhos no total de idosos parentes.
- As formas predominantes de arranjos familiares, qualquer que seja a faixa etária, dos homens idosos são aquelas em que ele vive apenas com a esposa ou com a esposa e filhos. No entanto, entre os idosos mais jovens a probabilidade do homem idoso pertencer a estes tipos de família é ainda maior.

- Entre as idosas, o que se pode dizer é que à medida que a idade avança, principalmente depois dos 75 anos de idade, aumentam-se as chances dela ir viver como parente.
- Os dados sugeriram que os homens idosos quando não estão casados, têm maiores probabilidades de chefiarem famílias monoparentais ou de viverem sozinhos, enquanto que as idosas nesta situação têm as probabilidades de serem absorvidas em outras famílias como parentes incrementadas.
- Os arranjos familiares dos homens idosos que mais concentram negros são os unipessoais e os “outros”. Entre as idosas, a maior concentração de negras ocorre nas famílias onde ela exerce a chefia em uma família monoparental e nos “outros” arranjos familiares.
- De uma maneira geral, os idosos e idosas que vivem em arranjos do tipo casal sem filhos ou como parentes tem menores chances de serem negros.
- O fato do idoso ou da idosa ser alfabetizado parece estar mais associado, em primeiro lugar aos arranjos do tipo casal sem filhos e em segundo lugar aos arranjos do tipo casal com filhos. Na zona urbana, as menores taxas de alfabetização estão associadas, no caso dos homens idosos em 1990 aos arranjos unipessoais e no caso das mulheres às chefias monoparentais. Já em 1999 esteve mais associado ao arranjo onde ele é parente. Na zona rural, tanto em 1990 quanto em 1999 os idosos e idosas que viviam sozinhos tinham maiores chances de não ser alfabetizados.
- À medida que o nível de escolaridade cresce, aumentam-se as chances do homem idoso viver apenas com a esposa em detrimento de um ligeiro declínio nas probabilidades do idoso viver sozinho, chefiar famílias monoparentais, ser parente ou estar inserido nas famílias do tipo “outro”.
- Embora a relação entre a escolaridade das idosas e os vários tipos de famílias não seja muito clara, pode-se dizer que quanto maior a escolaridade da idosa maior será a probabilidade dela viver apenas com o marido e menor será a probabilidade dela viver como parente ou de chefiar famílias monoparentais.

- Idosos e idosas vivendo sozinhos apresentaram probabilidades um pouco mais baixas de possuir: rádio, tv, geladeira e fogão do que os idosos inseridos nos “outros” arranjos. Em contrapartida, aqueles vivendo como parente têm uma tendência maior de possuir estes bens, pois certamente usufruem a infraestrutura da família em que vivem.

Capítulo 5: Trabalho e Rendimentos dos Idosos

Neste capítulo serão tratadas as questões relativas às taxas de ocupação e ao nível de rendimentos dos idosos entre 1990 e 1999.

Ao se avaliar as mudanças na relação entre a inserção do idoso na família e a questão do trabalho, não se deve ignorar o contexto econômico da época.

Segundo a análise de Montali (2000), para a Região Metropolitana de São Paulo, o período entre 1990 e 1992 foi caracterizado por uma recessão econômica; entre 1993 e 1996 houve recuperação da economia, porém sem haver recuperação do emprego. No último período, ou seja, entre 1997 e 1999 foi possível detectar baixo crescimento econômico e uma acentuação do desemprego concomitante com a queda da renda das pessoas ocupadas e da renda familiar per capita.

De acordo com os resultados da pesquisa de Montali (2000), ocorreram na década de 90 mudanças no mercado de trabalho associadas à reestruturação produtiva na Região Metropolitana e às oscilações no ritmo de crescimento da economia que afetaram o padrão de incorporação dos membros da família pelo mercado de trabalho. O aumento do desemprego afetou de forma distinta os membros da família e provocou re-arranjos de inserção no mercado de trabalho, com especificidades nas diferentes fases do ciclo de vida familiar.

Nesse sentido, com a queda no nível de emprego industrial e a ascensão do nível de emprego no setor de serviços, pode-se dizer que houve uma deterioração na qualidade do emprego. Ainda de acordo com Montali (2000), a tendência crescente de desemprego no período afetou principalmente aqueles que eram os mantenedores principais das famílias, ou seja, os homens chefes de família e os filhos adultos. No caso das famílias idosas observou-se que cresce a participação do casal idoso no mercado de trabalho e na composição da renda familiar em decorrência do elevado desemprego que afeta os filhos adultos, Montali (2000).

5.1 Taxas de Atividade por faixa etária por sexo e a situação de domicílio

Entre 1990 e 1999 a tendência geral das taxas de atividades dos homens, tanto na área urbana como na rural, foi de declínio.

Entretanto, somente para os homens urbanos entre 70 a 74 anos foi possível observar um pequeno crescimento de 3,3% nas taxas de atividades. Para os homens rurais, principalmente os maiores de 70 anos, também constatou-se crescimento da participação dos que ainda trabalham. (Gráfico 5.1).

As mulheres urbanas maiores de 25 anos incrementaram o nível de atividade durante o período analisado, assim como as mulheres rurais que também incrementaram seu nível de atividade para quase todas as faixas etárias com exceção apenas do grupo mais jovem entre 15 e 19 anos, onde houve um decréscimo de quase de 5% entre o início e o final da década.

Entre 1990 e 1999 pode-se dizer que em geral as taxas de atividade masculinas, com exceção dos idosos rurais, decresceram enquanto que as femininas cresceram, sobretudo para as residentes na zona rural e principalmente no primeiro período, ou seja entre 1990 e 1995.

A proporção dos homens rurais que declararam estar trabalhando em 1999, foi superior à proporção dos homens urbanos em todas as faixas etárias. No caso das mulheres, também se observa o mesmo comportamento com exceção do grupo das que estão entre 20 e 39 anos, onde as taxas de atividade urbanas superaram as taxas de atividade das mulheres rurais nas respectivas faixas etárias. (Gráfico 5.2).

Não se pode esquecer, todavia, que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio introduziu mudanças quanto à captação do trabalho a partir de 1992.

Os trabalhos disponíveis que investigam os motivos pelos quais os idosos ainda permanecem ativos, em geral, focalizam os seguintes aspectos:

- A pressão que o aumento das pessoas idosas possa exercer no mercado de trabalho, na medida em que podem criar alguma concorrência em relação ao trabalho dos mais jovens.

- A participação do idoso no mercado de trabalho, ora é vista como um indicador de sua dependência, ora não.
- O aumento das taxas de atividades dos idosos é visto como um indicador das dificuldades ou impossibilidades de se obter a aposentadoria, ou
- Como resultante do incremento na esperança de vida e dos avanços nas condições de saúde.

O aumento dos níveis de atividade entre os idosos e idosas rurais e a manutenção das taxas de atividade dos idosos e idosas urbanos pode ter sua explicação associada a vários fatores.

Para se tentar inferir os reais motivos do incremento da participação da população idosa no mercado de trabalho, seja esta participação uma volta ao mercado de trabalho ou seja devido ao fato do idoso nunca ter parado de trabalhar, seria necessário que outras variáveis fossem investigadas, como por exemplo a evolução do nível de renda familiar per capita durante o período para tentar captar o nível de carência dessas famílias e daí a necessidade ou não dos idosos permanecerem no mercado de trabalho. Portanto, entre 1990 e 1999, seria a tendência ligeiramente crescente da participação dos idosos no mercado de trabalho devida à uma deterioração das condições de vida, e, portanto a carência de renda justificaria esta tendência ?

Ou, com a queda das taxas de mortalidade, as pessoas estariam vivendo mais e em melhores condições de saúde o que justificaria uma saída do mercado de trabalho mais tardia comparativamente às gerações anteriores ?

É difícil, senão impossível responder a estas questões em um nível mais abrangente territorialmente com as pesquisas disponíveis. Seria interessante que as pesquisas passassem a agregar questões sobre os motivos pelos quais as pessoas ainda estão no mercado de trabalho quando em tese já deveriam estar aposentadas.

Gráfico 5.1

Participação da população urbana que trabalha por faixa etária e sexo

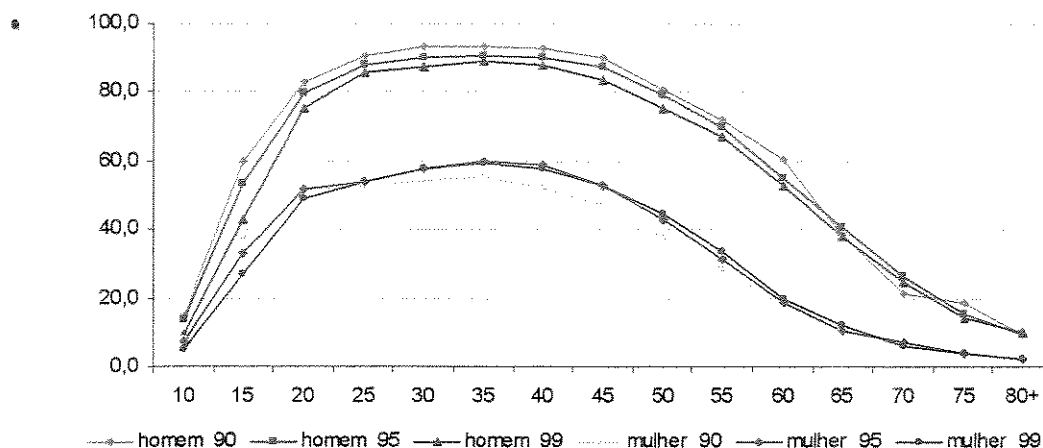
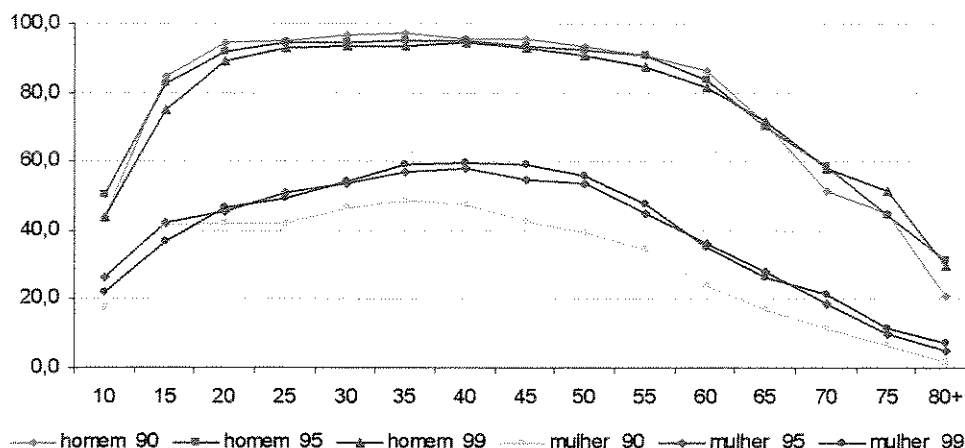


Gráfico 5.2

Participação da população rural que trabalha por faixa etária e sexo



Wajman (1999), analisando as taxas de atividades dos idosos das PNADs no período entre 1977 até 1997, considerando o idoso como a pessoa com 60 anos ou mais, encontrou uma tendência de declínio no caso dos idosos e uma certa estabilidade nas taxas de atividades das idosas.

Pode-se pensar que talvez no nosso caso, onde consideramos a população idosa definida como aquela com 65 anos ou mais de idade, o efeito da mudança na captação do trabalho a partir de 1992, tenha tido um impacto diferente sobrestimando um pouco as taxas de atividades.

5.2 Idosos que trabalham e idosos beneficiários da Previdência

Entre a população idosa, são os homens residentes nas áreas rurais os que detêm as maiores taxas de participação no mercado de trabalho, configurando um quadro onde mais de 57% desses idosos ainda trabalhavam em 1999. Entre as mulheres idosas rurais quase 19% ainda trabalhavam em 1999.

Os dados revelaram que entre 1990 e 1999 houve um crescimento de cerca de 7% de idosas rurais trabalhando, e de quase 4% entre os idosos rurais.

No período analisado, os idosos urbanos, tanto os homens como as mulheres, praticamente mantiveram a mesma participação na força de trabalho em torno de 26% e 7% respectivamente. (Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3

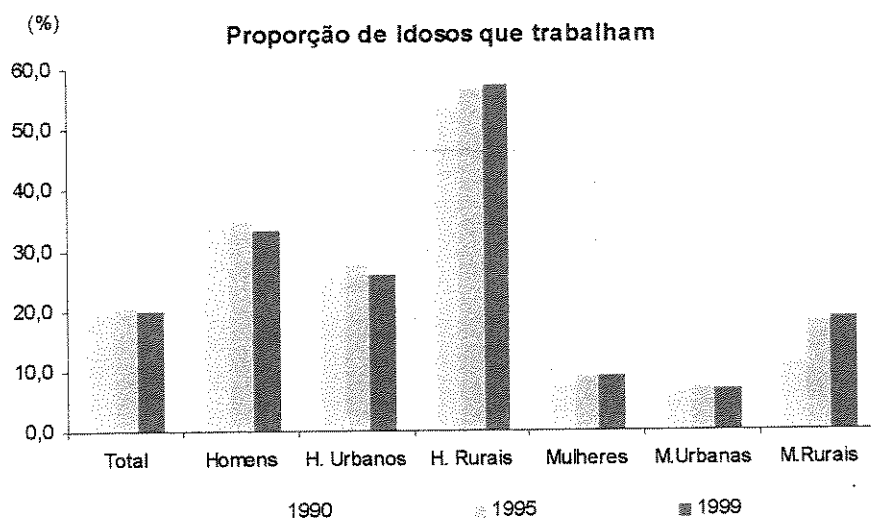


Tabela 5.1 Proporção de idosos que trabalham

Situação de Domicílio	Idosos			Proporção idosos em atividade (%)		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Total	7.143.275	8.650.161	9.913.150	19,8	20,5	19,8
Homens	3.230.003	3.822.394	4.377.936	34,5	34,9	33,4
Homens Urbanos	2.233.781	2.874.098	3.320.696	26,0	27,7	25,8
Homens Rurais	996.222	948.296	1.057.240	53,7	56,5	57,3
Mulheres	3.913.272	4.827.767	5.535.214	7,6	9,0	9,0
Mulheres Urbanas	3.008.544	3.906.295	4.567.849	6,5	7,0	6,9
Mulheres Rurais	904.728	921.472	967.365	11,3	18,0	18,7

5.3 Arranjos familiares dos idosos que trabalham

Os homens idosos chefes de famílias do tipo casal com filhos residentes¹ detêm os percentuais mais elevados de níveis de atividade. Por volta de 64% dos chefes dessas famílias na zona rural ainda trabalhavam tanto no início como no final da década. Na zona urbana a participação dos chefes nesta situação familiar é a metade da constatada na zona rural. (Gráficos 5.4 e 5.6).

Levando em conta que as idosas urbanas constituem o grupo com as mais baixas taxas de atividade, a taxa mais alta de participação na força de trabalho ocorreu na configuração familiar “outro” que indica um arranjo onde na maioria das vezes a idosa é a esposa ou a chefe da família sem filhos convivendo ou com parentes, ou agregados ou empregados.

Pouco mais que 10% das idosas urbanas deste tipo de família ainda trabalhavam em 1999, sendo que em 1990 elas somavam 12%.

Das idosas rurais, as maiores taxas de atividade ocorreram entre aquelas que são esposas com filhos co-residentes, entre as chefes de famílias monoparentais e entre as esposas vivendo apenas com o marido, atingindo respectivamente as taxas de 26,1%, 22,2% e 21,8% em 1999. (Gráfico 5.7).

Outra constatação interessante é o fato de que na zona urbana caem para o período analisado, entre as pessoas idosas que vivem sozinhas as taxas de atividade, sobretudo para os homens. (Gráficos 5.4 e 5.5). Já na zona rural ocorre o inverso, ou seja, cresce entre os idosos que vivem sozinhos a proporção dos que ainda trabalham, principalmente para os homens. (Gráficos 5.6 e 5.7).

Como já foi visto no item anterior, o maior incremento nas taxas de atividade dos idosos ocorreu entre as idosas rurais, mas principalmente entre aquelas que viviam apenas com o marido e também naquelas famílias onde a idosa é a esposa e vive com o marido e os filhos

O fato das taxas de atividade mais elevadas acontecerem nas famílias do tipo casal com filhos está relacionada também à evidência de que nestes tipos de família a

¹ Com ou sem parentes, agregados ou empregados.

idade média do idosos é mais baixa do que nos outros tipos familiares. Nesse sentido, a questão do trabalho está mais associada aos idosos mais jovens que em geral estão em um momento do ciclo de vida em que os filhos ainda não saíram de casa, e precisam ou estão em boas condições de saúde para o trabalho.

Por outro lado, não poderíamos pensar que os idosos parentes são mais dependentes dos outros membros da família simplesmente por terem menores probabilidades de estarem trabalhando. Os idosos parentes² são mais velhos do que os demais idosos nos outros tipos de família. Isto significa que as chances de estarem trabalhando provavelmente são reduzidas, pois eles encontram-se em uma fase da vida onde pode haver condicionantes do estado de saúde e da autonomia. O que não quer dizer que necessariamente não estejam trabalhando. Muitas vezes o trabalho do idoso parente não é bem captado de forma a ser contabilizado no sentido financeiro, mas sim em trocas como ajuda no cuidado dos netos e da casa, permitindo o trabalho dos membros da família mais jovens.

Como já foi colocado anteriormente, a metodologia de captação do trabalho sofreu mudanças. A partir de 1992, as categorias de posição na ocupação: trabalhador na produção para autoconsumo, trabalhador na construção para o próprio uso e trabalhador não remunerado, passaram a fazer parte dos quesitos para definição da população economicamente ativa, fato este que pode estar sobrestimando a proporção de população idosa considerada economicamente ativa em relação às PNADs anteriores.

Um outro fato que pode ter alguma influência no incremento da atividade entre os idosos rurais após 1996, diz respeito aos incentivos proporcionados pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em vários municípios.

O PRONAF é um programa criado em 1996 cujo objetivo maior é dar apoio ao desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e de renda. O programa funciona de forma descentralizada através dos agricultores familiares e de suas organizações. Em 1996

² Foram calculadas as idades medianas dos idosos segundo o arranjo familiar. Os idosos inseridos nas famílias na condição de parente foram os que apresentaram idades mais elevadas.

aproximadamente 14 milhões de pessoas trabalhavam e estavam vinculadas ao PRONAF³.

Gráfico 5.4

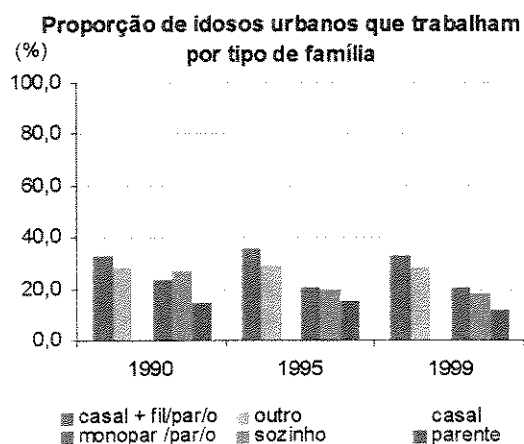


Gráfico 5.5

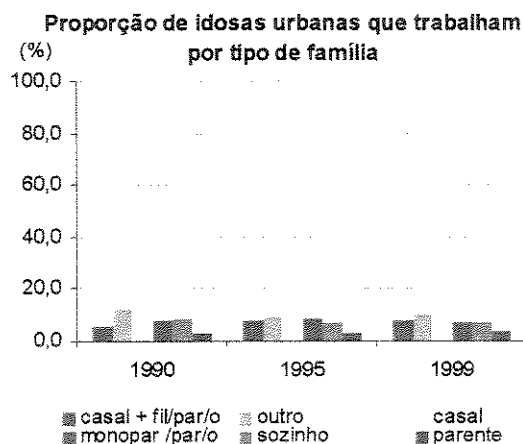


Gráfico 5.6

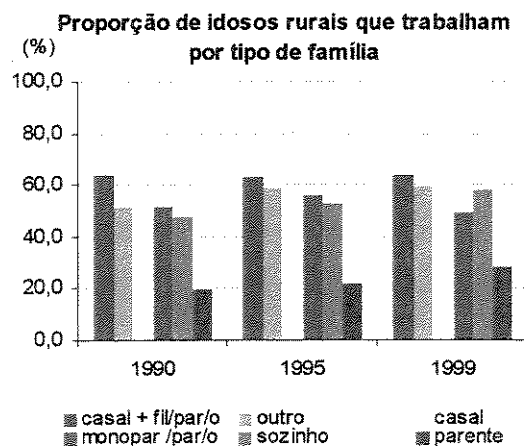
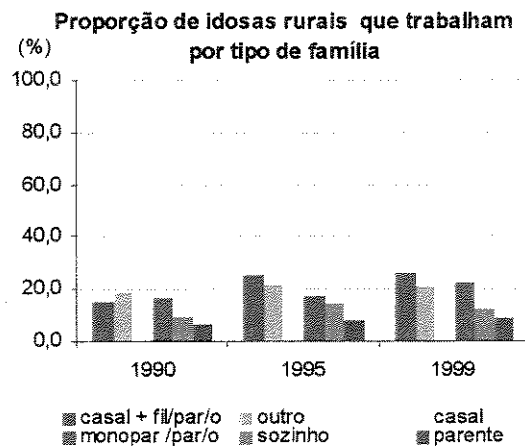


Gráfico 5.7



³ O PRONAF atua através de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais visando promover o financiamento de infra-estrutura e equipamentos nos municípios, o financiamento da produção agrícola familiar através do crédito rural assim como também a profissionalização dos agricultores familiares.

Os beneficiários do PRONAF são os agricultores familiares que exploram estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros ou parceiros, assim como pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, indígenas que desempenham atividades agropecuárias e não-agropecuárias, onde a direção da unidade produtiva é exercida pela família; mão-de-obra familiar é maior do que a à contratada; as áreas do estabelecimento são pequenas e a propriedade dos meios de produção é da família.

5.4 Idosos que trabalham. Aposentados e não aposentados

Aproximadamente 1/5 dos idosos trabalhavam em 1990 e também em 1999. Esta participação se eleva para aproximadamente 30% quando tomamos os idosos que ainda não se aposentaram e provavelmente necessitam dos rendimentos do trabalho.

Em 1990, entre os idosos aposentados, 17% ainda trabalhavam. Em 1999 a participação dos idosos aposentados ativos sobe apenas um ponto percentual. (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Distribuição dos Idosos que trabalham segundo condição de aposentadoria

Idosos não aposentados	1990	1995	1999
% não aposentados que trabalham (A / B)	31,6%	28,1%	29,1%
Idosos que trabalham - A	440.432	393.090	428.618
Total de idosos - B	1.392.852	1.399.596	1.471.203
Idosos aposentados ou pensionistas	1990	1995	1999
% aposentados que trabalham (A / B)	16,9%	19,0%	18,1%
Idosos que trabalham - A	973.074	1.378.103	1.530.921
Total de idosos - B	5.750.423	7.250.565	8.441.947
Total	1990	1995	1999
% que trabalham (A / B)	19,8%	20,5%	19,8%
Idosos que trabalham - A	1.413.506	1.771.193	1.959.539
Total de idosos - B	7.143.275	8.650.161	9.913.150

Se é que podemos considerar o sutil incremento de 1,2% no período analisado, ele ocorre principalmente entre os idosos rurais onde as proporções de idosos que trabalham aumentaram.

No caso urbano, o incremento das taxas de atividade dos aposentados pode estar associada ao aumento do nível de escolaridade.

Segundo Liberato (2002), a escolaridade teve um poder de explicação maior na permanência dos aposentados urbanos no mercado de trabalho mais ao final dos anos 90 do que no início dos anos 80.

A pesquisa de Liberato (2002)⁴ apontou para uma participação maior dos grupos de maior escolaridade entre as pessoas ativas.

Especificamente no caso das mulheres urbanas, cujas taxas de atividade são crescentes no tempo independente da mulher estar aposentada ou não, a explicação pode estar relacionada a um efeito de coorte. Ou seja, nos anos 60 e 70 houve um sensível incremento nas taxas de atividade femininas, de forma que mais mulheres estariam se aposentando nos anos 90.

5.5 Idosos não beneficiários da Previdência

A análise que se segue tem como objetivo, levantar entre os idosos que não receberam aposentadorias ou pensões, que em 1990 totalizavam 1.392.852 e em 1999 somavam 1.471.203, em que tipos de arranjo familiares estavam inseridos.

As idosas casadas convivendo ou não com seus filhos são as mais prováveis de não receberem benefícios da previdência social, sobretudo na área urbana.

Para exemplificar, na área urbana, no caso das famílias constituídas pelo casal e filhos co-habitando, onde geralmente o papel da idosa é o de esposa, quase metade dessas mulheres não estavam contempladas com os benefícios previdenciários em 1999. Há que se considerar, entretanto, que no início da década a situação era ainda pior, pois contabilizava quase 63% dessas idosas sem aposentadorias. (Gráfico 5.9).

Este evento também vem ocorrendo com as idosas casadas e vivendo com filhos na zona rural, mas numa proporção bem menor comparativamente às idosas urbanas na mesma situação familiar.

Em 1999, a proporção de idosas rurais não beneficiárias da previdência social era bastante inferior em relação às respectivas idosas urbanas, cerca de 12% contra 50%, resultado em grande parte do aumento da cobertura da previdência rural, já citada anteriormente. (Gráficos 5.9 e 5.11).

⁴ Neste trabalho, a autora trabalhou com as pessoas residentes na zona urbana com idade entre 40 e 80 anos e analisou as taxas de atividade para os aposentados.

A baixa cobertura previdenciária das mulheres casadas guarda relação com a fase do ciclo de vida em que se encontram, mas também é reflexo das trajetórias do passado, onde proporções menores de mulheres entravam no mercado de trabalho e, portanto menos mulheres contribuíram para a previdência. Consequentemente, no presente, e principalmente na zona urbana, há uma considerável participação de esposas sem rendimentos compartilhando dos rendimentos do marido, seja do trabalho e ou da aposentadoria e que passarão a ser pensionistas da previdência ao eventualmente se tornarem viúvas.

As idosas rurais e urbanas com as maiores probabilidades de receberem benefícios de aposentadorias e ou pensões são as chefes de famílias monoparentais e as que vivem sós.

Entre 1990 e 1999 houve queda da participação relativa dos homens idosos urbanos e rurais descobertos de benefícios previdenciários em todos os arranjos familiares, com exceção apenas dos homens idosos na condição de parente. (Gráficos 5.8 e 5.10).

Em 1999 quase 14% dos idosos rurais vivendo como parente, ou seja, pais ou sogros do chefe da família, não recebiam benefícios de aposentadoria e ou pensão. Em 1990, eles representavam 8%. Analogamente para o caso urbano, estes percentuais atingiram 11% e 13% em 1990 e em 1999, respectivamente.

Esta evidência parece refletir que a ação da previdência social pode estar atuando, pelo menos no caso dos homens, no sentido de permitir que estes vivam em arranjos considerados mais “independentes”, restando àqueles que não contam com o benefício, a opção de viver em famílias na condição de parente.

Este fato poderia estar apontando para a mesma direção de alguns estudos citados no primeiro capítulo, de que quando a seguridade social tem um papel mais substantivo, a dependência dos idosos de outros membros da família é menor.

Gráfico 5.8

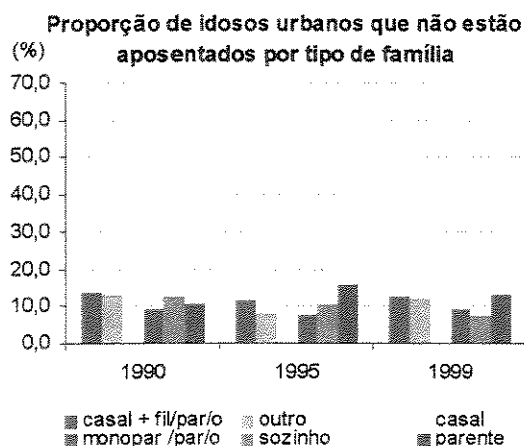


Gráfico 5.9

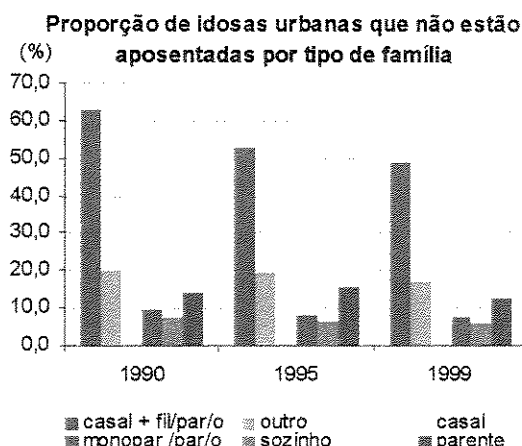


Gráfico 5.10

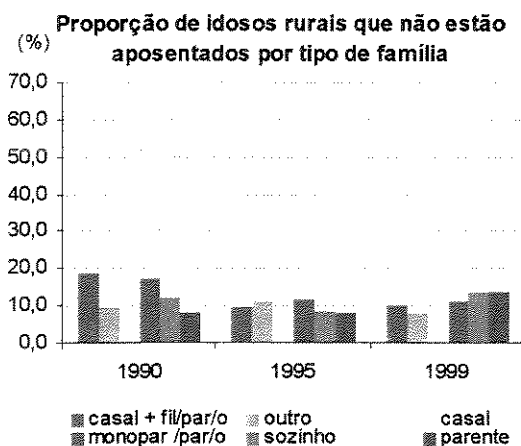
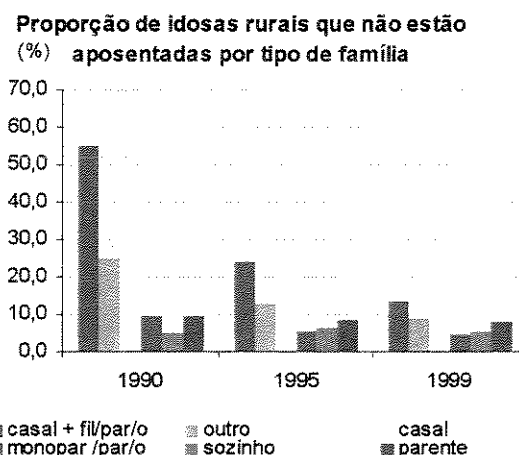


Gráfico 5.11



5.6 Idosos que trabalham por grupos de ocupação

Aproximadamente 46% dos homens idosos que ainda trabalhavam em 1999, atuava em atividades agropecuárias.

Dos trabalhadores idosos, são os aposentados e principalmente os residentes na zona rural os que contabilizaram maiores participações nas ocupações agrícolas atingindo quase 86% dos idosos aposentados rurais em 1999.

Aproximadamente 2/3 dos trabalhadores idosos urbanos exerciam suas atividades em ocupações como: atividades técnicas ou científicas, comércio, transporte e comunicação, prestação de serviços e outras mal declaradas no ano de 1999. Em 1990, eles representavam 51%. (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 – Distribuição dos idosos ativos por grupo de ocupação

Distribuição percentual da população idosa ocupada por grupo de ocupação (%) - 1990, 1995 e 1999									
urbano	não aposentado			aposentado			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
administrativa	18,8	10,0	14,9	15,2	14,0	13,5	16,4	13,0	13,9
agropecuária	10,7	12,1	13,0	19,7	23,0	22,6	16,7	20,0	20,0
ignorada	17,3	-	-	14,9	-	-	15,7	-	-
outras	53,2	77,9	72,1	50,2	63,0	63,8	51,2	67,0	66,2
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	260.589	286.545	326.156	515.741	783.216	847.206	776.330	1.069.761	1.173.362
rural	não aposentado			aposentado			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
administrativa	7,2	6,8	7,6	9,6	7,2	7,2	8,9	7,1	7,2
agropecuária	75,1	78,8	79,0	77,7	86,4	85,8	76,9	85,3	84,9
ignorada	4,8	-	-	3,6	-	-	3,9	-	-
outras	12,9	4,2	3,4	9,2	2,1	2,6	10,2	2,4	2,7
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	179.843	106.545	102.462	457.333	594.887	683.715	637.176	701.432	786.177
total	não aposentado			aposentado			Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
administrativa	14,1	9,2	13,2	12,5	11,1	10,7	13,0	10,6	11,2
agropecuária	37,0	30,2	28,8	47,0	50,4	50,8	43,8	45,9	46,0
ignorada	12,2	-	-	9,6	-	-	10,4	-	-
outras	36,8	60,7	58,0	30,9	38,6	38,5	32,7	43,5	42,8
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	440.432	393.090	428.618	973.074	1.378.103	1.530.921	1.413.506	1.771.193	1.959.539

5.7 Idosos que trabalham por posição na ocupação

Para o estudo da posição na ocupação dos idosos que trabalham, não foi possível levantar os dados para o ano de 1990 devido às mudanças na metodologia da PNAD, o que impossibilitou a comparabilidade entre os anos. Para os anos de 1995 e 1999, as categorias de resposta dessa informação não sofreram modificações.

Nesse sentido, os dados revelaram que mais da metade dos idosos que trabalhavam em 1999 encontravam-se na condição de conta-própria, 22% eram empregados e 9% empregadores.

Na zona urbana acentuam-se as chances do idoso trabalhar como empregado e como empregador comparativamente àqueles que vivem na zona rural onde a probabilidade de serem autônomos é maior.

Como seria de se esperar, entre os trabalhadores idosos não aposentados há maiores chances deles serem empregados do que entre os já aposentados que por sua vez apresentaram maiores probabilidades de serem empregadores ou de trabalhar como conta-própria. (Tabela 5.4).

Tabela 5.4 - Distribuição dos idosos ativos por posição na ocupação

Distribuição percentual dos idosos ativos por posição na ocupação (%) - 1995 e 1999						
urbano	não aposentado		aposentado		total	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999
empregado	36,9	39,0	27,9	25,9	30,3	29,6
conta-própria	40,4	39,5	49,8	51,3	47,3	48,0
empregador	5,9	8,2	10,2	11,0	9,0	10,3
outros	16,8	13,2	12,2	11,8	13,4	12,2
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	286.545	326.156	783.216	847.206	1.069.761	1.173.362
rural	não aposentado		aposentado		total	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999
empregado	27,5	27,7	11,7	8,4	14,1	10,9
conta-própria	48,3	52,5	59,9	62,9	58,1	61,6
empregador	6,3	6,5	6,7	7,0	6,6	6,9
outros	18,0	13,4	21,7	21,7	21,1	20,6
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	106.545	102.462	594.887	683.715	701.432	786.177
total	não aposentado		aposentado		total	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999
empregado	34,3	36,3	20,9	18,1	23,9	22,1
conta-própria	42,5	42,6	54,2	56,5	51,6	53,4
empregador	6,0	7,8	8,7	9,2	8,1	8,9
outros	17,1	13,2	16,3	16,2	16,5	15,5
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
total (absoluto)	393.090	428.618	1.378.103	1.530.921	1.771.193	1.959.539

5.8 Distribuição dos Idosos segundo a renda pessoal em salários mínimos

Com o objetivo de verificar se a renda pessoal do idoso está associada de alguma maneira à maiores chances dele estar inserido em um determinado arranjo familiar foram analisadas, para 4 categorias de rendimentos pessoais, as distribuições dos idosos segundo o tipo de família.

A variável de rendimentos pessoais dos idosos contemplou todos os tipos de rendimentos que o idoso pudesse ter, seja da aposentadoria, pensão, trabalho, aluguel, doações ou outros. Os 4 níveis de rendimentos pessoais considerados foram:

- Nenhum rendimento até menos de 1 salário mínimo
- Rendimentos entre 1 e menos de 2 salários mínimos
- Rendimentos de mais de 2 até menos de 4 salários mínimos
- 4 ou mais salários mínimos

Os arranjos familiares mais prováveis dos homens idosos estarem inseridos são, ainda que se considerem os diferentes níveis de rendimentos, os arranjos onde ele vive com a esposa e filhos e também aqueles em que vive somente com a esposa.

Entretanto, ao que tudo indica, parece que a medida em que a renda pessoal do homem idoso se eleva, aumentam-se as chances dele morar com a esposa co-residindo ou não com filhos e diminuem-se as chances dele viver só ou de viver como parente em outras famílias.

Praticamente não se alteram as probabilidades do idoso chefiar famílias monoparentais ou estar em “outros” tipos de famílias, na medida em que há um incremento na renda pessoal.

Ao contrário dos idosos, as idosas tiveram probabilidades de estarem casadas co-residindo ou não com os filhos reduzidas à medida que a renda pessoal se eleva e probabilidades de viver só ou de chefiar famílias monoparentais incrementadas.

Assim como no caso masculino, as idosas com rendimentos mais elevados apresentaram menos chances de estarem inseridas em famílias na condição de parente nos anos de 1995 e 1999.

Os dados mostraram que o efeito de um incremento na renda é muito diferente para homens e mulheres idosos. Ao que parece as chances do homem idoso estar unido são exacerbadas em um nível de rendimentos mais elevados. Provavelmente, se o homem de melhor renda ficou viúvo, conseguirá recasar-se mais facilmente que os de menores rendimentos na medida em que representam um melhor “partido”, ou talvez por estarem em uma melhor situação financeira terá menos chances de

enviuvar, pois por hipótese suas esposas também vivem em uma situação econômica melhor.

Ao contrário dos idosos, as idosas que de uma forma geral, são mais propensas a enviuvarem e a terem menos chances de recasamento restam as opções de viver sozinhas ou com os filhos exercendo ou não a chefia da família. Os dados estão mostrando que de fato um nível melhor de rendimentos das idosas proporciona mais chances da idosa viver sozinha ou chefiar famílias monoparentais do que ir viver em outra família como parente (Gráficos 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16 e 5.17).

Distribuição dos Idosos segundo a renda pessoal

Gráfico 5.12

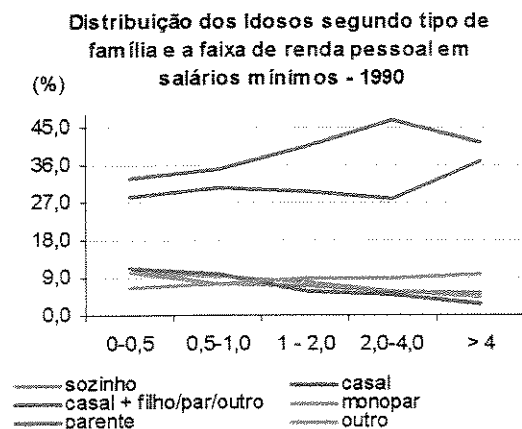


Gráfico 5.13

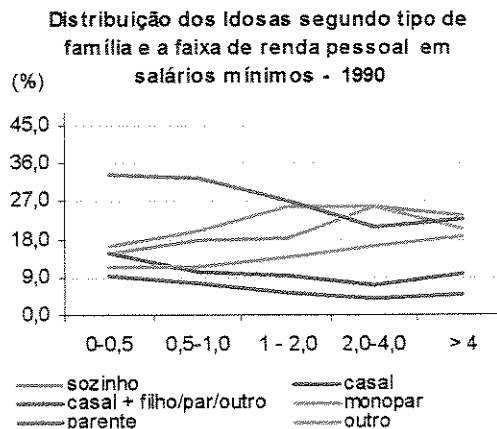


Gráfico 5.14

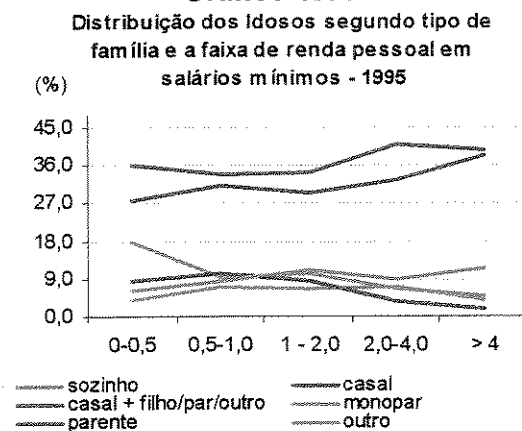


Gráfico 5.15

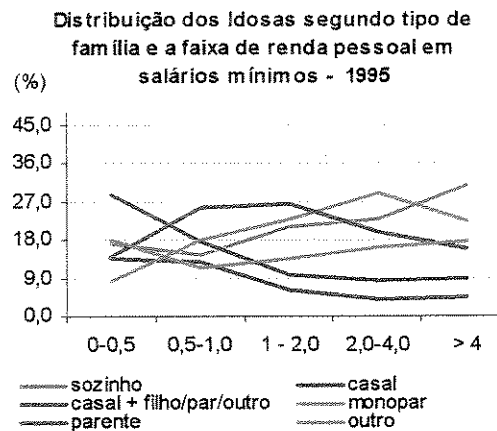


Gráfico 5.16

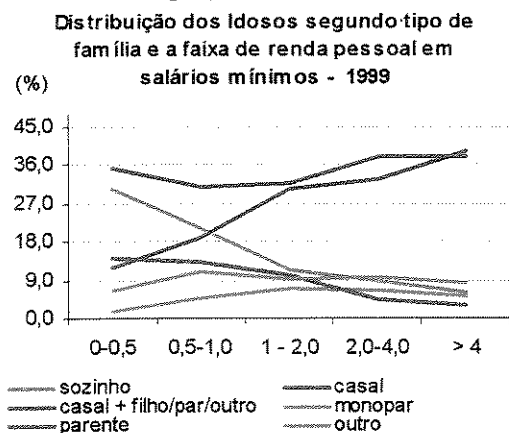
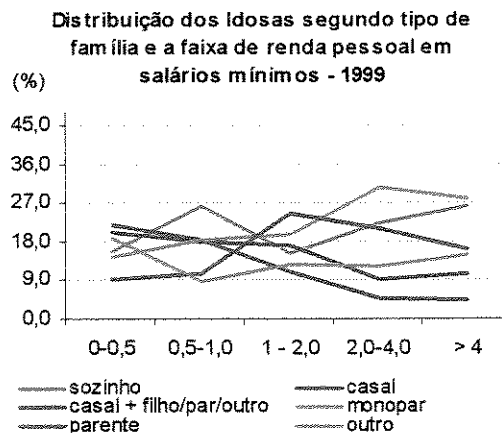


Gráfico 5.17



5.9 Distribuição dos idosos segundo a renda familiar per capita em salários mínimos

O comportamento da distribuição dos idosos por tipo de arranjo familiar segundo o nível de rendimento familiar per capita, não é diferente do comportamento quando se analisa a renda pessoal, isto é, para níveis de rendimentos familiares per capita mais elevados aumenta-se a probabilidade do homem idoso chefiar famílias com a presença da esposa com ou sem filhos co-residindo. (Gráficos 5.18, 5.20 e 5.22).

No caso das idosas, nos anos de 1990 e 1995 há maiores chances delas estarem inseridas em famílias como parentes quando a renda familiar per capita é mais elevada. (Gráficos 5.19, 5.21 e 5.23).

Distribuição dos Idosos segundo a renda familiar per capita

Gráfico 5.18

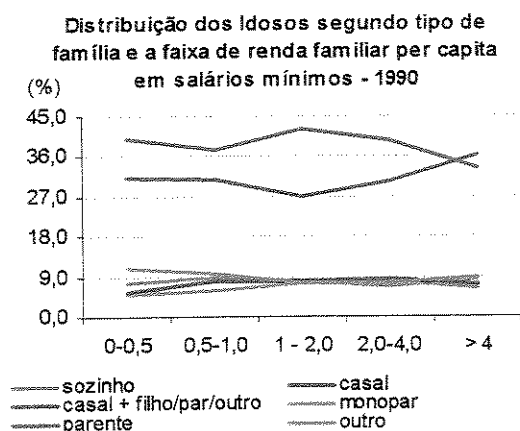


Gráfico 5.19

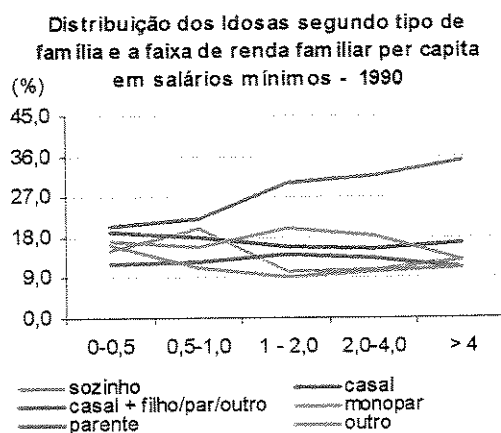


Gráfico 5.20

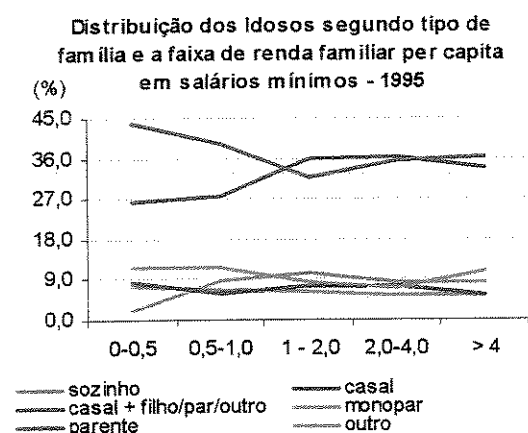


Gráfico 5.21

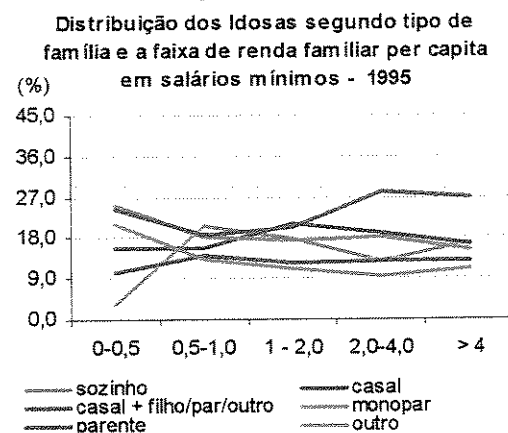


Gráfico 5.22

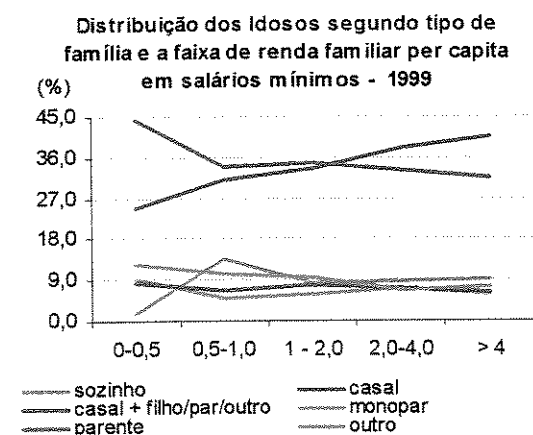
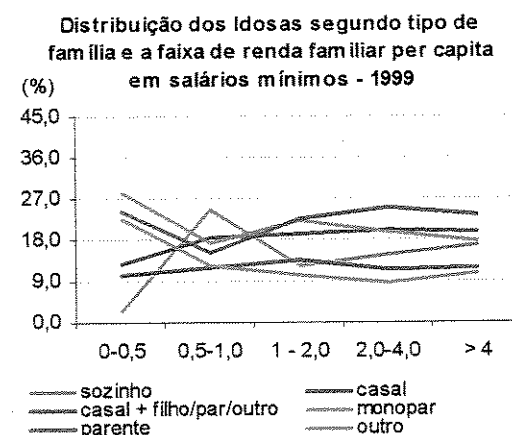


Gráfico 5.23



5.10 Nível de rendimentos familiares per capita e pessoais medianos segundo a faixa etária

Para a análise da evolução da renda familiar per capita das pessoas idosas, optou-se por trabalhar com os valores medianos e não com os valores médios por ser a mediana um indicador mais robusto comparativamente à média. O cálculo do valor médio pode ser altamente influenciável quando a variável apresenta grandes desvios-padrões como é o caso de variáveis que denotam rendimentos onde os valores extremos acabam “puxando” a média para valores bastante superiores aos valores medianos⁵.

Os valores medianos dos rendimentos pessoais e das rendas familiares per capita foram calculados com a intenção de estudar a relação entre os rendimentos pessoais e os rendimentos familiares per capita dos homens e das mulheres de acordo com a idade. Optamos por analisar apenas o ano de 1995.

A partir da observação do gráfico 5.24, fica evidente que os rendimentos pessoais dos homens superam consideravelmente os rendimentos pessoais das mulheres independente da idade que se considere.

Ao contrário das mulheres, os rendimentos pessoais masculinos são sempre superiores aos rendimentos familiares per capita das mulheres, refletindo assim o quadro em que historicamente o homem tem exercido o papel de provedor principal de renda na família.

Tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, o valor máximo dos rendimentos pessoais é atingido na faixa etária dos 40 aos 44 anos, sendo que após esta idade os valores dos rendimentos pessoais apresentam comportamento declinante.

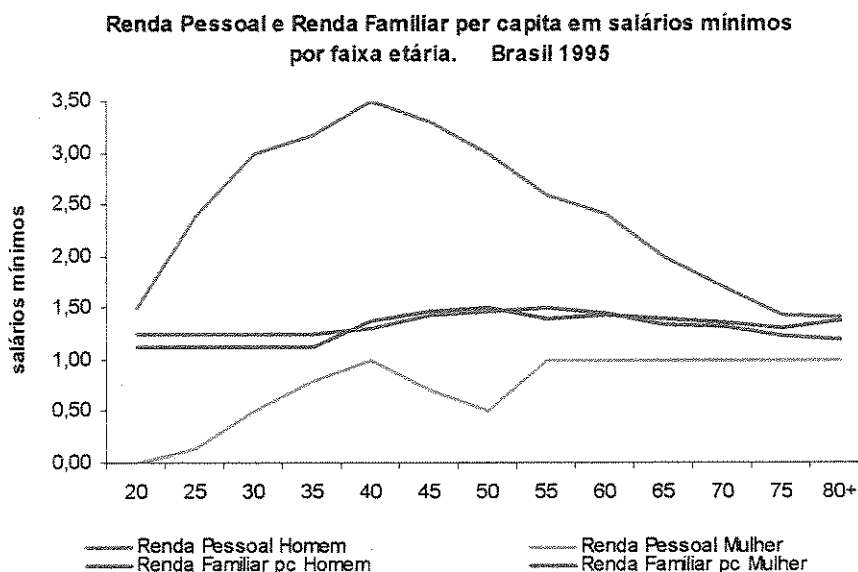
Em 1995, os homens desta faixa etária ganhavam em média 3,5 salários mínimos, enquanto que as mulheres recebiam apenas 1 salário mínimo em média.

⁵ A renda familiar per capita foi calculada a partir da soma dos rendimentos de todos os membros da família dividida pelo número de pessoas na família. Não entraram para o cálculo rendimentos de empregados ou de pensionistas.

Este comportamento coincide com o comportamento das taxas de atividades, com as maiores taxas de atividades acontecendo na faixa etária acima mencionada e para as idades posteriores declinam, independente do sexo.

A retomada do crescimento da renda pessoal das mulheres após os 50 anos deve-se ao crescimento da proporção de mulheres aposentadas ou pensionistas da previdência atingindo a renda mediana de 1 salário mínimo.

Gráfico 5.24



5.10.1 Nível de Rendimentos Pessoais por tipo de família

Os rendimentos pessoais dos homens idosos decrescem à medida que a idade avança em qualquer arranjo familiar, ao contrário dos rendimentos pessoais femininos que apresentam um comportamento mais constante atingindo valores medianos de menos de 1 salário mínimo. (Gráficos 5.25 e 5.26).

As mulheres idosas chefes de famílias monoparentais ou inseridas em “outros” arranjos são as que estavam em situação ligeiramente melhor em relação à renda pessoal, alcançando 1,5 salários nas idades superiores a 75 anos (Gráfico 5.26).

Com exceção dos idosos vivendo como parentes, a renda pessoal dos homens idosos é superior à renda familiar per capita em todos os outros arranjos familiares

ao contrário das idosas onde a renda mediana familiar per capita sempre supera a renda pessoal, conferindo à mulher idosa um papel coadjuvante no sustento do lar (Gráficos 5.25, 5.26, 5.27 e 5.28).

O maior declínio constatado nos rendimentos pessoais dos homens idosos à medida que se avança na idade, ocorre nos arranjos familiares em que ele vive apenas com a esposa. Este fato, provavelmente se explica porquê os idosos mais jovens vivendo apenas com a esposa contam ainda com os rendimentos do trabalho. Entre os idosos mais velhos vivendo apenas com a esposa provavelmente a fonte de recursos dependa exclusivamente das aposentadorias e pensões.

Por outro lado, seria interessante fazer um estudo mais aprofundado por coortes considerando vários anos, pois o rendimento pessoal dos idosos mais velhos pode ter permanecido o mesmo de quando eles eram idosos mais jovens, de forma que o rendimento das coortes mais novas de idosos comparados aos das coortes mais velhas pode realmente ser mais elevado. Se isto for verdadeiro, poderíamos pensar que isto é uma consequência de uma situação onde ocorreram melhorias nos níveis de rendimentos em geral, favorecendo as coortes mais jovens que são também as mais escolarizadas.

Gráfico 5.25

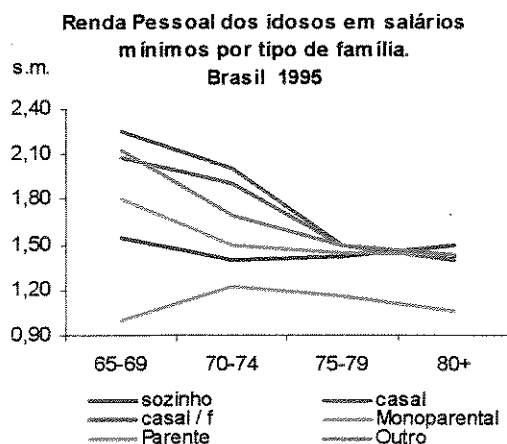


Gráfico 5.26

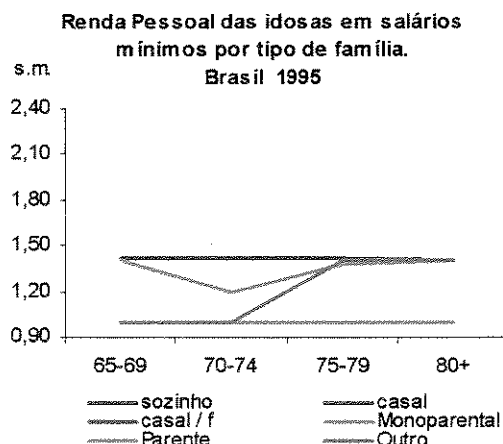


Gráfico 5.27

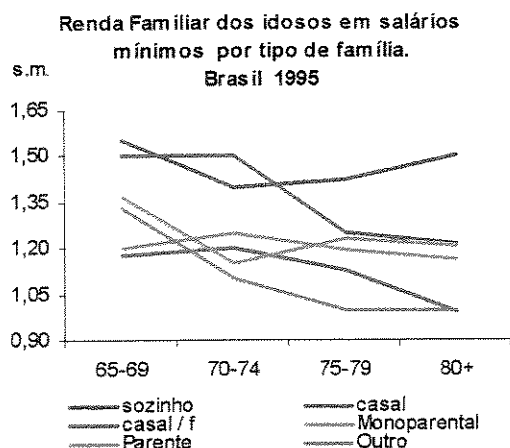
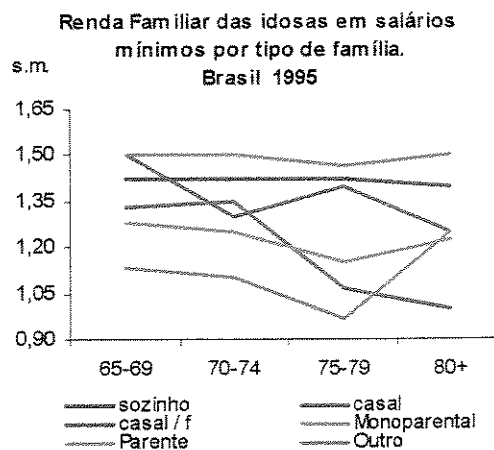


Gráfico 5.28



5.11 Nível dos rendimentos familiares per capita dos idosos por tipo de arranjo familiar

Os resultados apontam para um crescimento da renda mediana familiar per capita das pessoas idosas medida em salários mínimos entre o início e o final do período estudado, sobretudo no primeiro período, ou seja, entre 1990 e 1995.

Entre 1995 e 1999, estes valores voltam a atingir patamares ligeiramente superiores aos do início de década.

Foram os homens idosos que viviam sozinhos e aqueles que viviam apenas com a esposa os que apresentaram maiores incrementos de suas rendas familiares per capita e também os maiores valores, entre 1990 e 1995.

Em 1990 o nível dos rendimentos medianos familiares era bastante baixo. Os chefes idosos de famílias monoparentais eram os que detinham a maior renda familiar per capita, atingindo menos de 1,1 salários mínimos. Ao final do período, em 1999, podemos dizer que os maiores rendimentos medianos familiares per capita encontravam-se nas famílias onde os idosos viviam apenas com a esposa, contabilizando cerca de 1,4 salários mínimos. (Gráfico 5.29).

Provavelmente os idosos nesse tipo de família puderam contar com os melhores níveis de rendimentos, pois suas esposas passaram a contribuir mais, tendo em vista que o volume de idosas ativas e também de aposentadas aumentou.

Além disso, no caso das esposas residentes na zona rural, com a expansão da previdência rural, mais mulheres puderam contar com os benefícios previdenciários, sem tampouco esquecer que houve elevação no nível dos rendimentos das aposentadorias rurais.

Curiosamente no caso das idosas, nas famílias onde ela ocupa a posição de parente é onde encontramos as maiores rendas familiares medianas per capita como já havia sido visto na seção anterior. Em 1999, as idosas parentes tinham uma renda familiar per capita de quase 1,45 salários mínimos. (Gráfico 5.30)

Gráfico 5.29

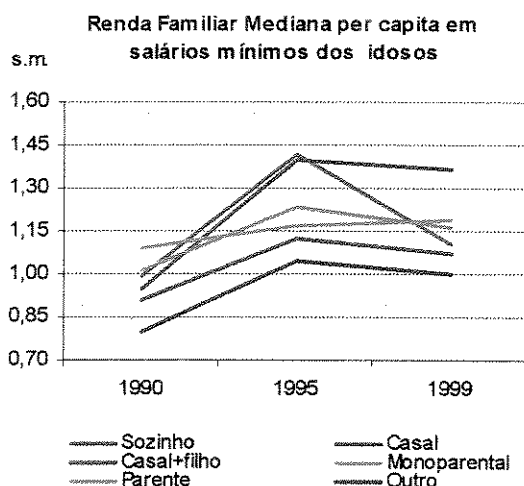
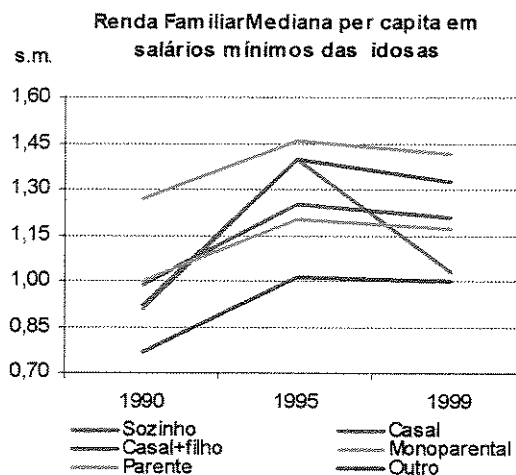


Gráfico 5.30



5.12 Renda Familiar per capita segundo sexo e situação de domicílio

Apesar de não haver grandes variações nos rendimentos familiares per capita por tipos de família, no caso dos homens idosos urbanos, são os chefes de famílias monoparentais e aqueles vivendo com a esposa apenas, os que apresentaram maiores rendas familiares per capita, enquanto que no caso das idosas urbanas são

as que vivem como parentes, em geral mães ou sogras do chefe da família, as que contavam com as maiores rendas familiares per capita em 1999. (Gráficos 5.31 e 5.32).

Gráfico 5.31

Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos dos idosos urbanos

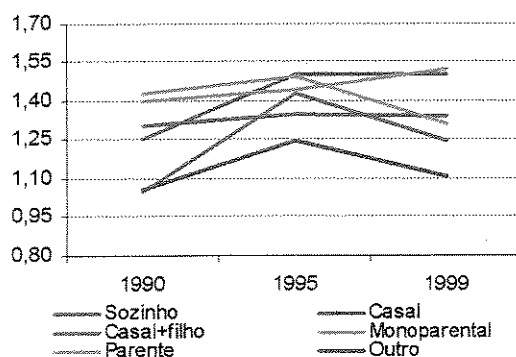
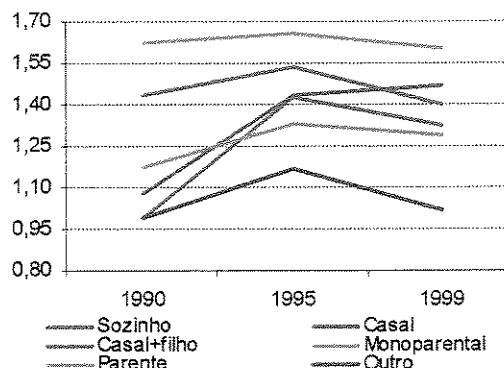


Gráfico 5.32

Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos das idosas urbanas



Os idosos e idosas residentes na zona rural que vivem em arranjos unipessoais ou apenas com o cônjuge são os que apresentaram os valores mais elevados da renda familiar mediana per capita em relação aos demais arranjos familiares tanto em 1990 quanto em 1999, como já havia sido visto no item anterior na análise do total de idosos sem considerar a desagregação por sexo. (Gráficos 5.33 e 5.34).

Gráfico 5.33

Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos dos idosos rurais

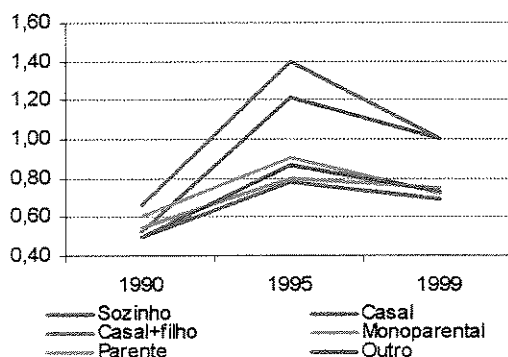
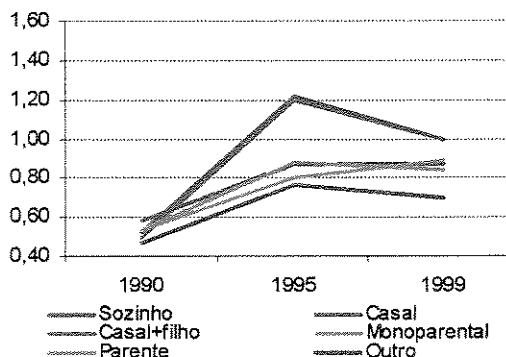


Gráfico 5.34

Renda Familiar Mediana per capita em salários mínimos das idosas rurais



Não há dúvida de que a expansão da cobertura da previdência rural a partir da constituição de 1988, melhorou o nível de renda familiar da população idosa, sobretudo dos idosos rurais. No começo da década o nível de renda mediana familiar per capita de um idoso da zona rural era de 0,5 salário mínimo e passou para 1 salário mínimo em 1999.

Na zona rural, apesar da pouca variabilidade da renda familiar per capita mediana, como já foi mencionado, são os idosos, tanto os homens como as mulheres, que vivem sozinhos e aqueles que vivem em arranjos familiares do tipo casal sem filhos, os que apresentaram os maiores níveis de rendas familiares per capita.

Nesse sentido, concluímos que do ponto de vista da renda familiar per capita, a expansão da cobertura e o incremento nos valores dos benefícios da previdência extensivos à grande maioria dos idosos rurais⁶, acabou por favorecer aqueles que vivem sozinhos e aqueles que vivem apenas com o cônjuge.

Para os demais idosos inseridos em outros tipos de famílias, em geral famílias maiores, apesar do aumento do benefício ter sido o mesmo⁷ que no caso dos que vivem sozinhos ou em casal, no final acaba sendo compartilhado com mais membros da família acarretando um incremento na renda familiar per capita menor do que no caso dos que vivem sozinhos ou apenas com o esposo (a).

5.13 Nível de rendimentos pessoais e familiares per capita medianos e a cor

Para o estudo dos rendimentos familiares e pessoais utilizamos os dados de 1995. Foram calculados valores medianos, por ser esta medida mais robusta e menos suscetível à influência de valores extremos.

Assim como no caso da escolaridade, os homens idosos mais jovens apresentaram rendimentos pessoais e familiares per capita superiores aos dos idosos mais velhos.

⁶ Como já foi dito antes, a Constituição de 1988 possibilitou que não só o trabalhador rural se aposentasse mas também seu esposo(a) trabalhador(a) rural, podendo desta forma acumular 2 benefícios na mesma família, o que não era possível antes.

⁷ A Constituição de 1988 fixou o piso mínimo de 1 salário mínimo para os benefícios previdenciários. Antes haviam benefícios inferiores à 1 salário mínimo.

Entretanto a tendência de declínio dos rendimentos conforme a idade avança é evidente principalmente para os homens idosos e, sobretudo para os não-negros. Isto significa dizer que para os homens idosos negros e para as mulheres em geral, esta tendência não é muito clara, haja vista que são as mulheres e os homens negros que detêm os mais baixos rendimentos pessoais e acabam constituindo um grupo mais homogêneo com relação aos rendimentos.

Com exceção dos idosos parentes não negros, tanto os idosos negros quanto os não negros, apresentaram rendimentos pessoais superiores aos rendimentos familiares per capita em menos de ½ salário mínimo.

Os homens idosos não negros, em média, recebiam 2 salários mínimos e tinham uma renda familiar per capita de 1,5 salários mínimos contra 1,4 salários mínimos que os idosos negros recebiam tendo uma renda familiar per capita de 1,0 salário mínimo.

Estes dados refletem o tradicional papel masculino em que o homem quando não é o provedor primário, contribui com uma parcela razoável geralmente superior à renda familiar per capita.

Entre os idosos não negros os maiores valores dos rendimentos pessoais médios ocorreram com os casados com ou sem filhos que ganhavam em média 2 salários mínimos. Entre os idosos negros, com exceção daqueles na condição de parentes que recebiam apenas 1 salário mínimo, os demais recebiam entre 1,4 e 1,5 salários mínimos.

A renda familiar per capita dos idosos não negros, qualquer que seja o tipo de família atingia em média 1,5 salários mínimos. Entre os idosos negros destacaram-se aqueles que viviam apenas com a esposa cuja renda familiar per capita era de 1,2 salários mínimos contra aproximadamente 1 salário mínimo ou menos de renda familiar per capita dos idosos negros em outros arranjos familiares.

Ao contrário dos idosos, as idosas sempre tiveram uma participação coadjuvante na contribuição para a renda familiar refletidas pelo fato dos valores médios de seus rendimentos serem sempre inferiores ou iguais às rendas familiares per capita.

Entretanto quando analisamos pela cor a situação muda. As idosas não negras, qualquer que seja o tipo de família, e as idosas negras que vivem em casal sem filhos tiveram rendimentos pessoais inferiores às rendas familiares per capita.

As idosas negras que chefiavam famílias com filhos com ou sem marido, as que se encontravam na condição de parente e aquelas nos “outros arranjos”, possuíam rendimentos pessoais maiores que as rendas familiares per capita.

As idosas não negras com rendimentos pessoais mais elevados eram as que viviam sozinhas com 1,5 salário mínimo e as que chefiavam famílias monoparentais ou “outros” com rendas pessoais por volta de 1,4 salários mínimos.

As idosas negras que estavam sozinhas auferiam rendimentos de 1,2 salários mínimos, enquanto que as demais pertencentes a outros arranjos familiares recebiam 1 salário mínimo.

As idosas não negras que vivem em famílias como parentes são as que detêm as mais elevadas rendas familiares per capita.

Os dados mostraram, mais uma vez, a situação desvantajosa das idosas negras frente às não negras, revelando a importância do papel da renda dessas mulheres no orçamento familiar. (Tabela 5.5)

Tabela 5.5 Renda Pessoal e Familiar per Capita dos Idosos em salários Mínimos por cor - 1995

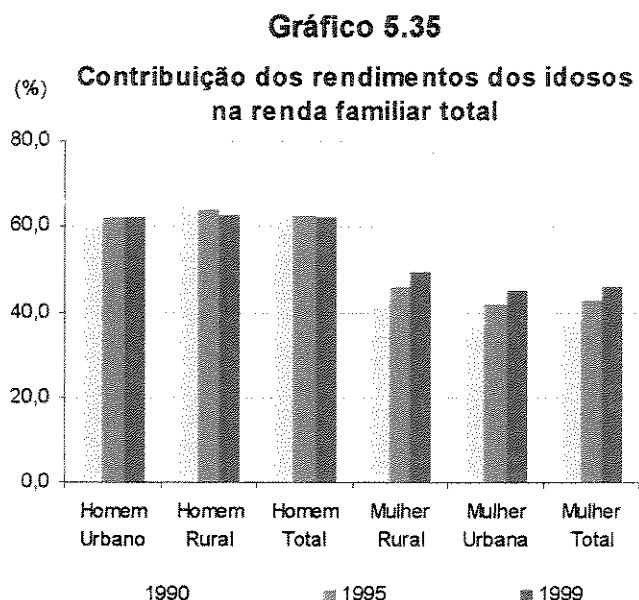
Renda Pessoal e Renda Familiar per capita dos Idosos por tipo de família e cor (salários mínimos) - 1995														
Renda	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc
Total	Sozinho		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	1,5	1,5	2,3	1,5	2,1	1,2	1,8	1,1	1,0	1,3	2,1	1,3	2,0	1,3
70-74	1,4	1,4	2,0	1,5	1,9	1,2	1,5	1,2	1,2	1,1	1,7	1,0	1,7	1,3
75-79	1,4	1,4	1,5	1,3	1,5	1,1	1,4	1,2	1,2	1,2	1,5	1,0	1,4	1,2
80+	1,4	1,4	1,4	1,2	1,4	1,0	1,4	1,1	1,1	1,2	1,4	1,0	1,4	1,2
Total	1,4	1,4	2,0	1,4	2,0	1,1	1,5	1,2	1,1	1,2	1,8	1,1	1,6	1,3
Não Negros	Sozinho		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	1,9	1,9	2,5	1,7	3,0	1,6	2,0	1,5	1,3	1,5	3,0	1,7	2,5	1,6
70-74	1,4	1,4	2,4	1,7	2,3	1,7	2,0	1,6	1,4	1,8	2,0	1,3	2,0	1,6
75-79	1,4	1,4	2,0	1,5	1,8	1,3	1,4	1,5	1,2	1,6	2,0	1,2	1,7	1,4
80+	1,4	1,4	1,5	1,3	1,4	1,2	1,4	1,6	1,1	1,5	2,0	1,4	1,4	1,4
Total	1,5	1,5	2,3	1,5	2,4	1,5	1,8	1,5	1,2	1,6	2,5	1,5	2,0	1,5
Negros	Sozinho		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	1,2	1,2	1,6	1,2	1,7	0,8	1,5	0,9	1,0	1,0	1,5	0,9	1,5	1,0
70-74	1,4	1,4	1,4	1,2	1,5	0,8	1,4	1,0	1,0	0,9	1,4	0,8	1,4	1,0
75-79	1,4	1,4	1,4	1,1	1,4	0,9	1,5	1,0	1,0	0,8	1,4	0,8	1,4	1,0
80+	1,4	1,4	1,4	1,0	1,4	0,8	1,4	0,8	1,0	1,0	1,4	0,8	1,4	1,0
Total	1,4	1,4	1,4	1,2	1,5	1,0	1,4	0,9	1,0	1,0	1,4	0,8	1,4	1,0
Renda Pessoal e Renda Familiar per capita das Idosas por tipo de família e cor (salários mínimos) - 1995														
Renda	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc	pess.	fam.pc
Total	Sozinha		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	1,5	1,5	1,0	1,5	1,0	1,3	1,4	1,3	1,0	1,5	1,0	1,1	1,0	1,3
70-74	1,4	1,4	1,0	1,3	1,0	1,3	1,2	1,2	1,0	1,5	1,0	1,1	1,0	1,3
75-79	1,4	1,4	1,0	1,4	1,0	1,1	1,4	1,1	1,0	1,4	1,4	1,0	1,0	1,3
80+	1,4	1,4	1,0	1,3	1,0	1,0	1,4	1,2	1,0	1,5	1,4	1,2	1,0	1,3
Total	1,4	1,4	1,0	1,4	1,0	1,3	1,4	1,2	1,0	1,5	1,0	1,1	1,0	1,3
Não Negras	Sozinha		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	2,0	2,0	1,0	1,6	0,0	1,7	1,5	1,7	1,0	2,0	1,2	1,5	1,0	1,7
70-74	2,0	2,0	1,0	1,5	0,8	1,7	1,3	1,7	1,0	1,8	1,4	1,4	1,0	1,7
75-79	1,4	1,4	1,0	1,3	1,0	1,1	1,3	1,4	1,0	1,9	1,4	1,4	1,0	1,5
80+	1,4	1,4	1,0	1,3	1,0	1,0	1,4	1,6	1,0	2,0	1,4	1,9	1,0	1,5
Total	1,5	1,5	1,0	1,5	0,8	1,6	1,4	1,6	1,0	1,9	1,4	1,5	1,0	1,6
Negras	Sozinha		Casal s filhos		Casal c filhos		Monoparental		Parente		Outro		Total	
65-69	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	1,0	1,0
70-74	1,0	1,0	1,0	1,2	1,0	0,9	1,2	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0
75-79	1,4	1,4	1,0	1,4	1,0	1,0	1,4	0,9	1,0	1,0	1,0	0,7	1,0	1,0
80+	1,4	1,4	1,0	1,2	1,0	0,9	1,1	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Total	1,2	1,2	1,0	1,2	1,0	0,8	1,0	0,9	1,0	0,9	1,0	0,8	1,0	1,0

5.14 A contribuição dos rendimentos dos idosos na renda familiar total

Para os arranjos familiares com mais de uma pessoa, constata-se que entre 1990 e 1999, a participação dos rendimentos dos homens idosos na renda total familiar permaneceu constante durante o período estudado por volta de aproximadamente 62%.

O aumento da contribuição dos rendimentos das idosas na renda familiar foi de aproximadamente 8 pontos percentuais. Isto significou que em 1990, 38% da renda das famílias com mulheres idosas dependia dos rendimentos dela. Já em 1999, esta dependência representava 46% da renda total familiar. (Gráfico 5.35).

A contribuição da renda da idosa rural na renda familiar total é maior comparativamente à contribuição das idosas urbanas.



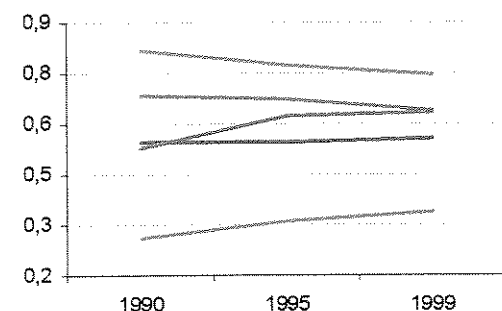
Os rendimentos dos homens idosos vivendo apenas com a esposa e aqueles inseridos nos “outros” arranjos familiares, passaram a ter um peso menor na renda familiar total entre 1990 e 1999. Em contrapartida, a renda dos homens idosos parentes passou a ter uma participação maior na renda familiar total para o período analisado. (Gráfico 5.36).

Este fato em grande parte reflete o aumento da contribuição da renda das esposas que ocorreu pela expansão da cobertura previdenciária, pelo incremento nos valores das aposentadorias e das pensões e também pelo incremento nas taxas de atividade das mulheres. Portanto, o incremento na contribuição da renda das mulheres para a renda familiar total acarretou o declínio da contribuição do rendimento dos maridos, já que estamos falando de proporções (Gráfico 5.37).

Não apenas as idosas casadas apresentaram tendência de crescimento na proporção da renda familiar sob sua responsabilidade, mas também aquelas inseridas nos demais arranjos familiares entre 1990 e 1999.

Gráfico 5.36

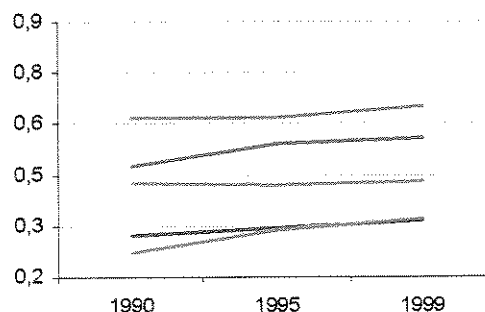
Participação dos rendimentos dos
homens idosos na renda familiar



casal casal/f monopare
parente outro

Gráfico 5.37

Participação dos rendimentos das
mulheres idosas na renda familiar



casal casal/f monoparental
parente outro

5.15 A participação dos rendimentos da população idosa na renda familiar por situação de domicílio e sexo

Destaca-se o incremento na participação dos idosos parentes, homens e mulheres, residentes tanto na zona urbana como na rural, onde apesar das contribuições desses idosos serem das mais baixas, constatou-se incremento expressivo na participação dos rendimentos pessoais no total da renda familiar entre 1990 e 1999. (Gráficos 5.38, 5.39, 5.40 e 5.41).

Os homens idosos parentes da zona urbana que em 1990 eram responsáveis por aproximadamente $\frac{1}{4}$ da renda familiar passam a se responsabilizar por 32%.

Já entre os idosos parentes rurais as contribuições atingiram 30% em 1990 e 39% em 1999.

No caso das mulheres idosas, também aquelas na condição de parente, sejam rurais ou urbanas, apesar de terem uma contribuição média das mais baixas, é neste grupo onde pode se constatar o maior incremento na participação da renda pessoal sobre o total da renda familiar. As idosas deste grupo passaram de uma contribuição de 22% da renda familiar em 1990, para 32% em 1999.

Provavelmente estas evidências devem ter relação com 3 fatos atuando conjuntamente e que já foram mencionados: O aumento da cobertura e do nível das aposentadorias, o incremento nas taxas de atividades das idosas e ou a queda do nível de rendimentos dos outros membros da família.

Para se balizar o efeito desses fatos, seriam necessários estudos mais aprofundados que explorassem também as condições econômicas e financeiras dos outros membros da família.

Outro ponto importante a se salientar sobre o peso da contribuição dos rendimentos das idosas, é que são as idosas inseridas nos arranjos denominados “outros” e as que chefiam famílias monoparentais tanto na zona urbana, mas, sobretudo na zona rural, as que mais contribuíram, apresentando tendência crescente durante o período estudo, para a renda familiar comparativamente às outras possibilidades de inserção familiar (Gráficos 5.39 e 5.41).

Em 1999, aproximadamente 65% da renda familiar das idosas dos arranjos “outros” eram de responsabilidade dos rendimentos pessoais dessas mulheres que em sua maioria viviam sem filhos, vivendo ou não com o esposo e com a presença ou não de outros parentes, ou agregados, ou empregados e pensionistas.

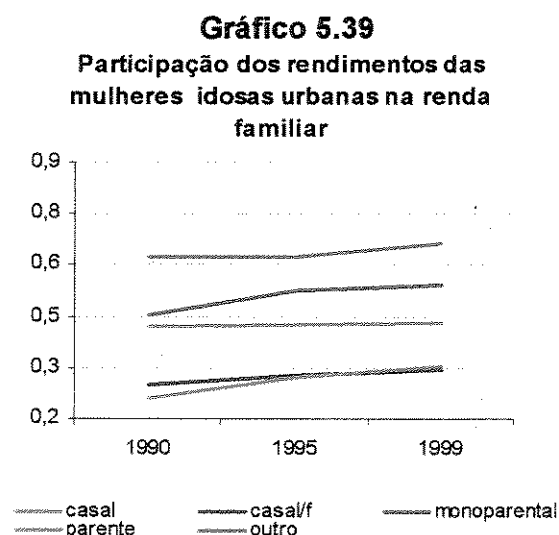
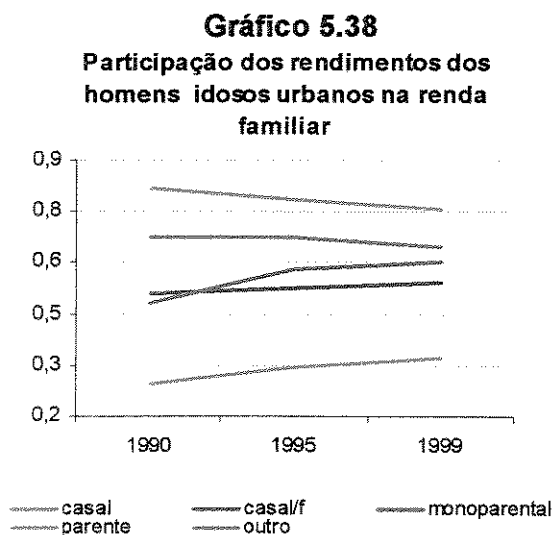


Gráfico 5.40

Participação dos rendimentos dos homens idosos rurais na renda familiar

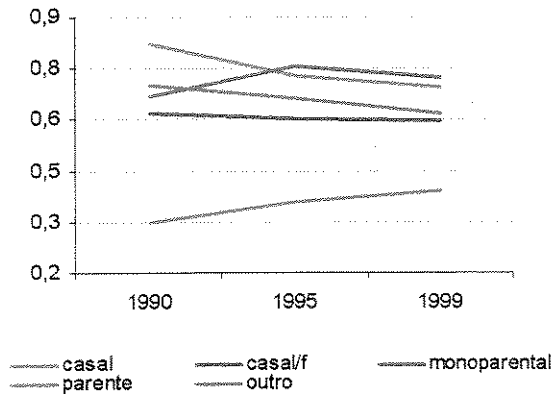
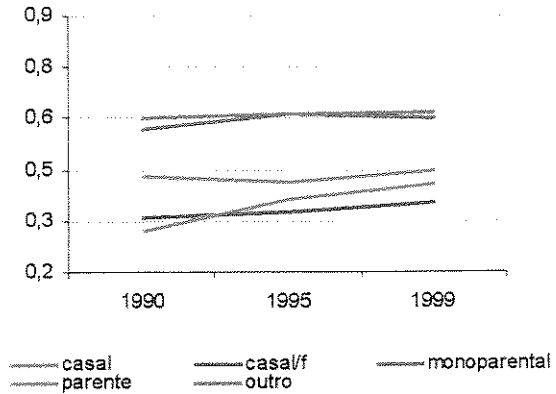


Gráfico 5.41

Participação dos rendimentos das mulheres idosas rurais na renda familiar



Os pontos principais do capítulo 5 foram:

- Entre 1990 e 1999 a tendência geral das taxas de atividades masculinas foi de declínio ao contrário das taxas femininas. Entretanto, observou-se ligeiro crescimento das taxas de atividades dos idosos e das idosas rurais e manutenção das taxas de atividades dos idosos e idosas urbanos.
- As maiores taxas de atividade dos homens idosos ocorreram nos arranjos familiares onde ele exerce a chefia de uma família constituída de casal e filhos e de forma mais intensa na zona rural. As maiores probabilidades da idosa urbana estar trabalhando, se relacionam à família do tipo "outros", ou seja, arranjo familiar formado por um chefe ou um casal co-residindo ou com parentes ou com agregados ou empregados. Entre as idosas rurais, as maiores probabilidades dela estar ativa relacionam-se aos arranjos familiares: casal com filhos, monoparental e casal sem filhos.
- As menores taxas de atividade estão mais associadas às famílias onde o idoso(a) está na posição de parente.

- Entre as idosas urbanas inseridas em famílias do tipo casal com filhos ou casal sem filhos encontram-se as mais prováveis de não serem beneficiárias da previdência. Entre as idosas rurais, este fato também ocorre, porém em menor intensidade.
- As idosas mais prováveis de serem aposentadas ou pensionistas são as chefes de famílias monoparentais e as que vivem sozinhas.
- Os dados revelaram que proporcionalmente são poucos os homens idosos que não estão aposentados e entre 1990 e 1999 esta proporção apresentou tendência declinante. Dentre os homens que não estão aposentados é bastante provável que ele esteja inserido em uma família na condição de parente.
- Da massa de idosos que ainda trabalham, 46% atuavam em atividades agropecuárias em 1999. Mais da metade dos que estavam ativos eram conta-própria, 22% eram empregados e 9% empregadores em 1999. As maiores chances do idoso ser um trabalhador autônomo ocorrem na zona rural, ao contrário da zona urbana onde estão mais concentrados os empregados e os empregadores. Se o idoso que trabalha já está aposentado aumentam-se as chances dele exercer atividade como conta-própria.
- Os maiores rendimentos pessoais dos homens idosos estão mais associados às famílias do tipo casal com ou sem filhos. Ao contrário, rendimentos pessoais baixos aumentam as chances do idoso ser parente. A probabilidade do idoso chefiar famílias monoparentais ou pertencer a famílias do tipo "outro" parece ser invariante a elevações nos rendimentos pessoais.
- As idosas vivendo sozinhas ou chefiando famílias monoparentais tem maiores chances de terem rendimentos pessoais mais elevados. Assim como no caso dos idosos, as idosas na condição de parente, em geral, apresentaram rendimentos pessoais mais baixos do que as idosas nos demais arranjos familiares.
- Enquanto os rendimentos pessoais dos idosos decrescem à medida que a idade avança, no caso das idosas os valores dos rendimentos pessoais são constantes.

- Com exceção dos homens idosos vivendo como parente, em todas as outras formas de inserção familiar o valor mediano dos rendimentos pessoais supera o valor mediano da renda familiar per capita.
- A renda familiar per capita mediana dos idosos e idosas cresceu no período entre 1990 e 1995. No entanto, no período subsequente em 1999 a renda familiar per capita mediana atingiu os mesmos patamares alcançados em 1995.
- São os idosos urbanos chefiando famílias monoparentais ou vivendo somente com a esposa que apresentaram níveis de renda familiar per capita mais elevados do que os idosos urbanos nos outros arranjos familiares.
- São as idosas urbanas na condição de parente que apresentaram os maiores níveis de renda familiar per capita.
- Na zona rural, os níveis mais elevados de renda familiar per capita, tanto para idosos como para idosas, relacionam-se aos arranjos do tipo casal sem filhos.
- A renda pessoal dos homens idosos não negros sempre supera a renda pessoal dos idosos negros em qualquer tipo de família considerado. As idosas que vivem sozinhas, tanto as negras como as não negras são aquelas cujos valores medianos dos rendimentos pessoais são mais elevados comparativamente às demais idosas de outros arranjos familiares.
- Em geral os homens idosos contribuíam com 60% da renda familiar total em 1990 e com 62% em 1999.
- Durante o período estudado, constatou-se incremento na contribuição da renda pessoal da idosa na renda familiar total. Em 1990, 38% da renda familiar dependia da contribuição das idosas, enquanto que em 1999, 46% da renda familiar era de responsabilidade da idosa.
- A contribuição dos rendimentos da idosa rural na renda familiar total é ainda maior comparativamente à contribuição das idosas urbanas.

- É importante ressaltar que entre 1990 e 1999 houve um crescimento da participação da renda pessoal de idosos e idosas na renda familiar total nos arranjos onde são chefes de famílias monoparentais ou vivem na condição de parente.

Capítulo 6: Previdência

A proposta deste capítulo é mostrar a importância da previdência social na vida dos idosos. Com base nos dados, destaca-se como evoluiu a cobertura previdenciária, assim como também, chamamos a atenção para a tendência crescente do contingente de idosos aposentados que continuam trabalhando, sobretudo na zona rural.

Este fato em grande parte pode ser reflexo do aumento da longevidade concomitante às melhores condições de saúde e autonomia que permitem que uma pessoa idosa continue em atividade. Por outro lado, pode refletir os baixos níveis dos rendimentos previdenciários que obrigam o idoso a permanecer mais tempo no mercado de trabalho do que o desejado, já que em nosso país a elegibilidade para a aposentadoria não impede o indivíduo de continuar trabalhando.

A seção analisa também o impacto que os rendimentos provenientes da previdência tem na renda total familiar da pessoa idosa, analisa a evolução das aposentadorias rurais e faz uma breve discussão acerca da crise da previdência apresentando a evolução do percentual de contribuintes e beneficiários da previdência entre 1990 e 1999.

6.1 Idosos Aposentados e Pensionistas

Durante o período analisado, isto é, entre 1990 e 1999, observou-se uma tendência geral de crescimento da proporção de beneficiários da previdência entre os idosos.

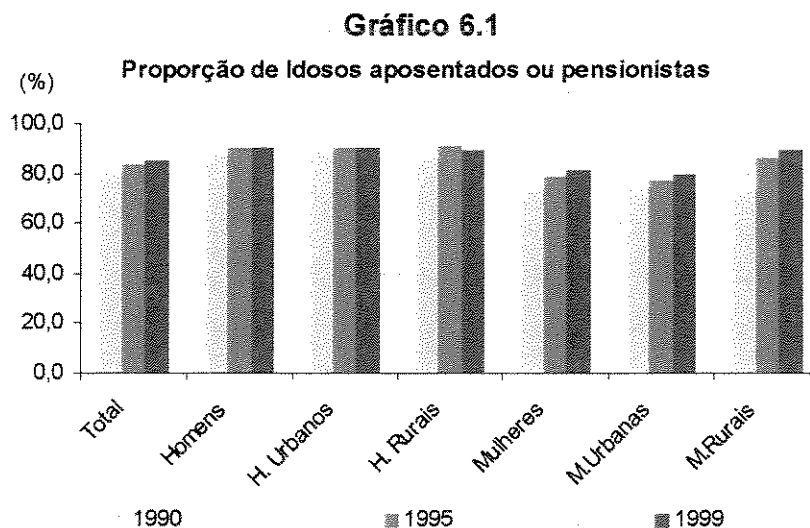
Quando analisamos a evolução do percentual de homens idosos aposentados e pensionistas entre 1990 e 1999, concluímos que esta participação manteve-se praticamente constante com aproximadamente 90% deles recebendo benefícios previdenciários.

As maiores beneficiadas foram as mulheres rurais que com a expansão da cobertura da previdência rural⁸ conquistaram 17% de crescimento na proporção de aposentadas e pensionistas no período estudado. Nesse sentido, cerca de 90% das idosas rurais passaram a contar com benefícios previdenciários em 1999.

Ainda que a cobertura previdenciária seja considerada boa, foram as idosas urbanas as que apresentaram os menores níveis de cobertura. Em 1999 quase 80% delas eram beneficiárias da previdência social, resultado de um crescimento de 5% em relação ao início da década.

O incremento na cobertura previdenciária dos idosos rurais durante a década foi de menos de 4%, enquanto que no caso urbano o crescimento foi de apenas 1%. (Gráfico 6.1).

Apesar do achatamento do teto previdenciário⁹ a partir de 1984 e, sobretudo nos anos 90, o nível de cobertura tem avançado muito nas últimas décadas e pode ser considerado bom, pois chega a ter uma cobertura quase universal para alguns grupos. Liberato (2002).



⁸ Como já foi visto no primeiro capítulo, a constituição de 1988 (com a publicação efetiva somente ocorrida em 1991), promoveu a universalização dos direitos de aposentadoria para as trabalhadoras rurais a partir dos 55 anos e aos trabalhadores rurais com pelo menos 60 anos de idade.

⁹ Em 1984, segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, o valor do teto previdenciário era equivalente à aproximadamente 16 salários mínimos. Entre 1994 e 1998, o teto previdenciário atingia 8 salários mínimos e em 1999, subiu para 9 salários mínimos. Liberato (2002).

Tabela 6.1 – Proporção de idosos beneficiários da previdência

Situação de Domicílio	Idosos			Proporção idosos aposentados ou pensionistas		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Total	7.143.275	8.650.161	9.913.150	80,5	83,8	85,2
Homens	3.230.003	3.822.394	4.377.936	88,1	90,4	89,8
Homens Urbanos	2.233.781	2.874.098	3.320.696	88,9	90,2	89,9
Homens Rurais	996.222	948.296	1.057.240	86,2	90,8	89,8
Mulheres	3.913.272	4.827.767	5.535.214	74,2	78,6	81,5
Mulheres Urbanas	3.008.544	3.906.295	4.567.849	74,6	76,9	79,7
Mulheres Rurais	904.728	921.472	967.365	72,9	86,0	89,6

6.2 A Previdência Rural no Brasil

Até antes dos anos 70 havia uma maior concentração da população idosa, principalmente da população idosa feminina, nas áreas urbanas comparativamente à população total. Após essa década, apesar da população idosa ainda ter maior participação urbana, diminuem-se as diferenças entre o segmento idoso e a população total configurando um quadro de maior concentração de idosos no meio urbano relativamente à população feminina e de maior predomínio de idosos na área rural relativamente à população masculina, Berquó E., Baeninger R. (2000).

Ainda que quase 80% das pessoas idosas residam na zona urbana é de grande interesse conhecer como vivem os idosos no meio rural tendo em vista que são essas áreas as mais desprovidas de infra-estrutura social, Berquó E., Baeninger R. (2000).

No Brasil, em função do envelhecimento populacional e da escassez das fontes de financiamento, muito se tem discutido a respeito da crise econômica da previdência social.

A Previdência Social por ser um sistema constitucional é um sistema de direito social permanente, não se tratando de um programa que pode ser mudado a cada novo governo. Podemos pensar na previdência como um sistema baseado no direito de cidadania.

Em geral nos sistemas previdenciários o acesso é estabelecido através da contribuição prévia. Entretanto, no meio rural a realidade é bem diferente.

Os rendimentos das pessoas costumam ser irregulares ao longo da vida com periodicidades diferentes sem falar dos vários tipos de ocupação em que estiveram inseridas no decorrer da maior parte da vida como a agricultura familiar e algumas formas de parcerias.

Também os rendimentos médios domiciliares rurais são inferiores aos urbanos e o setor rural tem estado sempre sujeito às transformações estruturais profundas o que faz com que um sistema previdenciário dependente da capacidade contributiva rural seja inviável. Schwarzer (1999).

No início de sua implantação a atuação da previdência rural foi feita de uma forma mais assistencialista.

De maneira geral, o sistema de previdência social rural no Brasil tem se caracterizado mais por ser um modelo de prestação continuada de caráter mais assistencial e menos contributivo. Também não se pode dizer que o sistema previdenciário brasileiro rural seja estritamente assistencial, pois o benefício não é concedido em função de constatação de carência e sim pelo fato do segurado ter trabalhado na agricultura.

A previdência rural e conseqüentemente os benefícios concedidos são de vital importância na renda de muitos idosos e nos orçamentos de suas famílias, o que faz com que às vezes seja vista como um seguro de proteção social agrícola. Outras vezes, o sistema de previdência rural adquire caráter de programa de garantia de renda mínima no meio rural.

As mudanças ocorridas com a reforma da Constituição Brasileira em 1988 proporcionaram a integração da população rural e também o aumento do valor do benefício o que representou um saldo positivo na medida em que ameniza a pobreza rural, não somente das pessoas idosas, mas inclusive de suas famílias reduzindo, portanto, o percentual de domicílios abaixo do nível de indigência.

As mudanças ocorridas no sistema previdenciário rural além da melhoria no nível de renda das famílias com beneficiários também possibilitou uma revitalização da agricultura familiar.

Como as condições de reprodução do setor agrícola brasileiro sofreram transformações em função da extinção das políticas agrícolas intervencionistas que vigoraram durante a década de 80, houve uma ampliação das formas de “agricultura familiar”.

O sistema de seguridade que prevalecia no meio rural até o ano de 1988 conhecido como PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), concedia benefícios limitados como as aposentadorias por invalidez e por velhice equivalentes a meio salário mínimo e as pensões por morte equivalentes a 30% do salário mínimo. As aposentadorias por invalidez e velhice só eram concedidas ao chefe de família colocando as mulheres trabalhadoras rurais em um quadro de exclusão.

A Constituição de 1988 promoveu a universalização dos direitos de aposentadoria, ou seja, as trabalhadoras rurais que alcançassem 55 anos e os trabalhadores maiores de 60 seriam beneficiados com pelo menos 1 salário mínimo.

A constituição garantiu também o direito ao benefício de todas as mulheres trabalhadoras no domicílio independente de serem elas chefe ou não. Apesar da publicação efetiva dos direitos previdenciários ter ocorrido somente em 1991, este fato representou um avanço para as mulheres empregadas em atividades agrícolas rurais que em sua maioria começavam a trabalhar mais cedo e continuavam em idades mais avançadas.

Em geral há uma grande dificuldade em se contabilizar a contribuição do trabalho feminino rural, o que faz com que muitas vezes a taxa de ocupação encontrada entre as mulheres rurais esteja subestimada. O trabalho da mulher rural é captado na categoria “conta-própria em atividade agro-pecuária” próprios das economias rurais empregadoras de mão-de-obra familiar. Muitas vezes a trabalhadora rural se declara como sem ocupação, mas na realidade é ela a responsável pelo estabelecimento rural.

Em 1993 as aposentadorias rurais por idade das mulheres correspondiam a 2/3 do total das aposentadorias rurais. Provavelmente isto se deve à entrada de grande volume das mulheres no sistema como trabalhadoras rurais, constituída não só daquelas que atingiam a idade, mas também daquelas que estavam se aposentando tardiamente e que constituíam uma demanda reprimida.

Entre 1992 e 1994 houve um aumento na concessão de aposentadorias por idade e nas pensões por morte de 88% e 10,3% respectivamente. Em 1993 de cada 3 aposentadorias rurais por idade, 2 eram concedidas às mulheres e atualmente o excedente feminino em aposentadorias fica em torno de 30% a mais que os homens.

Este fato reflete principalmente o efeito demográfico de maior participação feminina entre o segmento idoso, mas também o fato da mulher trabalhadora rural receber seu benefício 5 anos antes do que os homens.(Silva, E. 2000).

Em síntese, os principais avanços trazidos pela Constituição de 1988 foram: a possibilidade de recebimento de mais de um benefício de prestação continuada (aposentadoria e pensão por morte) e a possibilidade de ter em uma mesma família mais de um beneficiário da previdência rural.

A aposentada rural quando se vê sozinha seja por viuvez ou por separação tem que assumir a chefia do domicílio com o mesmo número de dependentes. Nesse sentido poder acumular os benefícios da aposentadoria e da pensão por morte (viuvez) significa a possibilidade de sustentação econômica da família frente à perda do companheiro.

6.3 Crescimento da população rural X Crescimento das Aposentadorias e Pensões Rurais

A população idosa urbana cresceu entre 1990 e 1999 mais de 50% enquanto que a população rural cresceu pouco mais de 5%.

Pensando-se na evolução da população idosa descoberta de qualquer sistema previdenciário, concluímos através dos dados, que a previdência social desempenhou um papel fundamental na década de 90, não só por este grupo mais desprotegido ter crescido menos na zona urbana comparativamente ao crescimento da população idosa urbana, como também apresentando taxas declinantes de crescimento da população idosa rural sem aposentadoria ou pensão (inclusive em números absolutos).

No início da década, 20,4% dos idosos rurais não recebiam benefícios de aposentadoria. No final da década esta participação cai quase pela metade, contabilizando 10,4% dos idosos rurais descobertos pelo sistema de previdência.

Já para os idosos urbanos, em 1990 haviam 19,2% não contemplados com os benefícios previdenciários e em 1999 houve uma pequena redução de 3,2%.

Os dados revelaram que a população idosa rural não beneficiária do sistema previdenciário foi reduzida em 47% enquanto que a população idosa rural cresceu 5%. A população idosa urbana não beneficiária cresceu 26% no período, ao passo que a população idosa urbana total cresceu mais de 50%. (Tabela 6.2 e 6.3).

Este fato foi possível graças à promulgação da Constituição de 1988 que definiu a universalização dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, além de elevar o valor do benefício para um salário mínimo.

Neste sentido, as mudanças na Previdência Social a partir da Constituição de 1988¹⁰ possibilitaram um grande avanço para as mulheres trabalhadoras em atividades agrícolas, independente da mulher ser chefe do domicílio ou não. Pelo antigo sistema, quando o marido já era aposentado rural, ainda que a esposa fosse também trabalhadora, apenas um benefício era concedido.

Tabela 6.2 Proporção de Idosos não aposentados

	População Idosa		População Idosa não aposentada		Percentual da população idosa não aposentada sobre o total da população idosa (%)	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999
Rural	1.925.670	2.029.628	393.021	210.138	20,4	10,4
Urbano	5.230.694	7.897.482	1.003.089	1.264.615	19,2	16,0
Total	7.156.364	9.927.110	1.396.110	1.474.753	19,5	14,9

Tabela 6.3 Crescimento da população idosa e da população idosa não aposentada

	Crescimento da população idosa (%)	Crescimento da população idosa não aposentada (%)	Taxa geométrica crescimento anual da população idosa (%)	Taxa geométrica crescimento anual da população idosa não aposentada (%)
	90/99	90/99		
Rural	5,4	-46,5	0,72	-0,92
Urbano	51,0	26,1	0,93	0,86
Total	38,7	5,6	0,90	0,73

¹⁰ A publicação efetiva dos direitos previdenciários só ocorreu no ano de 1991

6.4 Nível de cobertura previdenciária dos idosos por tipo de família

A tabela 6.4 apresenta o nível de cobertura previdenciária dos idosos entre 1990 e 1999 por tipo de família. Os menores percentuais de cobertura previdenciária estão mais associados às idosas urbanas casadas, vivendo apenas com o marido ou também com os filhos. Essas mulheres provavelmente não puderam se aposentar por não terem contribuído ao sistema no decorrer da vida, resultado de uma vida dedicada à família e ou de terem exercido atividades do setor informal.

É possível notar que houve declínio da proporção de homens idosos aposentados tanto urbanos quanto rurais na condição de parente. Isto não deve ter significado que houve um retrocesso no nível de cobertura previdenciária. Ao contrário, provavelmente ficaram mais independentes com relação aos rendimentos deixando de fazer parte das famílias na condição de parente e incrementando a participação nos outros arranjos familiares.

O incremento mais marcante na proporção de aposentados e pensionistas ocorreu com as idosas rurais casadas, tanto com as que não co-residiam com os filhos como aquelas que co-residiam. Em 1990, das idosas rurais casadas, aproximadamente metade eram contempladas com aposentadorias ou pensões. Em 1999, mais de 80% delas puderam ter acesso ao benefício da previdência. (Tabela 6.4).

Tabela 6.4 Proporção de aposentados e ou pensionistas por tipo de família

Proporção de pessoas idosas aposentadas e ou pensionistas por tipo de família (%)						
urbano	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	87,5	89,2	92,2	92,7	93,3	94,1
casal	92,5	93,0	92,8	43,7	53,2	59,0
casal + fil/par/o	86,3	88,2	87,3	37,1	46,9	51,2
monopar + /par/o	90,7	92,5	91,0	90,3	91,7	92,3
parente	89,2	84,4	86,7	86,1	84,4	87,2
outro	86,7	92,1	88,0	80,0	80,5	83,1
total	88,9	90,2	89,9	74,6	76,9	79,7
rural	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	88,1	91,4	86,5	94,9	93,7	94,3
casal	90,2	92,5	91,4	50,7	75,8	80,3
casal + fil/par/o	81,4	90,2	89,8	45,0	75,9	86,4
monopar + /par/o	83,0	88,4	88,7	90,6	94,7	95,5
parente	92,0	91,9	86,2	90,6	91,4	92,0
outro	90,7	89,1	91,8	74,8	86,9	91,0
total	86,2	90,8	89,8	72,9	86,0	89,6

6.5 Distribuição dos idosos pela origem dos rendimentos segundo sexo e situação de domicílio urbano-rural

Com o propósito de se analisar a natureza das fontes de rendimentos do idoso, considerando-se a condição de atividade conjuntamente com o fato dele já estar aposentado ou não, criamos para o período analisado, uma variável para designar a origem de sua fonte de recursos financeiros contemplando quatro categorias, a saber:

- Quando o idoso não tem rendimentos, ou tem rendimentos provenientes de outras fontes que não sejam nem do trabalho e nem da aposentadoria e ou de pensão¹¹
- Quando sua fonte de rendimentos depende exclusivamente de seu trabalho
- Quando seus recursos financeiros dependem de rendimentos do trabalho somados aos rendimentos de aposentadoria e ou da pensão.
- Quando o idoso conta exclusivamente com recursos de aposentadoria e ou pensão, ou seja, recursos do sistema de seguridade social¹².

A proporção de aposentados que ainda trabalhavam praticamente se manteve constante durante o período pesquisado. Como já foi visto no capítulo anterior, em 1990 quase 17% dos idosos aposentados eram ativos passando para 18% em 1999.

Entretanto quando se analisa por situação de domicílio o quadro muda. Entre as idosas rurais o impacto do crescimento das aposentadorias foi maior. A proporção de idosas que trabalhavam passou de menos de 6% para quase 17% do total de idosas rurais. Os homens idosos rurais aposentados que ainda trabalhavam passaram de 41% para pouco mais de 49% de participação. (Gráficos 6.6 e 6.7).

Em contrapartida, constata-se uma queda relativa na participação dos idosos que recebem benefícios exclusivamente das aposentadorias e ou das pensões. Em

¹¹ Em geral a maioria dos idosos nesta categoria, não tem rendimentos mesmo, pois os que recebem doações ou outras formas de financiamento são muito poucos além dos valores serem baixíssimos.

¹² Entre os benefícios da previdência social, estudos prévios mostram que a população não consegue diferenciar os benefícios previdenciários recebidos por tipo, ou seja, é difícil fazer a separação entre benefícios previdenciários, assistenciais e acidentários.

1990, 44,9% dos idosos rurais tinham como fonte de recursos exclusivamente as aposentadorias em 1999 passaram a representar 40,4%.

O incremento no número de aposentadorias e pensões destinadas à população feminina idosa rural beneficiou as idosas que não tinham rendimentos e as idosas que obtinham renda apenas do trabalho, porém a maior redução ocorreu entre aquelas sem rendimentos.

Aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos idosos e idosas urbanas tinham como fonte de recursos apenas os benefícios previdenciários tanto no ano de 1990 quanto no ano de 1999. (Gráficos 6.4 e 6.5).

No caso das idosas urbanas, o incremento na participação das aposentadas ocorreu tanto pelo aumento daquelas que recebiam seus rendimentos exclusivamente das aposentadorias e pensões, como daquelas que além de receber estes benefícios, ainda obtinham rendimentos fruto do trabalho.

De uma maneira geral, o avanço conquistado através da expansão da cobertura previdenciária possibilitou uma proteção maior de idosos excluídos, seja porquê não tinham rendimentos e passaram a ter, ou porquê contavam apenas com a renda de seu trabalho e agora podem contar com a renda adicional da aposentadoria. (Gráficos 6.2 e 6.3).

Entretanto, no caso dos homens e principalmente na área rural, o que se observou é que o contingente de aposentados exclusivamente vem sofrendo um ligeiro decenso ao longo da década, ao contrário das mulheres onde a tendência é de crescimento.

Portanto, o avanço da cobertura previdenciária teve um impacto considerável, sobretudo na zona rural e não representou uma oportunidade para os idosos cessarem a atividade laboral.

Isto sugere algumas hipóteses:

- Ainda que ainda que se reconheça o avanço da previdência, observado através do crescimento da cobertura de aposentados e pensionistas, os valores dos benefícios, em sua maioria muito baixos, provavelmente não possibilita que o

segurado deixe de trabalhar, ou se ele já deixou o trabalho há maiores possibilidades de retornar.

- Pode estar ocorrendo na realidade um "crescimento no nível de aposentadorias dos ativos". Que é o caso das pessoas que trabalham e em algum momento de suas vidas, quando a elegibilidade para a aposentadoria é cumprida, se aposentam sem na realidade terem parado de trabalhar, ou seja, a possibilidade da aposentadoria não as tornaria inativas.

Este último ponto é determinado pelo crescimento acelerado nas décadas passadas e pelo aumento da longevidade das coortes.

Vale lembrar que o caso brasileiro é raro. Na maioria dos países a legislação não permite que o indivíduo se aposente e continue no mercado de trabalho. No entanto, no Brasil os idosos com maior grau de escolaridade são os que se aposentam mais cedo e que tem maiores chances de continuar trabalhando.

De acordo com Liberato (2002), durante o período de 1978 a 1999, houve aumento do número médio de anos de estudo para os aposentados urbanos ativos, mais do que para os aposentados urbanos inativos (que também aumentou) e, sobretudo para as mulheres.

Provavelmente este quadro deve influenciar na elevação da pressão na demanda por postos de trabalho da população mais jovem, seja pelo adiamento da aposentadoria ou pelo crescimento da atividade dos idosos.

De acordo com Wajnman et alli (1999), são os idosos que exercem atividades por conta-própria os que mais demoram a deixar a atividade laboral. No caso da tendência observada, sobretudo no rural, dos idosos continuarem a trabalhar apesar de já estarem aposentados, vem de encontro a esta afirmação, pois a maioria exerce atividades agrícolas como trabalhadores conta-própria e na verdade não cessam suas atividades mesmo quando se aposentam.

O que aconteceu na realidade, foi que a ampliação da cobertura previdenciária, cujo impacto maior se deu na zona rural, permitiu um incremento na renda, funcionando de fato como um elemento a mais protetor da renda.

Na busca por explicações para o aumento das taxas de atividades dos idosos, principalmente no caso dos aposentados, Liberato (2002) afirma que há uma relação positiva entre a escolaridade e as taxas de atividade dos aposentados. Segundo a autora, este fato permite sugerir que o crescimento da escolaridade da população aposentada seja um dos fatores que tenha propiciado o aumento das taxas de atividade dos aposentados entre os anos 80 e os 90.

Gráfico 6.2

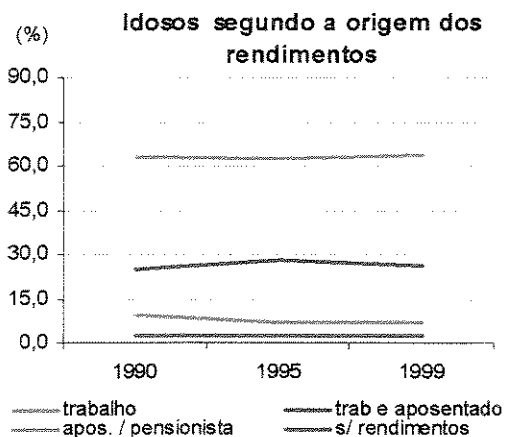


Gráfico 6.3

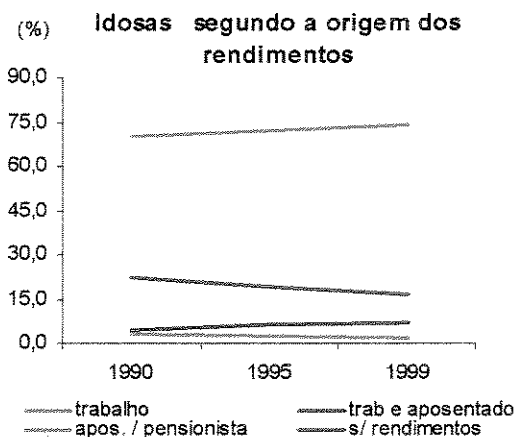


Gráfico 6.4

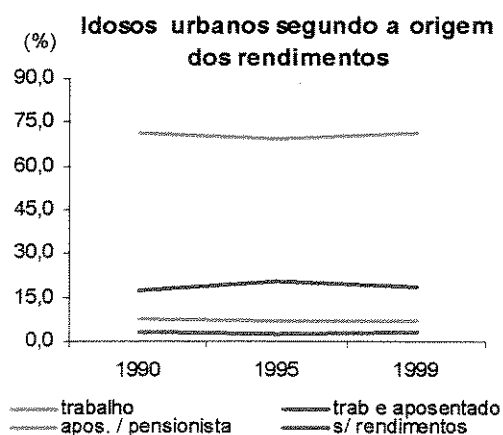


Gráfico 6.5

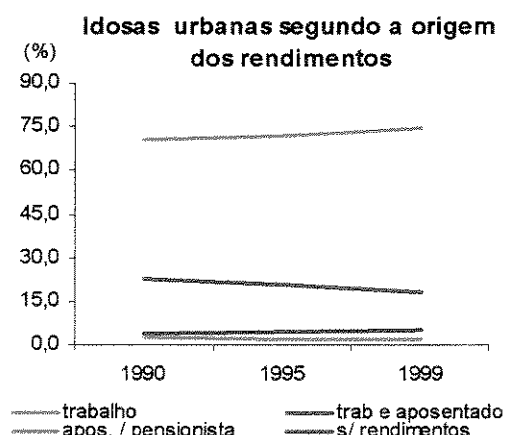
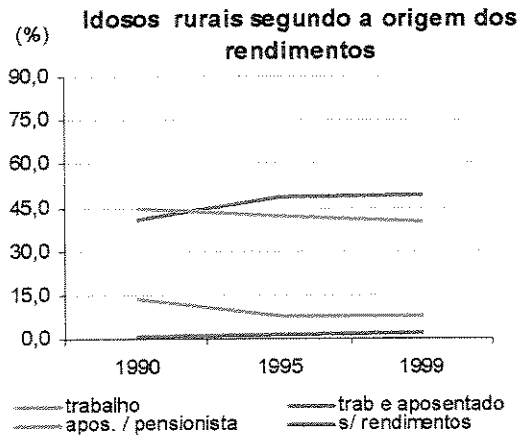
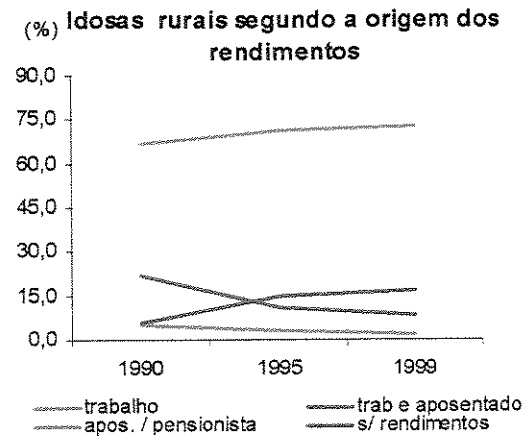


Gráfico 6.6**Gráfico 6.7**

6.6 Distribuição dos Idosos por origem dos rendimentos e faixa etária

Para estudar o que acontece com a natureza dos rendimentos das pessoas idosas à medida que a idade avança, optamos por trabalhar com o ano de 1999.

Como seria de se esperar, nas idades mais avançadas há maiores chances da natureza dos rendimentos depender exclusivamente das aposentadorias ou pensões, pois as chances dos idosos mais velhos trabalharem diminuem. (Gráficos 6.8 e 6.9). No caso das idosas, urbanas e rurais, cai conforme a idade aumenta, a probabilidade da idosa não ter rendimentos. Isto é resultado do aumento da viuvez que acarreta o crescimento da participação das idosas que recebem benefícios de pensões por morte. (Gráficos 6.11 e 6.13).

Com os idosos rurais, nota-se um incremento mais acentuado da proporção dos exclusivamente aposentados a partir dos 75 anos, quando diminuem as chances dele ter rendimentos do trabalho.

Gráfico 6.8

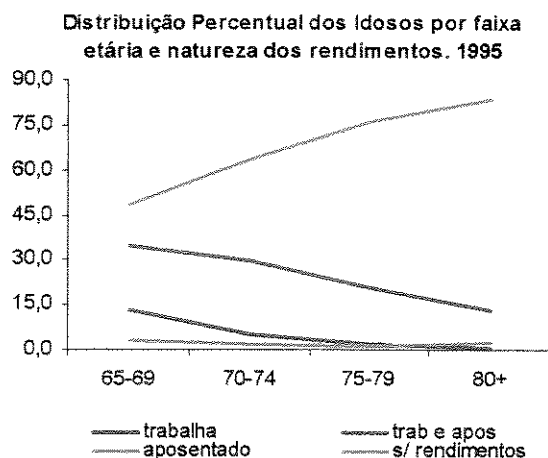


Gráfico 6.9

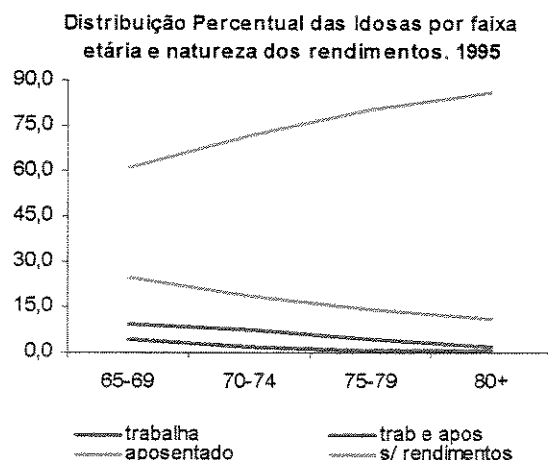


Gráfico 6.10

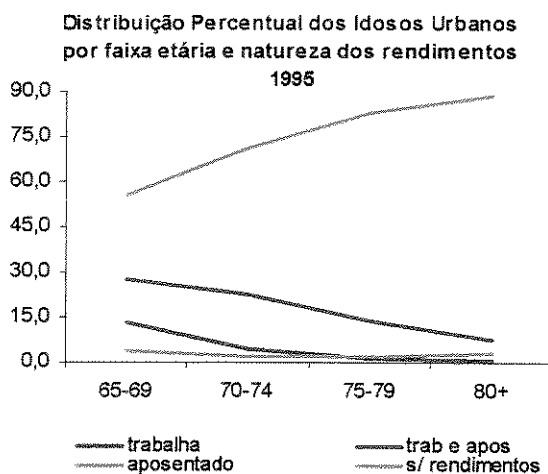


Gráfico 6.11

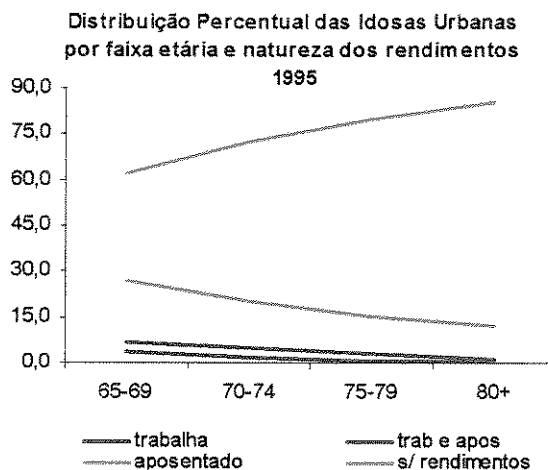


Gráfico 6.12

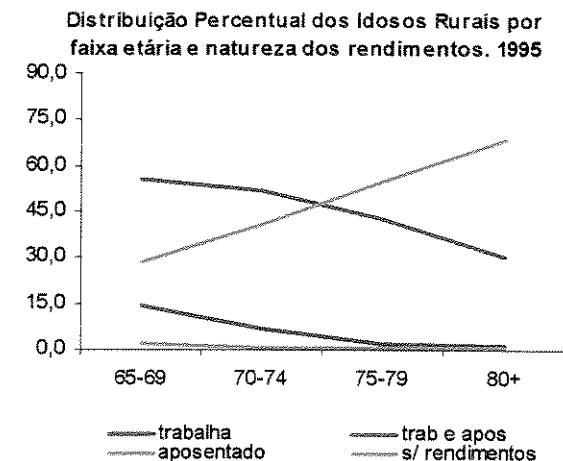
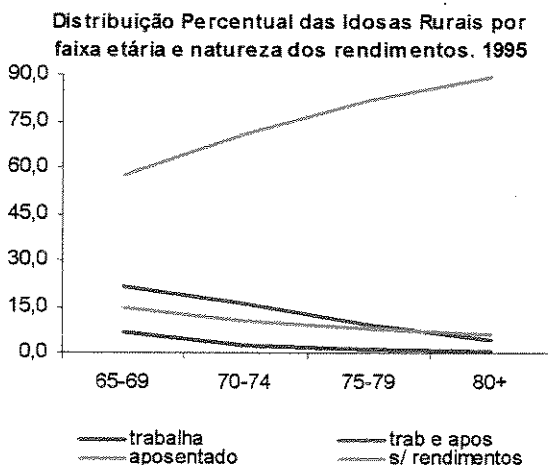


Gráfico 6.13



6.7 Distribuição dos idosos por origem dos rendimentos e cor

Como já foi observada, a proporção de pessoas idosas negras em 1999 correspondeu a 38%. A participação de idosos, homens e mulheres, negros na zona rural, superou a participação de negros entre os idosos urbanos. Dos idosos rurais, 52% eram negros em 1999 contra 34% da zona urbana.

Tabela 6.5 Proporção de negros entre os idosos

Proporção de negros entre os idosos 1999 (%)			
	Idosos	Idosas	Total
Urbano	34,5	33,6	34,0
Rural	52,6	51,2	52,0
Total	38,9	36,7	38,0

Nos gráficos a seguir, estão representadas as distribuições dos idosos e idosas, urbanos e rurais, segundo a origem dos rendimentos. Dentro de cada categoria da origem dos rendimentos, temos a proporção de idosos negros e não negros somando 100%.

Como já foi visto também, a maioria dos homens idosos, ou seja, 74% deles dependem exclusivamente da aposentadoria, 26,1% tem como fonte de recursos a aposentadoria e o trabalho, 7,3% dependem exclusivamente do trabalho e 2,8% não tem rendimentos.

Entre as idosas, 74,4% dependiam exclusivamente dos benefícios previdenciários, 16,6% não tinham rendimentos, 7% dependiam dos rendimentos do trabalho e da previdência e apenas 2% das idosas contava com rendimentos apenas do trabalho. Para a maioria dos idosos e idosas, os benefícios da previdência são, portanto a principal fonte de recursos.

Entretanto, os homens idosos negros estão sobre-representados entre aqueles que:

- Dependiam exclusivamente do trabalho representando 47,8%,
- Dependiam do trabalho e da aposentadoria representando 42,2%
- Não tinham rendimentos representando 48,9%

comparativamente à proporção de homens negros no total de idosos, que correspondeu a 38,9% em 1999.

Analogamente, as idosas negras estão sobre-representadas entre aquelas que:

- dependiam exclusivamente do trabalho, 48,5%
- dependiam do trabalho e da aposentadoria representando 42,5%

em relação à participação de negras entre o total de idosas, que correspondeu a 36,7% em 1999.

Entre os homens idosos urbanos, há uma sobre-representação de negros entre os que não tem rendimentos. Apesar dos homens idosos rurais que não tem rendimentos serem proporcionalmente poucos, é nesta categoria que encontramos a maior proporção de pessoas negras.

No caso das idosas, também há uma sobre-representação de negras entre aquelas que dependem dos rendimentos do trabalho. Ao contrário dos idosos, a categoria das idosas que não tem rendimentos, não é tão pequena. É nesta categoria que encontramos maior proporção de idosas não negras.

Este fato, certamente decorre das maiores probabilidades que as idosas não negras tem de viver em arranjos como esposa ou como parentes em outras famílias, que são os arranjos familiares onde temos as menores proporções de idosas que trabalham.

De uma forma geral, pode-se dizer que os idosos negros estiveram mais associados à dependência dos recursos do trabalho, enquanto que os não negros estão mais associados a ter como fonte de rendimentos os benefícios previdenciários. (Gráficos: 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18 e 6.19).

Gráfico 6.14

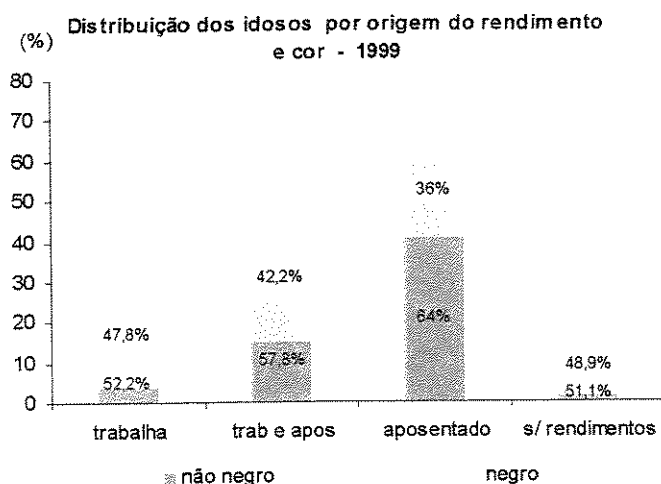


Gráfico 6.15

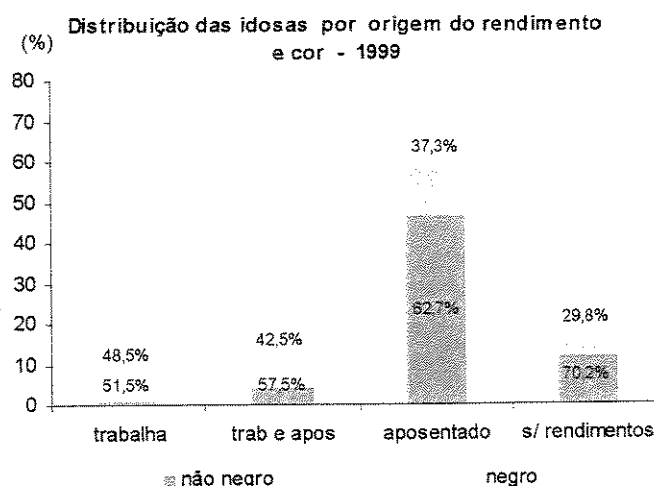


Gráfico 6.16

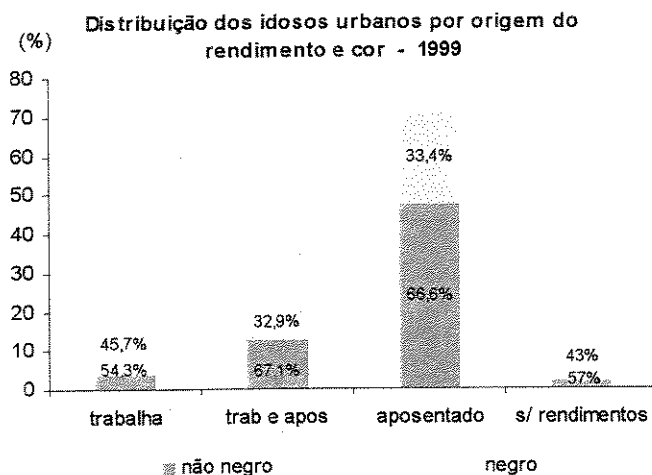


Gráfico 6.17

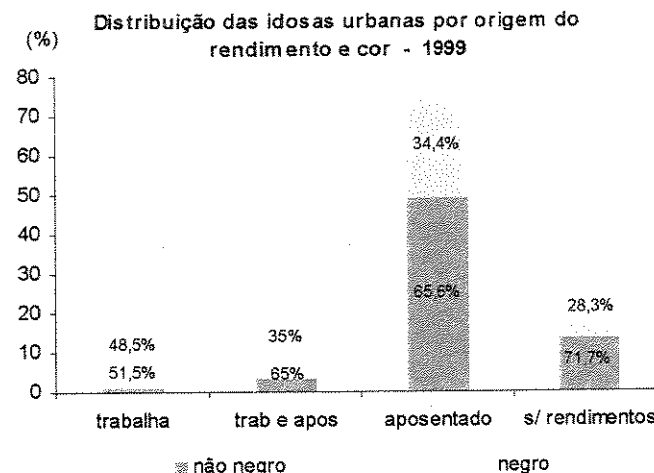


Gráfico 6.18

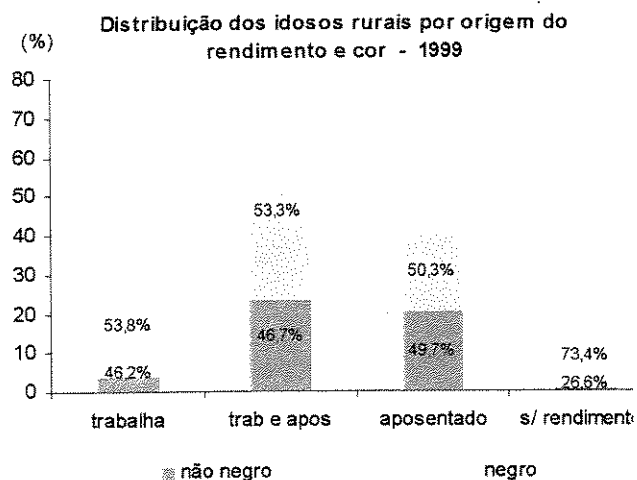
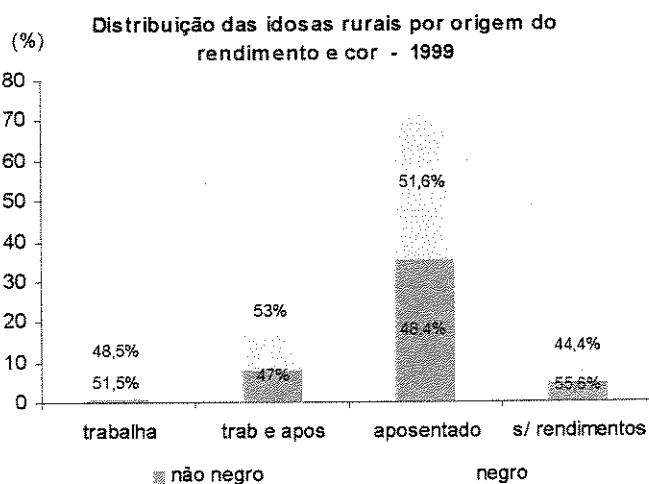


Gráfico 6.19



6.8 Distribuição dos Idosos por origem dos rendimentos e arranjo familiar segundo faixa etária

Para se estudar a distribuição dos arranjos familiares dos idosos focalizando a natureza de seus rendimentos em alguns estágios da vida, consideramos o ano de 1999 e os recortes etários: 65 a 69 anos, 70 a 74 anos e os maiores de 75 anos.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos arranjos familiares dos idosos em cada um dos recortes etários, considerando a origem dos rendimentos, ou seja, para cada tipo de família do idoso apresenta-se a distribuição da origem dos rendimentos de forma a somar 100% dentro de cada barra representativa do arranjo familiar em que o idoso pode estar inserido.

Independente da idade, a maioria dos homens idosos, como já foi visto, encontra-se nas famílias do tipo casal sem filhos e casal com filhos. Entretanto, na medida em que vão se tornando mais velhos diminuem as probabilidades de pertencerem a famílias do tipo casal com filhos e de ter rendimentos exclusivamente do trabalho ou do trabalho e da aposentadoria, aumentando, portanto, as chances de terem rendimentos exclusivamente das aposentadorias. (Gráficos 6.20, 6.22 e 6.24).

As maiores probabilidades dos homens idosos terem rendimentos do trabalho, sendo ou não aposentados, relaciona-se a famílias do tipo casal com ou sem filhos onde o idoso exerce a chefia.

Entre as idosas, conforme ficam mais velhas aumentam-se as chances dela não estar casada e ir morar sozinha ou morar como parente.

São as idosas mais jovens casadas, co-residindo ou não com filhos as mais prováveis de não terem rendimentos e acabam dependendo financeiramente dos rendimentos do marido e ou dos filhos.

Assim como no caso masculino, com o aumento da idade, crescem as chances da idosa depender exclusivamente dos benefícios das aposentadorias e ou pensões.

Apesar da proporção de unidas cair com o aumento da idade, ainda existem 30% entre as casadas vivendo com filhos e 33% entre as casadas sem filhos que não rendimentos. A idosa mais velha, quando não tem rendimentos tem maiores chances, se não está casada, de viver como parente. (Gráficos 6.21, 6.23 e 6.25).

Distribuição dos Idosos por origem do rendimento

Gráfico 6.20

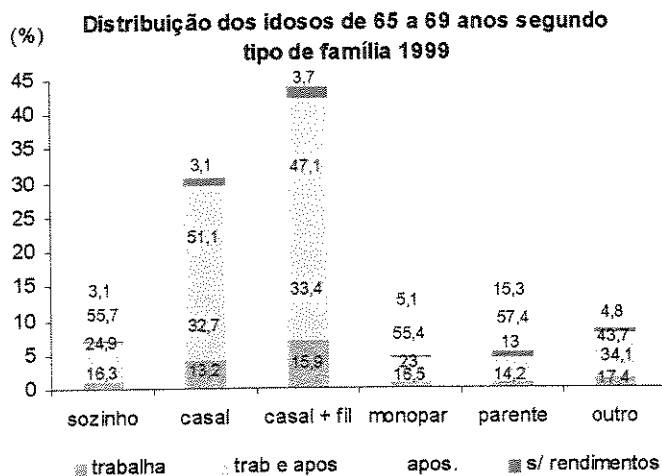


Gráfico 6.21

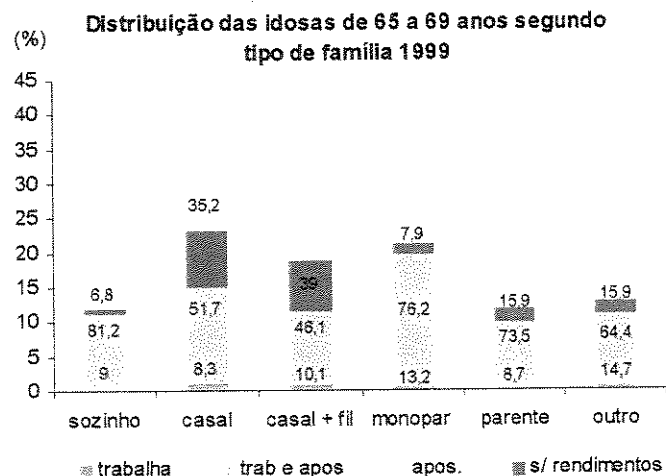


Gráfico 6.22

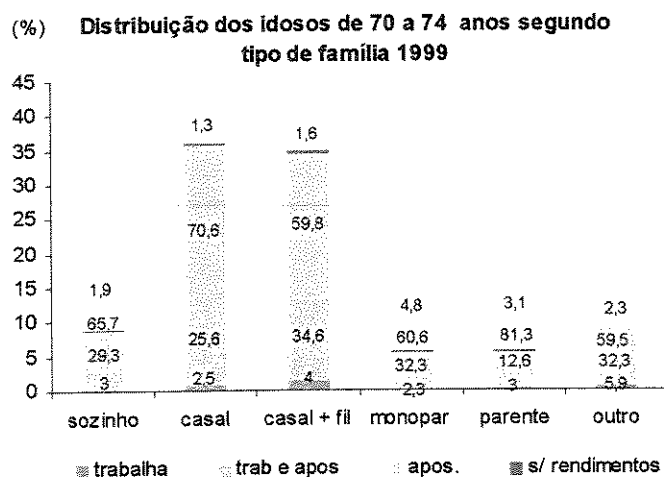


Gráfico 6.23

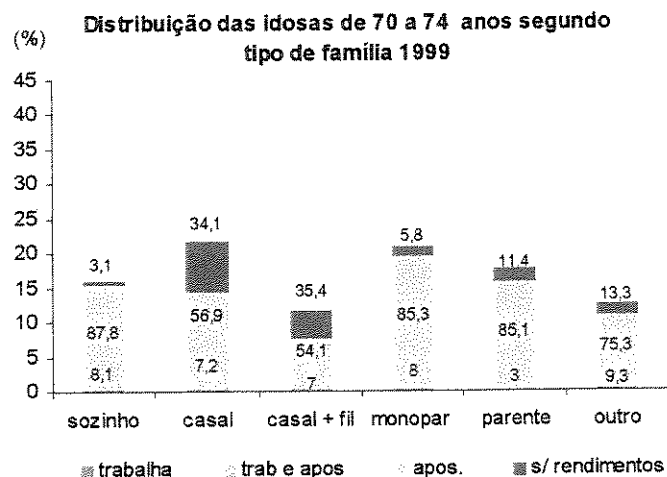


Gráfico 6.24

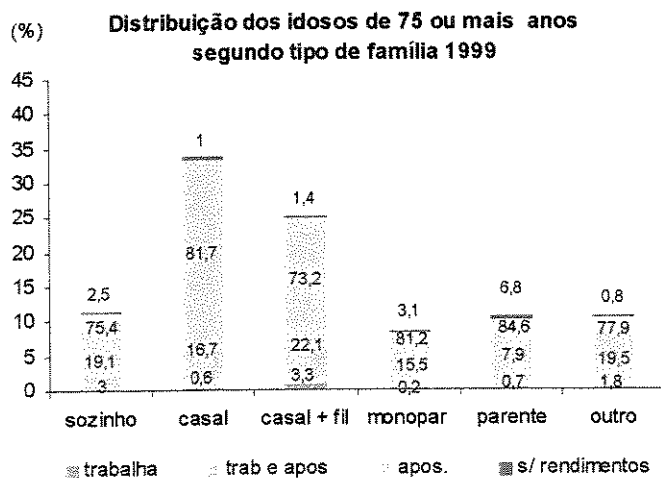
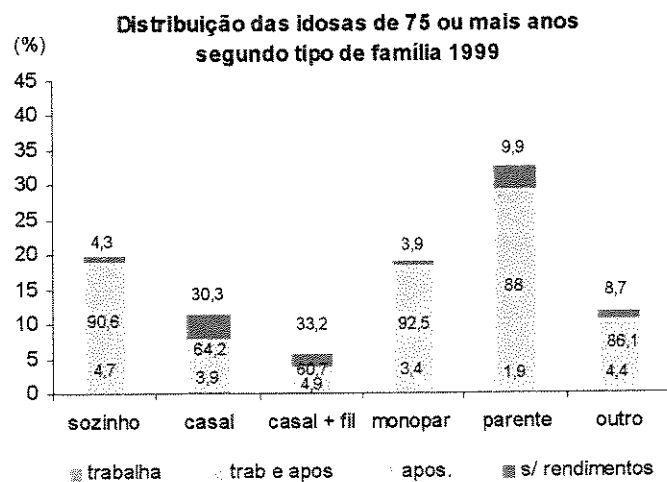


Gráfico 6.25



6.9 O impacto dos rendimentos das aposentadorias e pensões na renda familiar dos idosos beneficiários da Previdência

A tabela 6.5 apresenta a renda familiar total mediana dos idosos beneficiários do sistema de previdência social medida em salários mínimos.

Os dados referem-se à renda familiar total dos idosos aposentados e pensionistas em salários mínimos decomposta em renda proveniente dos benefícios de aposentadoria e ou pensão e a renda oriunda de outras fontes como o trabalho do idoso ou de outros membros da família, de doações, de aluguéis ou outras fontes de recursos.

Os dados mostraram que entre 1990 e 1999 houve aumento da renda familiar¹³ no caso dos idosos beneficiários da previdência social que representavam mais de 85% do total de idosos em 1999.

O aumento da renda mediana familiar dos idosos aconteceu efetivamente em função do aumento da cobertura e dos valores dos benefícios recebidos da aposentadoria e ou pensões, pois a renda familiar mediana proveniente de outras fontes caiu entre o início e o final do período.

Na zona rural, tanto no caso dos homens quanto no caso das mulheres, beneficiárias, os maiores aumentos na renda familiar total observados no período em estudo ocorreram na situação em que o idoso é chefe ou cônjuge de família do tipo casal sem filhos ou de casal com filhos e ou parentes e ou agregados.

As maiores quedas na renda familiar total registradas, aconteceram com os idosos urbanos chefiando arranjos monoparentais, vivendo como parentes ou em "outros" arranjos e com as idosas urbanas na condição de parente.

Apesar da constatação da queda na renda familiar nestes tipos de família, o que se observa é que ocorreu um aumento na renda proveniente dos benefícios previdenciários, evidenciando desta forma que houve de fato queda nos outros rendimentos que compõem a renda familiar nesses arranjos específicos.

¹³ renda medida em salários mínimos e tomados os valores das medianas nas respectivas categorias familiares, por sexo e situação urbana e rural.

Por fim, a tabela também revela como evoluiu a participação dos benefícios da previdência como proporção da renda familiar.

No caso dos casais rurais sem filhos conviventes, onde pelo menos um dos cônjuges é idoso, houve um pequeno decréscimo da participação relativa das aposentadorias e ou pensões na renda familiar que muito provavelmente se explica pela tendência crescente dos idosos que se aposentam continuarem trabalhando, aumentando o peso relativo dos rendimentos do trabalho e conseqüentemente reduzindo a participação proporcional dos rendimentos de aposentadoria, ainda que tenha havido incrementos nos valores dos benefícios no período estudado.

Os maiores aumentos no peso relativo das aposentadorias e pensões na renda familiar total aconteceram com os idosos chefes de famílias monoparentais ou chefes de famílias constituídas de casal com filhos e ou parentes. No caso das idosas rurais os maiores incrementos na contribuição relativa de suas aposentadorias ou pensões no total da renda familiar aconteceram nas famílias onde ela é a chefe de um arranjo monoparental ou quando ela se encontra na condição de parente. (Tabela 6.6)

Tabela 6.6 – Renda Familiar decomposta em renda da previdência e de outras fontes segundo arranjo familiar e situação de domicílio

Renda familiar total das pessoas idosas								
Parte da renda familiar total cuja natureza são benefícios da previdência das pessoas idosas								
Valores medianos em salários mínimos								
Tipo de Família	Idosos Urbanos		Idosos Rurais		Idosas Urbanas		Idosas Rurais	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999	1990	1999
Unipessoal	0,9	1,0	0,5	1,0	0,9	1,0	0,5	1,0
Casal	1,8	2,2	0,9	2,0	1,5	2,0	1,0	2,0
Casal / f / p / o	1,3	2,0	0,5	2,0	1,4	2,0	1,0	2,0
Monoparentais	1,0	1,3	0,5	1,0	1,0	1,5	0,5	1,0
Parente	1,0	2,0	0,5	1,0	1,1	2,0	0,5	1,0
Outro	1,7	2,0	1,0	2,0	1,0	2,0	0,9	2,0
Total	1,3	2,0	0,5	2,0	1,0	2,0	0,7	2,0
Parte da renda familiar total que não vem da previdência (renda de trabalho, doações, etc)								
Valores medianos em salários mínimos								
Tipo de Família	Idosos Urbanos		Idosos Rurais		Idosas Urbanas		Idosas Rurais	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999	1990	1999
Unipessoal	0,1	0,3	0,1	0,0	0,1	0,4	0,0	0,0
Casal	0,7	0,8	0,1	0,0	0,5	0,7	0,1	0,1
Casal / f / p / o	3,8	3,3	1,6	0,9	3,0	2,4	0,9	1,2
Monoparentais	3,0	2,6	1,3	1,0	2,4	2,1	1,0	1,1
Parente	5,3	3,4	2,3	2,0	5,8	3,9	2,1	2,0
Outro	1,8	1,4	0,5	0,4	1,3	0,6	0,2	0,0
Total	2,3	1,9	1,0	0,4	2,1	1,3	0,8	0,2
Renda Familiar Total Mediana em salários mínimos (A+B)								
Tipo de Família	Idosos Urbanos		Idosos Rurais		Idosas Urbanas		Idosas Rurais	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999	1990	1999
Unipessoal	1,0	1,3	0,6	1,0	1,0	1,4	0,5	1,0
Casal	2,5	3,0	1,0	2,0	2,0	2,7	1,1	2,1
Casal / f / p / o	5,1	5,3	2,1	2,9	4,4	4,4	1,9	3,2
Monoparentais	4,0	3,8	1,8	2,0	3,3	3,6	1,5	2,1
Parente	6,3	5,4	2,8	3,0	6,9	5,9	2,6	3,0
Outro	3,5	3,4	1,5	2,4	2,3	2,6	1,2	2,0
Total	3,6	3,9	1,5	2,4	3,1	3,3	1,5	2,2
Participação percentual dos rendimentos da previdência social na renda familiar total dos idosos aposentados e ou pensionistas - (valores da mediana) - A/(A+B)								
Tipo de Família	Idosos Urbanos		Idosos Rurais		Idosas Urbanas		Idosas Rurais	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999	1990	1999
Unipessoal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casal	100,0	100,0	93,8	90,2	100,0	100,0	100,0	96,3
Casal / f / p / o	36,9	50,2	33,5	59,4	48,5	59,2	56,4	64,5
Monoparentais	33,1	50,0	33,3	63,0	37,5	50,0	45,3	60,2
Parente	20,0	35,2	24,2	43,0	23,2	39,9	27,4	51,1
Outro	76,9	87,1	55,6	79,5	85,3	100,0	75,4	87,2
Total	61,7	75,8	49,2	73,1	56,0	74,2	58,3	75,4

6.10 Evolução do percentual de contribuintes e beneficiários da previdência segundo o perfil etário

Muito debatida ultimamente na mídia, a reforma da Previdência Social suscita várias questões que tocam em várias dimensões, na maioria das vezes, tornando-se um tema espinhoso sem conseguir um consenso quanto à caracterização da crise e as possíveis mudanças no intuito de se obter o equilíbrio atuarial do sistema.

De acordo com Matijascic (2000), uma das vertentes das várias visões da crise diz respeito à estruturação do sistema e aponta como problema principal a generosidade do plano de benefícios.

Segundo este autor, a manutenção do atual sistema é impraticável. O sistema atual proporciona subsídios injustificáveis. Dentre eles, o autor destaca: a não necessidade de uma idade mínima para obtenção do benefício e nas situações onde existe o critério da idade mínima para a aposentadoria, há a possibilidade de uma redução do número de anos de contribuição, a possibilidade de antecipação da elegibilidade para alguns segmentos como as mulheres, os trabalhadores rurais e os professores.

Apenas a título de ilustração, de acordo com os dados de Matijascic (2000), a duração média do benefício de um homem nos países da OCDE¹⁴ é de 15,2 anos, no Brasil a média é de 17,5 anos e a duração média dos benefícios femininos nos países da OCDE é de 18,6 anos e no Brasil corresponde a 20 anos.

Por outro lado, ao analisarmos pelo lado das contribuições, uma elevação nas alíquotas não seriam bem aceitas. No caso do Brasil as alíquotas de contribuições já são bastante elevadas em torno de 31% enquanto que em países como a Alemanha e Estados Unidos equivalem a 19,5% e 12,4% respectivamente, além do que alíquotas muito altas estimulam a evasão, a sonegação e não incentivam novas adesões.

Com a rapidez do processo de envelhecimento populacional o desajuste só tende a se agravar. Mas o problema central parece estar mais relacionado à eliminação das

¹⁴ A OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, agrega alguns dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo.

perdas de arrecadação¹⁵ e ao incremento do número de contribuintes do que a uma questão demográfica.

A reforma da Previdência Social passa necessariamente pelo estabelecimento de um novo contrato de direitos e obrigações. Apesar de ser um tema controverso, a eliminação dos direitos adquiridos, no caso dos regimes especiais, em benefício da coletividade é uma questão primordial a ser resolvida pela sociedade e pelo governo.

As grandes distorções do sistema previdenciário brasileiro acabam por descaracterizar a especificidade do sistema. Sem deixar de reconhecer que a previdência possibilitou melhorias para boa parte da população brasileira, como por exemplo, no caso das aposentadorias rurais, o sistema previdenciário deveria fazer jus à sua natureza, ou seja, deveria ser um sistema no qual participassem de fato as pessoas que realmente pagam, e que se vinculassem a ele por uma condição primordial que é a perda da capacidade laborativa. Ocorre que o sistema acaba muitas vezes funcionando como programa de distribuição de renda, que apesar de seus logros louváveis, deveria fazer parte da Seguridade Social, através da Assistência Social e que em última análise pode gerar efeitos como o não incentivo de novas adesões, pois se o indivíduo pode no futuro obter benefícios constatada a situação de carência por que ele teria interesse em contribuir no presente ?

Nesse sentido é imperativo que se revejam questões de financiamentos e critérios de elegibilidade como no caso das aposentadorias do regime especial da previdência¹⁶ que proporcionalmente são responsáveis pela maior parte do déficit da previdência.

A seguir apresentamos a evolução do percentual de contribuintes e beneficiários da previdência segundo o perfil etário entre 1990 e 1999.

¹⁵ As perdas de arrecadação aconteceram principalmente em função da criação do Fundo Social de Emergência, hoje conhecido como DRU, o qual desvinculou recursos da Previdência, ao aumento da sonegação em função da subdeclaração de faturamento e à Renúncia Fiscal. Esta última, trata-se de artifício jurídico para a isenção total ou parcial das contribuições dos trabalhadores sobre a folha salarial. Matijascic, 2000.

¹⁶ Regime da previdência que atende ao funcionalismo federal, estadual e municipal e os militares.

Constatamos que houve uma queda considerável das contribuições feitas pelas pessoas residentes na zona urbana entre o começo e o final do período estudado.

Em 1990 o percentual máximo de contribuintes urbanos para a previdência na população, ocorreu na faixa etária de 35 a 44 anos, concentrando praticamente metade das pessoas desta faixa etária. No final da década a participação nesta mesma faixa etária cai para menos de 45%.

A participação de contribuintes rurais da previdência praticamente permaneceu a mesma entre 1990 e 1999 atingindo seu valor máximo de cerca de 20% de contribuintes sobre a população na faixa de 30 a 39 anos de idade.

O crescimento da atividade informal exerceu forte influência sobre a queda nos níveis de contribuição. Muitos dos trabalhadores dos setores historicamente excluídos da seguridade social como os trabalhadores agrícolas, domésticos, autônomos e assalariados informais simplesmente não tem renda suficiente para poder contribuir.

O percentual de aposentados e pensionistas urbanos da Previdência Social vem aumentando desde o começo da década principalmente para as pessoas aposentadas com idades entre 60 a 64 anos que em 1990 constituíam 48% das pessoas nesta faixa etária e em 1999 passam para 57%. Da mesma forma, para as pessoas com idades entre 65 a 69 anos, 70,7% estavam aposentados ou eram pensionistas em 1990 passando para 75,7% em 1999. (Gráfico 6.26 e 6.27).

O maior incremento na proporção de pessoas aposentadas, entretanto, foi observado na zona rural. Enquanto em 1990 somente 24,1% das pessoas com idade entre 60 e 64 anos eram aposentadas ou pensionistas, em 1999 67,6% das pessoas dessa faixa etária já estavam aposentadas.

A evolução da participação de beneficiários da previdência da zona rural, para as pessoas com mais de 60 anos, foi superior inclusive aos percentuais da zona urbana, indicando desta forma um grande avanço para as pessoas idosas residentes no meio rural cujo benefício da previdência é senão o principal, mas o único recurso disponível para sua sobrevivência.

Em síntese, foi possível verificar que na década de 90 houve uma queda considerável no nível de contribuições para a Previdência. Isto se deve em parte ao crescimento das ocupações no setor informal, ao aumento do desemprego e à queda dos níveis de renda da população ocupada.

Gráfico 6.26

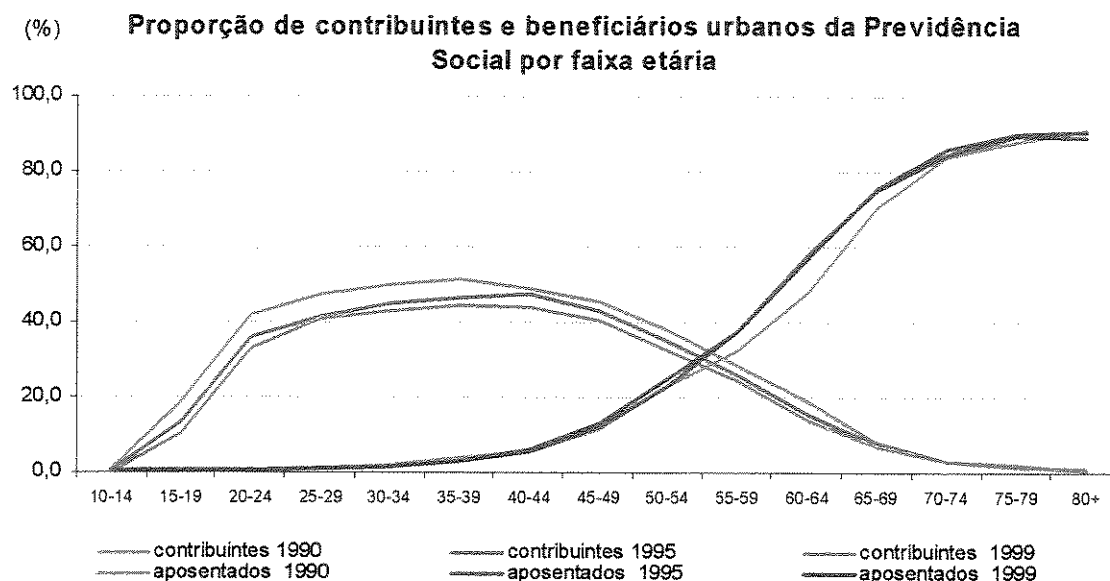
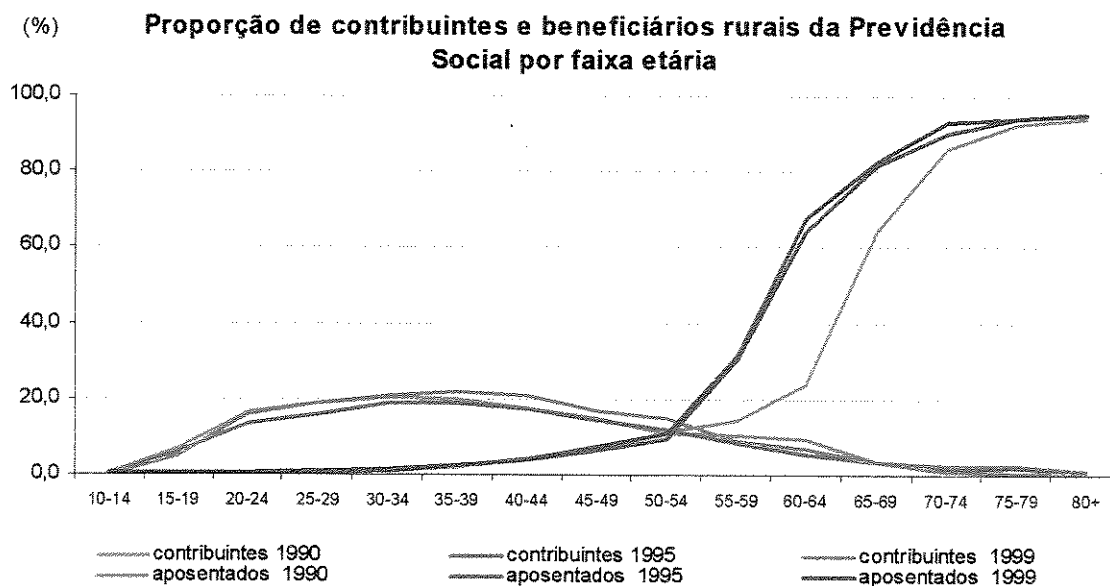


Gráfico 6.27



Neste capítulo, podemos observar que:

- Em 1990 80,5% das pessoas idosas eram aposentadas ou pensionistas da previdência. Em 1999 esta cifra atinge 85% do total de idosos. A tendência de crescimento da proporção de idosos e idosas aposentados foi mais expressiva para os residentes na zona rural.
- Para $\frac{3}{4}$ dos idosos e das idosas urbanos, a origem dos rendimentos vinha exclusivamente da aposentadoria ou de pensão tanto em 1990 quanto em 1999.
- Cerca de 15% dos homens idosos urbanos tinham como fonte de rendimentos os benefícios da previdência somados aos rendimentos do trabalho. Aproximadamente 15% das idosas urbanas não tinham rendimentos nem do trabalho, nem tampouco de benefícios previdenciários.
- Entre os homens idosos rurais cresce durante o período a probabilidade de seus rendimentos pessoais dependerem do trabalho e da aposentadoria e decresce a probabilidade de seus rendimentos pessoais dependerem exclusivamente de aposentadorias. Também ocorreu um pequeno descenso nas chances dos homens idosos rurais terem seus proventos exclusivamente vinculados à renda do trabalho.
- Em quase $\frac{3}{4}$ das idosas rurais, em 1999, a fonte de rendimentos dependia exclusivamente da aposentadoria ou da pensão.
- Foi possível notar que no caso das idosas rurais, o crescimento da proporção daquelas cujos rendimentos vinham exclusivamente da previdência ou aquelas cujos recursos dependiam da previdência e do trabalho ocorreu em função do descenso da proporção daquelas cujos rendimentos vinham exclusivamente de seu trabalho ou que não tinham rendimentos.
- As chances da pessoa idosa depender exclusivamente dos benefícios previdenciários aumentam na medida em que a idade avança. Entre os idosos rurais, é a partir dos 75 anos de idade que se intensificam as chances dele contar apenas com o benefício da aposentadoria e ou pensão em função da queda nas chances dele ter também rendimentos do trabalho.

- Os homens idosos cujos rendimentos advêm somente do trabalho, ou do trabalho e da aposentadoria estão mais associados aos arranjos familiares do tipo casal com filhos. Os idosos que tem como fonte de recursos exclusivamente os benefícios da aposentadoria em geral tem mais chances de serem encontrados nas famílias do tipo casal com filhos ou casal sem filhos. Os idosos sem rendimentos de aposentadoria ou de trabalho em geral viviam em famílias na condição de parente.
- Entre as idosas, tinham mais chances de fazer parte de uma família composta pelo casal com filhos aquelas cujos rendimentos provinham exclusivamente do trabalho. As idosas sem rendimentos em geral são casadas vivendo apenas com o cônjuge ou vive com o cônjuge e filhos. As mulheres que tem como fonte de recursos o trabalho e a previdência, estão mais associadas às chefias monoparentais, enquanto que aquelas que eram exclusivamente aposentadas ou pensionistas tinham mais chances de viver como parente ou também chefiar famílias monoparentais.
- Os dados revelaram que com exceção dos idosos urbanos chefiando famílias monoparentais ou vivendo como parente e das idosas urbanas vivendo como parente, houve incremento na renda familiar mediana entre idosos e idosas beneficiários da previdência nos demais arranjos familiares.
- Apesar da queda da Renda Familiar Total nas famílias acima mencionadas, a parte da renda familiar que depende dos recursos previdenciários apresentou tendência crescente para todos os tipos de arranjos familiares dos aposentados e pensionistas idosos e idosas, tanto da zona urbana quanto da rural. Isso quer dizer que apesar da queda na renda familiar de alguns arranjos familiares, em geral a participação dos benefícios da previdência só trouxeram impactos positivos.
- O incremento da cobertura da previdência rural durante o período estudado, significou um grande avanço para os idosos rurais, sobretudo para as mulheres trabalhadoras em atividades agrícolas.
- No período estudado, houve uma queda considerável no nível de contribuições das pessoas trabalhadoras residentes na zona urbana e uma tendência crescente da proporção de pessoas beneficiárias urbanas, mas, sobretudo no rural.

Conclusão

Nesta tese tentou-se avaliar as condições de vida das pessoas idosas durante a última década do século 20.

A intenção era ter uma idéia mais ampla das condições em que, de fato, vive este segmento da população, onde muitas vezes a questão do envelhecimento é evidenciada pela mídia ora reduzindo a velhice a cenas de abandono e de exclusão em asilos, ora tratando-a como uma velhice bem sucedida ilustrada com imagens de idosos ativos e participantes.

Debert, 1999, aponta o tema da velhice fazendo referência a três tempos distintos: o passado, onde a velhice era marginalizada, de forma que o idoso era isolado e ficava à espera da morte, a visão da velhice no presente, onde se enfatiza um tempo onde são desenvolvidas muitas atividades e mostra os idosos como pessoas bem sucedidas. A visão do futuro, no entanto, parece pertencer a um campo ainda nebuloso, pleno de desafios. Do ponto de vista científico e tecnológico, pesquisas acenam para o prolongamento da longevidade ampliando os limites da vida humana.

Por outro lado, as projeções demográficas e de custos financeiros para o Estado brasileiro mostram que a partir de 2025 está previsto para o começo da crise, caso providências não sejam tomadas pelo menos no que diz respeito à previdência.

O estabelecimento de somente critérios etários para definição de públicos-alvos das políticas públicas pode acabar gerando categorias homogeneizadoras. A fixação, por exemplo, de um critério etário para definir o grupo de crianças ou de jovens pode não afetar tanto o resultado das políticas sociais. Ao contrário, no grupo denominado idoso, a própria idade e as questões de gênero fazem muita diferença.

Entretanto, levar em conta as especificidades do grupo idoso implica em enfrentar dificuldades teóricas e metodológicas. Uma questão crucial é como fazer para isolar os efeitos das variáveis econômicas, ou das variáveis sócio-demográficas, dos efeitos próprios do envelhecimento.

Nesse sentido, pensar em formas de arranjos familiares que considerem a co-residência dos idosos com os filhos como uma medida de dependência econômica

pode estar mascarando características culturais onde valores como a solidariedade faz a diferença. Da mesma forma, o viver só pode não necessariamente corresponder ao abandono, como argumenta Debert, 1999, pode tratar-se de uma “intimidade à distância” que é possível graças ao aumento da mobilidade e da evolução das formas de comunicação à distância não acarretando necessariamente uma deterioração da qualidade das relações.

Apesar das dificuldades encontradas para se isolar os efeitos puros das variáveis estudadas na configuração dos diferentes arranjos familiares dos idosos, os resultados deste trabalho apresentam um conjunto de indicações de como algumas variáveis sócio-demográficas estão associadas aos distintos arranjos familiares.

A primeira questão a se destacar é o gênero. Como foi ressaltada neste trabalho, a experiência do envelhecimento é distinta para homens e mulheres, seja do ponto de vista do estado conjugal, como da idade, ou do nível de instrução e de rendimentos.

A idade é um indicador muito importante, pois os efeitos das outras variáveis nas chances dos idosos pertencerem a determinados arranjos familiares sofrem modificações dependendo do avanço da idade.

De uma maneira geral, entre os homens idosos predominam os arranjos familiares onde ele está casado com ou sem filhos co-residindo. À medida que a idade avança as probabilidades de chefiar famílias do tipo casal com filho diminuem dando espaço para os outros tipos de famílias. Principalmente após os 75 anos de idade, aumentam-se as chances do homem idoso viver como parente ou de chefiar famílias monoparentais.

Entre as idosas caem as chances dela pertencer a uma família do tipo casal com filhos ou somente casal nas idades mais avançadas e elevam-se as chances dela ir morar como parente, ou, de ir viver sozinha.

Apesar das formas predominantes de arranjos familiares entre os homens idosos serem aquelas onde ele vive apenas com a esposa ou com a esposa e filhos adultos, esta situação se intensifica quando a situação financeira é melhor, em detrimento de ir viver como parente em outra família ou de morar sozinho.

A relação do nível de rendimentos pessoais das idosas com os tipos de arranjos familiares não é tão clara quanto no caso masculino, em parte porquê a maioria das idosas está nivelada por baixos valores dos seus rendimentos. Nesse sentido, a renda pessoal das idosas não é uma boa variável explicativa para o tipo de arranjo em que vivem.

Ainda que os rendimentos pessoais da idosa não sejam tão determinantes como no caso dos homens, idosas com rendimentos pessoais mais elevados tem suas chances de morar sozinha ou chefiar famílias monoparentais incrementadas e apresentam menos chances de ir viver como parente.

Com relação à renda familiar per capita, maiores valores, no caso dos idosos, aumentam a probabilidade deles viverem apenas com a esposa e diminuem as chances do idoso chefiar uma família com esposa e filhos. Entre as idosas, nas famílias em que elas se encontram na condição de parente, é que se situam as maiores rendas familiares per capita.

De uma maneira geral tanto para idosos quanto para idosas, os rendimentos médios caem com o avanço da idade em qualquer tipo de família que se considere.

Isso significa que provavelmente com o avanço da idade os rendimentos vão perdendo o efeito protetor da renda do trabalho.

O nível de instrução tem um efeito similar ao efeito dos rendimentos pessoais, no sentido de que avanços no nível de instrução acentuam as probabilidades dos homens idosos chefiarem famílias do tipo casal com filhos ou somente casal. No caso feminino, a maior escolaridade está mais relacionada à idosa viver apenas com o cônjuge ou sozinha e menos relacionada às chefias monoparentais ou a ir viver como parente.

Os dados também revelaram que os idosos negros são mais prováveis de pertencer a uma família do tipo casal com filhos, a chefiar famílias monoparentais ou estar inserido em arranjo do tipo “outro”. As idosas negras têm mais chances de chefiar famílias monoparentais ou a fazer parte do arranjo “outro”. Nesse sentido, há mais chances de um idoso ou idosa negra chefiar famílias monoparentais do que idosos não negros.

Os homens idosos que não tem rendimentos de aposentadoria nem do trabalho têm grandes chances de estarem inseridos em famílias onde ocupa a condição de parente. Ao contrário, as idosas desprovidas de rendimentos ou com rendimentos provenientes exclusivamente do trabalho em geral têm maiores probabilidades de serem esposas em famílias com ou sem filhos co-residentes e, portanto dependem dos rendimentos das outras pessoas.

Os idosos que tem rendimentos exclusivamente do trabalho ou da aposentadoria e do trabalho, estão mais associados às famílias onde são chefes casados e com filhos adultos. Esta associação guarda relação com a idade. São os idosos mais jovens os que têm mais chances de ainda estar trabalhando e são as famílias formadas por chefias idosas masculinas co-residindo com mulher e filhos as mais jovens.

Os idosos que dependem unicamente dos rendimentos da aposentadoria tem maiores chances de viver com a esposa apenas.

As idosas cujos rendimentos provém do trabalho e da aposentadoria estão mais associadas aos arranjos monoparentais. As idosas que recebem somente benefícios previdenciários tem as chances mais elevadas de serem parentes, mas boa parte delas também pode estar chefiando famílias monoparentais.

A idéia que fica é que dado o sexo e o estado conjugal do idoso, a idade, concomitante com outras variáveis como nível de instrução e de rendimentos, pode provocar variações nas probabilidades de pertencer a um determinado tipo de arranjo familiar, mas somente o efeito da renda ou da instrução, sem considerar a idade não é tão determinante do tipo de arranjo familiar.

Por outro lado, a idéia de que arranjos mais autônomos, como, por exemplo, viver em casal ou viver sozinho, estarem mais associados a níveis de instrução e níveis sócio-econômicos mais elevados, parece não acontecer. De fato, aumentos no nível de instrução da idosa elevam suas chances de viver sozinha ou somente com o marido. Entretanto, no caso das idosas a renda não discrimina tanto, pois há entre elas uma certa homogeneidade com relação à renda.

Entre os idosos incrementos nos níveis de rendimentos e de instrução estão mais associados a maiores chances de viver apenas com a esposa, mas não a viver sozinhos.

De certa forma o viver só, analisado aqui sob várias possibilidades, parece por muitas vezes mais associado a piores condições de vida do que a um modelo menos dependente. Nesse sentido os resultados deixam a hipótese de que sob determinadas condições, o viver sozinho poderia estar apontando para uma intensificação da pobreza.

Ao contrário, a co-residência com outros parentes em situações onde a renda não seja um fator determinante poderia estar indicando que outras variáveis de caráter cultural relacionadas à maior ou menor solidariedade devem estar operando.

A constatação de que o crescimento da proporção de domicílios com mais de uma família convivente e, sobretudo dos domicílios onde residem pessoas idosas e onde em geral o idoso pertence à primeira família, deixa evidências claras da importância das pessoas idosas na capacidade de ampliação das famílias no Brasil.

Também é evidente, para o período, a importância da participação dos rendimentos dos idosos na renda familiar, a qual apresentou tendência crescente para idosos e idosas que fazem parte de famílias do tipo casal com filhos, monoparentais ou vivem como parentes, ou seja, co-residindo com os filhos.

Não se pode deixar de mencionar o peso que as aposentadorias e pensões tem na renda familiar dos idosos beneficiários da previdência. Entre 1990 e 1999 a renda dos benefícios previdenciários, fatia substancial na renda familiar dos aposentados e pensionistas, foi a principal responsável pelo incremento na média das rendas familiares, pois a participação na renda familiar dos rendimentos do trabalho dos aposentados somados aos rendimentos das outras pessoas da família apresentou uma tendência declinante para o período.

Se os idosos estão parando de trabalhar mais tarde por uma questão de necessidade, tendo em vista que os valores dos benefícios da previdência são bastante baixos obrigando-os a permanecer no mercado de trabalho por mais tempo, ou, se por outro lado trata-se de uma questão de mudança de tendência, no sentido de que os idosos de hoje por terem melhores condições de vida e de saúde

que no passado, acabam optando por permanecer mais tempo ativos, são indagações que ainda permanecem por não poderem encontrar respostas no tipo de estudo aqui realizado. Em qualquer hipótese, esta situação pode acarretar um aumento da pressão na demanda por trabalho por parte dos jovens.

A comparação da tendência das taxas de atividades com aquela verificada, por exemplo, nos Estados Unidos que revelou um descenso acentuado nos últimos 30 anos, e constatando os diferentes efeitos que a ação da previdência pode ter nas taxas de atividades, pode levar a pensar que no caso brasileiro provavelmente não houve declínio das taxas de atividades principalmente porque a legislação não impede que as pessoas continuem trabalhando e concomitante ao fato dos valores dos benefícios serem baixos para a maior parte dos aposentados, continuar ativo é de fato uma estratégia de sobrevivência. Analogamente, no caso americano é provável que se a legislação permitisse que o aposentado continuasse a trabalhar, o declínio nas taxas de atividades dos idosos seria bem menor.

Em síntese, a década de 90 destacou-se pelo expressivo avanço da previdência principalmente na zona rural e em especial para as mulheres rurais que experimentaram taxas de inclusão crescentes no sistema de proteção social.

Alguns autores consideram que a previdência rural ao ser efetivamente implantada a partir de 1992, acabou tendo efeitos inesperados como a revitalização da economia familiar e também representou uma política indireta de combate à pobreza.

Também em relação ao nível dos rendimentos reconhecemos que, ainda que insuficientes, houve uma elevação dos rendimentos medidos em salários mínimos e que acabaram por elevar a renda familiar per capita dos idosos beneficiários principalmente no meio rural.

Entretanto, afirmar, que os idosos estão em situação privilegiada em relação aos mais jovens exige cautela, pois se pelo lado dos rendimentos podemos fazer esta afirmação, pouco ou nada se sabe sobre a estrutura de consumo dos idosos no Brasil.

Assim, investigações que levem em conta como ocorre o processo de acumulação e desacumulação de riquezas, assim como aquelas que tem como objetivo estudar a estrutura de gastos das pessoas, trariam uma contribuição a mais para desvendar as verdadeiras demandas da população idosa.

Referências Bibliográficas

- AGRESTI, A. **Categorical Data Analysis**. New York : John Wiley. 1990.
- ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamentos familiares 1995/1996**. 2002. Tese (dissertação mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERCOVICH, A. M. Características regionais da população idosa no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.10, n. 1/2, p.125-143, 1993.
- BERQUÓ, E. Algumas considerações demográficas sobre o Envelhecimento da População no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, 1,1996, Brasília. **Anais...** Brasília, D.F.: MPAS:SAS, 1996. p.16-36.
- _____. Considerações sobre o Envelhecimento Populacional no Brasil In: *NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Orgs.). Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999 (Coleção VIVAIDADE).
- _____.; BAENINGER, R. Os idosos no Brasil: considerações demográficas **Textos NEPO**, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, n. 37. 2000.
- _____.; LEITE, V. M. Algumas Considerações Sobre a Demografia da População Idosa. In: A FAMÍLIA NOS ANOS 80: dimensões sociais do novo regime demográfico. 1988. Trabalho Apresentado. p. 1-25, Campinas, SP. 1988 (mimeo).
- _____.; CAVENAGHI, S. M. Oportunidades e Fatalidades: Um Estudo Demográfico das Pessoas que Moram Sozinhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1988. Olinda. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda: ABEP,1988. p.155-181.
- _____. **Pirâmide da Solidão**. Campinas: UNICAMP: Núcleo de Estudos de População, 1986. (mimeo)
- BILAC, E.D., **Estruturas Familiares e Padrões de Residência**. Texto para publicação interna da Fundação SEADE. São Paulo, novembro de 2001.
- _____. **Comentário: Os estudos de família através das PNADS**. Texto apresentado no Seminário: PNADS na década de 90. Novembro de 2001.

- BONGAARTS, J., ZIMMER, Z. Living Arrangements of Older Adults in the Developing World: An analysis of DHS Household Surveys. **Population Council**. New York, Disponível em: < <http://www.popcouncil.org/pdfs/wp/148.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2001.
- BURKHAUSER, R.V., DUNCAN, G.J. Economics risks of gender roles: Income loss and life events over life course. **Social Science Quarterly**. 1989.
- CALDWEL, John C. Toward a restatement of demographic theory. **Population and Development Review**, v.2, n.3/4, sep./dec. 1976.
- CAMARANO, A. M. Famílias com idosos: ninhos vazios ?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002. CD-ROM.
- CAMARANO, A. M. Como Vive o Idoso Brasileiro In: CAMARANO, A. M.(Org.). **Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- DEBERT, G. G. A . **A reinvenção da Velhice: socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. A construção e Reconstrução da Velhice: Família Classe Social e Etnicidade. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Orgs). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção VIVAIDADE).
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J.G. **O uso das PNADs para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão 874).
- DELGADO, G.; CARDOSO Jr., J. C. **Universalização de Direitos Sociais Mínimos no Brasil: O Caso da Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (*Texto para Discussão*).
- _____.; _____. Os idosos e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- FARIA, V. E. Conclusões. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTAUDAL DE ANÁLISE DE DADOS. (São Paulo). **O Idoso na Grande São Paulo**. São Paulo: Seade, 1990.
- FERNANDES, F. da S. As pessoas idosas na legislação brasileira. São Paulo: LTR, 1997.

FERREIRA, Frederico P. M. **Estrutura Domiciliar e Localização: um estudo dos domicílios com idosos em Belo Horizonte**. 2001. Tese. (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar.

FUCHS, V.R. **Provide, provide: the economics of aging**. New York, 1998 (NBER Working paper series, w6642). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6642>>. Acesso em novembro de 2002.

_____. **The financial problems of the elderly: a holistic approach**. (NBER Working paper series, w8236). 2001. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8236>>. Acesso em: abril de 2001

GOLDANI, A. M. Mulheres e Envelhecimento: Desafios para os Novos Contratos Intergeracionais e de Gênero. In: CAMARANO, A. M.(Org.). **Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

GOODE, W. J. **World Revolution and Family Patterns**. New York: Free Press of Glencoe, 1963.

GREENACRE, M.J. **Correspondence Analysis in Practice**. Academic Press Inc. San Diego, CA, 1993.

GUZMÁN, J. M., HAKKERT, R. Some Social and Economic Impacts of the Ageing Process in Latin American Countries. In: TECHNICAL MEETING ON POPULATION AGEING AND LIVING ARRANGEMENTS OF OLDER PERSONS: Critical Issues and Policy Responses. 2000. New York. **Anais eletrônicos ...** New York. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/untech.htm>. Acesso em: dezembro de 2000.

HERMALIN, A. I. Challenges to Comparative Research on Intergenerational Transfers. **Comparative Study of the Elderly in Asia - Research Reports** .Report no. 00-56, ago. 2000. Disponível em: <www.psc.isr.umich.edu/pubs/papers/ea00-56.pdf>. Acesso em:

_____. Ageing in Asia: Facing the Crossroads. **Comparative Study of the Elderly in Asia - Research Reports**. Report no. 00-55. Disponível em: <www.psc.isr.umich.edu/pubs/papers/ea00-55.pdf>. Acesso em:

HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectivas**, v.2, n.1. p. 50-54, jan./mar. 1988.

HOLTZ-EAKIN, D.; SMEEDING, T.M. Income, Wealth, and Intergenerational Economic Relations of the Aged. In: BOOKS ON AGING AND HEALTH BY THE U.S. **Demography of Aging**.. Washington D.C.: National Academy Press, 1994. CD-ROM.

JOHNSON, Richard A.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 4.ed. Upper Saddle River: prentice Hall, 1998. ISBN 0-13-834194-X.

LEE, R. The Formal Demography of Population Aging, Transfers, and the Economic Life Cycle. In: BOOKS ON AGING AND HEALTH BY THE U.S. **Demography of Aging**.. Washington D.C.: National Academy Press, 1994. CD-ROM.

_____. **Intergenerational Relations and the Elderly**. In: BOOKS ON AGING AND HEALTH BY THE U.S. **Demography of Aging**.. Washington D.C.: National Academy Press, 1994. CD-ROM.

_____. **Intergenerational Transfers and the Economic Life Cycle: A Cross-Cultural Perspective**. Disponível em:

<<http://www.demog.bakerley.edu/~rlee/papers/ccig/07.htm>>. Acesso em: setembro, 1999.

_____.; Willis, R. J. Motives for intergenerational transfers: evidence from Malaysia. **Demography**, v.34 n.1. Feb. 1997.

LIBERATO, V. C. O crescimento da atividade dos idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte, ABEP, 2002. CD-ROM.

MATIJASCIC, Milko. **Crise e Reforma da Previdência Social Brasileira nos anos 1990**. In: Versão em português do artigo apresentado no Congresso de Pesquisa da AISS – Associação Internacional de Seguridade Social. Helsinque 25-27 de setembro de 2000.

MEDICI, A. C. Notas interpretativas sobre a variável “renda” nos censos demográficos. In: **CENSOS CONSENSOS CONTRA-SENSOS**. [São Paulo]: Associação Brasileira de Estudos Populacionais.1984. p. 75-132.

MERRIEN, F. X. Del gobierno y los Estados-providencia contemporáneos. [S.L.],1997. Disponível em: <http://www.unesco.org/issj/rics155/merrienspa.html>. Acesso em 5 ago. 2002.

MIRKIN B.; WEINBERGER M.B. **The Demography of Population Ageing**. In: TECHNICAL MEETING ON POPULATION AGEING AND LIVING ARRANGEMENTS

OF OLDER PERSONS: Critical Issues and Policy Responses. 2000. New York.
Anais eletrônicos. New York. Disponível em:
<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/untech.htm>. Acesso em:
dezembro de 2000.

MONTALI, L. Mudanças na relação família-trabalho na década de 90: Rearranjos sob a reestruturação produtiva e o desemprego. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. 2000, Petrópolis. **Trabalho apresentado**. Petrópolis: ANPOCS, 2000.

MOREIRA, Morvan de M. **Envelhecimento da População Brasileira**. 1997. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – CEDEPLAR

_____. Envelhecimento da População Brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 15, n.1, jan/jul 1998.

MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento da População Brasileira em nível regional: 1995-2050. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte, ABEP, 1998b. CD-ROM.

_____. **Envelhecimento da População Brasileira: aspectos gerais**. Belo Horizonte: ABEP: CEDEPLAR, 1999. (mimeo).

NERI M.; NASCIMENTO M.; PINTO A. **Ciclo de vida e motivações financeiras** (com atenção especial aos idosos brasileiros). Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão 691).

NERI M., CARVALHO, K.; NASCIMENTO M. **Acesso ao Capital dos Idosos Brasileiros: Uma Perspectiva do Ciclo de Vida**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão 685).

O IDOSO NO SÉCULO XII: um forte mercado consumidor. **Nutrinews**, 1999. Disponível em: <http://www.nutrinews.com.br/edicoes/9910/mat01.html>. Acesso em: 27 nov. 2002.

OLIVEIRA, G. C. Mulheres Chefes de Família – estratégias de ação. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: crescimento, diversidade e políticas. 2002. Ouro Preto. **Trabalho Apresentado**. Ouro Preto, MG. (CNPd, FNUAP E ABEP). nov. de 2002.

PINHEIRO, Vinícius C. Aspectos Sociais da Previdência no Brasil: O desafio de aumentar a cobertura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TÉCNICAS

ATUARIAIS E GERENCIAMENTO FINANCEIRO. 2000. Curitiba. **Trabalho Apresentado**. Curitiba: Associação Internacional de Seguridade Social – AISS e Ministério da Previdência e Assistência Social do Brasil, maio de 2000.

ROCHA, S. **A investigação do rendimento na PNAD – Comentários e Sugestões à Pesquisa nos anos 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão 899).

RUGGLES, S. Living Arrangements and Well-Being of Older Persons in the Past. In: TECHNICAL MEETING ON POPULATION AGEING AND LIVING ARRANGEMENTS OF OLDER PERSONS: Critical Issues and Policy Responses. 2000. New York.

Anais eletrônicos ... New York. Disponível em:

<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/untech.htm>. Acesso em: dezembro de 2000.

SAAD, P. M. **Support Transfers between the Elderly and the Family in Southeast and Northeast Brazil**. 1998. Tese. (Doutorado). Austin.

SAAD, P. M. Impact of Pension Reform on the Living Arrangements of Older Persons in Latin America. In: TECHNICAL MEETING ON POPULATION AGEING AND LIVING ARRANGEMENTS OF OLDER PERSONS: Critical Issues and Policy Responses. 2000. New York. **Anais eletrônicos** ... New York. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/untech.htm>. Acesso em: dezembro de 2000.

SCHWARZER, Helmut. **Paradigmas da Previdência Rural: A Experiência Internacional**. Brasília, D.F.: IPEA, 1999. (Texto para Discussão 708).

SILVA, José G. da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Ver., 1ª reimpr. Campinas-SP: IE: UNICAMP, 2000. p.151.

SILVA, E. R. A. **A previdência social rural e seus efeitos sobre a questão de gênero**. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 2000, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 1CD. paper 1375. 16 p.

SMITH, J.P., KINGTON, R. Demographic and Economic Correlates of Health in Old Age. **Demography**, v. 34 n.1. Feb. 1997.

SOUZA, M. M. C. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão 699).

_____.; OSORIO, R. **Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (*Texto para Discussão 788*).

_____.; VARELLA, S. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADS de 1992 a 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (*Texto para Discussão 860*).

THOMPSON, L. **Mais velha e mais sábia: a economia das aposentadorias públicas**. 178p. Disponível em: < <http://www.mpas.gov.br/07.htm> >. Acesso em: janeiro de 2000.

TORNSTAM, L. The *Quo Vadis* of Gerontology: On the Scientific Paradigm of Gerontology. **The Gerontologist**, v.32, n. 3, 1992

VELKOFF, V. **Future Research Directions**. In: TECHNICAL MEETING ON POPULATION AGEING AND LIVING ARRANGEMENTS OF OLDER PERSONS: Critical Issues and Policy Responses. 2000. New York. **Anais eletrônicos ...** New York. disponível em: <http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/untech/untech.htm>. Acesso em: dezembro de 2000.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana M. H. C. de; OLIVEIRA, Elzira L.. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

WISE, David A. Retirement against the demographic trend: more older people living longer, working less, and saving less. **Demography**, v.34 n.1. Febr. 1997

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p.

Anexos

Proporção de pessoas de 65 anos ou mais sobre o total da população por sexo						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
idosos	2,1	2,2	2,6	2,9	3,8	4,4
idosas	2,7	2,6	2,8	3,3	4,3	5,3
total	2,4	2,5	2,6	3,1	4,0	4,9

Razão de Sexo da população idosa por situação de domicílio									
	1990			1995			1999		
	urbano	rural	Total	urbano	rural	Total	urbano	rural	Total
65-69	78,2	110,9	86,0	76,8	111,4	83,1	78,0	110,7	83,9
70-74	76,0	109,1	83,8	77,4	108,4	83,4	75,5	118,1	82,5
75-79	72,9	125,2	84,0	76,5	103,0	81,7	72,5	112,8	79,3
80+	64,2	93,1	70,7	58,5	78,5	62,5	58,7	91,9	64,7
Total	75,2	111,6	82,5	75,1	105,4	80,9	74,1	111,2	80,6

População de 15 a 64 anos						
1990	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	10,7	33,7	29,0	26,6	0,1	100,0
mulher urbano	11,7	32,4	27,7	28,1	0,1	100,0
homem rural	33,0	46,2	15,4	5,2	0,1	100,0
mulher rural	30,0	47,2	16,1	6,5	0,1	100,0
1995	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	10,0	30,2	31,5	28,0	0,3	100,0
mulher urbano	10,6	28,8	29,6	30,7	0,3	100,0
homem rural	32,0	46,0	16,3	5,5	0,1	100,0
mulher rural	27,2	47,8	17,4	7,5	0,2	100,0
1999	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	8,4	25,4	32,3	33,3	0,6	100,0
mulher urbano	8,7	23,9	29,4	37,4	0,6	100,0
homem rural	27,1	43,8	20,5	8,2	0,4	100,0
mulher rural	23,2	43,3	21,9	11,1	0,5	100,0

População de 65 anos e mais						
1990	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	40,7	40,1	10,6	8,6	0,0	100,0
mulher urbano	47,8	36,0	9,7	6,3	0,1	100,0
homem rural	69,9	27,3	2,0	0,7	0,1	100,0
mulher rural	78,0	19,9	1,3	0,7	0,1	100,0
1995	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	37,9	39,6	11,6	10,9	0,0	100,0
mulher urbano	43,7	37,7	10,7	7,9	0,0	100,0
homem rural	69,3	27,3	2,8	0,6	0,0	100,0
mulher rural	72,9	24,2	2,4	0,5	0,0	100,0
1999	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	n.decl	Total
homem urbano	34,3	40,6	11,7	13,3	0,0	100,0
mulher urbano	41,0	38,6	11,3	9,0	0,1	100,0
homem rural	66,1	30,0	3,2	0,7	0,0	100,0
mulher rural	68,7	26,4	4,0	0,8	0,1	100,0

Proporção da população Urbana alfabetizada (%)						
Faixa Etária	homem 90	homem 95	homem 99	mulher 90	mulher 95	mulher 99
5	46,0	54,5	60,1	49,9	57,8	60,9
10	90,1	92,7	95,8	93,4	95,7	97,3
15	92,8	94,7	96,8	96,1	97,3	98,3
20	93,6	94,4	95,6	94,6	96,4	97,1
25	93,0	93,0	94,5	94,1	94,6	96,1
30	92,7	92,7	93,1	92,1	93,5	94,9
35	90,2	92,0	92,9	88,0	91,8	93,7
40	87,8	91,0	92,1	84,8	88,9	92,4
45	84,1	87,3	90,3	80,4	84,1	88,5
50	84,2	84,8	86,9	76,2	79,8	83,7
55	79,7	81,9	83,6	72,3	74,6	78,4
60	76,5	79,3	80,6	68,3	70,2	74,4
65	71,3	75,3	76,1	61,8	67,6	69,9
70	65,3	70,4	75,9	55,4	62,7	67,5
75	60,5	68,1	68,5	50,8	55,2	60,2
80	53,8	57,7	61,6	43,8	51,3	51,3
Total	73,7	77,4	79,9	74,2	77,9	80,4
Proporção da população Rural alfabetizada (%)						
Faixa Etária	homem 90	homem 95	homem 99	mulher 90	mulher 95	mulher 99
5	22,7	28,8	38,0	26,7	33,3	43,7
10	65,1	71,3	84,4	76,7	82,6	91,8
15	74,4	77,2	87,2	86,1	90,0	93,6
20	73,5	75,6	80,2	81,6	85,5	88,3
25	72,9	73,0	77,0	80,2	81,0	84,4
30	71,9	72,4	73,6	76,3	78,1	81,1
35	68,5	68,0	70,4	65,8	73,2	76,7
40	60,7	65,1	69,1	57,1	67,2	70,2
45	54,7	60,5	66,9	51,3	57,0	65,7
50	53,5	55,7	59,2	47,1	52,8	54,6
55	48,9	52,6	53,1	41,9	46,8	48,6
60	43,1	50,0	50,8	33,2	42,4	43,4
65	39,6	44,1	43,8	29,6	38,2	41,1
70	35,6	38,4	43,8	23,5	29,6	33,7
75	31,2	32,5	32,5	17,8	26,8	31,3
80	24,0	29,4	32,7	12,3	17,7	22,2
Total	50,4	54,1	60,7	53,0	58,0	63,8
Proporção da população Total alfabetizada (%)						
Faixa Etária	homem 90	homem 95	homem 99	mulher 90	mulher 95	mulher 99
5	38,9	48,0	54,7	42,7	52,0	56,8
10	82,3	87,6	93,0	88,6	92,7	96,0
15	87,5	90,8	94,7	93,5	95,8	97,3
20	88,4	90,6	92,5	91,7	94,4	95,7
25	88,1	89,1	91,3	91,1	92,2	94,2
30	87,9	88,9	89,3	88,8	91,0	92,6
35	85,2	87,6	88,6	83,4	89,0	90,9
40	81,4	86,2	87,8	78,5	85,3	88,8
45	76,5	82,1	85,9	73,4	79,4	84,7
50	76,5	78,4	81,0	69,2	74,8	78,6
55	71,3	75,4	76,9	65,3	69,1	72,7
60	67,7	72,4	73,7	60,7	64,9	68,5
65	61,5	67,6	68,3	54,0	62,2	64,6
70	56,2	62,4	68,4	47,8	56,3	61,9
75	51,2	59,3	59,8	43,8	49,6	55,4
80	45,0	50,7	54,3	36,8	44,7	46,1
Total	67,3	72,3	75,8	68,9	74,0	77,2

Condições de Habitação						
Percentual de famílias com:	famílias sem idosos			famílias com idosos		
	90	95	99	90	95	99
abastecimento de água adequado	74,9	81,0	86,0	70,7	78,6	84,2
esgotamento sanitário adequado	57,0	60,1	64,8	54,6	59,5	63,6
uso exclusivo da instalação sanitária	83,0	86,3	90,0	80,2	85,2	88,9
coleta de lixo	64,3	72,9	80,7	61,2	69,8	77,3
iluminação elétrica	88,2	92,4	95,2	84,6	89,9	93,4
possui fogão	96,5	98,6	99,1	95,9	98,4	99,0
possui geladeira	71,3	75,7	83,4	67,2	71,8	80,7
possui rádio	84,2	89,6	90,4	83,7	85,9	87,7
possui tv	74,0	82,5	88,8	70,4	76,4	84,2
possui 4 ou mais bens	62,8	68,7	75,7	55,6	62,7	71,0
possui domicílio próprio	58,1	63,7	66,5	75,1	79,3	82,0
absoluto	30.675.228	35.074.488	38.364.167	5.742.320	6.916.726	7.907.609

Proporção de Chefes de Família por Faixa Etária, sexo e situação de domicílio (%)

Faixa Etária	1990				1995				1999			
	homem urba	mulher urba	homem rural	mulher rural	homem urba	mulher urba	homem rural	mulher rural	homem urba	mulher urba	homem rural	mulher rural
15	3,4	2,6	3,6	2,5	3,9	3,9	4,0	3,3	3,8	5,2	3,3	3,4
20	28,9	8,2	30,6	6,4	29,2	10,3	32,7	8,0	27,6	12,9	31,0	8,8
25	62,2	11,1	67,3	6,4	63,5	12,9	65,1	7,8	58,7	15,8	63,2	8,2
30	81,6	13,6	83,8	6,7	79,9	14,9	81,4	6,8	75,2	18,1	79,1	7,9
35	89,6	15,5	90,3	9,1	87,6	17,5	87,3	8,9	82,7	20,7	86,5	9,6
40	93,2	17,9	94,2	9,6	91,0	20,3	91,7	10,4	86,6	24,0	88,5	11,0
45	93,4	22,2	93,8	10,8	92,7	24,4	93,3	12,0	90,1	27,5	92,2	12,9
50	94,8	26,4	95,2	16,4	94,7	28,7	94,9	15,9	91,0	31,1	94,3	15,2
55	95,3	30,1	95,7	19,9	94,7	33,2	95,8	20,1	91,7	35,3	95,8	20,7
60	95,4	35,5	97,0	24,4	94,7	39,3	95,7	28,9	93,6	40,1	94,8	26,7
65	94,4	39,8	95,2	30,2	94,3	40,8	96,3	28,4	91,7	44,3	94,5	32,5
70	92,0	43,7	94,3	33,7	93,1	45,4	91,9	37,9	90,8	46,8	92,7	40,6
75	91,2	44,3	90,7	37,6	90,7	49,4	92,0	44,9	88,6	51,7	92,6	47,2
80+	80,2	38,9	83,4	29,8	83,0	41,8	83,4	45,2	81,7	44,5	84,4	49,4
Total	42,9	11,5	39,1	6,4	44,2	13,5	40,9	7,9	44,0	16,2	42,4	8,6

População	População Total			População Negra			(% População Negra)		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Total									
Homens Urbanos	50.348.395	58.078.134	61.496.744	21.051.384	24.916.512	26.773.654	41,8	42,9	43,5
Mulheres Urbanas	53.781.282	62.440.815	66.148.758	21.861.068	25.903.605	27.637.167	40,6	41,5	41,8
Total Urbano	104.129.677	120.518.949	127.645.502	42.912.452	50.820.117	54.410.821	41,2	42,2	42,6
Homens Rurais	19.111.582	16.363.121	16.866.141	10.259.912	9.277.269	9.569.212	53,7	56,7	56,7
Mulheres Rurais	18.098.923	15.152.789	15.648.523	9.531.260	8.310.535	8.626.803	52,7	54,8	55,1
Total Rural	37.210.505	31.515.910	32.514.664	19.791.172	17.587.804	18.196.015	53,2	55,8	56,0
Homens Total	69.459.977	74.441.255	78.362.885	31.311.296	34.193.781	36.342.866	45,1	45,9	46,4
Mulheres Total	71.880.205	77.593.604	81.797.281	31.392.328	34.214.140	36.263.970	43,7	44,1	44,3
Total	141.340.182	152.034.859	160.160.166	62.703.624	68.407.921	72.606.836	44,4	45,0	45,3
População Idosa	População Idosa			População Idosa Negra			(% População Idosa Negra)		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Homens Urbanos	2.233.781	2.874.098	3.320.696	774.133	997.715	1.145.103	34,7	34,7	34,5
Mulheres Urbanas	3.008.544	3.906.295	4.567.849	1.017.736	1.302.292	1.534.339	33,8	33,3	33,6
Total Urbano	5.242.325	6.780.393	7.888.545	1.791.869	2.300.007	2.679.442	34,2	33,9	34,0
Homens Rurais	996.222	948.296	1.057.240	502.570	513.718	555.784	50,4	54,2	52,6
Mulheres Rurais	904.728	921.472	967.365	460.234	477.709	494.868	50,9	51,8	51,2
Total Rural	1.900.950	1.869.768	2.024.605	962.804	991.427	1.050.652	50,6	53,0	51,9
Homens Total	3.230.003	3.822.394	4.377.936	1.276.703	1.511.433	1.700.887	39,5	39,5	38,9
Mulheres Total	3.913.272	4.827.767	5.535.214	1.477.970	1.780.001	2.029.207	37,8	36,9	36,7
Total	7.143.275	8.650.161	9.913.150	2.754.673	3.291.434	3.730.094	38,6	38,1	37,6

Domicílios segundo condição de idoso residente e número de famílias residentes

Distribuição dos domicílios pelo número de famílias residentes segundo residência ou não de idoso(s). Brasil urbano e rural, 1990, 1996 e 1999

1990	domicílios total			domicílios com 1 família			domicílios c/ 2 ou + famílias		
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural
domicílios total (abs)	34.113.723	25.972.824	8.140.899	31.990.881	24.300.388	7.690.493	2.122.842	1.672.436	450.406
domicílios com idoso(s) (abs)	5.621.826	4.161.805	1.460.021	5.083.514	3.743.613	1.339.901	538.312	418.192	120.120
domicílios sem idoso(s) (abs)	28.491.897	21.811.019	6.680.878	26.907.367	20.556.775	6.350.592	1.584.530	1.254.244	330.286
domicílios total (%)	100,0	100,0	100,0	93,8	93,6	94,5	6,2	6,4	5,5
domicílios com idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	90,4	90,0	91,8	9,6	10,0	8,2
domicílios sem idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	94,4	94,2	95,1	5,6	5,8	4,9
1996	domicílios total			domicílios com 1 família			domicílios c/ 2 ou + famílias		
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural
domicílios total (abs)	38.973.367	31.569.148	7.404.219	36.268.370	29.320.265	6.948.105	2.704.997	2.248.883	456.114
domicílios com idoso(s) (abs)	6.792.859	5.340.250	1.452.609	6.078.241	4.777.273	1.300.968	714.618	562.977	151.641
domicílios sem idoso(s) (abs)	32.180.508	26.228.898	5.951.610	30.190.129	24.542.992	5.647.137	1.990.379	1.685.906	304.473
domicílios total (%)	100,0	100,0	100,0	93,1	92,9	93,8	6,9	7,1	6,2
domicílios com idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	89,5	89,5	89,6	10,5	10,5	10,4
domicílios sem idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	93,8	93,6	94,9	6,2	6,4	5,1
1999	domicílios total			domicílios com 1 família			domicílios c/ 2 ou + famílias		
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural
domicílios total (abs)	42.851.590	34.879.502	7.972.088	39.768.480	32.270.791	7.497.689	3.083.110	2.608.711	474.399
domicílios com idoso(s) (abs)	7.796.143	6.206.306	1.589.837	6.969.881	5.541.771	1.428.110	826.262	664.535	161.727
domicílios sem idoso(s) (abs)	35.055.447	28.673.196	6.382.251	32.798.599	26.729.020	6.069.579	2.256.848	1.944.176	312.672
domicílios total (%)	100,0	100,0	100,0	75,3	92,5	94,0	7,2	7,5	6,0
domicílios com idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	89,4	89,3	89,8	10,6	10,7	10,2
domicílios sem idoso(s) (%)	100,0	100,0	100,0	93,6	93,2	95,1	6,4	6,8	4,9

Idosos residindo em domicílios unifamiliares e multifamiliares segundo o tipo de família – Proporção de idosos vivendo em domicílios multifamiliares.

Pessoas idosas residindo em domicílios :									
Urbano	Unifamiliares Urbanos (A)			Multifamiliares Urbanos (B)			(% Multifamiliares Urbanos (B)/(A+B))		
	1990	1996	1999	1990	1996	1999	1990	1996	1999
sozinho	626.850	858.369	1.004.332	1.283	15.500	13.248	0,2	1,8	1,3
chefe ou conj. casal sem filhos	992.351	1.388.365	1.632.342	200.914	259.390	335.965	16,8	15,7	17,1
chefe ou conj. casal c/ filh / o	1.034.678	1.278.969	1.425.081	160.325	226.716	246.221	13,4	15,1	14,7
chefe de monoparental	558.212	741.777	954.383	121.645	170.719	197.721	17,9	18,7	17,2
parente	903.933	993.745	1.122.027	88.799	110.622	107.312	8,9	10,0	8,7
outros	486.245	658.069	749.079	67.090	78.152	100.834	12,1	10,6	11,9
total	4.602.269	5.919.294	6.887.244	640.056	861.099	1.001.301	12,2	12,7	12,7
Rural	Unifamiliares Rurais			Multifamiliares Rurais			(% Multifamiliares Rurais		
	1990	1996	1999	1990	1996	1999	1990	1996	1999
sozinho	195.011	215.358	253.189	858	3.818	9.981	0,4	1,7	3,8
chefe ou conj. casal sem filhos	376.894	360.010	413.346	99.004	84.246	91.772	20,8	19,0	18,2
chefe ou conj. casal c/ filh / o	497.662	446.895	470.818	57.072	60.513	57.901	10,3	11,9	11,0
chefe de monoparental	159.396	182.082	209.260	23.225	27.279	35.516	12,7	13,0	14,5
parente	253.158	219.214	222.740	21.987	23.094	23.767	8,0	9,5	9,6
outros	196.015	219.576	216.358	20.668	27.683	19.957	9,5	11,2	8,4
total	1.678.136	1.643.135	1.785.711	222.814	226.633	238.894	11,7	12,1	11,8

Idosos residindo em domicílios Unifamiliares. Distribuição percentual segundo o tipo de família.

Pessoas idosas residindo em domicílios unifamiliares				Distribuição percentual (%)			Crescimento no período (%)		
Urbanos									
posição na família	1990	1995	1999	1990	1995	1999	95/90	99/95	99/90
sozinho	626.850	858.369	1.004.332	13,6	14,5	14,6	36,9	17,0	60,2
chefe ou conjuge casal sem filhos	992.351	1.388.365	1.632.342	21,6	23,5	23,7	39,9	17,6	64,5
chefe ou conj. casal c/ filhos e ou outros	1.034.678	1.278.969	1.425.081	22,5	21,6	20,7	23,6	11,4	37,7
chefe de monoparental	558.212	741.777	954.383	12,1	12,5	13,9	32,9	28,7	71,0
parente	903.933	993.745	1.122.027	19,6	16,8	16,3	9,9	12,9	24,1
outros	486.245	658.069	749.079	10,6	11,1	10,9	35,3	13,8	54,1
total	4.602.269	5.919.294	6.887.244	100,0	100,0	100,0	28,6	16,4	49,6
Pessoas idosas residindo em domicílios unifamiliares				Distribuição percentual			Crescimento no período		
Rurais									
posição na família	1990	1995	1999	1990	1995	1999	95/90	99/95	99/90
sozinho	195.011	215.358	253.189	11,6	13,1	14,2	10,4	17,6	29,8
chefe ou conjuge casal sem filhos	376.894	360.010	413.346	22,5	21,9	23,1	-4,5	14,8	9,7
chefe ou conj. casal c/ filhos e ou outros	497.662	446.895	470.818	29,7	27,2	26,4	-10,2	5,4	-5,4
chefe de monoparental	159.396	182.082	209.260	9,5	11,1	11,7	14,2	14,9	31,3
parente	253.158	219.214	222.740	15,1	13,3	12,5	-13,4	1,6	-12,0
outros	196.015	219.576	216.358	11,7	13,4	12,1	12,0	-1,5	10,4
total	1.678.136	1.643.135	1.785.711	100,0	100,0	100,0	-2,1	8,7	6,4

Idosos residindo em domicílios Multifamiliares. Distribuição percentual segundo o tipo de família.

Pessoas idosas residindo em domicílios multifamiliares				Distribuição percentual (%)			Crescimento no período (%)		
Urbanos									
posição na família	1990	1995	1999	1990	1995	1999	95/90	99/95	99/90
sozinho	1.283	15.500	13.248	0,2	1,8	1,3	1.108,1	-14,5	932,6
chefe / conjuge casal sem filhos	200.914	259.390	335.965	31,4	30,1	33,6	29,1	29,5	67,2
chefe / conj. casal c/ filhos e ou outros	160.325	226.716	246.221	25,0	26,3	24,6	41,4	8,6	53,6
chefe de monoparental	121.645	170.719	197.721	19,0	19,8	19,7	40,3	15,8	62,5
parente	88.799	110.622	107.312	13,9	12,8	10,7	24,6	-3,0	20,8
outros	67.090	78.152	100.834	10,5	9,1	10,1	16,5	29,0	50,3
total	640.056	861.099	1.001.301	100,0	100,0	100,0	34,5	16,3	56,4
Pessoas idosas residindo em domicílios multifamiliares				Distribuição percentual			Crescimento no período		
Rurais									
posição na família	1990	1995	1999	1990	1995	1999	95/90	99/95	99/90
sozinho	858	3.818	9.981	0,4	1,7	4,2	345,0	161,4	1.063,3
chefe / conjuge casal sem filhos	99.004	84.246	91.772	44,4	37,2	38,4	-14,9	8,9	-7,3
chefe / conj. casal c/ filhos e ou outros	57.072	60.513	57.901	25,6	26,7	24,2	6,0	-4,3	1,5
chefe de monoparental	23.225	27.279	35.516	10,4	12,0	14,9	17,5	30,2	52,9
parente	21.987	23.094	23.767	9,9	10,2	9,9	5,0	2,9	8,1
outros	20.668	27.683	19.957	9,3	12,2	8,4	33,9	-27,9	-3,4
total	222.814	226.633	238.894	100,0	100,0	100,0	1,7	5,4	7,2

Idosos residentes em domicílios multifamiliares segundo a ordem da família.

Pessoas idosas residindo em domicílios multifamiliares segundo a ordem das famílias no domicílio e a posição do idoso na família									
Urbano posição na família	idosos em domic. multifamiliares			(% 1a família			(% 2a. 3a. 4a ou + famílias		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	1.283	15.500	13.248	100,0	98,7	98,5	0,0	1,3	1,5
chefe / conjuge casal sem filhos	200.914	259.390	335.965	76,3	77,6	83,3	23,7	22,4	16,7
chefe / conj. casal c/ filhos e ou outros	160.325	226.716	246.221	94,3	95,2	94,7	5,7	4,8	5,3
chefe de monoparental	121.645	170.719	197.721	75,6	73,5	84,5	24,4	26,5	15,5
parente	88.799	110.622	107.312	88,9	85,1	85,7	11,1	14,9	14,3
outros	67.090	78.152	100.834	84,9	84,9	89,6	15,1	15,1	10,4
total	640.056	861.099	1.001.301	83,4	83,4	87,4	16,6	16,6	12,6
Rural posição na família	idosos em domic. multifamiliares			(% 1a família			(% 2a. 3a. 4a ou + famílias		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	858	3.818	9.981	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0
chefe / conjuge casal sem filhos	99.004	84.246	91.772	68,4	82,9	85,8	31,6	17,1	14,2
chefe / conj. casal c/ filhos e ou outros	57.072	60.513	57.901	93,9	96,4	100,0	6,1	3,6	0,0
chefe de monoparental	23.225	27.279	35.516	56,0	82,4	78,7	44,0	17,6	21,3
parente	21.987	23.094	23.767	70,8	90,2	94,1	29,2	9,8	5,9
outros	20.668	27.683	19.957	80,8	96,8	94,2	19,2	3,2	5,8
total	222.814	226.633	238.894	74,7	89,2	90,3	25,3	10,8	9,7

Famílias chefiadas por não idosos									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	1.058.154		1.058.154	1.470.112	72.504	1.542.616	1.710.322	95.275	1.805.597
Nordeste	4.831.720	3.103.677	7.935.397	6.206.962	3.062.758	9.269.720	6.815.027	3.296.555	10.111.582
Sudeste	12.354.177	1.870.737	14.224.914	14.281.906	1.651.369	15.933.275	15.489.000	1.739.976	17.228.976
Sul	3.604.177	1.538.025	5.142.202	4.595.368	1.163.293	5.758.661	5.055.334	1.229.484	6.284.818
C.Oeste	1.695.294	619.267	2.314.561	2.101.885	468.331	2.570.216	2.409.452	523.742	2.933.194
Brasil	23.543.522	7.131.706	30.675.228	28.656.233	6.418.255	35.074.488	31.479.135	6.885.032	38.364.167
Famílias chefiadas por idosos									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	155.376		155.376	207.916	13.135	221.051	254.708	10.968	265.676
Nordeste	1.024.665	793.110	1.817.775	1.299.713	809.510	2.109.223	1.437.781	858.615	2.296.396
Sudeste	2.294.072	343.685	2.637.757	2.904.787	343.746	3.248.533	3.378.634	397.088	3.775.722
Sul	535.906	283.725	819.631	786.219	251.759	1.037.978	891.300	269.853	1.161.153
C.Oeste	233.692	78.089	311.781	248.289	51.652	299.941	338.158	70.504	408.662
Brasil	4.243.711	1.498.609	5.742.320	5.446.924	1.469.802	6.916.726	6.300.581	1.607.028	7.907.609
Total de Famílias									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	1.213.530		1.213.530	1.678.028	85.639	1.763.667	1.965.030	106.243	2.071.273
Nordeste	5.856.385	3.896.787	9.753.172	7.506.675	3.872.268	11.378.943	8.252.808	4.155.170	12.407.978
Sudeste	14.648.249	2.214.422	16.862.671	17.186.693	1.995.115	19.181.808	18.867.634	2.137.064	21.004.698
Sul	4.140.083	1.821.750	5.961.833	5.381.587	1.415.052	6.796.639	5.946.634	1.499.337	7.445.971
C.Oeste	1.928.986	697.356	2.626.342	2.350.174	519.983	2.870.157	2.747.610	594.246	3.341.856
Brasil	27.787.233	8.630.315	36.417.548	34.103.157	7.888.057	41.991.214	37.779.716	8.492.060	46.271.776
Participação Percentual do famílias chefiadas por idosos (%)									
Regiões	1990			1995			1999		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	12,8		12,8	12,4	15,3	12,5	13,0	10,3	12,8
Nordeste	17,5	20,4	18,6	17,3	20,9	18,5	17,4	20,7	18,5
Sudeste	15,7	15,5	15,6	16,9	17,2	16,9	17,9	18,6	18,0
Sul	12,9	15,6	13,7	14,6	17,8	15,3	15,0	18,0	15,6
C.Oeste	12,1	11,2	11,9	10,6	9,9	10,5	12,3	11,9	12,2
Brasil	15,3	17,4	15,8	16,0	18,6	16,5	16,7	18,9	17,1

Chefias de famílias por faixa etária

faixa etária	Homens urbanos			faixa etária	Homens rurais			faixa etária	Homens (Urbano + Rural)		
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	1.496.998	1.741.638	1.826.604	até 24	559.247	494.733	505.069	até 24	2.056.245	2.236.371	2.331.673
25-39	8.839.967	10.272.651	10.167.625	25-39	2.809.665	2.439.008	2.513.177	25-39	11.649.632	12.711.659	12.680.802
40-64	9.212.168	11.007.943	12.104.455	40-64	3.175.933	2.886.363	3.155.310	40-64	12.388.101	13.894.306	15.259.765
65+	2.035.601	2.641.777	2.976.623	65+	921.233	878.255	973.505	65+	2.956.834	3.520.032	3.950.128
Total	21.584.734	25.664.009	27.075.307	Total	7.466.078	6.698.359	7.147.061	Total	29.050.812	32.362.368	34.222.368
faixa etária	Mulheres urbanas			faixa etária	Mulheres rurais			faixa etária	Mulheres (Urbano + Rural)		
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	540.469	810.423	1.132.612	até 24	137.912	142.979	163.793	até 24	678.381	953.402	1.296.405
25-39	1.703.510	2.262.779	2.837.364	25-39	249.676	230.619	267.633	25-39	1.953.186	2.493.398	3.104.997
40-64	2.707.373	3.655.914	4.612.667	40-64	483.680	474.484	522.642	40-64	3.191.053	4.130.398	5.135.309
65+	1.251.147	1.710.032	2.121.766	65+	292.969	341.616	390.931	65+	1.544.116	2.051.648	2.512.697
Total	6.202.499	8.439.148	10.704.409	Total	1.164.237	1.189.698	1.344.999	Total	7.366.736	9.628.846	12.049.408
faixa etária	(Homens + Mulheres) urbano			faixa etária	(Homens + Mulheres) rural			faixa etária	(Homens + Mulheres) (Urbano + Rural)		
	1990	1995	1999		1990	1995	1999		1990	1995	1999
até 24	2.037.467	2.552.061	2.959.216	até 24	697.159	637.712	668.862	até 24	2.734.626	3.189.773	3.628.078
25-39	10.543.477	12.535.430	13.004.989	25-39	3.059.341	2.669.627	2.780.810	25-39	13.602.818	15.205.057	15.785.799
40-64	11.919.541	14.663.857	16.717.122	40-64	3.659.613	3.360.847	3.677.952	40-64	15.579.154	18.024.704	20.395.074
65+	3.286.748	4.351.809	5.096.389	65+	1.214.202	1.219.871	1.364.436	65+	4.500.950	5.571.680	6.462.825
Total	27.787.233	34.103.157	37.779.716	Total	8.630.315	7.888.057	8.492.060	Total	36.417.548	41.991.214	46.271.776

Distribuição das pessoas que vivem sozinhas por gênero, situação de domicílio segundo a faixa etária

faixa etária	homens urbanos			homens rurais			homens total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
15-24	9,2	9,3	8,2	9,3	9,8	8,2	9,2	9,4	8,2
25-34	24,6	23,7	20,5	11,6	15,3	12,0	21,1	21,6	18,5
35-44	19,5	18,8	19,5	14,5	16,1	16,7	18,2	18,1	18,8
45-54	13,7	15,5	17,9	15,6	18,5	17,5	14,2	16,2	17,8
55-64	14,0	13,5	14,8	18,2	16,6	17,3	15,1	14,2	15,4
65+	19,1	19,3	19,0	30,8	23,7	28,2	22,2	20,3	21,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	847.051	1.181.773	1.446.734	305.715	383.805	439.960	1.152.766	1.565.578	1.886.694
faixa etária	mulheres urbanas			mulheres rurais			mulheres total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
15-24	3,8	3,6	3,9	2,5	0,9	2,9	3,6	3,3	3,8
25-34	10,4	9,4	8,6	5,7	3,7	2,7	9,8	8,7	7,9
35-44	9,5	9,8	10,5	5,3	3,5	2,3	8,9	9,0	9,6
45-54	11,9	13,2	13,3	7,7	8,7	9,6	11,3	12,6	12,9
55-64	21,6	21,4	21,6	21,0	21,8	20,2	21,5	21,4	21,4
65+	42,8	42,6	42,1	57,9	61,3	62,2	44,9	44,9	44,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	1.090.495	1.516.679	1.762.446	175.973	209.357	223.850	1.266.468	1.726.036	1.986.296

Proporção de pessoas que vivem sozinhas sobre o total da população na faixa etária por gênero e situação de domicílio									
faixa etária	homens urbanos			homens rurais			homens total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
15-24	0,8	1,0	1,0	0,8	1,2	1,1	0,8	1,0	1,0
25-34	2,6	3,0	3,1	1,4	2,6	2,4	2,3	2,9	3,0
35-44	2,6	2,9	3,3	2,3	3,5	3,7	2,6	3,0	3,4
45-54	2,7	3,6	4,4	3,3	5,4	5,3	2,9	4,0	4,6
55-64	4,2	4,9	5,9	5,4	6,7	7,2	4,6	5,3	6,2
65+	7,2	7,9	8,3	9,4	9,6	11,7	7,9	8,3	9,1
Total (%)	1,7	2,0	2,4	1,6	2,3	2,6	1,7	2,1	2,4
faixa etária	mulheres urbanas			mulheres rurais			mulheres total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
15-24	0,4	0,5	0,5	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5
25-34	1,3	1,4	1,4	0,4	0,4	0,3	1,1	1,2	1,2
35-44	1,5	1,7	1,9	0,5	0,5	0,3	1,3	1,5	1,7
45-54	2,9	3,6	3,5	1,0	1,5	1,6	2,5	3,2	3,2
55-64	7,1	8,3	8,8	3,9	4,9	4,5	6,4	7,6	8,0
65+	15,5	16,5	16,2	11,3	13,9	14,4	14,5	16,0	15,9
Total (%)	2,0	2,4	2,7	1,0	1,4	1,4	1,8	2,2	2,4

Participação percentual das Pessoas maiores de 65 anos vivendo em arranjos familiares na condição de parente						
vivendo com :	Homens 90	Homens 95	Homens 99	Mulheres 90	Mulheres 95	Mulheres 99
os pais ainda mais velhos	3,1	2,4	3,3	0,9	0,6	1,4
um casal com filhos e/ou parente	58,5	56,9	49,3	49,2	47,4	43,6
chefe menos 24 anos	1,1	0,8	0,3	0,5	0,6	0,5
chefe 25-39 anos	19,3	18,3	17,1	13,6	13,7	11,0
chefe com 40 anos ou mais	38,0	37,7	32,0	35,1	33,1	32,1
em famílias monoparentais e/ou parente	10,9	12,7	13,2	15,7	14,3	16,3
chefe menos de 24 anos e homem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
chefe 25-39 anos e homem	0,6	0,0	0,0	0,6	0,5	0,4
chefe 40 anos e mais e homem	0,8	1,6	0,8	1,4	1,4	1,1
chefe menos de 24 anos e mulher	0,6	0,2	0,3	0,4	0,1	0,1
chefe 25-39 anos e mulher	1,9	3,2	2,0	3,2	3,0	2,7
chefe 40 anos e mais e mulher	7,0	7,6	10,1	10,0	9,3	11,9
um casal sem filhos e/ou parente	11,2	11,8	12,2	10,3	10,0	10,7
chefe menos de 24 anos homem	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2
chefe menos 25-39 anos homem	1,3	1,8	2,3	1,7	1,0	1,1
chefe 40 anos e mais homem	9,1	9,5	9,3	7,9	8,3	8,7
chefe menos de 24 anos mulher	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
chefe 40 anos e mais mulher	0,4	0,2	0,2	0,3	0,3	0,8
chefe e ou parente / ag / pens.	16,3	16,3	22,0	23,9	27,7	27,9
chefe menos de 24 anos homem	0,0	0,2	0,4	0,3	0,3	0,5
chefe menos 25-39 anos homem	1,8	1,9	2,6	3,6	3,4	3,4
chefe 40 anos e mais homem	3,9	4,0	7,1	5,7	8,7	8,3
chefe menos de 24 anos mulher	0,2	0,0	0,2	0,1	0,3	0,2
chefe menos 25-39 anos mulher	1,0	1,6	1,7	1,7	1,0	1,6
chefe 40 anos e mais mulher	9,4	8,5	9,9	12,6	14,0	14,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Absoluto	233.995	257.553	314.801	1.033.882	1.089.122	1.161.045

Distribuição dos Idosos por faixa etária segundo o tipo de família - 1990											
faixa etária	65-69		70-74		75-79		80+		Total		
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
sozinho	6,1	12,3	8,4	15,2	8,6	17,7	11,8	19,8	7,9	14,5	
casal	28,1	20,8	30,6	19,3	36,4	16,2	31,6	8,0	30,6	17,4	
casal + filho/par/outro	48,0	20,2	39,1	12,1	30,7	6,9	22,6	3,1	38,7	12,7	
monopar	5,0	17,7	6,4	17,6	6,6	16,5	9,5	14,7	6,3	16,9	
parente	4,2	16,1	6,4	23,1	7,8	31,6	14,9	43,6	7,2	26,4	
outro	8,6	12,8	9,2	12,8	9,9	11,1	9,7	10,7	9,2	12,1	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total (Abs.)	1.278.510	1.486.121	866.416	1.033.318	630.692	750.702	454.385	643.131	3.230.003	3.913.272	

Distribuição dos Idosos por faixa etária segundo o tipo de família - 1995											
faixa etária	65-69		70-74		75-79		80+		Total		
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
sozinho	7,3	12,5	8,2	16,9	8,2	18,9	11,8	19,8	8,3	16,0	
casal	30,0	22,6	33,3	19,4	35,5	15,7	31,6	8,0	32,1	17,9	
casal + filho/par/outro	45,4	20,0	35,7	12,3	29,4	7,3	22,6	3,1	36,6	12,7	
monopar	4,8	18,6	6,0	18,6	7,6	20,6	9,5	14,7	6,3	18,3	
parente	3,9	14,0	5,8	18,7	8,0	25,3	14,9	43,6	6,7	22,6	
outro	8,7	12,3	11,1	14,2	11,5	12,2	9,7	10,7	10,0	12,5	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total (Abs.)	1.548.178	1.862.456	1.040.337	1.247.028	683.152	836.496	550.727	881.787	3.822.394	4.827.767	

Distribuição dos Idosos por faixa etária segundo o tipo de família - 1999											
faixa etária	65-69		70-74		75-79		80+		Total		
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
sozinho	7,2	11,9	9,0	15,9	11,1	20,8	11,9	19,0	9,1	15,9	
casal	30,6	23,1	36,1	21,7	35,7	15,8	31,5	7,2	33,2	18,4	
casal + filho/par/outro	43,8	18,9	34,8	11,6	27,6	8,3	22,2	3,0	35,0	12,0	
monopar	4,6	21,3	5,6	20,8	6,8	20,1	10,4	18,1	6,2	20,3	
parente	5,3	11,8	5,6	17,7	7,3	22,9	14,7	41,5	7,2	21,0	
outro	8,5	12,9	8,9	12,4	11,6	12,2	9,4	11,2	9,3	12,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total (Abs.)	1.680.017	2.001.280	1.236.997	1.499.404	784.266	989.204	676.656	1.045.326	4.377.936	5.535.214	

Distribuição dos Idosos por anos de estudo e tipo de família e situação de domicílio - 1990										
	homem - urbano					mulher - urbano				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	86.333	49.172	16.167	10.067	161.739	215.467	171.912	43.689	34.660	466.394
casal	262.589	294.927	85.816	70.308	713.876	213.324	184.672	46.833	34.324	479.389
casal/filho/par	324.710	356.847	90.506	70.666	842.729	164.926	137.682	32.409	17.257	352.274
monop/par/out	66.807	57.386	15.354	10.588	150.135	274.198	185.533	45.571	24.420	529.722
parente	83.309	65.943	14.499	8.335	172.296	401.683	294.396	82.038	41.649	820.436
outro	84.687	72.232	13.730	22.357	193.006	169.132	110.373	42.697	38.127	360.329
Total	908.435	896.507	236.072	192.321	2.233.781	1.438.730	1.084.568	293.237	190.437	3.008.544
	homem - rural					mulher - rural				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	75.231	16.572	1.397	857	94.057	87.920	12.433	1.459		101.812
casal	184.016	82.656	4.255	3.721	275.315	147.797	46.692	3.568	2.526	200.583
casal/filho/par	279.485	117.006	9.555	1.917	408.630	103.115	41.475		1.514	146.104
monop/par/out	37.237	14.614	656		52.507	98.910	27.599	3.277	328	130.114
parente	46.058	15.407	234		61.699	179.902	31.030	2.066	448	213.446
outro	74.480	25.286	4.248		104.014	88.336	21.135	1.228	1.314	112.669
Total	696.507	271.541	20.345	6.495	996.222	705.980	180.364	11.598	6.130	904.728
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	161.564	65.744	17.564	10.924	256.796	303.387	184.345	45.148	34.660	568.206
casal	446.605	377.583	90.071	74.029	989.191	361.121	231.364	50.401	36.850	679.972
casal/filho/par	604.195	473.853	100.061	72.583	1.251.359	268.041	179.157	32.409	18.771	498.378
monop/par/out	104.044	72.000	16.010	10.588	202.642	373.108	213.132	48.848	24.748	659.836
parente	129.367	81.350	14.733	8.335	233.995	581.585	325.426	84.104	42.097	1.033.882
outro	159.167	97.518	17.978	22.357	297.020	257.468	131.508	43.925	39.441	472.998
Total	1.604.942	1.168.048	256.417	198.816	3.230.003	2.144.710	1.264.932	304.835	196.567	3.913.272
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	10,1	5,6	6,8	5,5	7,9	14,1	14,6	14,8	17,6	14,5
casal	27,8	32,3	35,1	37,2	30,6	16,8	18,3	16,5	18,7	17,4
casal/filho/par	37,6	40,6	39,0	36,5	38,7	12,5	14,2	10,6	9,5	12,7
monop/par/out	6,5	6,2	6,2	5,3	6,3	17,4	16,8	16,0	12,6	16,9
parente	8,1	7,0	5,7	4,2	7,2	27,1	25,7	27,6	21,4	26,4
outro	9,9	8,3	7,0	11,2	9,2	12,0	10,4	14,4	20,1	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Distribuição dos Idosos por anos de estudo e tipo de família e situação de domicílio - 1995										
	homem - urbano					mulher - urbano				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	104.513	81.652	20.574	20.605	227.344	266.669	232.613	77.694	69.549	646.525
casal	330.690	378.301	137.791	120.576	967.358	256.060	286.305	82.407	55.625	680.397
casal/filho/par	375.445	445.105	109.276	112.225	1.043.107	171.596	201.847	53.656	35.479	462.578
monop/par/ou	77.556	75.818	16.814	10.195	180.383	341.372	279.385	67.565	43.791	732.113
parente	101.769	68.015	19.699	6.608	196.091	456.558	318.868	81.446	50.923	908.276
outro	98.213	89.193	30.474	41.935	259.815	214.105	154.728	53.529	54.044	476.406
Total	1.088.186	1.138.084	334.628	312.144	2.874.098	1.706.360	1.473.746	416.297	309.411	3.905.295
	homem - rural					mulher - rural				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	66.989	20.798	3.103		90.890	109.650	16.170	1.159	1.307	128.286
casal	176.316	72.210	7.513	2.994	259.033	125.945	55.101	4.177		185.223
casal/filho/par	243.329	99.540	10.300	2.015	355.184	95.896	49.770	6.048	510	152.224
monop/par/ou	44.157	15.170	704	323	60.354	115.067	30.343	3.597		149.007
parente	42.077	18.222	1.163		61.462	127.589	46.472	5.561	1.224	180.846
outro	83.871	33.041	3.710	751	121.373	97.716	25.233	1.478	1.144	125.886
Total	656.739	258.981	26.493	6.083	948.296	671.863	223.089	22.020	4.185	921.472
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	171.502	102.450	23.677	20.605	318.234	376.319	248.783	78.853	70.856	774.811
casal	507.006	450.511	145.304	123.570	1.226.391	382.005	341.406	86.584	55.625	865.620
casal/filho/par	618.774	544.645	119.576	114.240	1.398.291	267.492	251.617	59.704	35.989	614.802
monop/par/ou	121.713	90.988	17.518	10.518	240.737	456.439	309.728	71.162	43.791	881.120
parente	143.846	86.237	20.862	6.608	257.553	584.147	365.340	87.007	52.147	1.089.122
outro	182.084	122.234	34.184	42.686	381.188	311.821	179.961	55.007	55.188	602.292
Total	1.744.925	1.397.065	381.121	318.227	3.822.394	2.378.223	1.696.835	438.317	313.596	4.827.767
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	9,8	7,3	6,6	6,5	8,3	15,8	14,7	18,0	22,6	16,0
casal	29,1	32,2	40,2	38,8	32,1	16,1	20,1	19,8	17,7	17,9
casal/filho/par	35,5	39,0	33,1	35,9	36,6	11,2	14,8	13,6	11,5	12,7
monop/par/ou	7,0	6,5	4,9	3,3	6,3	19,2	18,3	16,2	14,0	18,3
parente	8,2	6,2	5,8	2,1	6,7	24,6	21,5	19,9	16,6	22,6
outro	10,4	8,7	9,5	13,4	10,0	13,1	10,6	12,5	17,6	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Distribuição dos idosos por anos de estudo e tipo de família e situação de domicílio - 1999										
	homem - urbano					mulher - urbano				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	123.550	95.965	27.870	28.022	275.407	304.160	271.584	96.420	69.242	742.173
casal	340.947	480.438	145.630	180.090	1.147.610	272.435	351.421	95.381	101.199	820.697
casal/filho/par	366.570	492.374	138.929	154.460	1.152.594	182.358	228.013	62.231	45.572	518.708
monop/par/ou	81.330	81.081	20.690	21.216	204.511	419.291	367.333	98.650	62.114	947.593
parente	110.072	89.252	25.395	16.367	241.086	455.833	356.378	104.453	70.821	988.253
outro	117.384	110.039	30.616	41.449	299.488	240.279	187.221	60.375	62.550	550.425
Total	1.139.853	1.349.149	389.130	441.604	3.320.696	1.874.356	1.761.950	517.510	411.498	4.567.849
	homem - rural					mulher - rural				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	92.373	28.832	2.703		123.908	107.382	24.935	5.881	1.064	139.262
casal	184.614	104.286	12.272	5.191	306.363	126.081	61.668	8.153	2.853	198.755
casal/filho/par	250.560	116.520	11.708	1.730	380.518	94.510	48.785	4.701	205	148.201
monop/par/ou	43.871	19.185	2.698	504	66.258	122.884	50.087	3.978	1.035	178.518
parente	48.069	23.995	1.651		73.715	118.432	42.278	10.743	1.339	172.792
outro	79.155	24.016	3.112	195	106.478	95.371	27.615	5.238	1.613	129.837
Total	698.642	316.834	34.144	7.620	1.057.240	664.660	255.368	38.694	8.109	967.365
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	215.923	124.797	30.573	28.022	399.315	411.542	296.519	102.301	70.306	881.435
casal	525.561	584.724	157.902	185.281	1.453.973	398.516	413.089	103.534	104.052	1.019.452
casal/filho/par	617.130	608.894	150.637	156.190	1.533.112	276.868	276.798	66.932	45.777	666.909
monop/par/ou	125.201	100.266	23.388	21.720	270.769	542.175	417.420	102.628	63.149	1.126.111
parente	158.141	113.247	27.046	16.367	314.801	574.265	398.656	115.196	72.160	1.161.045
outro	196.539	134.055	33.728	41.644	405.966	335.650	214.836	65.613	64.163	680.262
Total	1.838.495	1.665.983	423.274	449.224	4.377.936	2.539.016	2.017.318	556.204	419.607	5.535.214
	homem					mulher				
	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total	s.instr.	1 a 4	5 a 8	9 ou +	Total
sozinho	11,7	7,5	7,2	6,2	9,1	16,2	14,7	18,4	16,8	15,9
casal	28,6	35,1	37,3	41,2	33,2	15,7	20,5	18,6	24,8	18,4
casal/filho/par	33,6	36,5	35,6	34,8	35,0	10,9	13,7	12,0	10,9	12,0
monop/par/ou	6,8	6,0	5,5	4,8	6,2	21,4	20,7	18,5	15,0	20,3
parente	8,6	6,8	6,4	3,6	7,2	22,6	19,8	20,7	17,2	21,0
outro	10,7	8,0	8,0	9,3	9,3	13,2	10,6	11,8	15,3	12,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Distribuição dos idosos por cor e tipo de família - 1999									
Homem Urbano					Homem Urbano				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	167.291	108.116	275.407	sozinho	5,0	3,3	8,3		
casal	864.891	282.719	1.147.610	casal	26,0	8,5	34,6		
casal+fil	696.943	455.651	1.152.594	casal+fil	21,0	13,7	34,7		
monopar	124.381	80.130	204.511	monopar	3,7	2,4	6,2		
parente	149.533	91.553	241.086	parente	4,5	2,8	7,3		
outro	172.554	126.934	299.488	outro	5,2	3,8	9,0		
Total	2.175.593	1.145.103	3.320.696	Total	65,5	34,5	100,0		
Mulher Urbana					Mulher Urbana				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	536.063	206.110	742.173	sozinho	11,7	4,5	16,2		
casal	617.989	202.708	820.697	casal	13,5	4,4	18,0		
casal+fil	331.738	186.970	518.708	casal+fil	7,3	4,1	11,4		
monopar	569.080	378.513	947.593	monopar	12,5	8,3	20,7		
parente	666.137	322.116	988.253	parente	14,6	7,1	21,6		
outro	312.503	237.922	550.425	outro	6,8	5,2	12,0		
Total	3.033.510	1.534.339	4.567.849	Total	66,4	33,6	100,0		
Homem Rural					Homem Rural				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	48.767	75.141	123.908	sozinho	4,6	7,1	11,7		
casal	161.457	144.906	306.363	casal	15,3	13,7	29,0		
casal+fil	178.815	201.703	380.518	casal+fil	16,9	19,1	36,0		
monopar	28.988	37.270	66.258	monopar	2,7	3,5	6,3		
parente	37.870	35.845	73.715	parente	3,6	3,4	7,0		
outro	45.559	60.919	106.478	outro	4,3	5,8	10,1		
Total	501.456	555.784	1.057.240	Total	47,4	52,6	100,0		
Mulher Rural					Mulher Rural				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	62.585	76.677	139.262	sozinho	6,5	7,9	14,4		
casal	103.751	95.004	198.755	casal	10,7	9,8	20,5		
casal+fil	80.273	67.928	148.201	casal+fil	8,3	7,0	15,3		
monopar	85.238	93.280	178.518	monopar	8,8	9,6	18,5		
parente	86.935	85.857	172.792	parente	9,0	8,9	17,9		
outro	53.715	76.122	129.837	outro	5,6	7,9	13,4		
Total	472.497	494.868	967.365	Total	48,8	51,2	100,0		
Homem					Homem				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	216.058	183.257	399.315	sozinho	4,9	4,2	9,1		
casal	1.026.348	427.625	1.453.973	casal	23,4	9,8	33,2		
casal+fil	875.758	657.354	1.533.112	casal+fil	20,0	15,0	35,0		
monopar	153.369	117.400	270.769	monopar	3,5	2,7	6,2		
parente	187.403	127.398	314.801	parente	4,3	2,9	7,2		
outro	218.113	187.853	405.966	outro	5,0	4,3	9,3		
Total	2.677.049	1.700.887	4.377.936	Total	61,1	38,9	100,0		
Mulher					Mulher				
	não negro	negro	Total			não negro	negro	Total	
sozinho	598.648	282.787	881.435	sozinho	10,8	5,1	15,9		
casal	721.740	297.712	1.019.452	casal	13,0	5,4	18,4		
casal+fil	412.011	254.898	666.909	casal+fil	7,4	4,6	12,0		
monopar	654.318	471.793	1.126.111	monopar	11,8	8,5	20,3		
parente	753.072	407.973	1.161.045	parente	13,6	7,4	21,0		
outro	366.218	314.044	680.262	outro	6,6	5,7	12,3		
Total	3.506.007	2.029.207	5.535.214	Total	63,3	36,7	100,0		

Percentual de pessoas idosas segundo o tipo de família com:	unipessoais			casal		
	90	95	99	90	95	99
abastecimento de água adequado	70,2	74,1	80,3	69,8	81,9	88,4
esgotamento sanitário adequado	54,4	58,4	62,2	55,1	63,5	67,7
uso exclusivo da instalação sanitária	79,5	78,2	83,1	81,4	87,5	93,1
coleta de lixo	62,5	70,1	76,5	59,3	71,6	79,4
iluminação elétrica	84,8	87,3	91,2	84,4	91,5	94,7
possui fogão	96,1	95,6	97,1	96,5	99,2	99,7
possui geladeira	66,4	59,4	70,4	67,3	77,3	86,9
possui rádio	83,2	72,6	77,8	84,6	88,0	90,4
possui tv	70,6	61,5	70,7	69,8	78,8	87,6
possui 4 ou mais bens	39,3	46,0	56,2	56,6	66,2	76,9
possui domicílio próprio	68,9	72,9	76,5	77,9	82,3	84,4
absoluto	824.002	1.093.045	1.280.750	1.669.163	2.092.011	2.473.425
Percentual de pessoas idosas segundo o tipo de família com:	casal / filhos e ou parentes/agr.			monoparental e ou par/ag		
	90	95	99	90	95	99
abastecimento de água adequado	64,7	77,5	82,3	73,7	79,3	85,7
esgotamento sanitário adequado	49,2	56,4	60,4	55,7	61,2	65,3
uso exclusivo da instalação sanitária	74,6	84,7	88,1	82,6	85,9	89,7
coleta de lixo	55,1	66,0	73,1	64,0	73,1	79,6
iluminação elétrica	80,5	88,6	92,3	86,5	90,1	95,0
possui fogão	95,1	99,0	99,3	96,5	98,5	99,4
possui geladeira	61,8	73,3	81,9	68,7	71,3	80,7
possui rádio	82,3	91,0	90,3	84,0	85,6	87,7
possui tv	66,0	79,8	85,9	71,9	78,2	86,4
possui 4 ou mais bens	55,6	66,7	72,6	55,9	62,8	71,7
possui domicílio próprio	79,8	84,2	85,2	76,7	81,4	84,8
absoluto	1.749.737	2.013.093	2.200.021	862.478	1.121.857	1.396.880
Percentual de pessoas idosas segundo o tipo de família com:	parentes			outros		
	90	95	99	90	95	99
abastecimento de água adequado	77,5	85,3	88,8	66,8	71,9	80,4
esgotamento sanitário adequado	61,6	65,0	69,6	51,2	54,4	57,7
uso exclusivo da instalação sanitária	84,9	92,0	93,3	76,1	82,1	86,5
coleta de lixo	67,5	74,3	81,5	59,6	63,8	73,9
iluminação elétrica	89,2	94,5	95,4	80,7	87,2	92,4
possui fogão	96,6	99,1	99,4	93,9	98,8	98,7
possui geladeira	74,3	81,7	87,6	63,8	66,3	76,0
possui rádio	86,2	91,4	92,7	82,6	84,4	84,8
possui tv	76,5	85,9	91,3	66,9	71,6	82,4
possui 4 ou mais bens	67,9	74,9	80,9	53,0	56,8	65,1
possui domicílio próprio	72,4	76,1	78,8	77,0	82,0	84,2
absoluto	1.267.877	1.346.675	1.475.846	770.018	983.480	1.086.228

Proporção da população que trabalha por situação de domicílio e faixa etária segundo sexo						
taxas de atividade urbanas						
	homem 90	homem 95	homem 99	mulher 90	mulher 95	mulher 99
10	14,9	13,7	9,6	7,6	7,1	4,8
15	59,9	53,1	42,7	37,2	33,0	26,9
20	83,2	79,6	75,3	51,5	51,6	48,7
25	90,4	88,1	85,4	52,8	54,1	53,9
30	93,2	90,3	87,6	54,1	57,5	57,5
35	93,6	90,8	88,8	55,5	59,6	59,3
40	92,9	90,2	87,7	52,3	59,0	57,7
45	90,0	87,5	83,6	47,3	52,5	52,9
50	80,8	79,2	75,4	37,7	43,0	44,3
55	72,0	69,8	66,9	28,8	31,2	33,6
60	60,3	55,2	52,6	17,9	18,7	19,9
65	38,7	40,8	38,2	10,3	10,7	11,8
70	21,6	26,6	25,0	6,0	7,1	6,0
75	18,4	15,2	14,5	4,3	3,8	4,0
80+	9,2	9,5	10,1	1,3	2,2	2,3
Total	53,5	52,7	50,9	30,5	32,3	32,2
taxas de atividade rurais						
	homem 90	homem 95	homem 99	mulher 90	mulher 95	mulher 99
10	43,6	50,0	43,5	17,4	26,0	21,8
15	85,0	82,5	74,8	41,4	42,1	36,7
20	94,6	91,7	88,9	42,3	45,2	46,3
25	95,2	94,8	92,7	41,8	50,9	49,1
30	96,6	94,8	93,7	46,6	53,4	54,2
35	97,0	95,0	93,4	48,7	57,0	58,8
40	95,7	94,9	94,6	47,4	58,0	59,6
45	95,6	93,6	93,1	42,6	54,8	59,0
50	93,7	92,3	90,5	39,2	53,7	55,7
55	90,8	90,8	87,7	34,3	44,7	47,7
60	86,1	83,9	81,3	24,0	36,1	35,0
65	70,8	69,7	71,6	17,1	27,9	26,3
70	51,6	58,3	57,7	11,6	18,8	21,1
75	44,7	44,4	51,6	6,6	10,1	11,7
80+	20,7	31,3	29,3	1,5	5,0	6,9
Total	59,9	61,6	61,3	26,1	32,4	33,1

Proporção de pessoas idosas que trabalham por tipo de família (%)						
urbano	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	26,7	19,9	18,6	8,7	7,3	7,3
casal	20,5	24,4	23,8	6,1	7,6	7,2
casal + fil/par/o	32,6	35,6	32,8	6,0	7,9	8,3
monopar /par/o	23,2	20,2	20,3	7,7	8,7	7,4
parente	14,9	15,6	11,6	2,6	3,2	3,4
outro	28,7	29,6	28,1	12,0	9,6	10,4
total	26,0	27,7	25,8	6,5	7,0	6,9
rural	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	47,8	52,9	57,8	9,3	14,2	12,4
casal	49,5	56,5	56,6	7,5	22,4	21,8
casal + fil/par/o	64,0	62,9	64,0	15,2	25,4	26,1
monopar /par/o	51,3	55,6	49,4	16,6	17,1	22,2
parente	19,7	21,5	28,0	6,2	7,9	8,5
outro	51,1	59,0	59,8	18,5	21,7	20,8
total	53,7	56,5	57,3	11,3	18,0	18,7

Proporção de pessoas idosas não aposentadas e ou pensionistas por tipo de família (%)						
urbano	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	12,5	10,8	7,8	7,3	6,7	5,9
casal	7,5	7,0	7,2	56,3	46,8	41,0
casal + fil/par/o	13,7	11,8	12,7	62,9	53,1	48,8
monopar /par/o	9,3	7,5	9,0	9,7	8,3	7,7
parente	10,8	15,6	13,3	13,9	15,6	12,8
outro	13,3	7,9	12,0	20,0	19,5	16,9
total	11,1	9,8	10,1	25,4	23,1	20,3
rural	Homens			Mulheres		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
sozinho	11,9	8,6	13,5	5,1	6,3	5,7
casal	9,8	7,5	8,6	49,3	24,2	19,7
casal + fil/par/o	18,6	9,8	10,2	55,0	24,1	13,6
monopar /par/o	17,0	11,6	11,3	9,4	5,3	4,5
parente	8,0	8,1	13,8	9,4	8,6	8,0
outro	9,3	10,9	8,2	25,2	13,1	9,0
total	13,8	9,2	10,2	27,1	14,0	10,4

Distribuição dos idosos por tipo de família e faixa de renda pessoal em salários mínimos - 1990						
Idoso	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	10,5	9,2	8,2	5,8	5,4	7,9
casal	28,1	30,3	29,8	27,7	36,7	30,7
casal + filho/par/outro	32,7	35,1	40,2	46,8	41,2	38,8
monopar	6,9	7,6	7,0	5,6	4,4	6,4
parente	11,2	10,0	6,0	4,9	2,5	7,0
outro	10,5	7,8	8,8	9,1	9,8	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	592.753	779.730	624.102	489.614	668.119	3.154.318
Idosa	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	14,9	17,9	18,4	25,8	23,7	18,2
casal	14,6	10,3	9,3	7,1	9,7	11,2
casal + filho/par/outro	9,3	7,5	5,4	4,0	4,9	7,3
monopar	16,3	20,0	25,9	25,7	20,3	20,1
parente	33,4	32,5	27,2	20,7	22,7	30,2
outro	11,6	11,7	13,9	16,6	18,7	13,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	983.173	1.131.337	424.937	227.605	310.782	3.077.834
Distribuição dos idosos por tipo de família e faixa de renda pessoal em salários mínimos - 1995						
Idoso	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	17,9	9,4	10,4	6,8	5,1	8,3
casal	27,6	31,0	29,4	32,4	38,1	32,4
casal + filho/par/outro	35,8	33,7	34,1	41,1	39,6	36,6
monopar	4,0	7,2	6,8	7,2	4,1	6,3
parente	8,5	10,3	8,2	3,7	1,7	6,4
outro	6,2	8,3	11,0	8,8	11,4	9,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	20.185	993.692	1.125.830	680.818	862.319	3.682.844
Idosa	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	17,3	14,5	21,2	22,9	30,8	19,1
casal	28,6	17,7	9,7	8,4	8,9	13,5
casal + filho/par/outro	13,6	12,7	6,0	3,8	4,5	8,9
monopar	8,2	18,3	23,0	29,1	22,4	21,1
parente	14,2	25,5	26,5	19,8	15,9	24,1
outro	18,1	11,3	13,6	16,1	17,5	13,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	40.209	1.907.655	1.162.293	423.234	412.435	3.945.826
Distribuição dos idosos por tipo de família e faixa de renda pessoal em salários mínimos - 1999						
Idoso	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	30,3	20,9	11,4	8,8	6,1	9,3
casal	11,7	19,1	30,5	32,5	39,2	33,5
casal + filho/par/outro	35,4	31,0	31,6	37,8	37,9	35,0
monopar	1,8	4,7	6,9	6,5	5,1	6,2
parente	14,1	13,3	10,3	4,5	3,1	6,8
outro	6,6	10,9	9,4	9,8	8,5	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	11.062	33.875	1.915.892	949.650	1.308.032	4.218.511
Idosa	0-0,5	0,5-1,0	1 - 2,0	2,0-4,0	> 4	Total
sozinho	15,7	26,3	15,3	22,0	26,1	18,3
casal	20,1	17,7	17,1	9,3	10,5	14,7
casal + filho/par/outro	22,0	18,2	11,1	5,0	4,4	9,0
monopar	14,3	18,4	19,6	30,6	27,7	22,8
parente	9,2	10,6	24,5	21,0	16,3	22,4
outro	18,7	8,7	12,5	12,1	15,0	12,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	17.965	33.111	3.076.178	825.196	773.543	4.725.993

Distribuição dos idosos por faixa de rendimento familiar per capita em salários mínimos segundo o tipo de família - 1990												
faixa de rendir	0-0,5		0,5-1,0		1 - 2,0		2,0-4,0		> 4		Total	
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
sozinho	7,4	15,0	8,8	20,0	7,9	10,3	6,6	10,9	8,6	12,9	7,9	14,5
casal	31,0	19,2	30,5	18,0	26,9	15,9	30,1	15,6	36,1	16,6	30,6	17,4
casal + filho/p	39,9	12,1	37,4	12,6	41,9	14,2	39,5	13,4	33,1	11,4	38,7	12,7
monoparental	5,0	16,9	5,9	15,8	7,6	20,1	8,0	18,3	6,1	13,0	6,3	16,9
parente	5,6	20,3	7,8	22,3	8,1	30,2	8,4	31,5	7,1	35,1	7,2	26,4
outro	11,0	16,5	9,6	11,2	7,5	9,4	7,5	10,3	8,9	11,1	9,2	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (Abs.)	920.589	1.032.851	816.229	1.012.571	644.444	758.574	429.213	538.082	419.528	571.194	3.230.003	3.913.272
Distribuição dos idosos por faixa de rendimento familiar per capita em salários mínimos segundo o tipo de família - 1995												
faixa de rendir	0-0,5		0,5-1,0		1 - 2,0		2,0-4,0		> 4		Total	
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
sozinho	2,0	3,4	8,7	20,6	10,6	17,7	8,1	12,7	8,4	17,0	8,3	16,0
casal	26,4	15,6	27,6	15,5	35,7	21,2	36,1	19,1	33,9	16,7	32,1	17,9
casal + filho/p	43,8	10,4	39,3	13,8	31,7	12,5	35,5	12,6	36,2	13,0	36,6	12,7
monoparental	7,6	25,3	6,8	18,1	6,2	17,4	5,5	18,2	5,3	15,5	6,3	18,3
parente	8,4	24,3	5,8	18,7	7,4	20,3	7,5	28,0	5,3	26,6	6,7	22,6
outro	11,8	21,1	11,7	13,2	8,5	11,0	7,2	9,4	11,0	11,2	10,0	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (Abs.)	454.860	510.583	1.071.379	1.341.536	1.107.481	1.395.160	566.044	765.492	622.630	814.996	3.822.394	4.827.767
Distribuição dos idosos por faixa de rendimento familiar per capita em salários mínimos segundo o tipo de família - 1999												
faixa de rendir	0-0,5		0,5-1,0		1 - 2,0		2,0-4,0		> 4		Total	
tipo de família	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
sozinho	1,8	2,6	13,6	24,7	8,4	12,1	8,6	14,9	8,9	16,8	9,1	15,9
casal	24,6	12,5	31,1	18,5	33,6	19,4	37,9	20,2	40,4	19,6	33,2	18,4
casal + filho/p	44,1	10,1	33,7	12,0	34,8	13,5	32,8	11,6	31,5	11,7	35,0	12,0
monoparental	9,0	28,2	4,8	17,3	6,0	22,2	7,2	19,8	5,7	17,6	6,2	20,3
parente	8,2	24,1	6,7	15,2	7,9	22,4	6,9	25,0	6,1	23,5	7,2	21,0
outro	12,2	22,4	10,2	12,3	9,3	10,4	6,6	8,6	7,4	10,8	9,3	12,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (Abs.)	628.498	701.862	1.311.195	1.696.615	1.114.225	1.415.317	684.453	866.757	638.929	854.663	4.377.300	5.535.214

Participação percentual da renda do idoso urbano na renda total familiar por tipo de família, situação de domicílio e sexo Média, Mediana e N (Total de idosos que declararam renda)						
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	81,5	100,0	700.209	41,8	50,0	236.937
casal/f	50,9	47,4	822.486	25,2	20,0	150.764
monoparental	48,3	39,7	148.428	45,5	36,6	494.848
parente	24,6	18,2	162.706	21,0	14,4	730.237
outro	67,2	71,0	186.795	62,5	59,4	301.408
total	60,7	58,6	2.020.624	36,8	28,3	1.914.194
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	78,5	88,6	946.161	42,4	45,5	386.707
casal/f	52,3	49,7	1.002.430	27,5	25,0	233.359
monoparental	57,9	50,0	175.653	52,5	50,0	691.811
parente	29,5	25,0	178.971	27,0	20,8	782.770
outro	67,4	66,7	247.575	62,2	57,0	405.033
total	62,3	58,8	2.550.790	42,2	36,9	2.499.680
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	75,6	78,6	1.119.259	42,9	50,0	528.192
casal/f	54,3	50,0	1.113.618	29,4	26,8	294.364
monoparental	60,3	57,6	198.920	54,1	50,0	903.296
parente	32,1	26,0	218.629	30,7	24,8	894.558
outro	64,9	63,0	288.520	66,1	65,8	475.327
total	62,2	57,6	2.938.946	44,9	40,0	3.095.737

Participação percentual da renda do idoso rural na renda total familiar por tipo de família, situação de domicílio e sexo Média, Mediana e N (Total de idosos que declararam renda)						
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	82,4	100,0	269.657	43,1	50,0	108.624
casal/f	62,1	59,9	401.285	30,8	28,5	72.750
monoparental	66,6	71,6	52.179	57,1	50,0	123.514
parente	29,9	25,2	59.095	27,2	23,0	199.007
outro	70,3	72,7	98.816	60,4	50,0	90.938
total	67,4	68,3	881.032	41,8	36,6	594.833
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	72,9	67,3	247.557	41,3	43,5	147.501
casal/f	60,0	57,0	345.209	32,9	33,3	119.568
monoparental	75,6	78,9	57.600	61,2	59,7	142.306
parente	35,7	33,3	58.370	36,3	33,3	166.378
outro	66,5	61,0	117.049	61,3	50,0	112.381
total	64,1	59,3	825.785	46,0	43,0	688.134
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	69,6	63,4	293.505	44,6	48,2	164.416
casal/f	59,8	57,6	361.289	35,4	32,5	130.793
monoparental	72,2	73,1	62.690	60,2	64,1	175.698
parente	39,4	38,4	68.816	40,9	37,6	162.291
outro	61,8	54,8	98.339	61,8	50,0	121.070
total	62,6	57,8	884.639	49,5	47,6	754.268

Participação percentual da renda do idoso na renda total familiar por tipo de família, situação de domicílio e sexo Média, Mediana e N (Total de idosos que declararam renda)						
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	81,8	100,0	969.866	42,3	50,0	345.561
casal/f	54,6	50,0	1.223.771	27,0	23,4	223.514
monoparental	53,0	44,9	200.607	47,8	39,9	618.362
parente	26,0	20,1	221.801	22,3	15,9	929.244
outro	68,3	71,4	285.611	62,0	55,9	392.346
total	62,7	61,4	2.901.656	38,0	31,0	2.509.027
	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	77,3	82,1	1.193.718	42,0	45,0	534.208
casal/f	54,3	50,0	1.347.639	29,3	27,9	352.927
monoparental	62,2	56,9	233.253	54,0	50,0	834.117
parente	31,0	28,0	237.341	28,6	23,6	949.148
outro	67,0	64,5	364.624	62,0	55,5	517.414
total	62,7	58,9	3.376.575	43,0	39,2	3.187.814
1999	Homem			Mulher		
	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N
casal	74,4	74,0	1.412.764	43,3	50,0	692.608
casal/f	55,6	50,0	1.474.907	31,3	28,8	425.157
monoparental	63,2	62,0	261.610	55,8	50,0	1.078.994
parente	33,9	29,2	287.445	32,3	26,9	1.056.849
outro	64,1	60,9	386.859	65,2	58,3	596.397
total	62,3	57,7	3.823.585	45,8	41,5	3.850.005

Renda Familiar per capita mediana em salários mínimos das pessoas maiores de 65 anos									
Tipo de Família	Brasil Urbano			Brasil Rural			Brasil Total		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
unipessoal	1,0	1,4	1,0	0,5	1,4	1,0	0,9	1,4	1,1
casal	1,2	2,0	1,5	0,5	1,2	1,1	0,9	1,0	1,4
casal / f / p / o	1,4	1,5	1,5	0,5	1,0	0,8	1,0	1,0	1,2
monoparental	1,2	1,0	1,0	0,6	0,8	1,0	1,1	1,2	1,0
parente	1,7	2,0	1,6	0,5	1,0	1,0	1,3	1,0	1,4
outro	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,8	0,8	1,0	1,0
total	1,3	1,5	1,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3

Distribuição percentual das pessoas maiores de 65 anos segundo a origem de seus rendimentos						
origem dos rendimentos	Homens Urbanos			Mulheres Urbanas		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
trabalho	7,9	6,9	7,1	2,8	2,3	2,0
trabalho e aposentadoria / pens.	17,6	20,9	18,7	3,9	4,8	5,0
aposentadoria e ou pensão	71,5	69,3	71,2	70,8	72,2	74,7
não trabalho e não aposentadoria	3,0	2,9	3,0	22,6	20,8	18,3
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	2.222.751	2.882.830	3.325.271	3.007.943	3.913.830	4.572.211
origem dos rendimentos	Homens Rurais			Mulheres Rurais		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
trabalho	13,5	8,0	8,0	5,1	3,3	1,9
trab e aposentado	40,8	48,5	49,3	5,7	14,6	16,9
apos. / pensionista	44,9	42,3	40,4	67,1	71,3	72,6
não trab, não apos.	0,7	1,2	2,3	22,1	10,7	8,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	1.013.874	962.119	1.059.186	911.796	937.543	970.442

Percentual de Homens Idosos por tipo de família cuja fonte de rendimentos é :												
	so trabalham			trabalham e aposentados			aposentados e ou pens.			não trabalham nem apos.		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
urbano												
sozinho	6,7	7,0	4,9	20,0	12,9	13,6	67,5	76,3	78,6	5,8	3,7	2,8
casal	5,3	5,1	5,3	15,2	19,3	18,5	77,3	73,7	74,4	2,2	1,9	1,8
casal / f / p / o	10,9	9,2	9,8	21,7	26,4	23,0	64,7	61,8	64,3	2,7	2,6	2,9
monop / p / o	7,3	5,6	5,2	15,9	14,6	15,1	74,7	77,8	75,9	2,0	2,0	3,8
parente	5,7	6,4	4,5	9,2	9,1	7,2	80,1	75,2	79,6	5,1	9,2	8,8
outro	9,5	5,4	9,1	19,2	24,2	19,0	67,5	67,9	69,0	3,8	2,5	2,9
Total	8,1	6,9	7,1	17,9	20,8	18,7	71,0	69,4	71,2	3,0	2,9	3,0
rural												
sozinho	11,9	8,3	11,7	35,9	44,6	46,1	52,2	46,8	40,4	0,0	0,3	1,8
casal	9,1	6,4	6,8	40,4	50,1	49,9	49,8	42,4	41,5	0,7	1,2	1,8
casal / f / p / o	18,1	8,9	8,7	45,9	54,0	55,3	35,5	36,2	34,5	0,5	0,9	1,5
monop / p / o	15,8	9,4	6,4	35,5	46,2	43,1	47,4	42,2	45,6	1,3	2,2	4,9
parente	7,0	5,8	6,9	12,7	15,6	21,1	79,3	76,3	65,1	1,1	2,2	7,0
outro	8,0	8,8	6,3	43,1	50,2	53,4	47,6	39,0	38,4	1,3	2,0	1,9
Total	13,2	8,0	8,0	40,5	48,5	49,3	45,6	42,2	40,5	0,7	1,2	2,3
(urb + rur)												
sozinho	8,6	7,4	7,0	25,8	21,9	23,7	61,9	67,9	66,8	3,6	2,8	2,5
casal	6,4	5,3	5,6	22,2	25,8	25,1	69,7	67,1	67,4	1,8	1,8	1,8
casal / f / p / o	13,3	9,1	9,5	29,6	33,4	31,0	55,1	55,3	56,9	2,0	2,2	2,6
monop / p / o	9,5	6,5	5,5	21,0	22,6	21,9	67,7	68,9	68,5	1,8	2,0	4,1
parente	6,0	6,3	5,0	10,1	10,7	10,4	79,8	75,5	76,2	4,0	7,5	8,4
outro	9,0	6,5	8,4	27,6	32,5	28,1	60,5	58,7	60,9	2,9	2,4	2,6
Total	9,6	7,2	7,3	24,9	27,7	26,1	63,2	62,7	63,8	2,3	2,5	2,8

Ano de 1999	Distribuição dos idosos por natureza do rendimento					Distribuição Percentual (%)				
Idoso Urbano	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	152.971	33.961	7.562	3.437	197.931	13,1	4,4	1,5	0,8	6,9
trab e apos	323.028	173.088	70.338	32.029	598.483	27,7	22,2	13,7	7,7	20,8
aposentado	645.885	555.833	426.760	366.724	1.995.202	55,3	71,4	83,1	88,5	69,4
s/ rendimentos	45.441	15.790	9.198	12.053	82.482	3,9	2,0	1,8	2,9	2,9
total	1.167.325	778.672	513.858	414.243	2.874.098	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idoso Rural	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	53.789	17.028	3.400	1.478	75.695	14,1	6,5	2,0	1,1	8,0
trab e apos	211.782	135.479	71.799	41.223	460.283	55,6	51,8	42,4	30,2	48,5
aposentado	107.511	106.891	93.019	93.215	400.636	28,2	40,9	54,9	68,3	42,2
s/ rendimentos	7.771	2.267	1.076	568	11.682	2,0	0,9	0,6	0,4	1,2
total	380.853	261.665	169.294	136.484	948.296	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idoso	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	206.760	50.989	10.962	4.915	273.626	13,4	4,9	1,6	0,9	7,2
trab e apos	534.810	308.567	142.137	73.252	1.058.766	34,5	29,7	20,8	13,3	27,7
aposentado	753.396	662.724	519.779	459.939	2.395.838	48,7	63,7	76,1	83,5	62,7
s/ rendimentos	53.212	18.057	10.274	12.621	94.164	3,4	1,7	1,5	2,3	2,5
total	1.548.178	1.040.337	683.152	550.727	3.822.394	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idosa Urbana	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	58.093	19.552	4.721	6.248	88.614	3,8	1,9	0,7	0,9	2,3
trab e apos	104.595	52.018	21.117	7.003	184.733	6,9	5,2	3,1	1,0	4,7
aposentado	943.678	728.695	540.644	606.123	2.819.140	62,1	72,5	80,4	85,6	72,2
s/ rendimentos	414.172	205.397	105.593	88.646	813.808	27,2	20,4	15,7	12,5	20,8
total	1.520.538	1.005.662	672.075	708.020	3.906.295	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idosa Rural	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	22.088	6.478	1.712	572	30.850	6,5	2,7	1,0	0,3	3,3
trab e apos	73.308	38.829	14.818	7.649	134.604	21,4	16,1	9,0	4,4	14,6
aposentado	196.926	170.968	134.766	154.824	657.484	57,6	70,8	82,0	89,1	71,4
s/ rendimentos	49.596	25.091	13.125	10.722	98.534	14,5	10,4	8,0	6,2	10,7
total	341.918	241.366	164.421	173.767	921.472	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idosa	65-69	70-74	75-79	80+	total	65-69	70-74	75-79	80+	total
trabalha	80.181	26.030	6.433	6.820	119.464	4,3	2,1	0,8	0,8	2,5
trab e apos	177.903	90.847	35.935	14.652	319.337	9,6	7,3	4,3	1,7	6,6
aposentado	1.140.604	899.663	675.410	760.947	3.476.624	61,2	72,1	80,7	86,3	72,0
s/ rendimentos	463.768	230.488	118.718	99.368	912.342	24,9	18,5	14,2	11,3	18,9
total	1.862.456	1.247.028	836.496	881.787	4.827.767	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Idosos por tipo de família e cor				Distribuição Percentual (%)		
Tipo de família	Homem Urbano			Homem Urbano		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	167.291	108.116	275.407	5,0	3,3	8,3
casal	864.891	282.719	1.147.610	26,0	8,5	34,6
casal+fil	696.943	455.651	1.152.594	21,0	13,7	34,7
monopar	124.381	80.130	204.511	3,7	2,4	6,2
parente	149.533	91.553	241.086	4,5	2,8	7,3
outro	172.554	126.934	299.488	5,2	3,8	9,0
Total	2.175.593	1.145.103	3.320.696	65,5	34,5	100,0
Tipo de família	Homem Rural			Homem Rural		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	48.767	75.141	123.908	4,6	7,1	11,7
casal	161.457	144.906	306.363	15,3	13,7	29,0
casal+fil	178.815	201.703	380.518	16,9	19,1	36,0
monopar	28.988	37.270	66.258	2,7	3,5	6,3
parente	37.870	35.845	73.715	3,6	3,4	7,0
outro	45.559	60.919	106.478	4,3	5,8	10,1
Total	501.456	555.784	1.057.240	47,4	52,6	100,0
Tipo de família	Homem Total			Homem Rural		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	216.058	183.257	399.315	4,9	4,2	9,1
casal	1.026.348	427.625	1.453.973	23,4	9,8	33,2
casal+fil	875.758	657.354	1.533.112	20,0	15,0	35,0
monopar	153.369	117.400	270.769	3,5	2,7	6,2
parente	187.403	127.398	314.801	4,3	2,9	7,2
outro	218.113	187.853	405.966	5,0	4,3	9,3
Total	2.677.049	1.700.887	4.377.936	61,1	38,9	100,0
Tipo de família	Mulher Urbana			Mulher Urbana		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	536.063	206.110	742.173	11,7	4,5	16,2
casal	617.989	202.708	820.697	13,5	4,4	18,0
casal+fil	331.738	186.970	518.708	7,3	4,1	11,4
monopar	569.080	378.513	947.593	12,5	8,3	20,7
parente	666.137	322.116	988.253	14,6	7,1	21,6
outro	312.503	237.922	550.425	6,8	5,2	12,0
Total	3.033.510	1.534.339	4.567.849	66,4	33,6	100,0
Tipo de família	Mulher Rural			Mulher Rural		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	62.585	76.677	139.262	6,5	7,9	14,4
casal	103.751	95.004	198.755	10,7	9,8	20,5
casal+fil	80.273	67.928	148.201	8,3	7,0	15,3
monopar	85.238	93.280	178.518	8,8	9,6	18,5
parente	86.935	85.857	172.792	9,0	8,9	17,9
outro	53.715	76.122	129.837	5,6	7,9	13,4
Total	472.497	494.868	967.365	48,8	51,2	100,0
Tipo de família	Mulher Total			Mulher Total		
	não negro	negro	Total	não negro	negro	Total
sozinho	598.648	282.787	881.435	10,8	5,1	15,9
casal	721.740	297.712	1.019.452	13,0	5,4	18,4
casal+fil	412.011	254.898	666.909	7,4	4,6	12,0
monopar	654.318	471.793	1.126.111	11,8	8,5	20,3
parente	753.072	407.973	1.161.045	13,6	7,4	21,0
outro	366.218	314.044	680.262	6,6	5,7	12,3
Total	3.506.007	2.029.207	5.535.214	63,3	36,7	100,0

Distribuição dos idosos por tipo de família e faixa etária considerando-se a origem dos rendimentos 1999

	Homens de 65 a 69 anos					Homens de 65 a 69 anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	19.663	30.041	67.103	3.723	120.530	1,2	1,8	4,0	0,2	7,2
casal	67.785	168.031	262.779	15.963	514.558	4,0	10,0	15,6	1,0	30,6
casal + fil	116.669	245.655	346.130	27.130	735.584	6,9	14,6	20,6	1,6	43,8
monopar	12.908	17.929	43.242	4.013	78.092	0,8	1,1	2,6	0,2	4,6
parente	12.652	11.597	50.992	13.627	88.868	0,8	0,7	3,0	0,8	5,3
outro	24.750	48.569	62.164	6.902	142.385	1,5	2,9	3,7	0,4	8,5
Total	254.427	521.822	832.410	71.358	1.680.017	15,1	31,1	49,5	4,2	100,0
	Homens de 70 a 74 anos					Homens de 70 a 74 anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	3.322	32.576	73.037	2.157	111.092	0,3	2,6	5,9	0,2	9,0
casal	11.279	114.334	315.160	5.802	446.575	0,9	9,2	25,5	0,5	36,1
casal + fil	17.284	149.050	257.662	7.084	431.080	1,4	12,0	20,8	0,6	34,8
monopar	1.596	22.348	41.968	3.315	69.227	0,1	1,8	3,4	0,3	5,6
parente	2.065	8.777	56.520	2.121	69.483	0,2	0,7	4,6	0,2	5,6
outro	6.493	35.342	65.169	2.536	109.540	0,5	2,9	5,3	0,2	8,9
Total	42.039	362.427	809.516	23.015	1.236.997	3,4	29,3	65,4	1,9	100,0
	Homens de 75 ou mais anos					Homens de 75 ou mais anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	5.040	32.052	126.444	4.157	167.693	0,3	2,2	8,7	0,3	11,5
casal	3.037	82.405	402.626	4.772	492.840	0,2	5,6	27,6	0,3	33,7
casal + fil	11.925	81.031	268.202	5.290	366.448	0,8	5,5	18,4	0,4	25,1
monopar	305	19.128	100.219	3.798	123.450	0,0	1,3	6,9	0,3	8,5
parente	1.088	12.428	132.354	10.580	156.450	0,1	0,9	9,1	0,7	10,7
outro	2.731	30.017	120.043	1.250	154.041	0,2	2,1	8,2	0,1	10,5
Total	24.126	257.061	1.149.888	29.847	1.460.922	1,7	17,6	78,7	2,0	100,0

Distribuição das idosas por tipo de família e faixa etária considerando-se a origem dos rendimentos 1999

	Mulheres de 65 a 69 anos					Mulheres de 65 a 69 anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	7.018	21.540	193.533	16.211	238.302	0,4	1,1	9,7	0,8	11,9
casal	22.232	38.512	239.112	162.843	462.699	1,1	1,9	11,9	8,1	23,1
casal + fil	18.379	38.200	174.382	147.687	378.648	0,9	1,9	8,7	7,4	18,9
monopar	10.335	57.425	325.577	33.819	427.156	0,5	2,9	16,3	1,7	21,3
parente	4.575	20.539	174.102	37.553	236.769	0,2	1,0	8,7	1,9	11,8
outro	12.952	37.776	166.045	40.933	257.706	0,6	1,9	8,3	2,0	12,9
Total	75.491	213.992	1.272.751	439.046	2.001.280	3,8	10,7	63,6	21,9	100,0
	Mulheres de 70 a 74 anos					Mulheres de 70 a 74 anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	2.359	19.432	209.741	7.360	238.892	0,2	1,3	14,0	0,5	15,9
casal	5.606	23.499	184.802	110.796	324.703	0,4	1,6	12,3	7,4	21,7
casal + fil	6.069	12.207	94.437	61.843	174.556	0,4	0,8	6,3	4,1	11,6
monopar	2.997	24.797	265.384	18.075	311.253	0,2	1,7	17,7	1,2	20,8
parente	1.280	7.980	225.393	30.058	264.711	0,1	0,5	15,0	2,0	17,7
outro	3.975	17.245	139.469	24.600	185.289	0,3	1,2	9,3	1,6	12,4
Total	22.286	105.160	1.119.226	252.732	1.499.404	1,5	7,0	74,6	16,9	100,0
	Mulheres de 75 ou mais anos					Mulheres de 75 ou mais anos (%)				
	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total	trabalha	trab e apos	aposentado	s/ rendimen.	Total
sozinho	1.767	19.134	366.139	17.201	404.241	0,1	0,9	18,0	0,8	19,9
casal	3.559	9.103	149.049	70.339	232.050	0,2	0,4	7,3	3,5	11,4
casal + fil	1.389	5.590	69.013	37.713	113.705	0,1	0,3	3,4	1,9	5,6
monopar	511	13.333	358.609	15.249	387.702	0,0	0,7	17,6	0,7	19,1
parente	1.160	12.825	580.068	64.950	659.003	0,1	0,6	28,5	3,2	32,4
outro	1.863	10.474	204.357	20.573	237.267	0,1	0,5	10,0	1,0	11,7
Total	10.249	70.459	1.727.235	226.025	2.033.968	0,5	3,5	84,9	11,1	100,0

Proporção de contribuintes e beneficiários da previdência social em cada faixa etária (%)						
Faixa Etária	Urbano					
	contribuintes 1990	contribuintes 1995	contribuintes 1999	aposentados 1990	aposentados 1995	aposentados 1999
10-14	0,79	0,44	0,13	0,34	0,30	0,32
15-19	18,87	13,27	10,50	0,49	0,48	0,58
20-24	42,01	35,84	32,79	0,64	0,38	0,63
25-29	47,75	41,66	40,76	1,19	0,86	1,07
30-34	50,17	44,97	43,15	2,09	1,67	1,54
35-39	51,51	46,66	44,69	3,93	3,08	2,86
40-44	49,11	47,75	44,12	5,58	5,46	6,00
45-49	45,69	42,80	40,36	11,73	11,97	12,94
50-54	37,79	34,98	32,39	22,79	22,78	25,01
55-59	28,74	26,17	24,37	32,44	37,47	37,42
60-64	18,91	15,62	13,84	48,04	57,85	57,06
65-69	7,82	7,28	7,22	70,74	75,05	75,71
70-74	2,89	2,96	3,21	83,88	84,60	86,25
75-79	1,94	1,32	1,53	87,92	89,28	90,20
80+	0,67	1,09	1,15	90,99	89,09	90,68
Faixa Etária	Rural					
	contribuintes 1990	contribuintes 1995	contribuintes 1999	aposentados 1990	aposentados 1995	aposentados 1999
10-14	0,29	0,16	0,16	0,18	0,10	0,28
15-19	6,79	5,97	5,01	0,12	0,12	0,48
20-24	16,30	13,34	15,87	0,38	0,23	0,71
25-29	19,05	16,06	18,73	0,80	0,62	0,92
30-34	20,40	18,82	20,82	1,11	1,24	1,69
35-39	19,67	18,84	21,71	1,78	2,36	2,52
40-44	17,56	17,65	21,14	4,50	3,79	4,11
45-49	14,79	14,60	17,08	6,34	6,39	7,51
50-54	11,15	12,01	14,81	11,23	9,57	11,10
55-59	10,45	8,62	8,79	14,66	30,42	31,29
60-64	9,55	5,71	6,94	24,11	64,12	67,59
65-69	3,34	3,72	3,26	64,35	81,56	82,71
70-74	2,31	1,31	1,19	86,03	89,89	92,97
75-79	2,40	1,99	0,57	92,42	94,21	93,93
80+	0,80	0,27	0,26	94,15	94,82	95,23